



PERMANÊNCIAS SETECENTISTAS?

o público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto

Karolyna de Paula Koppke
Belo Horizonte . 2017

Karolyna de Paula Koppke

PERMANÊNCIAS SETECENTISTAS?

o público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

K83p

Koppke, Karolyna de Paula..

Permanências setecentistas? [manuscrito] : o público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto / Karolyna Koppke. - 2017.
271 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Arquitetura colonial - Teses. 3. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822 - Urbanismo - Teses. 4. Portugal - Colônias - Urbanismo - Teses. I. Castriota, Leonardo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4098151

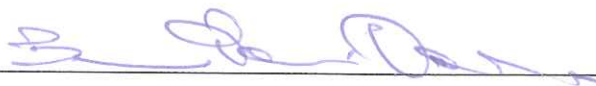
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Karolyna de Paula Koppke

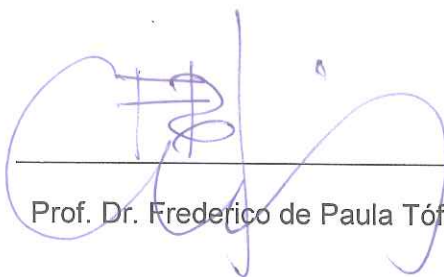
"Permanências setecentistas? O público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto."

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Benedito Tadeu de Oliveira (FIOCRUZ)



Prof. Dr. Frederico de Paula Tófani (EA/UFMG)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EA/UFMG- orientador)

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

Ao meu avô, Pedro de Paula,
que trazia nos olhos a delicadeza grave
dos morros das Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS

Não são poucos aqueles a quem devo meus sinceros agradecimentos nesta longa caminhada. Cada um, em sua especificidade, foi fundamental para que este trabalho se pudesse realizar.

Antes do mais, agradeço a Deus e à vida, pelo privilégio de chegar até aqui. Devo imensa gratidão aos meus pais, esteio de sempre, pela confiança plena e suporte integral a meus planos e projetos. À minha família querida, tão compreensiva com minhas ausências e tão interessada em meu êxito nessa trajetória.

Agradeço ao professor Leonardo Castriota, pela fraterna acolhida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS) e pela orientação precisa, que soube permitir minha caminhada com autonomia e, simultaneamente, intervir nos aspectos mais fundamentais da pesquisa. Minha sincera gratidão aos professores Benedito Tadeu de Oliveira, Frederico Tofani e João Nazário Villaschi por aceitarem, tão gentilmente, o convite para que integrassem a banca examinadora, dedicando seu tempo à leitura atenta do trabalho e apresentando contribuições valiosas no exame de qualificação e na defesa.

Às amigas queridas Ana Maria Rezende, Danielle Batista e Paola Simões, que me ensinaram muito sobre a tal hospitalidade mineira. Pela convivência, pelas boas risadas e pelos ouvidos disponíveis nas horas em que tudo parecia pesar. Aos colegas do MACPS – para nós será sempre MACPS – pela alegria de compartilhar conhecimento, em especial a Cleysi Souza e Guanaeli Matias, pela leveza contagiante, e a Caroline César, pelas indicações nos campos da História e da Antropologia.

Aos professores do Programa, sobretudo a Beatriz Couto, pelas intervenções exatas, tão úteis ao direcionamento desta investigação. Às secretárias do PPG-PACPS, principalmente a Victória Grego e Vanise Frade, pelo amplo suporte com as questões burocráticas. Aos funcionários da Biblioteca da Escola de Arquitetura, sempre tão solícitos e prestativos.

Agradeço ao historiador Moacir Maia, pelo interesse em minha investigação e pela gentileza de me apresentar dados de sua pesquisa sobre o Horto Botânico. Às professoras Antonia da Silva Mota e Regina Faria, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que, no âmbito da

XVIII Fábrica de Ideias, me ofereceram a oportunidade de que o projeto fosse discutido pelo campo das Ciências Sociais e dele recebesse aportes.

A todos os entrevistados, que cederam seu tempo e energia para dar corpo a este estudo: Alder Catunda, Benedito Oliveira, Danilo Avelar, Eduardo Tagliaferri, Leonardo Lopes, Leonardo Rezende, Sirlene Bernardo, Sylvio de Podestá, Vandeir Gonçalves, Vanessa Braide e Wanderson Gomes.

Aos funcionários dos arquivos visitados: Central do IPHAN, do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, da SMMU/PMOP e da Fundação João Pinheiro, que me garantiram livre passe para encontrar tamanhas preciosidades.

Aos ouro-pretanos que contribuíram para o trabalho de campo, me permitindo, em exercício de alteridade, entrar em suas casas e registrar o valioso de seus mundos particulares.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro que nos permitiu concretizar esta pesquisa.

O que faço ensina-me o que procuro.

(Pierre Soulages)

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto de estudo as relações entre as esferas pública e privada no Vale dos Contos, situado na cidade mineira de Ouro Preto, Brasil. Trata-se do centro de um quarteirão urbano, para onde estão voltados os fundos dos lotes estabelecidos ainda nos Setecentos. Partimos do século XVIII, quando da conformação do Vale como área urbana residual, e alcançamos o princípio do século XXI, momento em que nele é inaugurado parque público municipal, implantado no âmbito do Programa Monumenta. Questiona-se se resistem ainda, no Vale dos Contos, permanências do que caracterizava o público e o privado nos Setecentos, seja no campo da matéria ou do comportamento. Caso resistam, interessa saber de que maneira tem o projeto implantado lidado com elas.

Para responder a tais questionamentos, será construído, no primeiro capítulo, quadro descritivo dos conflitos e acordos associados ao parque. Tal quadro resulta da catalogação e análise de documentos colhidos nos órgãos responsáveis pelo projeto e sua execução, além de entrevistas realizadas com agentes-chave nesses processos. O segundo capítulo tem por objetivo reconstituir historicamente o projeto do Vale dos Contos, passando pela sua concepção, na década de 1960, pelo urbanista português Viana de Lima e alcançando, três décadas mais tarde, a proposta concebida pelo urbanista espanhol Eduardo Villaescusa. Por fim, o terceiro capítulo reconstitui, através de contribuições teóricas dos campos da Morfologia Urbana e do Direito, por um lado, e da História, da Sociologia e da Antropologia, por outro, o panorama das esferas pública e privada no século XVIII. A seguir, apresenta o trabalho de campo realizado nas edificações perimetrais ao Vale, que incluiu a visita e identificação dos resquícios daquele século em 12 dentre as 75 propriedades ali situadas.

A partir desta pesquisa, constatou-se a necessidade de intervenção nos quintais da periferia do Vale dos Contos para o pleno funcionamento do novo equipamento urbano implantado. O estudo desse tema contribui para reflexão acerca de intervenções do mesmo gênero em outras cidades herdeiras do urbanismo tradicional português.

Palavras-chave: Ouro Preto, Vale dos Contos, público e privado, Programa Monumenta, urbanismo tradicional português

ABSTRACT

This dissertation aims to study the relations between the public and the private spheres in the Vale dos Contos, located in the city of Ouro Preto, state of Minas Gerais, Brazil. It is the center of an urban block, for which are turned the backs of the lots still established in the 18th century. We start in this century, when the Vale is conformed as a residual urban area, and reach the beginnings of the 21st century, when a municipal urban park is inaugurated in there, implanted within the framework of the Monumenta Program. It is questioned if traces of what characterized the public and the private on the 18th century still survive in the Vale dos Contos, whether in the field of material or behaviour. If they resist, we aim to know in which ways the implanted project is dealing with them.

In order to answer those questions, a descriptive table of the conflicts and agreements associated with the park will be constructed in the first chapter. This description results from the cataloging and analysis of documentation collected from the bodies responsible for the project and its execution, as well as interviews with key agents of these processes. The second chapter aims to reconstruct the Vale dos Contos' project historically, since its conception in the 1960s by the Portuguese urbanist Viana de Lima until the proposal conceived by the Spanish urbanist Eduardo Villaescusa, three decades later. Finally, the third chapter reconstitutes, through theoretical contributions from the fields of Urban Morphology and Law, on the one hand, and History, Sociology and Anthropology, on the other, the panorama of the public and private spheres in the 18th century. Next, it presents the fieldwork done in the Vale's perimeter buildings, which included the visit and identification of the traces of that century in 12 of the 75 properties located there.

From this research, it was verified the necessity of intervention in the Vale dos Contos' peripheral backyards as a condition for the new urban equipment full operation. The study of this theme contributes to the reflection about interventions of the same genre in other cities that inherited the traditional Portuguese urbanism.

Keywords: Ouro Preto, Vale dos Contos, public and private, Monumenta Program, traditional Portuguese urbanism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa de localização do Parque em relação ao perímetro de tombamento federal delineado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	25
Figura 2 Mapa com o recorte espacial do objeto de estudos	26
Figura 3 Mapa indicativo dos imóveis e espaços públicos selecionados	43
Figura 4 Vista geral do Vale dos Contos, antes da intervenção	45
Figura 5 Distintas áreas do projeto, Horto Botânico e Vale dos Contos, ainda em concepção preliminar	47
Figura 6 A materialidade proposta pelos projetistas contribui para integrar as edificações do Parque ao entorno	48
Figura 7 Mapa indicativo dos acessos	50
Figuras 8a e 8b Praça Américo Lopes, frentes e fundos de lotes	51
Figura 9 Escada construída junto ao edifício do antigo Banco Real	55
Figura 10 Os três imóveis demolidos no Vale dos Contos	56
Figura 11 Tubulação lançando esgoto diretamente no Córrego, próximo à portaria do Pilar	60
Figura 12 Campeonato de futebol entre repúblicas, década de 1990	63
Figura 13 Documento anexo ao Ofício 215/2007 GAB, apresentando trecho do projeto contíguo às propriedades da UFOP	65
Figura 14 Acesso ao porão do Cine Vila Rica, sob a sala de projeção	66
Figura 15 Aspecto geral do anexo ao Grande Hotel de Ouro Preto, onde funcionava a caldeiraria	67
Figuras 16a, 16b e 16c Acima, maquetes dos projetos de Carlos Leão e Oscar Niemeyer, respectivamente. Abaixo, aspecto atual do Grande Hotel	68
Figuras 17a, 17b e 17c Primeira versão do Allegro Piano Bar	69
Figuras 18a, 18b e 18c Versão final do Allegro Piano Bar	70
Figura 19a e 19b Antigas passagens de ligação entre a Rua São José e o Vale dos Contos	72
Figura 20 Aspecto do acesso ao Vale dos Contos pelo Pilar, antes da intervenção	73

Figuras 21a e 21b	À esquerda, placa indica o acesso requalificado. À direita, portaria de acesso	74
Figura 22	Resquícios da antiga casa de vivenda do Horto Botânico de Ouro Preto	76
Figura 23	Ponte com guarda-corpo na extremidade, junto aos terraços do antigo Horto	78
Figura 24	Ponte de conexão entre Horto e Vale e passagem sob a Ponte dos Contos	79
Figura 25	Saguão da Casa dos Contos, com conexão para o Parque	80
Figura 26	Deslizamento de encosta junto à portaria do Pilar	83
Figura 27	Acesso à Casa dos Contos, a partir do Parque	85
Figuras 28a e 28b	Alterações entre o projetado e o executado, no Parque do Vale dos Contos	88
Figura 29	Mapa topográfico do Horto Botânico de Ouro Preto	96
Figura 30	Terraços do antigo Horto Botânico, vistos a partir da Ponte dos Contos	97
Figura 31	Viana de Lima em Ouro Preto, 1972	99
Figura 32	Vista do bairro do Pilar, com o Vale dos Contos à direita da imagem	104
Figura 33	Fundos do Cine Vila Rica	106
Figura 34	Edificações erguidas no Vale dos Contos	107
Figura 35	Plano de número 11, com a indicação das áreas verdes e <i>non aedificandi</i>	107
Figura 36	Planta da zona da igreja de São José	108
Figura 37	Plano de número 04, com indicação das áreas verdes prioritárias em cinza	110
Figura 38	Plano para o Parque com zoneamento preliminar	111
Figura 39	Reunião na Fundação João Pinheiro (FJP) para elaboração do <i>Plano de conservação de valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana</i>	115
Figura 40	Zona de estrutura consolidada, zona em transformação estrutural e zona suburbanizada, em Ouro Preto, de acordo com o relatório-síntese do Plano da FJP	118
Figura 41	UP 19 – Anteprojeto de tratamento paisagístico para a área do <i>Córrego do Ouro Preto, abaixo da Ponte dos Contos</i>	120
Figura 42	Diretrizes de intervenção para a Rua São José	122

Figura 43a e 43b	Imagens das fachadas de fundos do Vale dos Contos, constantes do relatório de Jorge Askar	125
Figura 44	Setorização por tipos de vegetação existente	127
Figura 45	Proposições	130
Figura 46	Proposições	130
Figura 47	Jorge Abdo Askar, em 1981	131
Figura 48	Reportagem do jornal O Globo, de 2 de junho de 1982	132
Figura 49	Inserção da planta original do antigo Horto Botânico na área de intervenção	134
Figura 50	Divisão da área de intervenção em segmentos	135
Figura 51	Perspectiva geral da proposta de intervenção	137
Figura 52	Plano geral para o Vale dos Contos	140
Figura 53	Uma das pranchas integrantes do projeto básico	142
Figura 54	Renque de edificações residenciais voltadas para a Rua do Paraná	143
Figura 55	Detalhamento dos pilares, em prancha integrante do projeto básico	144
Figura 56	Lavagem do ouro de aluvião no Itacolomi	156
Figura 57	O caminho tronco de Ouro Preto, segundo Sylvio de Vasconcellos	160
Figura 58	Modelo de ocupação do território para cidades mineiras antigas, proposto por Ferreira (2006)	163
Figura 59	Bairro Alto, em Lisboa	165
Figura 60	Vale dos Contos como “vazio surpreendente”, em área em que as ruas aparentam densa concentração urbana	166
Figura 61	Reconstituição de cozinha colonial, com as áreas limpa e suja	168
Figura 62	Plantas típicas de sobrado colonial	169
Figura 63	Ilustração possível para a cena descrita por Luccock	171
Figura 64	Arnaud Pallière, <i>Vista da Cidade de São Paulo – parte norte</i> (trecho), 1821	173

Figura 65 <i>Mappa de Vila Rica</i> (trecho)	174
Figura 66 Ocupação da região do Pilar, em Ouro Preto	175
Figura 67 A segunda rua do arraial do Pilar, atual Getúlio Vargas, é paralela ao caminho tronco e foi aberta quando da realização do chamado Triunfo Eucarístico, em 1733	176
Figura 68 Consolidação do caminho tronco como via urbana e abertura de caminhos a ele paralelos, conduzindo aos pontos de cota mais elevada do sítio, onde se implantam os edifícios notáveis	177
Figura 69 Ocupação das áreas de cota mais elevada, com a edificação da Igreja de São Francisco de Paula – 1804 (I), e abertura da rua que a ela conduz	178
Figura 70 Determinação dos eixos longitudinal e transversal de ocupação urbana da Vila	179
Figura 71 Gráfico indicativo do ano de construção de edificações próximas ou localizadas no arraial do Pilar	179
Figura 72 A autora experimentando o ritual de recepção da visita em residência situada no perímetro do Vale dos Contos	187
Figura 73 Glenn Close em cena do filme <i>Ligações Perigosas</i> , de 1988	192
Figura 74 O entorpecimento e o silêncio modernos, no quadro <i>L’Absinthe</i> , de Edgar Degas, 1875-1876	193
Figura 75 A presença dos escravos no cotidiano dos senhores	198
Figura 76 Modo de vestir das mulheres à rua	200
Figura 77 A rua é o lugar dos cativos e dela se resguardam ao máximo as mulheres brancas	202
Figura 78 Mapa indicativo dos usos dos imóveis localizados no entorno do Vale dos Contos	206
Figura 79 À esquerda, imóvel em reformas, com o lance de escadas construído pela moradora em segundo plano	207
Figura 80 Aspecto do quintal da edificação I, que perdeu suas funções originais	208
Figura 81 Muro em alvenaria de pedra que faz a delimitação do lote	209
Figura 82 Ficha da edificação I, à Praça Américo Lopes	210
Figura 83 Ficha da edificação II, à Praça Américo Lopes	211
Figura 84 Parte baixa do quintal da edificação III, na cota do Parque	213

Figura 85 Ficha da edificação III, à Rua Randolfo Bretas	214
Figura 86 Ficha da edificação IV, à Rua Randolfo Bretas	215
Figura 87 Ficha da edificação V, à Praça Silviano Brandão	217
Figura 88 A cozinha onde se desempenham as tarefas laboriosas está no pavimento inferior, junto ao quintal	219
Figura 89 Ficha da edificação VI, à Rua São José	220
Figura 90 Ficha da edificação VII, à Praça Reinaldo Alves de Brito	221
Figura 91 Ficha da edificação VIII, à Rua Paraná	223
Figura 92 Ficha da edificação IX, à Rua Paraná	224
Figura 93 Sistema de socalcos em quintal ainda em uso na Rua do Pilar	225
Figura 94 Os muitos enfeites da sala de Dona L	226
Figura 95 Quintal da casa de Dona H	227
Figura 96 A costura interrompida sobre a máquina, para atender gentilmente à pesquisadora	228
Figura 97 Ficha da Edificação X, à Rua do Pilar	229
Figura 98 Ficha da edificação XI, à Rua do Pilar	230
Figura 99 Ficha da edificação XII, à Rua do Pilar	231
Figuras 100a 100b Fachadas posteriores de duas das três edificações que participaram do programa de requalificação de imóveis privados, no âmbito do Monumenta	236
Figuras 101a e 101b Áreas sob a Ponte do Caquende e junto à Ponte Seca, em Ouro Preto	238
Figura 102 Proposta do Studio Arthur Casas para os largos no Pelourinho: Pedro Archanjo, Teresa Batista e Quincas Berro d'Água, da esquerda para a direita	240
Figura 103 Antigo lavadouro público, no Beco da Carioca, em São José, Santa Catarina	240
Figura 104a e 104b Quarteirão das Cardosas, na Baixa do Porto, antes e após a intervenção	241

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADOP	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto
APE 01	Área de Preservação Especial 01
APP	Área de Proteção Permanente
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDU	Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EAUFMG	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
ETIOP	Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FJP	Fundação João Pinheiro
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
GAT	Grupo de Assessoramento Técnico
IAB/BA	Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia
IAB/SC	Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de Santa Catarina
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGEO	Instituto Geotécnico
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
IPAC-BA	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
Miniplan	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCH	Programa de Cidades Históricas
PMOP	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
Seplan/PR	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMPDU	Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense
UCG	Unidade Central de Gerenciamento
UEP	Unidade Executora do Projeto
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	UM PARQUE URBANO ENTRE ACORDOS E CONFLITOS	35
2.1	Contexto e apresentação	36
2.1.1	O Programa Monumenta	36
2.1.2	Gênese conceitual e descrição do projeto	44
2.2	Acordos e conflitos	51
2.2.1	Desapropriações e demolições	51
2.2.2	Sistema de esgotamento sanitário	57
2.2.3	Propriedades da UFOP	61
2.2.4	Allegro Piano Bar	66
2.3	Acessos	70
2.3.1	Acesso pelo Pilar	70
2.3.2	Acesso pela Rua São José	74
2.4	Desafios de gestão	81
3	DO PORTO À BARCELONA	91
3.1	O antigo Horto Botânico de Ouro Preto	93
3.2	Os relatórios de Viana de Lima	97
3.2.1	A construção do passado sob viés moderno	97
3.2.2	A inserção do Brasil no sistema internacional de patrimônio	101
3.2.3	Viana de Lima em Ouro Preto	103
3.2.3.1	Primeiro relatório: conceitos e diretrizes	103
3.2.3.2	Segundo relatório: detalhamento de diretrizes consolidadas	109

3.3	O plano da Fundação João Pinheiro e o projeto de Jorge Askar	112
3.3.1	As políticas de preservação do patrimônio no Brasil dos anos de 1970	112
3.3.2	O Plano para Ouro Preto e Mariana e seus critérios de classificação da paisagem	116
3.3.3	Parque José Tarquínio Barbosa de Oliveira	123
3.4	A intervenção no Horto da década de 1980	131
3.5	O projeto catalão dos anos 1990	138
4	PERMANÊNCIAS SETECENTISTAS? O VALE DOS CONTOS DOS SÉCULOS XVIII E XXI	147
4.1	O Vale dos Contos dos Setecentos: aspectos físicos e sociais	149
4.1.1	Contribuições dos campos da Morfologia Urbana e do Direito “Urbanístico”	149
4.1.1.1	Elementos essenciais da forma urbana	155
4.1.1.2	Arraial do Pilar: origem e configuração urbana	173
4.1.2	Contribuições dos campos da História, Sociologia e Antropologia	179
4.1.2.1	Esferas pública e privada como categorias de análise social	184
4.1.2.2	O público e o privado no Brasil do século XVIII	194
4.2	Permanências setecentistas: o Vale dos Contos do século XXI	203
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
	REFERÊNCIAS	243
	APÊNDICE A	253
	APÊNDICE B	267

1 INTRODUÇÃO

No jardim, se expressam e são postos à prova a importância teórica e os limites das novas ideias. No espaço totalmente projetável do jardim, de maneira ainda mais clara que na cidade, onde são sempre subjugadas pelo existente, as novas ideias são antecipadas e postas a uma conveniente distância crítica.

(Bernardo Secchi)

As palavras do urbanista italiano Bernardo Secchi traduzem, com precisão, o espírito da operação empreendida na cidade mineira de Ouro Preto na primeira década deste século XXI. O projeto de *Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos*, referência dentre as ações do Programa Monumenta¹ em cidades com núcleos antigos², constitui, de fato, intervenção capaz de anunciar possibilidades singulares de tratamento dos tecidos tradicionais. É ação projetual que ultrapassa os aspectos estético e histórico do núcleo urbano e propõe, através de interferências sutis em sua unidade, a integração entre conceitos como conservação urbana, função social e preservação ambiental.

Convém, de acordo com o rigor do trabalho científico, registrarmos tratar-se de parque urbano público, não de jardim. Alteram-se escalas e usos. Permanece o exercício de projetar diretamente sobre o solo, operação mais imediata – mas não menos complexa – que aquela demandada pelo edifício ou pela cidade. É, portanto, oportunidade de introduzir e experimentar novos conceitos. Será no projeto da paisagem que buscaremos as chamadas figuras do urbanismo, isto é, “[...] formas de pensamento ou, no outro extremo e em um nível aparentemente menos abstrato, formas da cidade, de suas partes ou arquiteturas.” (SECCHI, 2012, p.22).

¹ Programa de requalificação urbana implantado durante as décadas de 1990 e 2000, criado e gerenciado pelo governo federal, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

² Será nosso desafio neste trabalho, em exercício continuado de vigilância epistemológica, não utilizar a expressão corrente, porém inadequada, “cidade histórica”. Optaremos pelas locuções “cidade antiga”, conforme proposto por Giulio Carlo Argan em discussão sobre o tema em *Cidade Ideal e Cidade Real* (2005, p.78-79), e “cidade consolidada”, utilizada por Yannis Tsiomis como oposição a “cidade difusa” em *O projeto urbano hoje: entre situações e tensões* (2003). De fato, toda a cidade é histórica. Mesmo as periferias têm sua historicidade, ainda que mais ou menos recente.

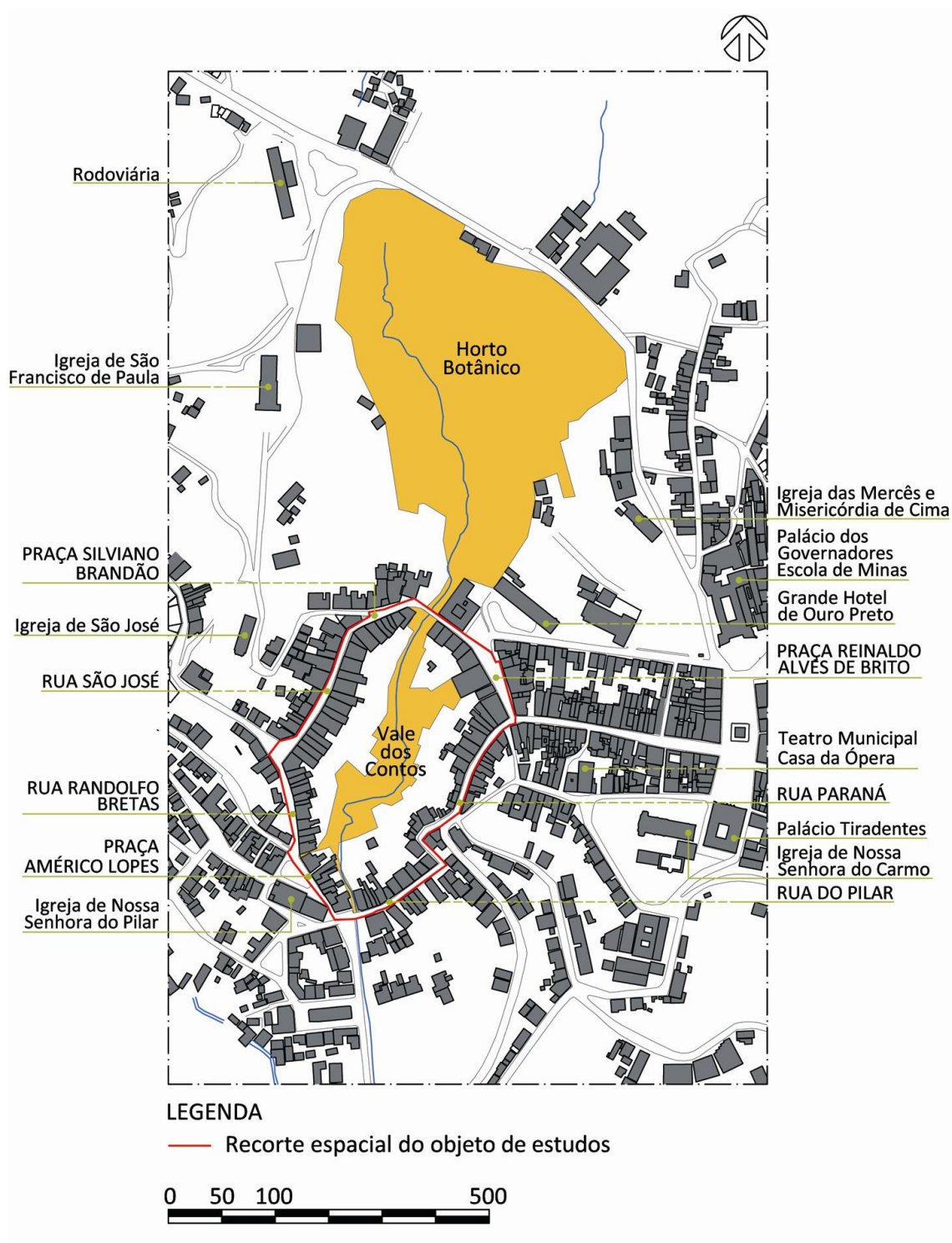
O primeiro contato com o referido projeto deu-se através da obra de Bonduki (2010). Nela, são apresentadas e analisadas criticamente algumas das intervenções empreendidas pelo Programa Monumenta. Interessou-nos, sobretudo, o caráter invulgar da proposta, porque questionadora daquela aura de intangibilidade que paralisa a ação dos urbanistas quando se trata de atuar em tecidos consolidados. Em nossa curta trajetória profissional – graduamos-nos em 2011 como arquiteta e urbanista, no Rio de Janeiro – temos nos interessado pelos modos de pensar e operar em núcleos tradicionais que não se restrinjam à reabilitação dos edifícios e à modernização de infraestrutura dos espaços públicos. Nada mais natural que virmos para as Minas Gerais, onde as questões de preservação do patrimônio cultural e de planejamento urbano têm de estar, necessariamente, integradas, dado o caráter de tal legado, menos constituído por monumentos excepcionais que por conjuntos vernaculares de escala reduzida.

O Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos está localizado nos bairros do Centro e do Pilar, em Ouro Preto, onde se aglutinam as construções tradicionalmente consideradas como de maior relevância histórico-estética³. (FIGURA 1) No conjunto paisagístico, interligam-se duas áreas oriundas de processos distintos de formação: uma delas constituiu-se por resquícios do segundo horto botânico implantado na América portuguesa e a outra é remanescente do processo tradicional de ocupação do território no Brasil colonial. As duas zonas do parque se interligam através de passagem, sob a Ponte dos Contos (FIGURA 2).

O trabalho de investigação estará concentrado no trecho do Vale dos Contos, dada a sua configuração morfológica. O Vale está, de fato, inserido dentro do casco antigo da cidade, enquanto a zona do Horto tem caráter mais amplo e disperso, estabelecendo-se um tipo diverso de conformação espacial urbana, menos relacionada aos objetivos da pesquisa. Empreendeu-se, naquela primeira área, a abertura a uso público de um centro de quadra inserido nos fundos do casario setecentista, quadra essa delimitada pelas ruas São José,

³ Recordemos que Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional através do Decreto-Lei nº 22.928, de 12 jul. 1933. Em 1938, já estruturado o instrumento do tombamento, através do Decreto-Lei nº 25, de 30 nov. 1937, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade é tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através de inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes. Sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico acontecerá, no entanto, apenas em 1986.

Figura 2 Mapa com o recorte espacial do objeto de estudos



Fonte: Arquivos da SMPDU/PMOP. Adaptado pela autora.

Brevemente apresentado o recorte espacial da pesquisa, convém indicarmos a problemática-chave que a conduz. Partimos da observação – e os indícios que a ela nos encaminham ficarão claros quando da exposição das informações coletadas nos trabalhos de campo e de levantamento em arquivos – de que o caráter do centro de quadra em que se

implantou o Parque do Vale dos Contos está longe de delimitação rígida entre as dimensões pública e privada, apesar de constituir, em termos jurídicos, área de uso comum. Desde sua gênese conceitual, que remonta a finais da década de 1960, o projeto propõe exatamente a consolidação do caráter público daquele espaço. Nosso questionamento central, por conseguinte, é de que maneira tem o projeto do Parque lidado com as possíveis permanências do século XVIII, sejam da ordem da matéria ou do comportamento, no que toca à relação entre as esferas pública e privada.

Vale assinalar aqui que Bonduki, em sua análise crítica sobre as obras do Monumenta, registra já inquietações que perpassam por esse nosso questionamento:

A intervenção realizada suscita o debate sobre o impacto gerado nesse tecido [do urbanismo tradicional português] pela abertura de uma via, mesmo que limitada ao tráfego de pedestres, no fundo dos lotes, no centro dessa área. **Ela não estaria interferindo na trama original da cidade e alterando uma característica essencial de seu modelo de urbanismo?** Vale ressaltar que essa questão não é pertinente no que se refere ao setor do Horto Botânico, onde não existe propriamente uma trama urbana. Só no Vale dos Contos é cabível avaliar o impacto da abertura de uma via no interior do quarteirão. (2010, p.226, grifo nosso)

Em realidade, como será visto adiante, essa via margeando a linha d'água já existia, ainda que informalmente. O projeto do Parque propõe tão somente a sua consolidação. De todo modo, nossa interpretação aponta para o entendimento de que os usos propostos para o novo equipamento e a consolidação da área como pública podem sim ter trazido alterações à configuração do tecido tradicional e, sobretudo, à lógica que orientou a conformação desse tecido, ou seja, à lógica secular de estruturação das relações entre o público e o privado. A partir daquele questionamento-chave, delineia-se nosso objetivo central, qual seja, o de entender o que foram as esferas pública e privada no Vale dos Setecentos e, a partir daí, observar se traços das relações entre essas esferas se mantêm, no século XXI, identificando, caso de fato se mantenham, o modo como o projeto implantado lida com eles.

Passemos agora à explicitação pormenorizada dos objetivos específicos associados a cada um dos três capítulos propostos. Eles constituirão o percurso necessário à consecução do objetivo central.

Será função do primeiro capítulo construir quadro descritivo da situação encontrada *in loco* no Parque do Vale dos Contos. Nosso registro será, portanto, sincrônico e nosso esforço, o de descrever fenômenos que, não raro, estão ainda em acontecimento. Seu título, *Um parque urbano entre acordos e conflitos*, revela já a teia complexa de relações estabelecidas entre os distintos agentes atuantes no processo de constituição, implantação e gestão do projeto proposto pelo Monumenta. De fato, não se trata de empreendimento simples. É a retomada, para a cidade, de um espaço que lhe pertence, em termos oficiais, mas não plenamente, no que toca ao uso e à apropriação.

Iniciaremos o capítulo caracterizando brevemente o contexto em que se deram os trabalhos, compreendendo os parâmetros e diretrizes orientadores do Programa Monumenta, bem como os resultados alcançados, no que concerne à cidade de Ouro Preto. A seguir, partiremos para o registro dos acordos estabelecidos – ou ainda por estabelecer – como meio de solucionar os conflitos que emergiram ao longo do processo. De um lado, há planejadores, executores e gestores do Parque e, de outro, proprietários, moradores e usuários dos imóveis que ocupam seu perímetro. Nossa atenção estará colocada, sobretudo, nos problemas referentes às ocupações e acréscimos irregulares e seus correspondentes processos de desapropriação e demolição, no lançamento de esgoto *in natura* por essas edificações periféricas e nas decisões concernentes aos pontos de acesso ao Parque. Esses fatos foram diretamente responsáveis por modificações no projeto original, atrasos no cronograma de execução e consequente necessidade de ampliação do orçamento primitivo.

Para elaborar esse primeiro capítulo, colhemos documentação referente ao projeto nos arquivos do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto (ETIOP/IPHAN), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA/PMOP) e da SMPDU/PMOP e realizamos entrevistas com agentes-chave no processo.⁵

⁵ Com o objeto de encontrar resposta às lacunas identificadas na análise da documentação, foram realizadas as seguintes entrevistas: Alder Catunda, arquiteto da Archi 5 Arquitetos Associados, grupo autor do projeto; Benedito Oliveira, Chefe do ETIOP/IPHAN à época da execução dos trabalhos; Danilo Avelar, proprietário do Allegro Piano Bar; Leonardo Lopes, Gestor da Casa dos Contos; Leonardo Rezende, técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA/PMOP) e Gerente do Horto dos Contos; Sirlene Bernardo, Diretora de Parques e Áreas Protegidas da SMMA/PMOP; Sylvio de Podestá, arquiteto autor do projeto do Allegro Piano Bar, anexo ao Grande Hotel; Vandeir Gonçalves, Gestor do Núcleo de Projetos da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto (ADOP), organização que ficou a cargo da administração do Parque entre os anos de 2012 e 2015; Vanessa Braide, Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

O objetivo específico do segundo capítulo da dissertação, *Do Porto à Barcelona*, é reconstituir historicamente o projeto do Vale dos Contos, sempre com o olhar voltado para as relações entre as esferas pública e privada. A tarefa é agora diacrônica, porque interessada na organização e interpretação dos fenômenos através do tempo.

Trataremos, em primeiro lugar, do momento de criação de jardins botânicos nas principais cidades brasileiras, no final do século XVIII, decorrência da política ilustrada em voga àquela altura na Metrópole. Dentre eles, está o Horto de Ouro Preto, segundo a ser implantado na América portuguesa. A seguir, a investigação estará debruçada sobre o plano diretor elaborado pelo arquiteto e urbanista português Viana de Lima em finais da década de 1960, tomando como referência o contexto em que o profissional é contratado. Nesse plano, é sugerida, pela primeira vez, a implantação de parque urbano público naquele centro de quadra subutilizado. As diretrizes elaboradas por Lima e, conseqüentemente, a proposta para o Parque, serão incorporadas e aprofundadas no chamado *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*, de autoria da Fundação João Pinheiro e publicado em 1975. A partir desse trabalho, será desenvolvido, também por aquela Fundação, projeto ricamente detalhado para o Parque, de autoria do arquiteto Jorge Askar e com publicação no ano de 1981.

Integrará também este capítulo o projeto desenvolvido pela arquiteta Maria Elisa Costa, com consultoria de Lucio Costa e Ivo Porto de Menezes, em princípios dos anos de 1980, especificamente para a zona do Horto. Apesar de sua inegável relevância histórica e contribuição, inclusive, para a intervenção dos anos 2000, essa proposta tem, para nós, menor interesse, por situar-se fora de nosso escopo espacial. Convém, entretanto, proceder ao seu registro.

Por fim, recuperaremos intervenção polêmica, proposta pelo urbanista catalão Eduardo Villaescusa, contratado pela Fundação Gorceix em 1997. Radical no desenho e nos usos propostos, Villaescusa insere, nos fundos do casario localizado nas Ruas São José e Paraná e nas Praças Silviano Brandão e Reinaldo Alves de Brito, decks de linhas sinuosas, indicando

possibilidade de abertura dos espaços comerciais, originalmente voltados para as frentes dos lotes, também para as zonas posteriores.

Aqui, operamos essencialmente através de pesquisa de arquivo, com ênfase nas fontes primárias. Resgatamos os planos e projetos mencionados nos arquivos Central do IPHAN, da Superintendência do IPHAN em Belo Horizonte, da Fundação João Pinheiro (FJP) e da SMPDU/PMOP.

Contribuirão também, nessa empreitada, publicações que nos permitem delinear com maior precisão a conjuntura que conduziu à concretização das ideias predecessoras dos projetos e planos. Citemos aqui o trabalho de Leal (2008), sobre a relação entre a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e a UNESCO nos anos de 1960 e 1970 e as dissertações de Corrêa (2012), sobre o Programa de Cidades Históricas (PCH), e de Ramalho (2015), sobre o Plano da Fundação João Pinheiro, sobretudo no que toca ao papel do seu Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) naquele período.

O capítulo final da dissertação, *Permanências setecentistas? O Vale dos Contos dos séculos XVIII e XXI*, parte de constatação contundente: o panorama contemporâneo da ciência distingue-se, de um lado, por uma formação cada vez mais restrita e aprofundada – é o tal “cientista como um ignorante especializado”, de que nos fala Boaventura Santos (2003, p.17) - e, de outro, pelo emergir de objetos de investigação cada vez mais complexos, que demandam análises e soluções incapazes de plena contemplação por uma só área do saber. É tomando por base essa nova condição epistemológica que nos apresenta a pós-modernidade que ousamos, nesse capítulo, adotar metodologia que ultrapassa nosso âmbito estrito de conhecimento, com o objetivo de compreendermos as relações entre público e privado no Vale dos Contos dos séculos XVIII e XXI. Note-se que estamos localizados, segundo Couto (2003), no campo em que se deu a origem mesma da interdisciplinaridade no conhecimento científico, isto é, o do planejamento urbano. Nesse sentido, nosso viés teórico-metodológico abarcará contribuições, por um lado, dos campos da Morfologia Urbana e do Direito e, por outro, da História, da Sociologia e da Antropologia.

Naqueles dois primeiros campos do saber, numa perspectiva que considera a cidade, por estratégia investigativa, unicamente como manifestação material no território, teremos por suporte o pensamento dos autores Ferreira (2006), Reis Filho (1968; 2000a; 2000b), Teixeira

(2012) e Vasconcellos (1977). Ressaltemos a fundamental contribuição do primeiro autor listado para o entendimento do processo de configuração do Vale dos Contos como espaço residual, desde os primeiros momentos de implantação coletiva da cidade no sítio.

Teremos de estar, necessariamente, atentos aos preceitos jurídicos que moldavam a forma urbana da Vila Rica do século XVIII. Para tanto, observaremos as *Ordenações Filipinas*, que vigoraram desde 1603 até a promulgação do Código Civil, em 1916, e as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1709, responsáveis por reger, em aspectos diversos, a vida da Igreja na Colônia portuguesa, e cuja vigência só se extinguirá quando da realização do Concílio Plenário Latino-Americano, em 1899. Serão de grande contribuição, nessa empreitada, os trabalhos de Borrego (2004), Fonseca (2011) e Marx (1988).

A tarefa seguinte, também como artifício metodológico, consistirá em observar a cidade tão somente através da óptica dos grupos sociais que a compõem. Que formas de comportamento adotadas por esses grupos ajudam-nos a definir os limites entre as dimensões pública e privada, no século XVIII? Para tanto, uma primeira seção será dedicada à compreensão desses dois conceitos nas fronteiras das Ciências Sociais. Constituirão suporte a nosso trabalho as obras de Carvalho (2005) e DaMatta (1991), além de Arendt (2007) e Sennett (1988), extrapolando, nesse caso, a realidade brasileira. A seguir, restringiremos nossa abordagem ao cenário do Brasil setecentista, através de Novais e Alencastro (2012), das impressões deixadas pelos viajantes em seus escritos - Luccock (1975), Mawe (1944), Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975)⁶ – e do clássico Freyre (1977).

Nosso encargo final consiste na identificação daquelas permanências que intitulam nosso trabalho. Nesse momento, abandonaremos a cisão entre os distintos campos do conhecimento que adotamos como método na seção anterior. Apoiados na leitura de Carlo Ginzburg (1989), adentraremos, menos munidos do saber científico que do comum, nesses

⁶ Ainda que não lancem mão dos métodos correspondentes, incluímos os trabalhos dos viajantes nesse rol de obras filiadas aos campos da História e da Antropologia pelo relato valioso que constituem dos modos de vida dos habitantes das localidades que esses estrangeiros visitaram. Permaneceremos restritos a personalidades que transitaram por terras brasileiras na primeira metade do século XIX, entendendo que o panorama geral do século anterior se mantinha, sobretudo nas Minas Gerais, que então atravessavam período de franca decadência. Mas não somente nas Minas. É assim, por exemplo, que Gilberto Freyre, quando se refere ao trabalho do engenheiro Louis Léger Vauthier em Pernambuco, afirma que o francês atuava no Brasil ainda patriarcal da primeira metade do século XIX. (1977)

imóveis do entorno do Vale. Penetraremos em seus interiores para verificar o que ainda resta daquele século em que se formou e se consolidou a antiga Vila Rica. Tomaremos os depoimentos dos moradores, registraremos seu comportamento. Observaremos o tratamento dispensado às fachadas de frente e de fundos, a distribuição dos compartimentos, a mobília, os ornamentos e, sobremaneira, os quintais. O que são, afinal, os quintais do século XXI, integrantes desse panorama de fundo do Vale dos Contos? De que maneira o projeto do Parque tem com eles lidado ou quais têm sido as consequências de sua implantação para esses fundos de lotes? O que são, enfim, as permanências setecentistas e de que modo elas se confrontam com o projeto implantado?

Sublinhemos que, no que concerne à metodologia, sobretudo no que diz respeito aos instrumentos teórico-analíticos adotados no terceiro capítulo, nossa exploração estará sempre vinculada aos princípios qualitativos, que melhor correspondem ao enquadramento desta pesquisa no campo epistemológico.

O arco temporal contemplado nesta investigação é, portanto, longo. E o tem de ser, necessariamente, para que possamos dar retorno, a contento, às perguntas postas. Nosso objeto de estudo são as relações entre as esferas pública e privada, no Vale dos Contos do século XXI e procuramos identificar, nessas relações, o que permanece do século XVIII, tanto no âmbito físico quanto no social. O trajeto metodológico parte do presente, passa pelo século XX, quando se concebeu a proposta interventiva, e alcança o século XVIII. Aí encontraremos o que é passível de ser permanência. Dotados desse aparato e, em simultâneo, dele despidos, retornamos ao século XXI, para esgaravatar as minúcias do entorno do Vale. Importa o que é pequeno, o que quase não se vê, mas que muito revela acerca do modo de estar no mundo e que deve, sem hesitação, integrar a intervenção urbana, independentemente de sua escala⁷.

⁷ “Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, com o qual de resto se identifica, o espaço urbano tem os seus interiores. São espaço urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração da sala de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupa e de adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade.” (ARGAN, 2005, p. 43)

Na direção inversa, temos que a concepção do projeto do Parque do Vale dos Contos transcende os limites do núcleo urbano em que está encerrado. Inspira discussão acerca de novas possibilidades de apropriação e relacionamento com as áreas públicas nos tecidos tradicionais. Compreender que possibilidades são essas, a partir da análise de seus desdobramentos, é essencial para repensar o próprio papel desses tecidos diante das demandas da vida contemporânea. A contribuição epistemológica de nosso trabalho, isto é, aquilo que o justifica, é o levantamento de reflexão, ainda que preliminar, acerca de tipologia interventiva que tem sido adotada também para outros núcleos urbanos consolidados, herdeiros de configurações espaciais semelhantes, porque derivados do modo português de implantar cidades no sítio.

Por mais distintas que sejam entre si as realidades das cidades antigas de matriz portuguesa, temos aqui a intenção de corroborar com o argumento de que tais cidades são tão vivas e dinâmicas quanto as aglomerações contemporâneas e que elas podem sim ser repensadas e reconstruídas, cotidianamente.

2 UM PARQUE URBANO ENTRE ACORDOS E CONFLITOS

De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados e de candidato a interventor nas suas formas de produção e de consumo, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados.

(Carlos Nelson Ferreira dos Santos)

Partimos, neste primeiro capítulo da dissertação, do levantamento, catalogação e análise crítica de documentação recuperada nos arquivos do ETIOP/IPHAN, da SMMA/PMOP e da SMPDU/PMOP⁸, além de entrevistas realizadas com profissionais envolvidos nos trabalhos de concepção, execução e gestão do Parque. Recuperados os dados, esforçamo-nos para estabelecer as correlações necessárias entre informações, inúmeras vezes dispersas, sobrepostas ou mesmo contraditórias, de maneira a traçar um panorama do percurso de estruturação do Vale dos Contos. Colhemos e analisamos escritos referentes ao período compreendido entre os anos de 2001 e 2016. Apesar de a inauguração do Parque ter-se dado em 2008, incluem-se aí dados referentes aos processos de gestão da nova zona pública. Atingiu-se, nessa empreitada, um total de quase 300 unidades documentais, incluindo ofícios, relatórios, atas de reunião, notas técnicas, entre outros. Ao longo dos trabalhos, permanecemos atentos aos conflitos e acordos decorrentes da imprecisão entre as esferas pública e privada, tanto no âmbito jurídico, quanto no urbanístico e social.

Na primeira seção, *Contexto e apresentação*, discorreremos brevemente sobre o Programa Monumenta, suas diretrizes e intenções, e trataremos dos primeiros aspectos concernentes ao projeto do Parque, isto é, das ideias preliminares que posteriormente se concretizariam através do desenho projetual. Uma segunda seção, *Acordos e conflitos*, registrará as negociações estabelecidas entre os agentes participantes do processo, cujos interesses, na maioria dos casos, eram dissonantes. Abordaremos os problemas das desapropriações e

⁸ Os documentos não foram ainda catalogados em nenhum desses arquivos. Logo, optamos por referenciar aqueles citados ao longo deste primeiro capítulo ao final do trabalho, organizando-os por instituição onde se encontram armazenados e pela data (APÊNDICE A).

demolições, do sistema de esgotamento sanitário e das negociações empreendidas entre a PMOP e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Haverá ainda uma terceira divisão, *Acessos*, que também sob o viés das inconsonâncias entre as esferas pública e privada, apontará os debates realizados para a consolidação dos acessos pelo bairro do Pilar e pela Rua São José. Por fim, no item *Desafios de Gestão*, estaremos concentrados nas dificuldades emergentes quando da inauguração do Parque, relacionadas, destarte, às questões administrativas.

2.1 Contexto e apresentação

2.1.1 O Programa Monumenta

O horizonte das políticas de preservação do patrimônio no Brasil começa a ser radicalmente ampliado em finais da década de 1960 e princípios da seguinte. Nesse momento, a então DPHAN estabelece acordo de cooperação técnica com a UNESCO, garantindo a elaboração, por parte de consultores europeus, de uma série de planos diretores para núcleos urbanos de cidades antigas no país. Esse movimento de inserção brasileira no debate internacional na esfera das políticas culturais será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo. Por ora, convém indicar que é exatamente aqui que surgirão os primeiros esforços de inter-relacionamento entre preservação do patrimônio e planejamento urbano em nosso território.

A década de 1970 fará emergir novas perspectivas de entrelaçamento desses campos. O panorama será de arejamento, arrefecido o protagonismo da DPHAN: trata-se de fase em que se estabelecerão iniciativas paralelas à atuação do órgão, como o Programa de Cidades Históricas (PCH), implantado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan). A proposta foi posteriormente incorporada à estrutura daquele órgão central. A experiência adquirida a partir dele, no entanto, colaborou para o distanciamento de atuação direcionada quase que exclusivamente para a preservação da dimensão física de monumentos de reconhecida excepcionalidade estética e histórica. Isso significa a instauração de novo *modus operandi* no campo, que procura incorporar à simples intervenção física, aspectos como a dimensão social e econômica dos tecidos urbanos tradicionais.

É esse o painel que antecede à formulação do Programa Monumenta, que se estabelece quando superados a crise econômica que abate o país na década de 1980 e o desmonte do setor de cultura empreendido durante o governo Collor. Depois de hiato nas políticas brasileiras de conservação urbana, o Programa funcionará, guardadas as proporções, em continuidade ao antigo PCH, ainda que, num primeiro momento, sua concepção enfatize a sustentabilidade econômica das intervenções. Tal diretriz operacional será objeto de crítica por parte de especialistas, cujo maior argumento era o da inexistência de equilíbrio entre as esferas cultural e econômica no Programa, com nítida preponderância da segunda⁹. É desse modo que o Monumenta passará por redirecionamento em seu modo de operar, inaugurando-se uma espécie de segunda fase do plano, como se verá adiante.

Recordemos que o Programa foi idealizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, fase em que se assumia postura neoliberal nos campos político e econômico e a administração pública se reestruturava a partir da solução do Estado mínimo. Era momento, portanto, em que o setor privado tinha grande participação no domínio da cultura, através, principalmente, dos instrumentos previstos pela Lei Rouanet¹⁰.

A proposta de instituição de um programa de requalificação de conjuntos urbanos parte, inclusive, do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir de sua experiência interventiva no centro antigo de Quito, vítima de abalo sísmico em 1997. É sugerido ao Ministério da Cultura (MinC) o desenvolvimento de um plano a ser orquestrado em conjunto com os municípios, numa perspectiva declarada de descentralização institucional. Seria, assim, desenvolvido projeto-piloto, a ser posteriormente adaptado e aplicado a outros países.

⁹ De fato, a acirrada contraposição entre os valores culturais e econômicos no campo do patrimônio é recorrente, com os profissionais da conservação insistindo na predominância dos primeiros, de um lado, e os economistas defendendo a relevância dos segundos, de outro. Os estudos que tratam da aplicação dos métodos da Economia na esfera das políticas públicas de cultura, de forma mais ampla, e no campo do patrimônio cultural, mais especificamente, são recentes e há muito ainda que aprofundar. Convém mencionar o pioneirismo do Getty Conservation Institute, que desenvolve pesquisa sobre o tema entre os anos de 1995 e 2003, através do *Agora Project*. A investigação pretendeu, através de encontros e intercâmbios interdisciplinares, debater os valores do patrimônio cultural, bem como examinar seu caráter econômico. O debate é extenso. Maiores informações, verificar MASON, 1998; AVRAMI; RASON; TORRE, 2000 e TORRE, 2002.

¹⁰ A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei Rouanet, reformula princípios da chamada Lei Sarney, nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Funciona como mecanismo de incentivo fiscal, estimulando a participação e o apoio da iniciativa privada ao setor de cultura.

Nesse sentido, a concepção primeira é de prática independente e desligada das ações do IPHAN e que atuaria de forma crítica ao modelo tradicional de gerenciamento desse órgão, modelo esse compreendido como retrógrado e antiquado. À instituição, caberiam apenas as tarefas de aprovar projetos - dado ser a participação no Programa restrita a sítios e monumentos tombados em nível federal - e de fiscalizar obras, contando com poucos recursos repassados pelo MinC e restrito corpo técnico.

Segundo Duarte Junior (2010), os primeiros entendimentos entre o MinC e o BID para a viabilização do Programa acontecem ainda em 1995. O ano de 1996 registra as atividades de elaboração da Carta-Consulta ao BID pelo IPHAN, definição das cidades de intervenção prioritária – Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo –, criação de comissão técnica no IPHAN para apoio à equipe do Monumenta e contratação dos primeiros consultores pela UNESCO. Em 1997, institui-se, no MinC, a Unidade Central de Gerenciamento (UCG), responsável por coordenar o Programa, aprovar solicitações de financiamento e supervisionar sua implementação. O Acordo de Cooperação Técnica entre MinC e UNESCO é assinado em 1998. No ano seguinte, é estabelecido o Grupo de Trabalho/IPHAN e técnicos brasileiros seguem para Washington, em missão de negociação, para formatar definitivamente o contrato de empréstimo com o BID. Nesse mesmo ano, o documento é assinado, na cidade fluminense de Petrópolis. Em 2000, o Monumenta é efetivamente iniciado, com prazo de vigência de cinco anos.

Os recursos previstos eram de 125 milhões de dólares, metade proveniente do financiamento do BID e metade arcada pelo governo brasileiro. Destes, 70% corresponderiam a subsídios do orçamento federal e 30% seriam procedentes de contrapartida local. Selecionaram-se 26 núcleos tombados, respeitada a ordem da listagem definida pelo Grupo de Trabalho do IPHAN¹¹.

¹¹ Além das seis cidades de intervenção prioritária já mencionadas, receberam aportes financeiros e apoio técnico do Monumenta: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas do Campo (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC) e Serro (MG). A equipe de consultores articulada para a elaboração dessa lista de cidades contou com a coordenação do Prof. Dr. Istvan Jancsó, do Departamento de História da Universidade de São Paulo. O empreendimento foi conduzido sob os preceitos da Nova História e sob a vontade de constituição de novo quadro patrimonial, resultando em priorização de núcleos tradicionalmente desprivilegiados em programas de acesso a políticas culturais.

A partir daí, criam-se as chamadas Unidades Executoras do Projeto (UEPs) nos municípios contemplados ou, nos casos em que não houvesse estrutura, no estado correspondente. Muitas delas deixaram como legado a constituição de núcleo, na estrutura técnico-administrativa local, diretamente voltado para a gestão de cultura e patrimônio. Além de assumirem responsabilidade pela execução das intervenções, caberia aos municípios criar e gerir os Fundos Municipais de Preservação, previstos na estrutura institucional desenhada pelo Programa. Cada UEP elaborou também um Marco Lógico, documento de compêndio das ações e suas finalidades, incluindo indicadores de desempenho e avaliação.

Os tipos de projetos aptos a receber financiamento dividiam-se entre investimentos integrados, sobretudo projetos e obras civis, e ações concorrentes, referentes a educação patrimonial, formação de mão de obra, fortalecimento institucional e atividades econômicas. Segundo Bonduki,

Em relação aos componentes financiáveis pelo Monumenta, pode-se dizer, em síntese, que a maior novidade do programa foi financiar **obras de qualificação do espaço urbano, de recuperação de imóveis privados e projetos especiais** – como a implantação de *campi* universitários em ruínas de antigas fábricas e armazéns –, além de apoiar um amplo espectro de iniciativas relacionadas com a **educação e a valorização do patrimônio imaterial**. (BONDUKI, 2010, p.45, grifos nossos).

O Regulamento Operativo do plano enumera, como objetivos de longo prazo, a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, o aumento da conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio e o aperfeiçoamento de sua gestão, bem como a determinação de critérios para definir prioridades de conservação. A curto prazo, propunha-se o incremento do uso econômico, cultural e social das áreas de projeto. Segundo o mesmo documento, o Programa alcançaria seus fins quando fosse possível manter as características das áreas restauradas sem necessidade de recursos federais adicionais para sua conservação¹², quando se observasse acréscimo no grau de conhecimento público e atitude favorável em relação ao patrimônio e

¹² Objetivo de difícil alcance, é possível afirmar que foi cumprido, em parte, no caso da implantação de *campi* universitários em edifícios arruinados. Isso aconteceu nos municípios de Cachoeira, para onde se expandiu a Universidade do Recôncavo Baiano, e em Laranjeiras, que recebeu instalações da Universidade Federal do Sergipe. Nesse caso, articularam-se distintas políticas públicas, quais sejam, a expansão de universidades federais e a preservação do patrimônio edificado. Cf. BONDUKI, 2010.

se empregasse a estratégia do Programa para recuperar também sítios nele não incluídos, independentemente do financiamento pelo BID. (MINISTÉRIO..., 2006).

Essa nítida valorização do viés econômico, sobretudo através de estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, foi gradualmente recuando. Ao longo dos onze anos de prática do Monumenta, essa concepção preliminar se flexibilizou, sem que se rompesse integralmente com o Regulamento Operativo. Em 2006, inclusive, o plano foi integrado ao IPHAN, que passou a ser o órgão responsável por sua coordenação. Nessa segunda fase, por assim dizer, do Programa, houve investimentos em projetos mais atentos às demandas sociais, como os já citados imóveis privados - contemplada a recuperação de sistema estrutural, instalações prediais, coberturas e fachadas -, universidades federais e habitações de interesse social, por exemplo. Isso se fez através da articulação do Monumenta com outras políticas públicas instituídas pelo Governo Federal. Passava a interessar, a partir daquele momento, a fixação das populações locais, evitando-se os indesejáveis processos de gentrificação que vêm a reboque, via de regra, das iniciativas requalificadoras de áreas centrais.

De encontro à perspectiva contemporânea de gestão do patrimônio, o Programa previa a constituição do chamado Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, cujo conselho gestor deveria ser integrado por representantes do poder público e da sociedade civil. Apesar disso, a pesquisa empreendida por Bonduki (2010) revela terem sido poucos aqueles municípios em que se estabeleceram instâncias regulares de participação comunitária. É fato que conflitos de interesses responsáveis pela morosidade na implantação de determinados projetos, dentre os quais o analisado por esta dissertação, poderiam ter sido amainados através de mecanismo do gênero.

Frequentemente, as partes interessadas nas ações de conservação têm pontos de vista e interesses distintos sobre o significado de determinado bem. Isso é motivo corrente para situações conflituosas. A tarefa dos profissionais do campo patrimonial acaba por se interromper diante da arena estruturada a partir dessas divergências de valores. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 soube interpretar essa nova conjuntura que se configura não apenas na esfera da conservação. A chamada “Constituição Cidadã” prevê uma série de mecanismos, dentre os quais os próprios conselhos municipais, de garantia e estímulo ao exercício pleno da cidadania. O panorama internacional é semelhante: “In most parts of the

world, it is increasingly recognized that public engagement is essential to conservation process, and efforts to encourage and facilitate better public appreciation for heritage and more involvement in its management have been the focus of many governments over the last decade or so”.¹³ (MYERS *et al*, 2009, p. 5).

Na esfera da requalificação urbana, o panorama vigente é, portanto, de profunda complexidade, consequência direta da emergência de reflexões inéditas no domínio do patrimônio cultural, quando novos agentes e profissionais têm de ser envolvidos nas pautas deliberativas. Por isso a premência do desenvolvimento de métodos de solução de conflitos e da implantação de instâncias participativas capazes de orquestrar os distintos interesses e valores, frequentemente de árdua conciliação¹⁴.

Na cidade de Ouro Preto, a situação não foi diferente. No caso do Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, houve apenas duas audiências públicas para apresentação e discussão do projeto, realizadas ainda durante os estudos preliminares¹⁵. Não houve, portanto, efetivo engajamento daqueles diretamente afetados pelo plano. Como resultado de ausência da compreensão plena, por parte dos núcleos de decisão, de como os valores patrimoniais eram atribuídos àquele lugar, as dissonâncias acabam por vir à tona apenas em momento avançado, durante a execução da proposta, quando sua solução era já bastante dificultada.

Ao longo dos dez anos do Programa Monumenta em Ouro Preto, o desembolso financeiro foi da ordem de treze milhões de reais. Foram restaurados oito monumentos, quatro pontes e trinta e quatro imóveis particulares; implantaram-se nova sinalização e mobiliário urbanos; construiu-se o Terminal de Integração Barão de Camargos e revitalizaram-se cinco espaços públicos, dentre os quais o referido Parque. Apoiaram-se também projetos de salvaguarda

¹³ “Em muitas partes do mundo, é cada vez mais reconhecido que o comprometimento público é essencial para o processo de conservação e esforços para encorajar e facilitar uma melhor apreciação pública do patrimônio e um maior envolvimento em sua gestão têm sido o foco de muitas administrações públicas ao longo, pelo menos, da última década.” (Tradução nossa).

¹⁴ Sobre o tema, relembremos o papel crucial da Carta de Burra. Destacam-se os artigos 12: “*Conservation, interpretation and management of a place should provide for the participation of people for whom the place has significant associations and meanings, or who have social, spiritual or other cultural responsibilities for the place.*” e 13: “*Co-existence of cultural values should always be recognized, respected and encouraged. This is specially important in cases where they conflict.*” (Australia ICOMOS, 2013, p. 12, itálicos no original). Devemos mencionar ainda o *workshop*, organizado em 2009 pelo Getty Conservation Institute, denominado *Consensus Building, Negotiation and Conflict Resolution for Heritage Place Management*, que tinha como proposta o estudo e divulgação de métodos de resolução de conflitos aplicados ao campo da gestão do patrimônio. Sobre o evento, verifique-se MYERS *et al*, 2009.

¹⁵ As audiências realizaram-se nas datas de 21 de outubro de 2003 e 18 de novembro de 2003.

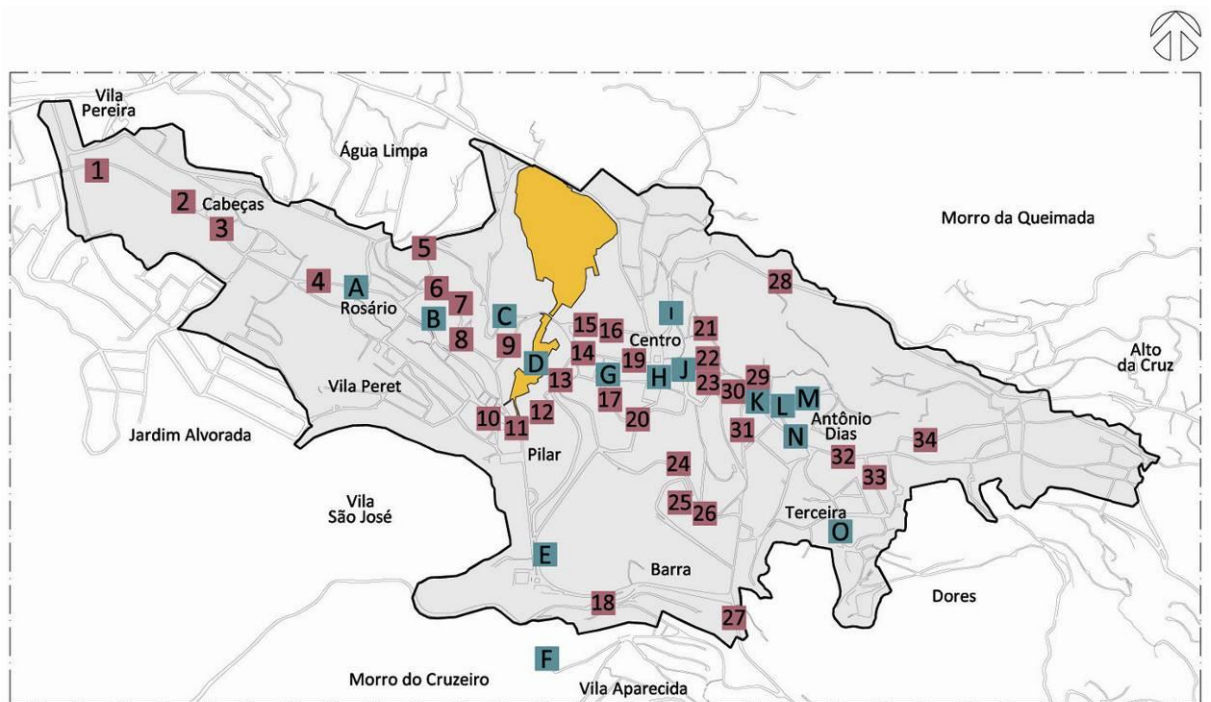
do patrimônio imaterial, educação para o patrimônio e formação de mão de obra apta a trabalhar em intervenções de restauração. Há, no entanto, ressalvas à seleção empreendida pelo Programa, que acabou por dar continuidade à tradição de concentrar recursos nos bairros centrais. Segundo Villaschi (2014, p. 108), “Elitização e espetacularização do patrimônio, valorização imobiliária e estetização mercantil da área central são alguns dos seus produtos imediatos [do Programa Monumenta].”¹⁶ O autor usa, ironicamente, a expressão “velhos em folha” (p. 109), para indicar o perfil dos trabalhos realizados. O discurso da sustentabilidade econômica legitimaria política assentada na concepção de lugares como objetos de consumo. Villaschi ressalta o elevado afluxo de capitais financeiros decorrente da participação do setor privado e a supressão do papel da comunidade como entidade integrada no processo decisório. Apesar dos avanços no sentido de concatenar preservação do patrimônio e planejamento urbano, nos limites ouro-pretanos, pelo menos, o Monumenta não foi, de fato, capaz de promover a gestão compartilhada do território.

Tais constatações não inviabilizam, mas, pelo contrário, tornam ainda mais patente a necessidade de discussão acerca do papel da Economia na esfera da conservação patrimonial. É fato que o mercado sozinho falha ao lidar com o setor, porque seus métodos não dão conta de abarcar plenamente as dissonâncias. Nesse quadro, é útil o conceito de capital cultural, que cumpre a função de conector entre as abordagens cultural e econômica. Define-se o conceito como reserva de valor cultural, separável de qualquer valor econômico, que dá origem, ao longo do tempo, a fluxo de bens e serviços também detentores de valor cultural (TORRE, 2002).

¹⁶ As duas instâncias em que atua o Monumenta – o tratamento do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira – tiveram, segundo o autor, os seguintes resultados em Ouro Preto: a primeira ficou reduzida à expectativa da população por ampliar o uso dos equipamentos recuperados, sem que tomasse parte, efetivamente, desse processo de recuperação; a segunda, sob a retórica da sustentabilidade, acabou vinculada ao consumo dos lugares.

Em entrevista concedida à autora, Benedito Tadeu de Oliveira (2016a), ex-chefe do ETIOP/IPHAN, também se posiciona criticamente em relação à seleção dos projetos beneficiados pelo Programa. Ele aponta, dentre outros casos, a exclusão do sítio arqueológico do Morro da Queimada, de inegável relevância histórica e vítima de grave pressão antrópica.

Figura 3 Mapa indicativo dos imóveis e espaços públicos selecionados pelo Programa Monumenta. Foram também realizadas intervenções no mobiliário urbano e sinalização da cidade



LEGENDA

— Área de Preservação Especial 01 (APE01)

Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos

Espaços e imóveis públicos selecionados pelo Programa Monumenta

Imóveis privados selecionados pelo Programa Monumenta

0 250 500 1000

A Ponte do Rosário	1 Rua Alvarenga, 733 - Cabeças	18 Rua Rodrigo Silva, 36 - Vila Aparecida
B Ponte Seca	2 Rua Alvarenga, 460 - Cabeças	19 Rua Conde de Bobadela, 42 - Centro
C Casarão Rocha Lagoa	3 Rua Alvarenga, 370 - Cabeças	20 Rua Costa Sena, 151 - Centro
D Horto dos Contos	4 Rua Alvarenga, 58 - Cabeças	21 Rua dos Paulistas, 136 - A. Dias
E Solar Baeta Neves	5 Rua Henrique Adeodato, 139 - Centro	22 Rua Cláudio Manoel, 22/26 - Centro
F Casa dos Inconfidentes	6 Rua Getúlio Vargas, 136 - Rosário	23 Rua Cláudio Manoel, 96 - Centro
G Casa da Ópera e anexo	7 Rua Getúlio Vargas, 145/167 - Rosário	24 Rua Xavier da Veiga, 179 - Centro
H Casa da Baronesa	8 Rua Getúlio Vargas, 94 - Rosário	25 Rua Xavier da Veiga, 65 - Centro
I Terminal Barão de Camargos	9 Rua São José, 171 - Centro	26 Rua Xavier da Veiga, 47 - Centro
J Casa de Gonzaga	10 Pça Mons.Castilho Barbosa, 31 - Pilar	27 Rua Pandiá Calógeras, 49/59 - Barra
K Adro e largo de Antônio Dias	11 Rua do Pilar, 130 - Pilar	28 Rua Cons. Quintiliano, 360 - Centro
L Casa do Folclore	12 Rua do Pilar, 85 - Pilar	29 Rua Bernardo Vasconcelos, 113 - A. Dias
M Ponte do Palácio Velho	13 Rua Paraná, 142 - Centro	30 Rua do Aleijadinho, 88/90 - A. Dias
N Ponte do Antônio Dias	14 Rua Conde de Bobadela, 159 - Centro	31 Rua Felipe dos Santos, 98 - A. Dias
O Capela das Dolores	15 Rua Sen. Rocha Lagoa, 159/167 - Centro	32 Ladeira de Santa Efigênia, 49 - A. Dias
	16 Rua Sen. Rocha Lagoa, 117 - Centro	33 Rua Barão do Ouro Branco, 58 - A. Dias
	17 Rua Costa Sena, 285 - Centro	34 Rua Dr. João Veloso, 93 - Alto da Cruz

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela SMPDU/PMOP.

2.1.2 Gênese conceitual e descrição do projeto

O projeto de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos estabeleceu-se, desde o princípio, como intervenção âncora do Programa Monumenta em Ouro Preto. Isso porque, enquanto as demais ações de intervenção física estiveram concentradas em edificações e equipamentos tombados, produzindo impacto reduzido no tecido antigo da cidade, a requalificação daquela área, ainda que mantendo a concentração de recursos na zona central, permitiu a extensão dos benefícios à comunidade ouro-pretana e aos visitantes. Era enfim possível contar com infraestrutura de lazer em localidade onde sua oferta é tradicionalmente escassa.

O papel do Parque na manutenção do equilíbrio entre espaços edificados e não edificados, em sítio de intensa pressão imobiliária e progressivo adensamento construtivo, tem sido também crucial. Sobre o assunto, cabe mencionar a apreensão da arquiteta Vanessa Braide, então Chefe da Divisão Técnica da 13ª Superintendência do IPHAN, registrada em memorando datado de 3 de outubro de 2002, em parecer resultante da análise do Termo de Referência para contratação do projeto:

Ressalte-se que a preservação dessa área enquanto área verde é de fundamental importância na paisagem da cidade, **a pressão do crescimento urbano pelo qual Ouro Preto vem passando no decorrer dos anos vem promovendo seu adensamento, mudando a relação de suas áreas verdes e edificadas**, grande parte das áreas verdes da cidade trata-se na realidade de fundos de quintal dos lotes, que vêm sendo constantemente ocupados. **O Vale dos Contos e Horto Botânico têm papel fundamental na preservação da paisagem de Ouro Preto**, portanto, qualquer intervenção proposta para o local deve ser cuidadosamente estudada. (ARQ SMPDU, Memorando nº 165/02 DT/13ªSR/IPHAN, 2002, p. 1, grifos nossos).

Antes de executado o projeto, conformava-se ali área residual, subutilizada, em profundo estado de degradação social e, ainda mais grave, ambiental. Era espaço em que desaguavam ligações clandestinas de esgoto e para onde vizinhos lançavam livremente seus detritos. Todo o esforço foi direcionado no sentido de consolidar seu caráter público e integrá-lo à cidade, através da oferta de zonas de lazer e repouso, e com declarada intenção de modificar-se a postura dos moradores do entorno.

Figura 4 Vista geral do Vale dos Contos, antes da intervenção



Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, [2003?], slide 03.

Foram consolidadas e abertas trilhas para pedestres, que interligam a Rua Padre Rolim, desde o antigo edifício da Santa Casa de Misericórdia¹⁷, e o bairro do Pilar. Entre as duas zonas do Parque, há ainda possibilidade de acesso à Rua São José, principal eixo comercial de Ouro Preto, através de passagem pelo saguão da Casa dos Contos. Saneou-se, mesmo que não completamente, o Córrego dos Contos e foram demolidas as construções às suas margens, fazendo valer a classificação como Área de Proteção Permanente (APP), de acordo com o Novo Código Florestal¹⁸. Engendrou-se a oportunidade de restauração das fachadas posteriores do casario setecentista que cordeia o Vale, ainda que tal intento não se tenha concretizado. Na mesma direção, a abertura do local a público pautou-se no discurso de maior possibilidade de controle e fiscalização, por parte dos órgãos competentes, dos acréscimos nessas mesmas fachadas e das construções irregulares nos fundos de lotes.

Antes mesmo de contratado o projeto, no ano de 2003¹⁹, uma série de dados e informações foi produzida através de ações complementares, como o levantamento fotogramétrico das fachadas posteriores dos imóveis localizados no contorno do Vale e o levantamento

¹⁷ O antigo edifício da Santa Casa de Misericórdia está, desde 2009, em processo de restauro e modernização. Nele, será implantado o Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto.

¹⁸ Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

¹⁹ Contrato celebrado entre PMOP e Archi 5 Arquitetos Associados na data de 21 de março de 2003, no valor de R\$65.000,00. Posteriormente, foram assinados três Termos Aditivos, nas datas de 10 nov. 2003, 11 mar. 2004 e 1 jan. 2005.

fundiário. Muitas das escrituras dos imóveis periféricos ao Vale dos Contos se perderam, por conta de um incêndio, de modo que já não havia mais certeza acerca do que era chão público ou chão privado. Moradores com quem conversamos²⁰ afirmam estenderem-se seus terrenos até as margens do Córrego dos Contos. Entretanto, segundo Wanderson Gomes (2016), Superintendente da SMPDU/PMOP, foi necessário trabalho de investigação para restabelecer esses limites. Delimitada com precisão a área pública, coube à equipe de projeto determinar o perímetro no Parque. O critério utilizado pelo grupo coordenado por Alder Catunda foi, simplificada, o de considerar as linhas de proteção das margens do Córrego, onde é vetada a construção. A solução pretendeu respeitar as condições naturais do sítio: incorporaram-se os pontos mais planos, propícios à ocupação e implantação de equipamentos. Há ali acentuada inclinação nas encostas, de forma que o desnível entre frente e fundos de lote chega a alcançar, em casos extremos, mais de vinte metros. Da mesma maneira, foram considerados, nesse processo de delimitação, os terraços utilizados como pomares e os muros em alvenaria de pedra seca que os circunscrevem. Manter esses muros como elementos balizadores do Parque era, inclusive, diretriz de projeto. A descontinuidade entre eles, no entanto, facilitou invasões de lotes pelas áreas posteriores e tal vulnerabilidade conduziu à subsequente instalação de gradis metálicos em toda a divisa do Parque²¹. Ficou, assim, claramente estabelecido o limite entre áreas públicas e privadas naquele miolo de quadra, estrutura tradicional do urbanismo colonial português.

Há duas espacialidades muito precisas no desenho proposto (FIGURA 5). No Horto, com quase 61.000m², concentram-se os decks, mirantes e trilhas. A proposta de paisagismo acompanha a vegetação exuberante que já crescia, naturalmente, naquele trecho, constituída por espécies nativas e exóticas. O único equipamento de maior porte é um anfiteatro, mas de capacidade reduzida, com apenas 60 lugares. É, portanto, zona de

²⁰ Entrevistas realizadas entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

²¹ Em ofício datado de 22 de fevereiro, Vanessa Braide, Maria Raquel Ferreira, Inaiana Guerra e Wanderson Gomes, funcionários da UEP, apresentam justificativa, a Marco Antônio Galvão, Coordenador Técnico do Programa Monumenta, para inclusão do item “fechamento do Parque” no pedido de segundo aditivo ao contrato. É informado que, no caso do Vale dos Contos, o fechamento pretendido corresponderia à delimitação do Parque em relação aos quintais privados próximos, que, por vezes, se confundia. A inevitabilidade do cercamento teria sido constatada durante as obras, quando se registraram problemas com as edificações vizinhas. O documento segue: “A fim de garantir **a segurança do local e consolidar a função pública do Parque**, fez-se necessário seu completo fechamento, evitando-se inclusive o acesso noturno ao local, não previsto em projeto.” (ARQ SMPDU, Ofício 030/2008 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID, p. 2, grifo nosso).

contemplanção e repouso, para o que contribui a configuração do sítio, de aguda declividade. O Vale, por sua vez, tem apenas 9.600m², e nele construíram-se anfiteatro com mais que o dobro da capacidade do anterior, recebendo até 130 pessoas; quadra sintética, resultado da recuperação de campo improvisado já existente, com instalação de arquibancada e vestiários; e parque infantil. De fato, aquele espaço era já apropriado e utilizado, com certa frequência, por parte dos moradores do entorno. Os projetistas entenderam que sua função, ali, seria garantir melhores condições de uso. A proposta paisagística, para além da reconstituição da vegetação ciliar do Córrego, assumiu como procedimento dar continuidade às espécies frutíferas e hortaliças comumente cultivadas nos quintais. Predominam no local jabuticabeiras, bananeiras, pessegueiros, figueiras e mangueiras.

Figura 5 Distintas áreas do projeto, Horto Botânico e Vale dos Contos, ainda em concepção preliminar



Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, [2003?], slide 16.

Em termos de partido arquitetônico, privilegiou-se, no desenho dos equipamentos, solução volumétrica e material que garantisse a fusão das construções com a paisagem. Para tanto, optou-se por coberturas planas e vegetadas e por materiais como pedra, metal e madeira. De fato, Catunda (2016) justifica a escolha ressaltando que uma das mais relevantes funções do Parque era justamente evitar novas invasões no lugar, pelo que não caberiam os critérios

regulamentados pelo IPHAN para intervenções na Área de Preservação Espacial 01 (APE 01), em que o terreno está inserido. A Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, prevê, em seu artigo 22, inciso II, a “Manutenção das tipologias arquitetônicas predominantes, no que diz respeito aos planos e materiais de cobertura, ritmo e proporção de aberturas nas fachadas, cores, gabarito e implantação no lote, sendo recomendada a substituição e/ou adequação de construções incompatíveis com o SÍTIO TOMBADO: [...]” (INSTITUTO..., 2010, p. 5, destaque no original). Apesar de estabelecido praticamente no centro geográfico da APE 01 (FIGURA 1), o Parque constitui, numa interpretação acertada, projeto de exceção, não suscetível, portanto, à normativa geral instituída para novas construções pelo órgão de preservação.

Figura 6 A materialidade proposta pelos projetistas contribui para integrar as edificações do Parque ao entorno



Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, [2003?].

Os estudos e o diagnóstico elaborados pela equipe da Archi 5 indicam nove possibilidades de acesso ao Parque, das quais quatro foram executadas e apenas três permaneceram em pleno funcionamento. Foi intenção elementar da proposta estabelecer o acesso principal ao equipamento pelos antigos terraços do Horto Botânico, hoje incorporados a edificação localizada à Rua São José, junto à Ponte dos Contos²². Consequentemente, os vestígios do

²² Sobre a conformação original do antigo Horto, consultar o tópico 2.1 *O antigo Horto Botânico de Ouro Preto*, no segundo capítulo desta dissertação.

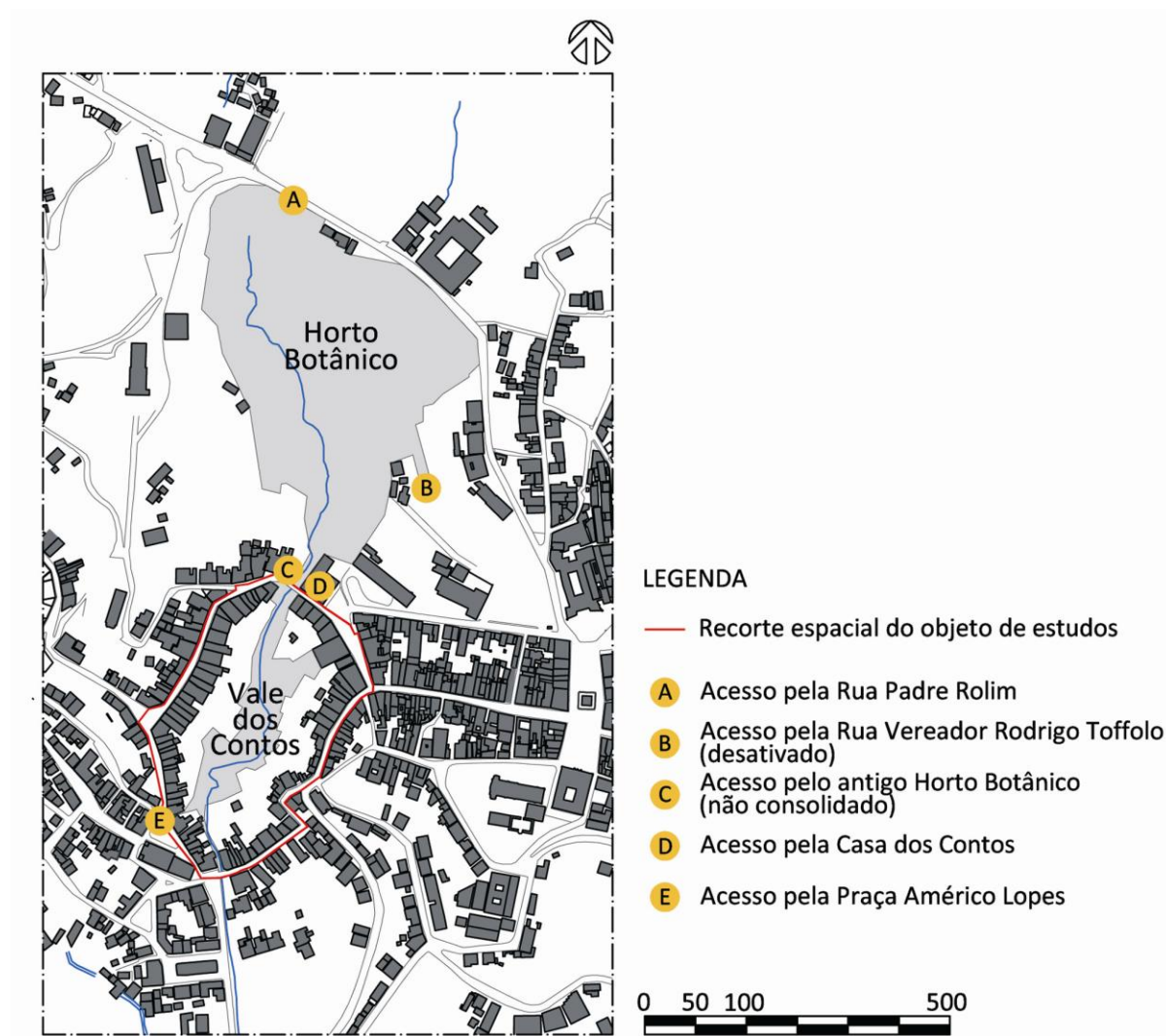
jardim do século XVIII seriam recuperados, a partir de rigorosa pesquisa arqueológica²³, e incorporados à nova intervenção. A PMOP, no entanto, não empreendeu a desapropriação necessária, fato de que trataremos mais detalhadamente adiante, e o acesso não se consolidou. Negociações com o Museu Casa dos Contos permitiram a passagem de visitantes pelo saguão do edifício. Os demais acessos estão localizados à Rua Padre Rolim, próximo à rodoviária da cidade, à Praça Américo Lopes, junto à Igreja do Pilar, e à Rua Vereador Rodrigo Toffolo, nas proximidades da Praça Tiradentes (FIGURA 7). Este último permaneceu aberto durante os primeiros quatro anos de funcionamento do Parque, isto é, entre 2008 e 2012. Por questões de segurança e em comum acordo entre moradores e Prefeitura, optou-se pelo seu fechamento. Foi cogitada também alternativa de implantação de teleférico, interligando as ruas Padre Rolim e São José (FIGURA 5). Tal hipótese acabou vetada pelo IPHAN, com a interpretação do novo meio de deslocamento como ameaça à integridade da paisagem.

Sobre a recuperação das fachadas posteriores, apesar de constituir, claramente, premissa de atuação desde o primeiro momento em que se intencionou abrir o espaço do Vale a uso público, ainda em finais dos anos de 1960, não houve, praticamente, adesão por parte dos moradores do entorno. Catunda (2016), ao ser questionado sobre o tema, informa que a equipe de projeto imaginou que

[...] trazendo vida praquele miolo de quadra, trazendo gente, essa coisa toda, o movimento ia permitir inclusive que alguns imóveis abrissem mais pra esse fundo de lote, especialmente os restaurantes e bares, né. [...] a gente privilegiou o uso público, né. Que esse uso público ia contaminar então esses estabelecimentos privados que, por sua vez, iam aproveitar dessa revitalização e investir um pouco nas recuperações das suas fachadas posteriores [...].

²³ Benedito Tadeu de Oliveira entende que as ações no campo da Arqueologia deveriam ter sido mais amplas, abrangendo toda a área do Horto e estendendo-se, ainda, ao Vale dos Contos. Sobre o tema, conferir OLIVEIRA, 2016b. De fato, a realização de um trabalho arqueológico aprofundado teria permitido melhor embasamento das decisões de projeto e seriam úteis, inclusive, à identificação mais precisa daquelas permanências dos Setecentos de que tratamos em nossa investigação.

Figura 7 Mapa indicativo dos acessos



Fonte: Arquivos da SMPDU/PMOP. Adaptado pela autora.

Isso não aconteceu. No perímetro do Vale, apesar do interesse por parte da Administração²⁴, apenas três imóveis foram inscritos e contemplados pelo programa de financiamento de reforma e recuperação de imóveis privados do Monumenta, que previa juros zero para os beneficiários. Localizam-se à Rua São José, nº 171, Rua Paraná, nº 142 e Rua do Pilar, nº 130. Esse é, entretanto, tema para ampla discussão. Que diretrizes teórico-metodológicas de restauração seguiriam esses projetos? Aquelas fachadas posteriores encontram-se já

²⁴ Benedito de Oliveira (2016a) informa que, no dia da inauguração do Parque, o então presidente do IPHAN e à altura Coordenador Geral do Programa Monumenta, Luiz Fernando de Almeida, lhe pediu que fosse feito um aditivo ao contrato com a empreiteira para recuperação das fachadas posteriores. Isso não foi adiante: com efeito, dois editais foram lançados pelo Monumenta para recuperação e restauração de imóveis privados em Ouro Preto, o primeiro em 2005 e o segundo em 2008, com baixíssima adesão, de apenas 34 edificações em toda a cidade.

profundamente descaracterizadas, tanto em termos de materialidade quanto de volumetria. É também improvável a localização de registros que se possam tomar como base para elaborar essas intervenções, situação que poderia ser revertida caso fosse levado a cabo rigoroso trabalho de Arqueologia. O fato é que muito pouco resta, efetivamente, das fachadas originais, provavelmente de construção tão modesta e precária quanto as presentes, como é bem típico naquele modelo de ocupação urbana.

Figuras 8a e 8b Praça Américo Lopes, frentes e fundos de lotes



Fonte: Fotos da autora, maio 2015.

2.2 Acordos e conflitos

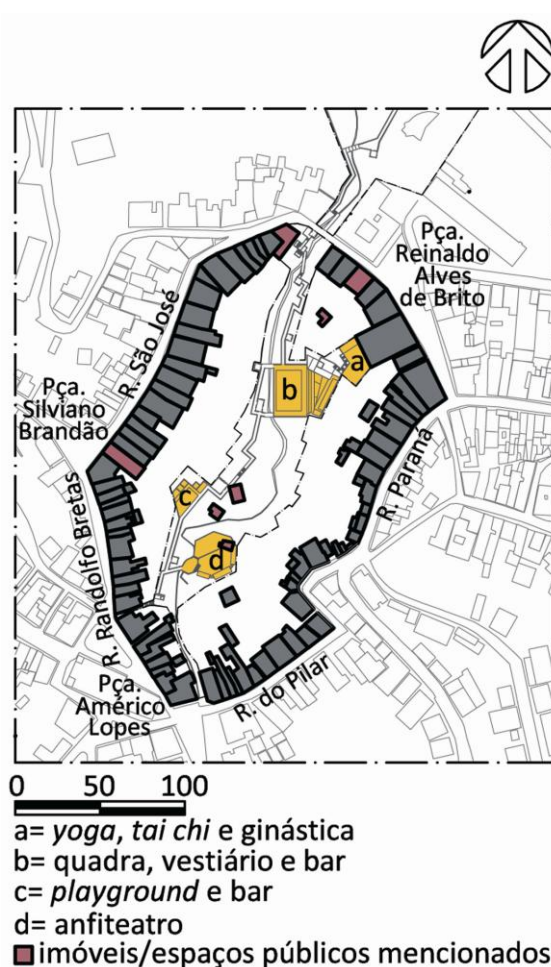
2.2.1 Desapropriações e demolições

A temática das desapropriações e demolições atravessou toda a trajetória de conformação do Horto Botânico e Vale dos Contos. O primeiro documento em que a questão é levantada data de 6 de novembro de 2003 (ARQ SMPDU, Ofício 277/2003 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID), oito meses após a contratação da equipe de projeto. No registro, Camila Ribeiro, então Coordenadora da UEP de Ouro Preto, solicita a Lúcio de Sena, Secretário Municipal de Obras, que laudo referente às invasões na área delimitada para o Parque fosse elaborado por Comissão de Avaliação Técnica, com o explícito objetivo de se proceder à reintegração de posse, por parte do município, dos terrenos em que imóveis haviam sido irregularmente edificadas.

Dois anos depois, em dezembro de 2005, correspondência assinada por Gabriel Gobbi, sucessor de Camila na função de coordenar a UEP, e Paulo Guimarães, pertencente ao mesmo órgão, endereçada a Benedito Tadeu (ARQ SMPDU, Ofício 174/2005 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID), informa constituir escopo do projeto a eliminação ou demolição de todas as áreas invadidas ou edificadas clandestinamente que interferissem na limpeza e tratamento paisagístico a serem realizados no local. A 6 de abril do ano seguinte, são apresentadas certidões de inexistência de imóveis cadastrados nas áreas delimitadas para a implantação do Horto e do Vale.

O primeiro registro dos constantes e cada vez

mais recorrentes contatos entre a UEP e a Procuradoria Geral do Município, no sentido de providenciar e, mais adiante, agilizar os procedimentos para desocupação da área de projeto, vai se dar em julho de 2006 (ARQ SMPDU, Ofício 134/2006 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID). Nessa altura, alguns proprietários são convocados a apresentar documentação de posse de seus terrenos junto à Procuradoria. Outros se adiantam e enviam, por iniciativa própria, escrituras, plantas topográficas e títulos de domínio, como foi o caso de proprietário de edificações localizadas à Rua São José, apontando superposição entre o perímetro da intervenção e a área de sua propriedade²⁵. Alegou-se ainda, nesse caso, desconhecimento da comunidade do entorno acerca do projeto a ser implantado, ao que a UEP responde relembrando a realização das duas audiências públicas (ARQ SMPDU, Ofício 140/2006 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID). É fato que o longo intervalo, de quase três anos, entre as sessões e o início efetivo dos trabalhos, contribuiu



²⁵ Em correspondência datada de 27 de julho de 2006, Márcio Abdo de Freitas encaminha documentação relativa aos imóveis situados à Rua São José, n^{os} 1, 3, 9, 15 (outrora 17), 21 e 23 (ARQ SMPDU/PMOP, 2006).

para a falta de ciência, por parte dos moradores vizinhos, acerca do que estava em andamento nos fundos de seus lotes.

As atas de reunião revelam a inconstância do percurso. Foram analisadas 78 delas, entre as datas de 4 de setembro de 2006 e 2 de outubro de 2008, envolvendo, majoritariamente, representantes do Programa Monumenta, do ETIOP/IPHAN e da empresa Total Engenharia e Empreendimentos Ltda²⁶, responsável pela execução do projeto. Em 25 dessas atas, há referência ao tema das desapropriações, associado sempre à imprescindibilidade de liberação das frentes de trabalho. Os debates concentram-se entre os meses de novembro de 2006 e setembro de 2007. Em momentos diversos esteve-se, inclusive, sob ameaça de paralisação das obras, com todos os prejuízos e transtornos associados aos trâmites de desmobilização e nova mobilização de canteiro.

A 30 de outubro de 2006 (ARQ SMPDU, Ofício 004/2006), a empreiteira solicita, pela primeira vez, o maior empenho possível, por parte da UEP, em mantê-la informada acerca da liberação do trecho do Vale dos Contos, com o intento de evitar desrespeito ao cronograma físico-financeiro do contrato. As negociações seguem vagarosamente. A insustentabilidade da situação transparece em ofício de 6 de fevereiro do ano seguinte (ARQ SMPDU, Ofício 008/2007), encaminhado pelo engenheiro da construtora, Leonardo Rocha, à equipe da UEP. A gravidade do caso obriga Rocha a encaminhar cópia do documento ao então Prefeito, Ângelo Oswaldo, ao Secretário Municipal de Obras, Júlio Pimenta, e a Benedito Tadeu. Em tal registro, são indicados os dois ofícios e as cinco atas de reunião em que o tema já havia sido tratado e se revela o esgotamento das frentes de atuação. A partir daí, há mobilização no sentido de proceder às ações cabíveis, ainda que a morosidade na solução dos casos tenha acarretado, efetivamente, atrasos e desequilíbrio no cronograma físico-financeiro.

Seis meses após o envio da primeira comunicação por parte da construtora, a situação é ainda grave, o que se pode constatar em correspondência (ARQ SMPDU, Ofício 302/2007 ETIOP/IPHAN) enviada por Benedito Tadeu ao Coordenador do Programa Monumenta,

²⁶ A empresa foi contratada como executora da Obra de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos. A Ordem de Serviço nº 003/2006 foi assinada a 24 de agosto de 2006. O prazo de execução e o valor iniciais eram, respectivamente, de quinze meses e R\$3.482.821,92. Após a assinatura de dois Termos Aditivos, o valor final passou para R\$3.957.168,00. Dentre as intervenções do Programa, essa foi a de custo mais elevado, com investimento significativamente superior, cabe observar, aos das demais ações.

Marco Antônio Galvão, com cópia para o Presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. Datado de 2 de abril, o documento solicita contato por parte da UCG com a PMOP, para que se solucionasse o problema das desapropriações.

Ofícios encaminhados pela equipe de obras registram ter havido três tentativas até que se iniciassem, de fato, os serviços de recuperação da zona baixa do Parque, que compunham a segunda etapa do cronograma. Em todas elas, houve impedimento, por parte dos vizinhos, da realização de quaisquer atividades. Os funcionários teriam sido proibidos até mesmo de circular pela área²⁷. As primeiras indisposições foram identificadas no trecho em que seria construída a escada de ligação entre Horto e Vale, junto ao antigo Banco Real, localizado à Rua São José (FIGURA 9); no terreno onde estava prevista a construção de parque infantil, aos fundos de edifício voltado para a Praça Silviano Brandão; no espaço para prática de *tai chi chuan* e ioga e para implantação de deck quádruplo e trecho de trilha, nos fundos de edificações voltadas também para a Rua São José. Enquanto nos dois primeiros casos, houve negociação com os proprietários, que cederam áreas subutilizadas de seus terrenos, este último trecho do projeto não chegou a ser executado, devido a não liberação da área pela UFOP, evento de que trataremos daqui a duas seções.

Enquanto essas pendências não foram resolvidas e a circulação dos trabalhadores na zona do Vale não foi, em decorrência, autorizada, os trabalhos não puderam ser iniciados. Isso acontece apenas em novembro de 2007. Para além dos prejuízos decorrentes das difíceis negociações com vizinhos, o cenário foi-se gradativamente agravando pela emersão de incompatibilidades entre a proposta executiva e as reais condições de intervenção. Isso resultou da ausência, quando da elaboração do projeto original, de detalhes topográficos, geológicos e fundiários, dadas as dificuldades de acesso ao terreno.

Os conflitos concentraram-se, de fato, na extensão encerrada em nosso recorte espacial investigativo: enquanto no Horto houve demolição de um imóvel apenas – próximo ao ponto em que se ergueu o anfiteatro - no Vale, foram três as construções postas abaixo (FIGURA 10). Nas duas áreas, entretanto, optou-se, diversas vezes, por empreender adaptações no projeto primitivo, sobretudo no que toca ao percurso concebido para as trilhas, de maneira

²⁷ARQ SMPDU, Ofício 016/2007; ARQ ETIOP, Ofício 021/2007; e ARQ SMPDU, Ofício 022/2007, encaminhados por técnicos da construtora a profissionais da UEP, do ETIOP/IPHAN e da PMOP.

a evitar novos custos decorrentes de desapropriações. No Vale dos Contos, às margens do Córrego, foram demolidas as casas localizadas à Praça Américo Lopes, nº 15, ocupada pelo posseiro e sua família há mais de quarenta anos, e nºs 17 e 17 fundos, apossadas pelo dobro do tempo. Merece nota a mensagem de 19 de junho de 2007 (ARQ SMPDU, Ofício 101/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID), endereçada a Lídice Costa, Procuradora Geral do Município, por Paulo Hermínio Guimarães, agora já na função de Coordenador da UEP. Guimarães deixa claro que a equipe da Archi 5 seguiu instruções, quando da elaboração do projeto, para considerar a área do de todo Parque livre, isto é, destituída das quatro construções irregulares mencionadas.

Figura 9 Escada construída junto ao edifício do antigo Banco Real



Fonte: Foto da autora, fev. 2016.

Os recursos empregados para a indenização dos proprietários dos imóveis demolidos ficaram a cargo do Município, isto é, não integraram o convênio estabelecido com o Programa Monumenta. Seus detentores receberam apenas o correspondente à benfeitoria, àquilo que haviam edificado nos terrenos, considerando que estes constituíam, em termos jurídicos, propriedade pública. Apesar de não constar inicialmente do escopo dos serviços contratados, a Total Engenharia responsabilizou-se pela demolição e mesmo pelo suporte aos antigos proprietários para a retirada de seus bens do interior das casas, com objetivo de evitar o agravamento do atraso nas obras.

Wanderson Gomes (2016), Superintendente da SMPDU/PMOP exprime, em uma palavra, que teor tiveram esses processos: “Complicadíssimo. Desapropriação judicial, na maioria. A maioria teve que ter ação judicial pra desapropriação, inclusive tutela antecipada.” Essa última expressão significa que, dada a imprescindibilidade dos terrenos para efetivação do projeto e a urgência da Prefeitura em liberá-los, os valores determinados pela Justiça foram depositados e a garantia à demolição, concedida. Permanece, entretanto, o direito, por parte dos proprietários, de levar o processo adiante, requerendo valor mais alto. Segundo Gomes, havia, em janeiro de 2016, quando da realização da entrevista, processos ainda não encerrados.

O Termo de Recebimento Definitivo da Obra será assinado por Vanessa Braide na data de 10 de novembro de 2008.

Figura 10 Os três imóveis demolidos no Vale dos Contos



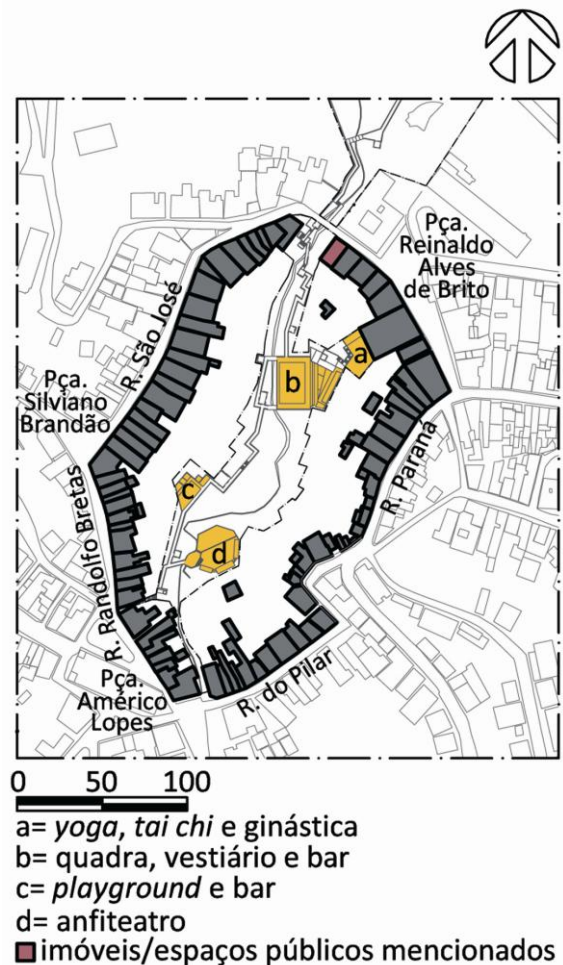
Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, [2003?], slide 25. Setas indicativas incluídas pela autora.

2.2.2 Sistema de esgotamento sanitário

Durante os trabalhos de pesquisa em arquivo, encontrou-se, no ETIOP/IPHAN, relatório técnico descritivo e propositivo que tem como objeto o Córrego dos Contos e os terrenos a ele adjacentes. Apesar de não haver indicação de data e responsabilidade pela elaboração do trabalho, é assinalada, no corpo do texto, sua vinculação ao Programa Monumenta. O objetivo consiste no estudo do curso d'água e, complementarmente, do sistema de esgotamento sanitário na área do Horto e Vale, para posterior preparação do Projeto Executivo de Saneamento do Córrego dos Contos (ARQ ETIOP/IPHAN, [200-]).

Inclui-se, nesse material, relato detalhado das condições de saneamento do Córrego, que tem nascente localizada na zona do Horto, escoada pelo fundo de vale e segue em galeria aberta, após a Ponte do Pilar, até desaguar no Ribeirão do Funil. O sistema integra a Bacia do Rio Doce. As visitas técnicas permitiram identificar residências com aparelho precário de esgotamento sanitário, erguidas às margens ribeiras. Suas instalações não se conectavam às redes existentes. Os emissários faziam o lançamento diretamente nos terrenos ou, em determinados casos, dentro do leito do rio.

Dado relevante obtido a partir da pesquisa é que as redes irregulares pertenciam apenas a 10% dos domicílios. E mais: seriam exatamente esses 10% os maiores prejudicados, por tratar-se de edificações erguidas nos fundos dos terrenos, em contato direto, portanto, com as águas contaminadas. Eram imóveis de construção recente, erigidos em cota mais baixa que a do nível da rua. Tornava-se dificultada, portanto, sua integração à rede de coleta regular. Seus moradores eram os mais afetados pelo mau cheiro e pela presença de animais transmissores de doenças. Além do problema dos lançamentos clandestinos *in natura*, grave porém em menor quantidade, constatou-se ligação de esgotos em redes de águas pluviais.



Conclui-se que conscientizar a comunidade moradora do entorno seria a forma mais eficaz para a reversão do quadro de degradação ambiental, que incluía ainda o acúmulo de resíduos sólidos também provenientes dos casarões periféricos. A ligação de sistemas de esgoto à rede pluvial corresponderia a 80% do problema de poluição do Córrego. Os 20% restantes reuniriam os lançamentos clandestinos, desde a nascente até o Pilar. Aponta-se para a viabilidade de construção de estação de tratamento de esgoto, o que não chega a ser empreendido pelo Monumenta. O relatório retoma, por fim, a diretriz de utilização dos fundos das casas como novas frentes, revitalizado aquele espaço. Seria ocasião oportuna para surgimento de novas atividades comerciais direcionadas para o turismo e consequente manutenção da sustentabilidade econômica do projeto. Pelo teor do discurso, não há dúvida de estarmos nos primeiros anos do Monumenta, quando, como vimos, era patente a ênfase na perspectiva financeira.

O desenvolvimento de sistema de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais foi escopo do projeto contratado em 2003. Correspondência entre Catunda e Gobbi, de 31 de maio de 2005, indica não ter havido, entretanto, informações suficientes para sua correta elaboração (ARQ SMPDU, 2005). O arquiteto salienta o quão essencial seria o levantamento das contribuições existentes, a ser fornecido pela Prefeitura, para que sua equipe pudesse proceder à complementação do projeto original.

Mais uma vez, recorreremos à análise das atas de reunião, identificando agora aquelas que tratam dos impedimentos para a execução das redes de esgoto e drenagem. Das 78 analisadas, 23 abordam o tema, e dentre estas, 16 concentram-se entre 12 de setembro de 2007, um ano após a primeira ata registrada, e 11 de junho de 2008, penúltima ata catalogada. As dificuldades se agravaram, portanto, na segunda metade do período de execução.

Fica a cargo do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE/PMOP) a função de interceptar as emissões responsáveis pela contaminação do Córrego, função essa que envolve, assim como no caso das desapropriações, negociações com moradores adjacentes e que, por esse motivo, não encontrará solução simples. Ressaltemos a inevitabilidade de abordar-se a conjuntura sob viés sistêmico e integrado. O tratamento do esgoto na extensão do Horto e Vale dependeria, fundamentalmente, de ação a empreender no bairro São Francisco (FIGURA 1).

Observe-se a gravidade das circunstâncias: em ofício de 29 de agosto de 2007, Ana Guimarães, arquiteta da Total Engenharia, solicita a Paulo Hermínio Guimarães, Coordenador da UEP, que a Prefeitura providencie com urgência a captação dos esgotos lançados clandestinamente (ARQ SMPDU, 2007). Naquele momento, havia sido finalizada construção de barragem, em área próxima ao Grande Hotel. Corria-se o risco, diante da proximidade do período de chuvas, de que no local se criasse represa de esgoto, com consequente agravamento das já tão insatisfatórias condições ambientais.

Vanessa Braide (2016), quando questionada sobre a quem caberia a responsabilidade de promover as ligações até a nova tubulação implantada, descreve o cenário conflituoso em que, a altura, se operava:

Complicado, né. Mas isso não é feito, se você for depender do proprietário, porque ele vai dizer que não tem recurso, né, que não tem... E que assim, já que é uma área pública, tem que ser... É aquela questão exatamente que você tá trabalhando: público, privado. Porque aí você vai pensar assim, quando o esgoto é da minha casa, eu sou responsável dali pra dentro. Na hora que sai pro passeio a tubulação, quem faz essa ligação com a rua é a COPASA [Companhia de Saneamento de Minas Gerais], né. [...] Lá em Ouro Preto, é aquela questão. **É aquela linha tênue entre o público e o privado.** Então era muito complicado isso, eu acho, imagina que você tem, pelo que eu verifiquei lá na época, você tinha as redes que chegavam *in natura*, igual você falou, até o Córrego. Então se entendeu que, ali, da forma como tava, realmente pra ligar na rede pública, seria realmente a Prefeitura que iria ligar. (grifo nosso)

Houve esforços também no sentido de adaptar o desenho da rede de drenagem de águas pluviais previsto em projeto, com vistas a evitar superposições em trechos de terrenos particulares. É o que responde Benedito Tadeu a, novamente, Vanessa Braide (ARQ ETIOP, Ofício nº 299/2008 ETIOP/IPHAN). O técnico informa estar de acordo com a pequena alteração de percurso do sistema na área do Vale, empreendendo-se, sempre que possível, sua retirada de limites privados.

Ainda nesse âmbito, destaca-se declaração, pela PMOP, da utilidade pública, acompanhada de autorização para instituir faixa de servidão administrativa, para passagem de rede de drenagem e esgoto, em imóvel à Rua São José, nºs 21 e 23²⁸. As atas de reunião²⁹ assinalam

²⁸ Decreto nº 1.109, de 29 de abril de 2008.

²⁹ Atas datadas de 9 abr. 2008, 30 abr. 2008, 21 maio 2008, 04 jun. 2008 e 11 jun. 2008.

resistência por parte dos proprietários e intervenção do Departamento Jurídico da Prefeitura. Até março de 2016, quase oito anos após a data em que o Decreto entrou em vigor, a questão estava ainda por ser resolvida.

Depreende-se daí que, apesar do empenho, o Córrego não foi completamente saneado. Constatou-se, durante visitas realizadas pela autora, a continuidade de lançamento clandestino, sobretudo em trecho entre a portaria e a Ponte do Pilar. Convém no entanto anotar que, para além da reestruturação dos sistemas de drenagem e esgotamento, realizou-se trabalho de recuperação da vegetação ciliar, por intermédio da erradicação de plantas invasoras e recomposição da flora do Vale. O projeto paisagístico adotou como diretriz a valorização dos muros de pedra e terraços, com o cuidado de não promover vigorosos contrastes entre a massa vegetada e as fachadas de fundos das edificações antigas.

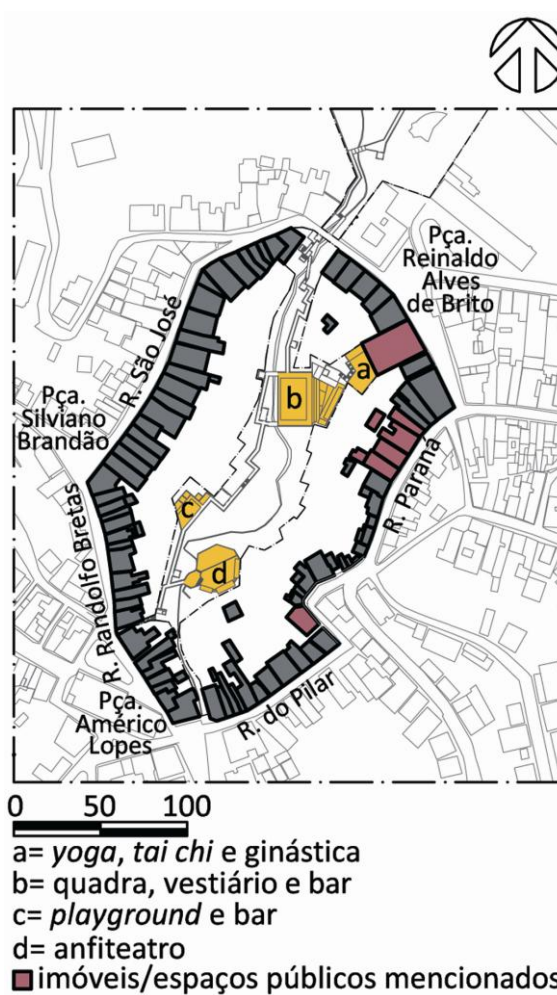
Figura 11 Tubulação lançando esgoto diretamente no Córrego, próximo à portaria do Pilar



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

2.2.3 Propriedades da UFOP

São seis os imóveis pertencentes à UFOP no perímetro do Vale dos Contos: os tradicionais Cine Vila Rica e repúblicas Aquarius, Nau sem Rumo, Necrotério, Ninho do Amor e Pulgatório³⁰. No caso do primeiro, o gerenciamento é efetivamente conduzido pela Universidade. Nas repúblicas, são os próprios estudantes os responsáveis por selecionar novos moradores, administrar e providenciar a manutenção das edificações, tendo, para isso, de levantar recursos oriundos principalmente da promoção de eventos, como o Carnaval e a chamada Festa do Doze³¹. Apesar de não constituir escopo deste trabalho, não podemos deixar de mencionar a significatividade das repúblicas na estruturação da vida cotidiana



ouro-pretana. São complexas e, portanto, dignas de análise aprofundada e específica, as relações entre alunos e moradores vizinhos. Há, por um lado, quem celebre a presença dos estudantes, que trazem certo arejamento a cidade de preceitos ainda tradicionais. Há, entretanto, aqueles que condenam com veemência sua conduta, pela realização constante de festas com som em alto volume e intenso consumo de bebida alcoólica. Além disso, a presença das repúblicas desequilibra o mercado de aluguéis e é interpretada, por proprietários de hotéis e pousadas, como competição injusta no que concerne à hospedagem de turistas (VILLASCHI, 2014).

³⁰ As localizações desses imóveis são, de acordo com a ordem em que foram apresentados, Praça Reinaldo Alves de Brito, nº 47; Rua Paraná, nº 26; Rua Paraná, nº 40; Rua do Pilar, nº 2; Rua Paraná, nº 24; e Rua Paraná, nº 54. As repúblicas foram fundadas nas décadas de 1960 e 1970, não tendo, necessariamente, ocupado os imóveis em que estão atualmente instaladas. O cinema foi estabelecido em prédio de antigas feições ecléticas, erguido em 1886 para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios. Teve o cinema inauguração em 1958, após ter o imóvel sido adquirido pela família Tropia. Sofreu a edificação reforma cujo objetivo, não alcançado plenamente, era impelir-lhe características coloniais, por determinação do antigo SPHAN. Passou à administração da UFOP em 1985, depois de quatro meses fechado por ausência de público. (SILVA *et al*, 2012).

³¹ Evento organizado anualmente, na data de 12 de outubro, para celebrar o aniversário da Escola de Minas.

Por assumirem o controle de suas residências, dividindo entre si tarefas como limpeza e manutenção dos edifícios e capina dos quintais, os estudantes entendem, ousamos dizer, os casarões como “coisa sua”, bens em que investem trabalho e recursos para garantir boas condições de habitabilidade. Em relato concedido à autora na data de 24 de fevereiro de 2016³², estudante da República Ninho do Amor descreve o que era o Vale dos Contos antes da abertura do Parque. Ele afirma que havia dois campos de futebol: um pertencente a uma casa localizada na Rua do Pilar e outro, em parte mais alta do terreno, utilizado majoritariamente pelos moradores das residências estudantis. Aquele estava onde se construiu o anfiteatro e este fora reformado para dar lugar a quadra poliesportiva, com piso em grama sintética e equipada com arquibancada e vestiários. O acesso ao antigo campo, de infraestrutura precária e piso em terra batida, se fazia pelo fundo das repúblicas ou por estreita passagem – chamada “passa um” – que vinha desde a atual portaria do Pilar, margeando o Córrego. Era habitual, segundo o estudante, que, terminadas as aulas na Universidade, por volta das cinco horas da tarde, um aluno fosse a uma das janelas de fundos das casas e gritasse “beira”, para que todos descessem e se iniciasse partida de futebol. O termo “beira” é alusão à expressão “beira bosta”, como era designado o campo, por inspiração no nome do estádio porto-alegrense Beira Rio e em alusão às más condições ambientais do Córrego. Esse espaço de fundos era, dessa maneira, lugar de realização de campeonatos, festas e ensaios de blocos de Carnaval³³ (FIGURA 12).

Braide (2016) descreve a apropriação daquele espaço pelos estudantes e as dificuldades enfrentadas pela equipe técnica quando do início dos trabalhos no terreno do campo de futebol:

Não, é aquilo que eu te falo, foi uma ocupação, como foi Ouro Preto dos fundos. Ocupação natural. Como era uma área que ninguém usava e os meninos tavam muito próximos ali, eles fizeram ali um campo de futebol. Então assim, ia tirar, **ia deixar de ser o campo privado deles e passar a ser um campo público**, onde todo mundo ia poder... Claro que o campinho deles era terra, né, e a gente ia fazer uma coisa melhor, né, mais

³² Relato concedido informalmente à autora e, portanto, não registrado em áudio e nem transcrito.

³³ Sobre os ensaios de Carnaval, é pertinente apontar documento, encaminhado pelas repúblicas Aquarius e Poleiro dos Anjos, solicitando autorização à Maria Cristina Silva, Coordenadora da UEP, para uso do campinho em ensaio geral e concentração do Bloco 69 (ARQ SMPDU, Ofício 003/2006).

apropriada. Mas ia tirar completamente... eles tinham um portãozinho, lá no fundo do quintal deles tinha um murinho, tinha um portãozinho, abria o portãozinho e ia jogar bola. Fazia festa ali, jogava bola, então era deles, né, e houve realmente esse embate. Eu cheguei a estar lá no dia em que as máquinas entraram e veio um monte de aluno, desceu, pra falar pra gente **que era pra parar máquina, que não ia fazer nada lá, que o terreno era deles.** (grifos nossos).

E mais adiante:

Porque pra gente que tava acompanhando a obra, já tava certo o espaço, já tinha o projeto, o espaço tava delimitado, de ocupação. Então a gente não entrou nesse mérito, do que poderia, do que não poderia porque, igual você falou, já tinha sido feito um estudo fundiário, já tinha se chegado à conclusão de que forma que seria ocupado. O projeto já tava pronto, já tava detalhado, então a gente tava basicamente acompanhando a obra pra que fosse feito conforme o projeto, né, e quando foi feito, aí a gente teve essa surpresa. **Não foi a UFOP, foram os alunos mesmo.** (grifo nosso).³⁴

Figura 12 Campeonato de futebol entre repúblicas, década de 1990. Notar, em último plano, as fachadas de fundos dos casarões



Fonte: Acervo da República Ninho do Amor.

O que segue à frustrada investida é o envio de documento por Paulo Hermínio Guimarães ao então Reitor da UFOP, Prof. João Luiz Martins (ARQ SMPDU, Ofício 173/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID). O Coordenador da UEP descreve as intenções do projeto,

³⁴ Em casos como o descrito, os conflitos são ignorados na esperança de que eles se dissipem por conta própria, ao longo do tempo. Essa incapacidade dos gestores de antecipá-los fica evidente no fato de sua emergência apenas quando da execução das obras, paralisando, ainda que provisoriamente, todo o processo. (MYERS *et al*, 2009)

que incluíam, para além da remodelação do campo, a construção de espaço tratado com piso em saibro para a prática de *yoga*, ginástica e *tai chi chuan*, nos fundos do Cine Vila Rica. O acesso aos novos equipamentos seria facultado ao público indistintamente. Informa-se, ao final do ofício, que as obras na área do Horto encontravam-se já em fase de encerramento e que o início das intervenções no Vale estava previsto para o mesmo mês.

Outro ofício (ARQ SMPDU/PMOP, Ofício 314 PRE), de 10 de outubro de 2007 e encaminhado por Aldo D'Ângelo, Prefeito Universitário, a Paulo Hermínio, dá ciência de realização de reunião, no gabinete do Reitor, na data de 28 de setembro daquele ano. Além dos dois nomes mencionados, estiveram presentes o Prof. João Luiz Martins, o Prof. Antenor Barbosa Júnior, Vice-Reitor, e o Prof. Gilberto da Silva, Pró-Reitor de Planejamento. Na ocasião, ficara acordado que o caso seria levado ao Conselho Universitário e que, até que fossem concluídas as negociações, as obras permaneceriam paralisadas. D'Ângelo acusa o não cumprimento do acordo, por parte da UEP, constatada a presença de máquinas em atividade no terreno da República Aquarius. Diante do exposto, solicita imediata interrupção dos trabalhos até que se resolvessem os trâmites legais.

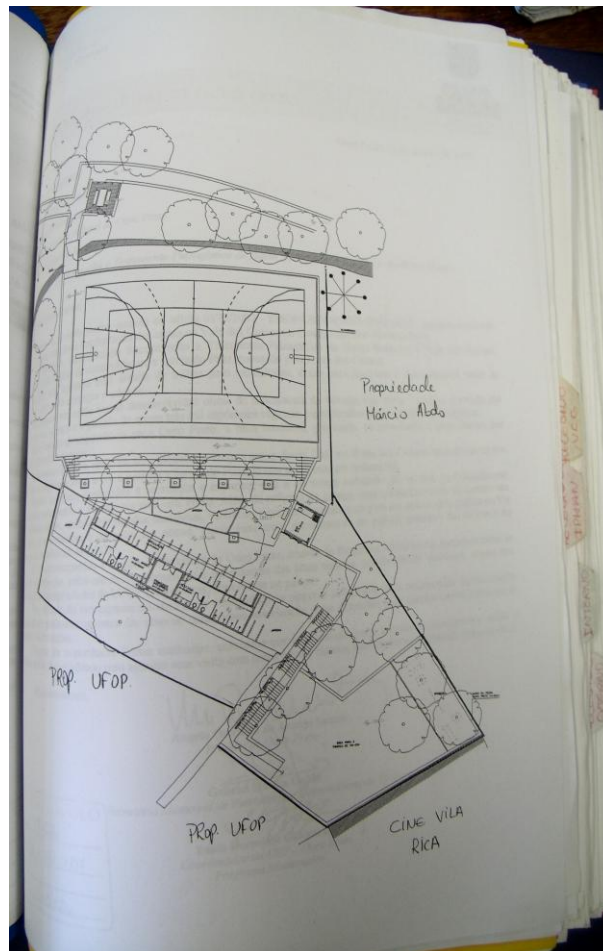
O ofício seguinte (ARQ SMPDU, Ofício 215/2007 GAB), de 11 de outubro, parte do Gabinete do Prefeito Ângelo Oswaldo, reapresentando o projeto ao Reitor e informando que, como contrapartida à cessão dos terrenos, o município executaria, através do Programa Monumenta, as obras de construção, infraestrutura, paisagismo e saneamento, com acesso livre dos moradores das residências estudantis ao Parque (FIGURA 13). Ao final, é solicitada autorização para que se desse prosseguimento às intervenções.

A 20 de novembro, é emitida a Resolução CUNI nº 853 que, pautada em Parecer da Comissão de Assuntos Patrimoniais do Conselho Universitário da UFOP³⁵, determina que: 1) a área de fundos do Cine Vila Rica não deveria ser cedida, porque a proposta impediria o livre acesso ao porão do edifício; 2) estaria permitida reestruturação do campo de futebol, desde que garantido uso prioritário dos estudantes à nova quadra, bem como manutenção

³⁵ A Comissão compunha-se pelo Prof. Antenor Barbosa Júnior, Presidente, Prof^a Raquel Machado, Diretora do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Prof. Luiz Fernando Teixeira, Diretor da Escola de Farmácia, Prof^a Guiomar de Grammont, Diretora do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura, e Prof. José Geraldo Britto, Diretor da Escola de Minas.

do acesso ao Parque pelos fundos das repúblicas, com o controle exercido pelos próprios moradores; 3) seria exigida revisão do limite entre a área de intervenção e o muro da República Necrotério, então recém-recuperado. (ARQ SMPDU, 2007)

Figura 13 Documento anexo ao Ofício 215/2007 GAB, apresentando trecho do projeto contíguo às propriedades da UFOP



Fonte: ARQ SMPDU, Ofício 215/2007 GAB.

O disposto na Resolução é acatado pela UEP sem maiores contestações. A Figura 14 deixa ver que, de fato, não houve recuperação da área de fundos do cinema. O salão sob a sala de projeção está hoje inutilizado. Há, porém, planos para instalação de centro de produção audiovisual pela própria Universidade, inclusive com previsão de tratamento para o espaço externo.³⁶ As aulas de *tai chi chuan*, enquanto estiveram ativas, foram ministradas no anfiteatro do Vale dos Contos. Quanto aos alunos das repúblicas, eles tiveram seu antigo

³⁶ Informação concedida informalmente pelo Prof. Maurício Leonard, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP, a 19 fev. 2016.

campo reformado, mas sua relação com os gestores do Parque foi, por diversas vezes, intranquila. Conforme será exposto na última seção do capítulo, nem sempre foi cumprido o acordo de garantia do uso prioritário do equipamento aos universitários.

Figura 14 Acesso ao porão do Cine Vila Rica, sob a sala de projeção. O espaço para a prática de *tai chi chuan*, previsto em projeto, não pôde ser implantado



Fonte: Foto da autora, fev. 2016.

Apesar do embate travado entre a UEP e a Universidade, Benedito Tadeu (2016a) ressalta o papel da UFOP como incentivadora do projeto, fosse através do fornecimento de dados e levantamentos diversos, fosse denunciando as invasões. O chefe do ETIOP/IPHAN afirma que, mesmo diante das denúncias, antes do advento do Programa, não havia condições de evitar as irregularidades, causadoras de graves prejuízos ambientais.

2.2.4 Allegro Piano Bar

Ainda que esteja fora de nosso recorte espacial, vale tratarmos, rapidamente, das negociações que conduziram à criação do Allegro Piano Bar, por se tratar de mais um desdobramento da temática das relações entre público e privado, dessa vez, com resultado positivo.

O projeto, de autoria dos arquitetos Sylvio de Podestá e Marília Carneiro, consistirá em bar musical, anexo ao Grande Hotel de Ouro Preto. É resultado de acordo estabelecido na data de 1º de dezembro de 2006, entre a SMPDU/PMOP, o ETIOP/IPHAN e o proprietário do edifício, Jarbas Avelar (ARQ SMPDU, 2006). Ficara estabelecida a requalificação de edificação anexa arruinada, onde funcionava a caldeiraria do Hotel (FIGURA 15), voltada para o Horto Botânico, como medida compensatória pela incorporação de área privada ao Parque. Isso significa que, apesar de o processo ter sido conduzido dentro dos trâmites legais, houve maior empenho por parte dos técnicos dos órgãos no sentido de dar sequência à aprovação da proposta. Foi oportunidade de se retomar o tema do Grande Hotel em Ouro Preto e de conceber o que poderia ser compreendido, em última instância, como intervenção sobre o que consistia já em intervenção no sítio acautelado.

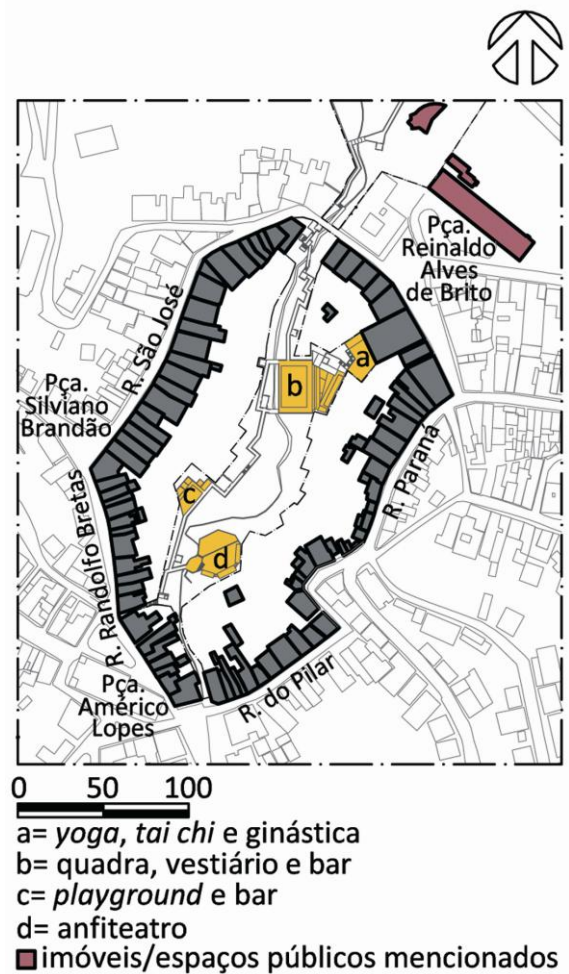


Figura 15 Aspecto geral do anexo ao Grande Hotel de Ouro Preto, onde funcionava a caldeiraria

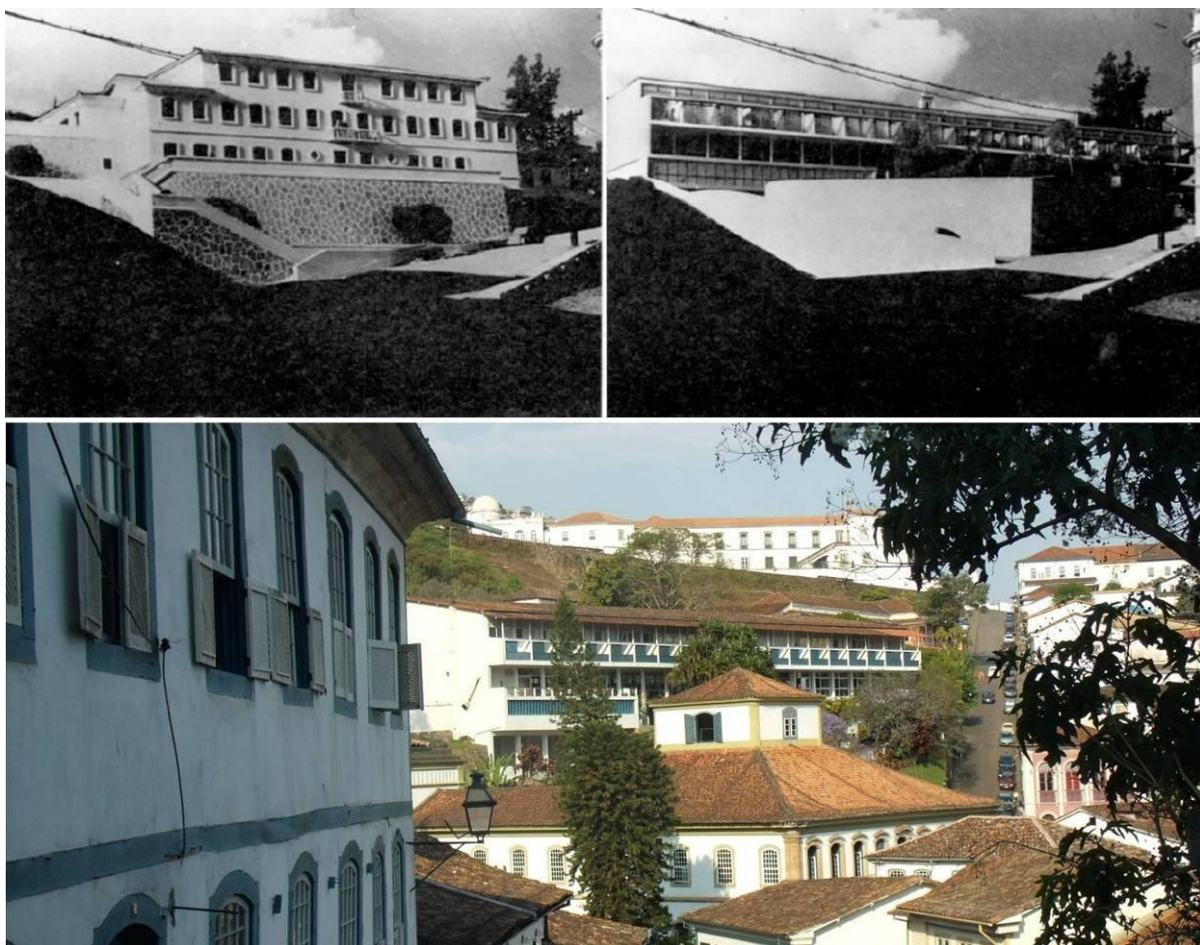


Fonte: Arquivos da SMPDU/PMOP.

As linhas modernas do Grande Hotel foram concebidas em momento fulcral da história da arquitetura brasileira. Estávamos em estágio de constituição mesma do SPHAN – os

chamados “tempos heroicos” (FONSECA, 2005) - e, conseqüentemente, de construção das diretrizes e normativas determinadoras das ações nos centros antigos do país. Não havia regras definidas e, em decorrência, o projeto demandou da intelectualidade modernista esforço de reinterpretação do desenho barroco e, a partir dele, de proposição de arquitetura em tudo comprometida com seu tempo³⁷.

Figuras 16a, 16b e 16c Acima, maquetes dos projetos de Carlos Leão e Oscar Niemeyer, respectivamente. Abaixo, aspecto atual do Grande Hotel



Fonte: Acima, MOTTA, 1987, p. 112 e abaixo, foto da autora, out. 2015.

Imaginado em pleno casco antigo de Ouro Preto, o Allegro Piano Bar talvez represente uma das maiores novidades para o conjunto protegido, desde o próprio Grande Hotel. Constitui severo desafio às premissas fundadoras das práticas rotineiras do órgão federal de preservação. Propõe partido que, apesar de estruturalmente fundamentado na paisagem, rompe sem cerimônia, no que toca à forma e à materialidade, com as preexistências.

³⁷ Cf. COMAS, 2010.

Rompe, em sentido mais amplo e radical, com a sacralidade de uma cidade que é, ainda hoje, exaltada como monumento.

Sem conexão física com o Grande Hotel, com andar térreo e mezanino, cobertura em laje plana vegetada, estrutura metálica e fechamento em panos de vidro recobertos por treliça também vegetada, Podestá e Carneiro intervêm de forma sutil, perseguindo mais que a simples integração, a fusão mesma entre edifício e paisagem.

Figuras 17a, 17b e 17c Primeira versão do Allegro Piano Bar: volumetria, planta baixa e perspectiva interna



Fonte: Arquivo da SMPDU/PMOP.

Consta do memorial descritivo elaborado por Podestá:

Aparentemente **recolhido sob um manto verde para que sobrevivam os velhos e novos telhados**, quinta e importante fachada da cidade vista por cima (como todas), se incrusta na íngreme topografia qual cristal ou pedra lapidada, em inflexões transparentes de forma a compor espaços de estar, ouvir e ver através de, por dentro, permitindo a troca entre o que está e o que é visto de maneira total. **Estrutura afiada, fina, invisível**; materiais quentes, pedra, madeira e gente formatam a inserção. Um piano bar para uma cidade que se consagrou com um incrível festival de *jazz*, dentre outras consagrações, poderá estender este e outros sons pelos dias afora. (ARQ SMPDU, 2008, p. 2, grifos nossos).

Essa primeira versão não obteve, porém, aprovação do IPHAN, tendo-se alterado as suas características essenciais. A solução aceita pelo órgão oficial distancia-se, quase que completamente, da radicalidade do desenho primitivo. O traçado anguloso cede lugar a linhas sinuosas, mantendo muito pouco das ideias elementares imaginadas pelos arquitetos. Em novo memorial, os autores informam ter consultado mais o espírito do lugar que as construções do século XVIII. “O pastiche é desrespeitoso porque mente, falsifica o tempo, faz da Arquitetura decoração para turistas desavisados. **A boa Arquitetura fala de seu tempo e dispensa artifícios.**” (ARQ SMPDU, 2009, não paginado, grifo nosso).

A seguir, no exercício compositivo da fundamentação da proposta, Podestá e Carneiro procuram trazer aos órgãos de preservação a perspectiva de que a mudança constante é

intrínseca à vida urbana. Elencam construções no núcleo tombado pertencentes a épocas distintas e que, quando implantadas, também romperam com a lógica tradicional de implantação da cidade no território. A Casa dos Contos, imposição monumental pouco interessada em estabelecer diálogo com a arquitetura civil do entorno; a Igreja de São Francisco de Assis, para cujo projeto, segundo os arquitetos, Aleijadinho teria consultado o lugar, ação que respaldara implantação magistral, integrada à paisagem e, em simultâneo, profundamente interventiva na topografia natural; a Igreja Metodista, que apesar da conciliação com o contexto pela escala e implantação na testada do lote, foi solução polêmica à sua época, dado o contraste provocado pelo telhado borboleta; e, enfim, as fachadas modernizadas ao modo eclético do século XIX na Praça Tiradentes, já em tudo integradas ao imaginário urbano. Em resultado, preservação e transformação consistiriam, propriamente, condições de vida para a cidade.

A nova proposta, adepta do traçado curvo, é aprovada após análise da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, no ano de 2010, isto é, quase quatro anos depois de protocolada. Considerou-se, afinal, provocar a intervenção reduzido impacto na cidade, dado o fato de não estar o edifício disposto em face de quadra. O projeto segue em execução, de acordo com a versão aprovada.

Figuras 18a, 18b e 18c Versão final do Allegro Piano Bar: croqui, planta de cobertura e volumetria



Fonte: Croqui fornecido por Sylvio de Podestá (2015) e demais imagens pertencentes ao Arquivo da SMPDU/PMOP.

2.3 Acessos

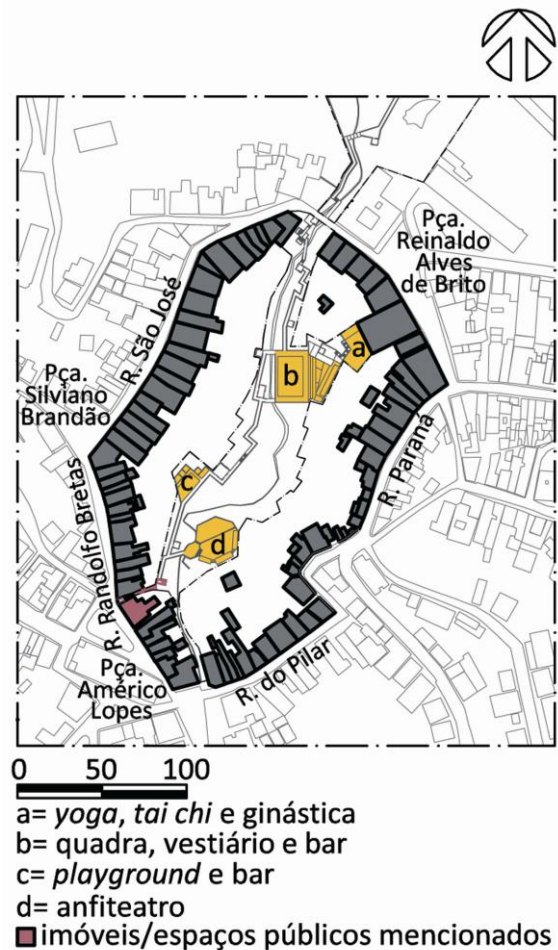
2.3.1 Acesso pelo Pilar

Tomando por referência o diagnóstico elaborado pela equipe do escritório Archi 5 Arquitetos Associados (ARCHI 5..., [2003?]), verifica-se que, dada sua disposição urbanística, o Vale dos Contos é sítio menos permeável que o Horto Botânico. Enquanto nele o único meio de acesso indicado naqueles levantamentos preliminares é beco junto à Praça Américo

Lopes, no bairro do Pilar, no Horto, há oito possibilidades de entrada, das quais apenas três foram formalizadas e duas seguiram, efetivamente, em funcionamento³⁸ (FIGURA 07).

Os casarões do perímetro do Vale ergueram-se unidos lateralmente uns aos outros, cordeando e definindo o perfil das ruas. Houve, porém, trechos de exceção, integrados, após reconstruções, a limites particulares. Tratava-se de corredores estreitos. Segundo relato de comerciantes e moradores da Rua São José³⁹, em período anterior, pelo menos, à década de 1950, havia duas passagens, junto aos atuais números 129 e 185, voltadas para aquele logradouro (FIGURAS 19a E 19b). Elas estavam interligadas ao “passa-um”, que margeava o Córrego. Utilizavam-nas os vizinhos, para frequentar os campos de futebol e aceder ao centro comercial a partir da parte baixa da cidade. No caso específico da edificação de número 185, recorda-se que o caminho servia também ao proprietário quando chegava com animais de carga, para que seguisse até o quintal e ali os guardasse.

À época de desenvolvimento do projeto, a passagem do Pilar era a única ainda em uso, para alcance daqueles equipamentos de lazer improvisados. Já não mais havia conexão com a Rua São José. A área, de formato irregular, tinha dimensões mais generosas junto à via e ia, gradualmente, tornando-se mais estreita quanto mais próxima ao centro de quadra, até transformar-se em corredor. Anexa ao imóvel



³⁸ No Horto, são implantados os acessos pela Rua Padre Rolim, próximo à rodoviária, Rua São José, através do saguão da Casa dos Contos, e Rua Rodrigo Toffolo. Segundo Leonardo Rezende (2016), funcionário da SMMA/PMOP e Gestor do Vale entre 2010 e 2012, este último acesso chegou a funcionar até os primeiros meses de sua gestão. Sua inutilização resultou de acordo entre moradores do entorno e Prefeitura, movido, sobretudo, por questões de insegurança e vulnerabilidade, diante de restrições no orçamento municipal para manter um funcionário na portaria.

³⁹ Concedidos durante os trabalhos de campo, entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

localizado à Praça Américo Lopes, nº 19, nela construiu-se edificação composta por subsolo e pavimento térreo, onde funcionava garagem. Delimitava-a muro frontal, onde se dispunham um portão para veículos e outro para pedestres. Este permanecia constantemente aberto, de forma a garantir acesso irrestrito aos campos de futebol. (FIGURA 20)

Figura 19a e 19b Antigas passagens de ligação entre a Rua São José e o Vale dos Contos



Fonte: Fotos da autora, jan. 2016.

Não estava prevista, originalmente, a reformulação daquele espaço. Propunha-se apenas a construção da portaria de acesso ao Parque, já distante do arruamento e em cota inferior àquela da garagem. A primeira menção ao problema acontece durante a execução dos serviços. Diante das dificuldades de circulação e acessibilidade à zona do Vale, sobretudo em se tratando do deslocamento de máquinas e equipamentos de grande porte, o engenheiro Leonardo Rocha, técnico da Total Engenharia, encaminha, a 30 de agosto de 2006, solicitação à equipe da UEP de que se liberasse o acesso ao Vale através da garagem, por questões de logística de execução dos serviços e de cumprimento do cronograma (ARQ SMPDU, Ofício 001/2006).

A documentação só registrará retomada do tema em fase mais avançada das obras. A 10 de dezembro de 2007, mais de um ano depois da primeira ocorrência, Vanessa Braide envia correspondência a Juliana Souza, Assessora Jurídica da Procuradoria do Município, requisitando ação de desapropriação. A garagem, de 15.77m², estaria prejudicando a visibilidade no beco de acesso ao Vale dos Contos (ARQ SMPDU, Ofício 256/2007

PMOP/UEP/MONUMENTA/BID). Dias depois, a 14 de dezembro, Ana Guimarães, arquiteta da Total Engenharia, inclui a requalificação da entrada do Pilar no pedido de segundo aditivo ao contrato, sob a justificativa de que a construção existente interferia “[...] na visão do Vale dos Contos, tornando a entrada estreita, estrangulada, com baixa qualidade estética e pouco convidativa [...]” (ARQ SMPDU, Ofício 025/2007, p. 6). Acrescenta a conveniência de proceder também a intervenção em muros particulares às margens do Córrego, próximos à guarita de acesso, em estado de conservação precário e sob risco de desabamento.

O item é aprovado pela equipe técnica da UEP e a solicitação de aditivo é encaminhada ao ETIOP/IPHAN e à UCG, em Brasília. Após complementação do material apresentado, solicitada por este último órgão, a requalificação é incluída no orçamento e no cronograma executivo. Os muros, entretanto, não são contemplados.

Figura 20 Aspecto do acesso ao Vale dos Contos pelo Pilar, antes da intervenção



Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, [2003?], slide 15.

Dentre a documentação analisada, tem destaque trecho da justificativa de desapropriação, apresentada por Braide a Fernanda Litwinski, nova Assessora Jurídica da Procuradoria do Município:

O beco em questão é o único acesso direto ao Vale dos Contos independente do percurso que o liga até o Horto Botânico sob a Ponte dos Contos na Rua São José. O local encontra-se prejudicado pelo

estrangulamento visual promovido por garagem que avança em direção ao beco.

O motivo de desapropriação da garagem é o de promover acessibilidade ao local, pela demolição do volume construído que avança sobre o beco e impede visualmente o acesso ao Vale dos Contos, além de **consolidar a vocação do local como área pública impedindo que intervenções privadas realizadas na edificação em questão impliquem em prejuízo à acessibilidade do parque.** (ARQ SMPDU, Ofício 038/2008 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID, não paginado, grifo nosso).

Apesar de realizada a demolição e empreendida a requalificação daquele espaço, ainda hoje os moradores vizinhos intervêm no local de maneira autônoma.

Figuras 21a e 21b À esquerda, placa indica o acesso requalificado. À direita, portaria do Parque. Notar a escada junto à guarita, construída por morador local



Fonte: Fotos da autora, jan. 2016.

2.3.2 Acesso pela Rua São José

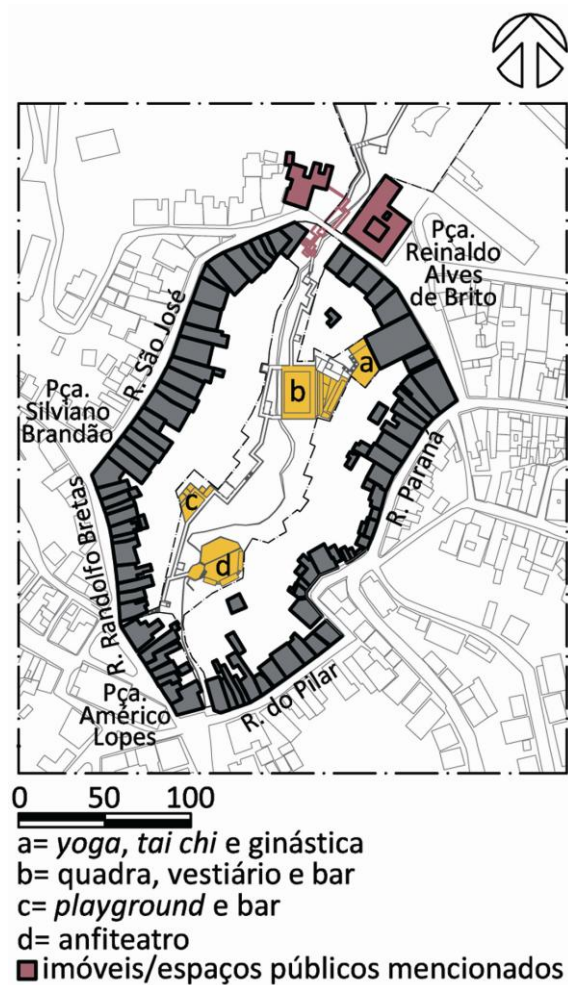
Em entrevista, o arquiteto Alder Catunda (2016) recorda que o entendimento comum em sua equipe quando das proposições inaugurais para o projeto do Parque era de que o interesse maior do Programa Monumenta iria além da oferta de espaço de lazer à comunidade ouro-pretana. Seria obviamente ação antecessora e crucial a recuperação dos vestígios arqueológicos daquilo que constituíra, em fins século XVIII, o segundo horto botânico da América portuguesa. Tomando essa premissa como norte, os técnicos determinaram o acesso principal ao novo equipamento pelo pequeno trecho lateral do

edifício voltado para a Rua São José, junto à Ponte dos Contos. Esse segmento guarda indícios materiais da antiga casa de vivenda do Horto, de maneira que seria perfeitamente viável estabelecer sua conexão com os terraços que compunham o jardim de finais do século XVIII (FIGURA 22). Os trabalhos de Arqueologia poderiam, inclusive, permitir a identificação do acesso original, de forma a adequá-lo para que integrasse o projeto do Parque. A edificação está hoje ocupada por lojas em seu pavimento térreo e restaurante no superior. Este último empreendeu expansão para os referidos terraços, dispondo sobre eles mesas, cadeiras e floreiras.

De fato, para além da capital intervenção arqueológica com vistas à salvaguarda dos restos do antigo Horto, a conexão do Parque com a Rua São José era determinante para o sucesso da empreitada. Lembremos tratar-se da maior centralidade de Ouro Preto, por onde circulam, sem cessar e em distintos horários e dias da semana, moradores e visitantes.

Pouco mais de sete meses após a assinatura do contrato com a Archi 5, Camila Ribeiro, Coordenadora da UEP à época, solicitava a Lúcio de Sena, então Secretário Municipal de Obras, que a Comissão de Avaliação Técnica do Município aferisse o valor da casa situada à Rua São José, 52. Justificava informando que talvez se procedesse, mais tarde, à desapropriação, diante da perspectiva de que o bem se convertesse em um dos acessos ao Parque (ARQ SMPDU, Ofício 277/2003 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID).

O tema é retomado por Catunda quase quatro anos depois, já no auge da execução do projeto. A 6 de julho de 2007, o arquiteto contata Gabriel Gobbi, agora à frente da UEP, em resposta a consulta acerca de alterações pelas quais tivera de passar o plano original, dadas as incompatibilidades de ordem topográfica. É mencionada aqui, pela primeira vez, a execução de passarela promovendo a interligação entre o Parque e o Horto histórico. Para o



arquiteto, o antigo jardim deveria ser integralmente incorporado ao novo espaço público, permitindo-se sua prospecção, restauração e visitação (ARQ SMPDU, 2007).

Figura 22 Resquícios da antiga casa de vivenda do Horto Botânico de Ouro Preto



Fonte: Foto da autora, maio 2015.

A matéria é mais uma vez abordada por Ana Guimarães, arquiteta da Total Engenharia. Em comunicação de 29 de agosto de 2007, dirigida a Paulo Hermínio Guimarães, novo Coordenador do Monumenta na cidade, a profissional insiste na viabilização do acesso ao Parque através da Rua São José e demonstra ciência de que a solução dependeria, essencialmente, de negociações com proprietários de imóveis vizinhos (ARQ SMPDU, 2007). Era momento, note-se, em que se recorria já a outras alternativas de ingresso pela São José. Uma delas, através de edifício situado em frente ao pleiteado, onde ainda hoje funciona estabelecimento bancário, também não obteve êxito, por desinteresse do proprietário.

Vanessa Braide, à mesma época em que está tratando da garagem irregularmente edificada junto à entrada do Pilar, propõe a Juliana de Souza, Assessora Jurídica da Procuradoria do Município, que providencie termo de cessão de passagem pública entre a PMOP e os responsáveis pela outrora casa de vivenda do Horto. Em último caso, informa a Coordenadora da UEP, poderia ser empreendida desapropriação apenas da área externa (ARQ SMPDU, Ofício 255/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID). Em outro documento, com data de 28 de janeiro de 2008 (ARQ SMPDU, Ofício 023/2008

PMOP/UEP/MONUMENTA/BID), Braide afirma que a ligação não havia sido plenamente determinada em projeto por encontrar-se aquela saída em terreno privado, o que constituiria entrave ao início dos trabalhos de execução.

As negociações não vão adiante, mas é erguida a passarela mencionada no ofício de Catunda. Ela parte da lateral da Casa dos Contos e termina junto aos terraços do jardim do século XVIII. Em uma das extremidades, um guarda-corpo impede o acesso aos antigos canteiros, que permanecem dentro de limites particulares (FIGURA 23). A ata de reunião de 30 de abril de 2008 registra a decisão: “Ficou resolvido que será instalado guarda-corpo metálico na ponte contígua à Casa dos Contos (ponte nova), [...] como também será instalado fechamento no final da ponte, impedindo o acesso ao jardim, já que ainda não foi resolvida a questão da desapropriação pelo departamento jurídico da Prefeitura.” (ARQ SMDU, Ata de Reunião – Projeto Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos).

Quando questionado sobre o porquê de não se ter levado adiante o processo de desapropriação, Wanderson Gomes, Superintendente da SMPDU/PMOP, informa:

[...] a área era muito complicada de desapropriar, porque tinha uma briga em família. Olha, pra você ver, a entrada da Ponte dos Contos, era uma família que era dona, vários herdeiros. Pra você desapropriar uma coisa com vários herdeiros, era uma confusão. Então, assim, acabou-se desistindo da situação [...] (2016).

Essa incerteza acerca de como se resolveria a conexão entre o Parque e a Rua São José e, consequentemente, entre Horto e Vale, em dependência sobretudo do acerto entre agentes públicos e privados, traduziu-se em postergação do solucionamento desse detalhe em projeto. Por conta da inviabilidade do arranjo do vínculo entre as duas áreas do Parque por sobre a Ponte dos Contos, optou-se por fazê-lo sob o monumento, com todas as indagações que vêm a reboque de intervenção em bem individualmente tombado em nível federal (FIGURA 24). Catunda (2016) admite ter sido a passagem ponto de difícil resolução no projeto, no que concorda Bonduki, em sua crítica à obra:

A conexão entre os dois setores do parque sob a ponte dos Contos era o **aspecto mais sensível do projeto**, pois seria inevitável interferir num singelo monumento histórico que ali se encontra: uma ponte de pedra, com um único arco, que ultrapassa um pequeno curso d’água.

[...]

O problema não era fácil de ser enfrentado, mas a solução encontrada pode não ter sido a melhor. Não se conseguiu a mesma sutileza presente no restante da intervenção exatamente onde era mais importante, ou seja, no cruzamento do novo caminho com um monumento nacional. Este talvez tenha sido o único deslize de todo o projeto, mas, é bom ressaltar, o resultado não foi um desastre, apenas não acompanha a excelência que caracteriza a intervenção como um todo. (2010, p. 213, grifo nosso).

Figura 23 Ponte com guarda-corpo na extremidade, junto aos terraços do antigo Horto



Fonte: Foto da autora, maio 2015.

Agravou o caso a inexatidão dos levantamentos topográficos, pouco correspondentes à realidade observada *in loco*. Tudo isso conduziu a uma série de modificações no desenho primitivo e à relevância cada vez maior do papel da UEP como entidade articuladora entre as equipes de projeto e execução.

A mesma inexatidão entre levantamento e situação real do terreno exigiu a transposição de trilha próxima à Ponte dos Contos, ainda na zona do Horto. Paulo Hermínio faz contato com o Administrador do Museu Casa dos Contos a 23 de agosto de 2007 (ARQ SMPDU, Ofício 151/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID) solicitando autorização para implantar trilha junto à calçada lateral da casa. Fica esclarecido que a passagem permaneceria no mesmo nível do caminho de pedra existente e teria largura de 1.50 metros. A trilha não pudera ser construída conforme a previsão original porque, se assim fosse feito, ela cairia em domínios particulares. O equívoco resultara da incompatibilidade entre o traçado do leito do Córrego

registrado em projeto e sua posição verdadeira. Ata de 12 de setembro de 2007 registra a autorização, por parte do administrativo da Casa (ARQ ETIOP, Ata de Reunião – Projeto Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos).

Figura 24 Ponte de conexão entre Horto e Vale e passagem sob a Ponte dos Contos. Ao fundo, trilha implantada ao lado da Casa dos Contos



Fonte: Foto da autora, maio 2015.

Os contatos com os gestores do Museu iniciaram-se, porém, muito antes da emergência do caso da trilha. Ainda em projeto, é indicada a viabilidade de utilizar-se o saguão da Casa como meio de acesso ao Parque:

Ela [a entrada e saída pela Casa dos Contos] foi aventada pelo projeto, ela foi simplesmente, assim, lançada, para o pessoal da Casa dos Contos, inclusive, porque a gente saiu costurando isso, né. Só que, na época, o pessoal da Casa dos Contos falou que não, que não ia fazer acesso por ali. Não quiseram porque achavam que ia comprometer a segurança da Casa dos Contos, que ia dificultar o controle de acesso de visitantes, [...]. Mas acabou que fizeram, né. (CATUNDA, 2016).

A aproximação entre os grupos de gestão do Museu e da UEP é cuidadosa e gradual. Maria Cristina Silva, à frente da instância local do Monumenta, requisita, a 26 de março de 2007 (ARQ SMPDU, Ofício 040/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID), autorização para saída da

equipe de fiscalização da obra⁴⁰ pelo saguão do equipamento. A correspondência registra que teria havido um incidente - sem maiores detalhes - o que resultara na proibição, pela própria UEP, de que os funcionários da empreiteira utilizassem a passagem. Apesar disso, a Coordenadora insiste na solicitação. Era aquela a única forma de deixar o canteiro de obras, em momento em que ainda não haviam sido iniciados os serviços no Vale, sem ter de retornar, através de percurso íngreme e estafante, até a Rua Padre Rolim. Nesse mesmo documento, a autora levanta a viabilidade de instalação de gradil metálico para proteção dos fundos da Casa, considerando que, uma vez aberto o Parque, o acesso permaneceria sem condições de controle.

Figura 25 Saguão da Casa dos Contos, com conexão para o Parque



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

A 2 de abril, ambas as requisições são consentidas (ARQ SMPDU, Ofício 022/2007/DRL/GRA/MF/MG). Ressalte-se que o gradil instalado inclui já portão e lance de escada, com a intenção de que posteriormente fosse aberto a público o acesso pela Casa. De todo modo, a inauguração da passagem acontecerá, experimentalmente, apenas a 25 de setembro de 2009, em cerimônia que sela a cooperação entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e o Ministério da Fazenda em Minas Gerais, órgão responsável pela

⁴⁰ Integravam a equipe Vanessa Braide e Paulo Hermínio Guimarães, da UEP, e Ana Guimarães e Leonardo Rocha, da Total Engenharia Ltda.

administração do Museu. Na ocasião, estiveram presentes personalidades ocupantes de altos cargos públicos, como o então Prefeito Ângelo Oswaldo; o Coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Marcos Paulo Miranda; o Presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, entre outros.

Aqui, o acordo foi estabelecido entre duas entidades públicas, estratégia considerada mais viável e menos intrincada que os processos de cessão de uso ou desapropriação de trecho da casa à Rua São José. Lamentemos, no entanto, o fato de ter-se desperdiçado ocasião propícia à imprescindível recuperação do antigo Horto Botânico. Em todo caso, conforme esclareceremos na próxima seção, a passagem pelo interior do equipamento de cultura acabou por revelar-se recurso bastante satisfatório, inclusive com resultados impensados originalmente.

2.4 Desafios de gestão

Ao longo dos sete anos de funcionamento do Parque – a partir de dezembro de 2015 decidiu-se, provisoriamente, pela interrupção das atividades –, sua gestão esteve sob responsabilidade de diferentes instâncias. Entre os anos de 2008 e 2010, ele foi diretamente coordenado pelo Gabinete do Prefeito. A partir de 2010 e até 2012, transferiu-se sua administração para a SMMA/PMOP que, neste ano, passa a compartilhá-la com a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto (ADOP), situação permanente até junho de 2015, quando a Secretaria assume outra vez o controle do equipamento.

A ADOP foi convidada pela PMOP e pelo IPHAN a participar da gestão do Parque como proponente junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), estabelecido pela Lei Rouanet. Para que desempenhasse a função, considerou-se sua ampla experiência em projetos do gênero, na cidade de Ouro Preto. O objetivo da parceria era desonerar o orçamento municipal e aprimorar o gerenciamento do espaço. Caberia à entidade a elaboração e o encaminhamento do projeto para aprovação junto ao MinC, captação de recursos, administração e promoção do Parque⁴¹.

⁴¹ A ADOP é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua na cidade de Ouro Preto desde 2005. Desenvolve projetos prioritariamente nas áreas social, cultural, ambiental e turística e promove cursos e atividades de capacitação. Dados registrados indicam, no ano de 2012, gastos da ordem de seiscentos

Entre 2008 e 2012, implantaram-se projetos-piloto, concentrados na temática da educação patrimonial. A metodologia aplicada nessas experiências iniciais pode ser aprimorada para então integrar o plano levado à apreciação do MinC, que abrangia três eixos básicos: saúde, cultura e educação, cada um deles liderado por um especialista. Por se tratar de instrumento previsto para captação e canalização de recursos em atividades culturais, não houve possibilidade de incluir, no projeto, ações fundamentais, como o manejo e a manutenção do Parque, que permaneceram a cargo da Prefeitura. Em entrevista, o Gestor do Núcleo de Projetos da ADOP, Vandeir Gonçalves (2016), sinaliza a incoerência, apesar do nítido potencial, de nunca ter sido utilizado nenhum mecanismo de compensação ambiental para atendimento daquelas demandas gerenciais, mesmo diante da presença maciça de empresas mineradoras na região. Lamenta também a ausência de planos de manejo e manutenção e de suporte para atendimento a pesquisadores.

Em respeito a recomendações da Defesa Civil do município, o Parque esteve sempre fechado em período de grande volume de chuvas, sobretudo nos meses de dezembro e janeiro. Isso se deve ao elevado risco de deslizamento de terras nas encostas delimitadoras do Parque. A situação de maior gravidade está na vertente junto à Igreja de São Francisco de Paula, na zona do Horto, tendo sido pleiteada sua recuperação, através de instalação de biomanta, no segundo pedido de aditivo⁴². Não se registra, porém, nenhum tratamento previsto para a encosta aos fundos da Rua Randolpho Bretas. A contínua erosão nessa vertente tem sido motivo de fechamento do Vale e de conflitos entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos. O primeiro episódio aconteceu em janeiro de 2013 e resultou na interdição da parte baixa do Parque até agosto de 2015. Assim o descreve Vandeir Gonçalves (2016): “Os quintais de Ouro Preto, ali margeando, por irresponsabilidade, é, de lixo, deposição de lixo, vegetação inadequada, plantio no fundo de quintal, como bananeira etc, fez com que um dos quintais desmoronasse e caísse em cima do Parque.” O segundo caso, ocorrido na

mil reais com segurança, limpeza e jardinagem do Parque, que ficavam a cargo da Prefeitura. (AGÊNCIA..., 2012)

⁴² Para maiores detalhes, consultar os documentos: ARQ SMPDU, Ofício 261/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID e ARQ SMPDU, Ofício 155/2008 COTEC/UCG/MONUMENTA/MinC. Ainda em princípios dos trabalhos de execução, Benedito Tadeu escreve a Maria Cristina Silva, então Coordenadora da UEP, que a Total Engenharia havia procedido ao plantio de espécies vegetais na encosta, como tentativa de solucionar o problema, ainda que o serviço não integrasse seu escopo de trabalho. Devido às características do solo, quase que inteiramente constituído por placas de filito, as espécies teriam sido removidas com o deslizamento da terra. (ARQ SMPDU, Ofício 270/2007 ETIOP/IPHAN).

mesma encosta mas junto à portaria do Pilar, deu-se em dezembro de 2015 e contribuiu para a decisão da SMMA/PMOP de interromper provisoriamente as atividades no equipamento.

Figura 26 Deslizamento de encosta junto à portaria do Pilar



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

Nas duas situações, houve embate acerca da atribuição de responsabilidades. Os proprietários afirmam que a solução deveria ser providenciada pela Prefeitura, porque teriam sido as obras de implantação do Parque, com a construção de muros de contenção nos limites posteriores dos lotes, a origem do problema. A Prefeitura, por sua vez, entende que não é competência sua atuar em domínios particulares. No primeiro caso, passados dois anos e meio de interrupção, o Vale pode ser reaberto após a seção de Parques e Áreas Protegidas da SMMA/PMOP decidir-se por remover, precariamente, o material erodido e reconstruir a alvenaria de escoramento. Nenhuma medida mais abrangente, com vistas a sanar definitivamente o problema, entretanto, foi tomada, de maneira que, apenas quatro meses depois, eclode o segundo caso, ainda sem solução⁴³.

⁴³ Sobre o tema, registremos ofício datado de 15 de dezembro de 2015. Nele, José Barsante Júnior, Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Defesa Social, escreve a Cláudia Araújo, Secretária Municipal de Meio Ambiente, sobre o ocorrido: “A situação está crítica, já notificamos o proprietário do imóvel que confronta com o parque e interditamos o local. O Notificado afirma que o deslizamento se deve por retirada do pé do Talude (tálus) do seu terreno para construção de passagem do parque, fato este culminando

Laudo do Instituto Geotécnico (IGEO) aponta como fatores de agravamento da instabilidade dessa vertente, dentre outros, a deficiência do sistema de drenagem superficial, a presença de plantações de bananeira e ainda a existência de tubulações de esgoto doméstico enterradas no solo (ARQ SMMA, Ofício IG-1412-DEC-E-LT01-00). Gonçalves (2016) aponta acertadamente a premência de um trabalho de sensibilização da vizinhança no sentido de melhor tratamento de seus quintais. De fato, enquanto estivemos visitando os imóveis no entorno do Vale⁴⁴, constatamos conjunturas em que, principalmente pela acentuada declividade das zonas traseiras dos lotes e consequente inacessibilidade, os moradores não têm por hábito zelar por esses espaços. Afirmará, mais uma vez, o administrador: “[...] é algo que Ouro Preto não deu conta ainda, que os quintais, é quintal pra ele, mas pro visitante e pra outro vizinho, é frente. Pro Parque, os quintais, porta de frente.” (GONÇALVES, 2016)

Nesses momentos de interdição do Vale e, por consequência, da portaria do Pilar, foi crucial o acordo estabelecido com a Casa dos Contos. O Gestor da Casa, Leonardo Lopes (2016), revela, porém, que a abertura da passagem deixa a construção mais vulnerável e o controle do fluxo de visitantes bastante dificultado. O reduzido corpo de profissionais conduziu ao condicionamento da cessão da entrada à alocação de porteiro integrante do quadro de funcionários do Parque⁴⁵ nos fundos da Casa. Igualmente comprometida fica a sequência do roteiro de visita pré-determinado pela instituição.

Por outro lado, mesmo diante de incapacidade na aferição exata do número de visitantes nos momentos de abertura do Horto, o Gestor revela nítido aumento na frequência da Casa, como já se poderia supor. Aponta porém a inesperada intensificação no trânsito de moradores oriundos de bairros próximos à Rodoviária, como São Cristóvão e São Francisco (FIGURA 1). Esse grupo usa as trilhas do Parque como atalho para chegar à Rua São José, centro comercial e financeiro da cidade, evitando o longo desvio pela Praça Tiradentes. O funcionamento do acesso pela Casa passa a ser demanda da comunidade. Por esse motivo,

no ocorrido e comprometendo gravemente o muro que existe acima. [...] O Departamento de Fiscalização não tem condições de saber de quem é a responsabilidade de contenção do deslizamento e execução de muro no local. Solicito URGENTEMENTE, análise ‘in loco’ **para averiguação de responsabilidades do poder público e/ou do particular** e as devidas correções evitando maiores estragos.” (ARQ SMMA, Ofício 222/2015 PMOP/SMDS/DEFIS, destaque do autor, grifo nosso).

⁴⁴ Visitas realizadas durante os trabalhos de campo, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

⁴⁵ Nos períodos de parceria com a ADOP, o quadro técnico do Parque contava com cinco profissionais para limpeza e jardinagem; oito seguranças, trabalhando um em cada portaria em regime de escala; além de monitores posicionados ao longo das trilhas.

quando a SMMA/PMOP decide-se pela reabertura do equipamento sem acionar a administração do Museu, Lopes entra em contato com Sirlene Bernardo, Diretora de Parques e Áreas Protegidas, indagando o porquê de não se ter encaminhado a informação⁴⁶.

Figura 27 Acesso à Casa dos Contos, a partir do Parque



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

Houve necessidade de adaptar os horários de abertura e fechamento do Parque aos períodos de funcionamento da Casa dos Contos. O espaço de lazer passou, por exemplo, a não operar às segundas-feiras. Apesar da cooperação em âmbito administrativo, não foram programadas atividades de integração entre a área verde e o Museu. Promoveu-se apenas um evento do gênero, o Abril Poético, organizado em 2013, mas empreendido por grupo desvinculado de qualquer das entidades.

Os entendimentos entre os administradores do Parque e os estudantes moradores das repúblicas são também dignos de apontamento. Vimos, anteriormente, ter-se estabelecido conciliação entre a UFOP e a UEP para a cessão de trecho de terreno pertencente à Universidade desde que os estudantes pudessem ter livre acesso à quadra de esportes, depois de recuperada. O acordo foi, durante a maior parte do tempo, respeitado: os alunos

⁴⁶ Dado obtido em entrevistas a Sirlene Bernardo, a 11 de janeiro de 2016, e a Leonardo Lopes, a 15 de janeiro de 2016.

entravam em contato com a equipe coordenadora para conciliar suas atividades com a agenda do novo espaço público. Quando a ADOP inicia sua participação na gerência, no entanto, dificuldades de diálogo conduzem a medida radical, ainda que provisória: as chaves dos portões de fundos das residências estudantis permanecem, por três meses, sob a posse da organização. Cada vez que desejassem utilizar a praça desportiva, outrora integrada ao terreno de suas casas, ainda que com infraestrutura pouco adequada, os universitários tinham de acionar o escritório de gestão. Novamente, a fala de Gonçalves (2016) esclarece o ocorrido:

Primeiro, foi colocado o portão. Tem que pedir anuência à administração do Parque porque tem uma agenda, tem escolas, tem tudo. **E aquela quadra não é deles, embora eles entendessem, num primeiro momento, que é até uma discussão forte, que eles entenderam que aquilo era deles.**

[...]

Esse livre acesso deu quebra de cerca, a equipe foi embora e tinha gente lá jogando bola, fora do horário. Então isso criou um clima de: não, é necessário por o cadeado. Aí, mais tarde, evoluiu para: vocês ficam com a chave. Por conta disso, dessa liberdade, dessa contrapartida. Então eles tinham acesso, livre acesso, em comum acordo com a administração. Isso funcionou depois, o atrito foi só nos primeiros três meses. (grifo nosso)

Em junho de 2015, interrompe-se o prazo de captação de recursos para o projeto pela Lei Rouanet e a ADOP se mobiliza para elaborar a terceira etapa do plano, com vistas a obter aprovação junto ao MinC⁴⁷. A proposta, porém, não segue adiante. A incapacidade da PMOP de gerenciamento autônomo do Parque, somada à inexistência de planos consistentes de manejo e manutenção, traduz-se em uma série de danos de ordem física e social: recalque de trilhas, assoreamento da represa, clivagem da encosta da Igreja de São Francisco de Paula, invasão e vandalismo. Em janeiro de 2017, após mudança da equipe gestora do município, a SMMA afirma estar levantando as demandas para recuperação da área verde,

⁴⁷Sobre o papel do terceiro setor na conservação do patrimônio cultural, vale recorrer à publicação inaugural do Getty Conservation Institute no âmbito do *Agora Project*: “The third sphere is critical in generating social capital, the sense of community and identity. If you want people to take responsibility for cultural heritage, it may be necessary to seek ways of dealing with cultural heritage in the third sphere. You cannot rely only on governments.” (MASON, 1998, p. 20).

com perspectiva de reabertura da zona do Horto ainda no primeiro semestre. O Vale segue, por enquanto, sem previsão de reutilização⁴⁸.

Sirlene Bernardo (2016) critica a implantação de equipamento sem que tivessem sido previstos recursos para sua manutenção. É oportuno retomar aqui a argumentação inaugural do Programa Monumenta, qual seja, a sustentabilidade econômica dos projetos financiados. Sobre o tema, vale anotar a correspondência de Benedito de Oliveira ao então Coordenador Técnico Nacional do Programa, Marco Galvão, informando sobre a existência de trilhas construídas na década de 1980⁴⁹, na zona do Horto, que teriam ficado abandonadas justamente por falta de manutenção e gerenciamento (ARQ ETIOP, Ofício 743/2006 ETIOP/IPHAN). O documento alertava já para o que parece estar em curso no Parque apenas nove anos passados desde sua inauguração.

Os fatos narrados corroboram para a percepção do Vale dos Contos como cenário de divergência entre os interesses das esferas pública e privada. As consideráveis alterações entre os desenhos projetado e executado, ilustradas pelas Figuras 28a e 28b, são a manifestação material desse embate. De fato, ao longo da execução do projeto do Parque, bem como durante a sua gestão, durante o período em que esteve em funcionamento, estabeleceram-se negociações entre essas duas instâncias, cada uma resistindo ou cedendo às pressões que se apresentavam. A Administração Pública, por exemplo, que propunha, no início dos trabalhos, a demolição de todas as áreas edificadas irregularmente que impossibilitassem a implantação do projeto, recrudescu, empreendendo a derrubada de três edificações apenas, na zona do Vale. Por outro lado, houve relações mais bem sucedidas, como no caso do Allegro Piano Bar. Esta poderá, inclusive, servir de modelo a futuros acordos a serem estabelecidos com os proprietários dos imóveis adjacentes.

⁴⁸ Informação concedida por Edemir Ubaldo Monteiro, novo Diretor de Parques e Áreas Protegidas da SMMA/PMOP, a 19 de janeiro de 2017.

⁴⁹ Maiores informações sobre o projeto constam do segundo capítulo, seção 2.4 *A intervenção no Horto da década de 1980*.

Figuras 28a e 28b Alterações entre o projetado e o executado, no Parque do Vale dos Contos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela SMPDU/PMOP.

Cabe, entretanto, deixar o registro da imprescindibilidade da conciliação de interesses em duas situações. A primeira delas, o acesso pelo antigo Horto Botânico. O correto tratamento do que resta do jardim do século XVIII não pode ser abandonado nesse projeto, sob pena de que a intervenção não esteja completa. Setores público e privado precisam, nesse caso, chegar a solução conciliatória, de modo a garantir que se realizem os trabalhos de Arqueologia e permitir o acesso público aos remanescentes do equipamento. A segunda, a intervenção nos quintais, sobretudo naqueles pertencentes aos imóveis voltados para a rua Randolpho Bretas. O entendimento e a construção de plano conjunto de ação por parte dos moradores e da PMOP é o que poderá assegurar o funcionamento pleno do Vale dos Contos, permitindo seu aproveitamento integral e seguro por parte dos visitantes.

Por fim, devemos ressaltar a urgência da reabertura do equipamento e consequente continuidade das ações interrompidas, como o correto tratamento do Córrego dos Contos.

Os recursos investidos, não apenas de ordem financeira mas também humana, foram os mais elevados dentro do quadro do Programa Monumenta em Ouro Preto. O Parque trouxe novas possibilidades de apropriação do centro antigo, derivadas do entrelaçamento das questões urbanas, ambientais e patrimoniais. Trata-se mesmo de projeto paradigmático no cenário brasileiro que não pode, portanto, permanecer negligenciado, tão curto tempo decorrido desde sua implantação.

3 DO PORTO À BARCELONA

The present situation – the fatal evolution of mechanization – is trying to turn you into robots. You are almost robots, in the streets, in your rooms, along the roads. You are the victims of an unlucky period.

You are passive

you live passively

you are outside life, outside its richness, outside its excitement

But there you are: it's not your fault

But then: CIAM is here to help you.⁵⁰

(Le Corbusier)

Propomos, neste segundo capítulo, retomar as propostas antecessoras àquela encampada pelo Programa Monumenta nos anos 2000, abordada na seção anterior. Privilegiaremos as informações relativas ao Vale dos Contos, recorte espacial de nossa pesquisa, e enfatizaremos, para cada projeto, as decisões concernentes às dimensões pública e privada. Esperamos, com isso, alcançar melhor compreensão acerca dos usos, apropriações e conflitos intrínsecos ao Vale e indicar que a temática abordada em nossa investigação é patente desde a gênese das proposições para o lugar.

Procuramos estudar tais projetos sempre em consonância com o momento de sua criação, assumindo-os como produto de seu tempo. Pudemos, por consequência, perceber o contexto de peremptórias transformações nas políticas de patrimônio no Brasil, no período compreendido entre os anos de 1960 e 1980. Para o desempenho de tal tarefa, as principais obras que nos forneceram suporte são as de Claudia Leal (2008), sobre o acordo de cooperação técnica estabelecido entre DPHAN e UNESCO naquela primeira década, e Maria Cecília Fonseca (2005), ao tratar da chamada “fase moderna” do órgão federal de preservação. Foram também de grande contribuição as dissertações de Sandra Corrêa (2012) e Arthur Ramalho (2015).

⁵⁰“A situação atual - a evolução fatal da mecanização - está tentando transformar-vos em robôs. Vocês são quase robôs, nas ruas, em seus quartos, ao longo das estradas. Vocês são as vítimas de um período desafortunado. / vocês são passivos / vocês vivem passivamente / vocês estão fora da vida, fora da sua riqueza, fora da sua emoção / Mas aí estão vocês: não é sua culpa / Mas então: o CIAM está aqui para lhes ajudar. (Tradução nossa)

Iniciaremos o capítulo com a seção *O antigo Horto Botânico de Ouro Preto*, em que constará breve exposição acerca do panorama português dos Setecentos que conduziu à criação do segundo jardim botânico da América portuguesa em finais do século. Tomaremos por referência os recentes estudos dos historiadores Moacir Maia (2009, 2015) e Márcio Pereira (2015).

A seção seguinte, *Os relatórios de Viana de Lima*, traz resultado da análise do material produzido pelo arquiteto e urbanista português – graduado e profissionalmente estabelecido na cidade do Porto – quando da sua contratação pela UNESCO para desenvolver plano diretor para Ouro Preto. Em seu trabalho, indica-se, pela primeira vez, a viabilidade de abertura a uso público do centro de quadra que configura o Vale dos Contos, bem como sua transformação em parque municipal. A documentação foi levantada no Arquivo Central do IPHAN, na cidade do Rio de Janeiro.

O plano da Fundação João Pinheiro e o projeto de Jorge Askar é o título da terceira seção. Nela, estaremos debruçados sobre o plano diretor estruturado para as cidades de Ouro Preto e Mariana, desenvolvido pela entidade mencionada a partir do trabalho preliminar de Viana de Lima. O que se determina para o Vale dos Contos nesse estudo será incorporado e aprimorado pelo arquiteto mineiro Jorge Abdo Askar, também sob os auspícios da FJP. Temos então, no ano de 1981, o primeiro projeto efetivo para o Vale. A extensa documentação estudada para a feitura desse trecho do capítulo foi acessada na biblioteca da Fundação, em suas versões física e digital.

Também da década de 1980 é o projeto encampado pela Fundação Roberto Marinho, com suporte técnico da C&S planejamento urbano e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) e consultoria de Lucio Costa e Ivo Porto de Menezes. Por restringir sua ação à área do antigo Horto, a ele dedicaremos menor espaço. Entendemos, porém, ser válido seu registro como parte do processo de conformação do pensamento sobre aquela zona da cidade que vai se concretizar na operação de 2008. Os documentos base para estruturar a divisão *A intervenção no Horto da década de 1980* foram encontrados nos arquivos da SMPDU/PMOP e da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.

Por fim, alcançaremos a Barcelona que intitula o capítulo em *O projeto catalão dos anos 1990*, de autoria do arquiteto Eduardo Villaescusa, consultor do BID. Teremos aqui a

oportunidade de observar proposta exclusiva para o Vale e em tudo alinhada aos preceitos iniciais do Programa Monumenta, aos quais destinamos já algumas linhas no primeiro capítulo. O desenho, derivado do modelo urbanístico concebido para a cidade espanhola em 1992, quando sede das Olimpíadas, será rechaçado pelo IPHAN e é dessa forma que se contratará o projeto efetivamente implantado, no ano de 2008. Também esta documentação está disponível nos arquivos da SMPDU/PMOP.

3.1 O antigo Horto Botânico de Ouro Preto

O Horto Botânico da então Vila Rica⁵¹ foi instituído no ano de 1799. Resulta do cenário iluminista português que se desenha desde meados do século, em que são amplamente valorizados os estudos de História Natural. Marquês de Pombal propunha modernizar o Estado a partir do espírito das Luzes, equiparando-o às demais nações europeias. O conhecimento científico seria um dos instrumentos para pôr em prática tal empreitada. Dessa maneira, ciências como a Mineralogia e a Botânica passam a receber maior atenção e suporte do Estado lusitano.

É momento também em que se empreende a laicização e reorganização curricular da Universidade de Coimbra, instituição tradicional de formação de elite intelectual luso-brasileira. O curso de Filosofia Natural estabelecer-se-á em 1772, tendo à frente o professor naturalista italiano Domingos Vandelli. Será ele o principal nome na política de criação de jardins botânicos⁵² do império português no período. Também no ano de 1779, é criada a Academia Real de Ciências de Lisboa⁵³.

Deriva dessa nova razão condutora do aparato político e social português o preceito de criação de hortos botânicos. A decisão restringe-se, em primeiro momento, à Metrópole,

⁵¹ Vila Rica será elevada à categoria de “Imperial Cidade de Ouro Preto” apenas em 1825, por Dom Pedro I, como as demais capitais de província. O título é mantido até 1897. (VASCONCELLOS, 1977)

⁵² Maia (2015) aponta que as palavras “horto” e “jardim” eram utilizadas, indistintamente, como referência a esse tipo de empresa.

⁵³ Ao longo dos séculos XVIII e XIX, cria-se, na Europa, uma série de academias científicas cujo objetivo era impulsionar a investigação, além de divulgar e promover o conhecimento técnico. Nessas academias, promovia-se o contato entre cientistas, através da apresentação e publicação de memórias, atas e jornais. Havia bibliotecas, laboratórios e observatórios, prêmios para trabalhos de investigação e suporte financeiro a pesquisadores. Maiores informações em <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/index1.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

alcançando também, posteriormente, territórios de além-mar. Nestes últimos, acrescentavam-se à concepção ilustrada aspectos financeiros: escasseava já a produção aurífera e a exploração agrícola surgia como alternativa viável ao desenvolvimento econômico do Reino. Pereira (2015) aponta que, ainda em 1798, conforma-se o Real Jardim Botânico da Ajuda, para onde seguia grande quantidade de produtos oriundos de territórios coloniais. Estruturava-se rede intercontinental de coleta e catalogação de espécimes e o Real Jardim Botânico substituíra os antigos Gabinetes de Curiosidades.

No Brasil, o Recife será a primeira localidade a receber equipamento do gênero, ainda no século XVII e sob domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, outra época e contexto, portanto. O Conde João Maurício de Nassau-Siegen instaura o horto no mesmo terreno em que ergue o Palácio de Friburgo, seu local de residência e trabalho⁵⁴.

O empreendimento português terá início apenas em finais do século seguinte: em 1796, é inaugurado o Jardim Botânico de Belém, então Estado do Grão-Pará; três anos mais tarde, o de Vila Rica; em 1808, o da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro; e, em 1811, o de Olinda. Nesse período, houve ainda iniciativas para implantação de jardins em São Paulo, Salvador, Goiás e São Luís.

Será Joaquim Veloso de Miranda o primeiro diretor do Horto Botânico de Vila Rica, cargo que acumulará com o de Secretário de Governo da Capitania de Minas Gerais. De família integrante da elite local, forma-se clérigo pelo Seminário de Mariana. Mais tarde, gradua-se e doutora-se em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, títulos que lhe garantem os atributos necessários ao desempenho de atividades administrativas reinóis. Regressa ao Brasil no ano de 1779 e, graças ao patrocínio português, dedica-se a pesquisas nas áreas de Química, Botânica e Mineralogia, atuando como naturalista a serviço da Coroa portuguesa. Desloca-se largamente pelo território mineiro a procura de plantas, sementes e artefatos indígenas, posteriormente enviados a instituições científicas na Metrópole. Suas pesquisas seriam determinantes para que fosse criado, mais tarde, o jardim botânico de Vila Rica.

⁵⁴ Construído entre 1639 e 1642, o chamado Jardim do Conde concentrava exemplares da flora e fauna dos trópicos. Constituiu fonte para os primeiros tratados escritos de história natural do Brasil, obras como *História natural do Brasil* (1648) e *História natural e médica da Índia Ocidental* (1658), de autoria dos naturalistas Guilherme Piso e Jorge Marcgrave. (GESTEIRA, 2004)

Note-se que o terreno escolhido para a implantação do Horto era de propriedade particular⁵⁵: pertencia ao Tenente-coronel José Pereira Marques, devedor de volumosa quantia à Real Fazenda. Veloso residia em sobrado próximo, em frente à Casa dos Contos e cujo quintal voltava-se para o Córrego de mesmo nome, na área do Vale. É ele mesmo quem concebe o novo jardim. O desenho original, porém, é registrado em planta baixa, datada também de 1799 e cuja autoria é atribuída a Manuel Ribeiro Guimarães. Sua cópia pode ser consultada ainda hoje nos arquivos do Museu da Inconfidência, na Casa do Pilar, edificação adjacente ao Vale dos Contos (FIGURA 29).

Do lado oposto à Casa dos Contos, apresentava-se o Horto com seus jardins ordenados e simétricos, tendo-se utilizado a técnica dos patamares para a feitura dos canteiros de plantas.

[...]

A recém-criada instituição contava com casa de vivenda (que com alguma modificação podemos observar ainda hoje), terraço, pátio e o projeto incluía sete patamares com canteiros de plantas desenhados de forma simétrica e ordenada, ligados por sete escadas, tendo uma fonte com repuxo no primeiro canteiro de passeio e dois repuxos pequenos na área do quarto patamar. Por fim, após os canteiros geométricos encontramos a área da mata, dividida em três partes por patamares de pedras, a conter árvores e plantas de diferentes tamanhos e espécies. (MAIA, 2015, p. 106)

Pereira (2015) divide a organização funcional do Horto em duas zonas distintas. A primeira estava propositalmente inserida nas cercanias da Rua São José, à vista dos passantes (FIGURA 30). Nela, ficavam os canteiros ordenados e simétricos, com passagens calçadas e que receberiam, preferencialmente, plantas ornamentais. Mais afastada, estava a segunda zona, que se estendia até a encosta do Palácio dos Bispos. Aqui seriam cultivadas sobretudo árvores frutíferas e utilitárias.

Dentre as funções determinadas para o novo equipamento, destacavam-se a aclimação de plantas indígenas e exóticas, sobretudo especiarias, como o cravo-da-índia, a canela, a pimenta e a árvore-pão; o estudo da viabilidade econômica do cultivo de determinadas espécies; e a produção de conhecimento acerca de métodos de cultivo e técnicas agrícolas. Pereira (2015) indica que uma das primeiras atividades realizadas por Veloso no novo horto teria sido a pesquisa sobre espécies vegetais passíveis de utilização para a produção de

⁵⁵ Não sem motivo, o título escolhido por Maia (2015) para tratar do tema em seu artigo será *A transformação de um quintal residencial no Horto Botânico de Vila Rica*.

papéis, em acordo com as recomendações enviadas por Lisboa em abril de 1799. Contribuía para o trabalho a influência decorrente do cargo administrativo ocupado por Veloso, que tinha suas cartas e ofícios de solicitação para recolhimento de novos exemplares botânicos prontamente atendidos. Maia (2015) registra coleta de espécies nas localidades de Mariana, tanto na sede quanto nas freguesias de Piranga, Calambau e Passagem de Mariana; Vila de Sabará; São José, atual cidade de Tiradentes; e Vila do Paracatu do Príncipe.

Figura 29 Mapa topográfico do Horto Botânico de Ouro Preto. Cópia elaborada por Isabel Sangareau da Fonseca, em 1939, a partir do original de 1799, de autoria de Manuel Ribeiro Guimarães



Fonte: Museu da Inconfidência, número de inventário: 3452. Fotografado pela autora, dez. 2015.

É assim que o equipamento alcançará bom desempenho, mesmo com os poucos recursos empregados em sua manutenção. Essa conjuntura perdurará até princípios do século XIX. Em 1805, Miranda deixa a Secretaria, cedendo lugar a João José Lopes Mendes Ribeiro, seu sucessor vindo de Lisboa. A partir daí, os historiadores apontam a infrequência ou mesmo inexistência de dados acerca de Veloso e do antigo Horto.

Em finais da década de 1820 e princípios da seguinte, o primitivo jardim será preterido em favor do chamado Jardim Botânico de Ouro Preto, estabelecido no Passa-Dez de Cima, já nos

arredores da cidade. As circunstâncias eram agora as do Império recém-criado. O caráter científico conduzido pelos interesses dos naturalistas, que caracterizara o empreendimento inaugural, cedia lugar a uma perspectiva predominantemente econômica. O novo Jardim Botânico encontraria sucesso sobretudo na cultura do chá. Não chegaria a empresa, porém, ao final do século que a viu nascer.

Figura 30 Terraços do antigo Horto Botânico, vistos a partir da Ponte dos Contos



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

3.2 Os relatórios de Viana de Lima⁵⁶

3.2.1 A construção do passado sob viés moderno

Alfredo Evangelista Viana de Lima era, antes de tudo, um arquiteto moderno. Graduou-se pela Escola de Belas Artes do Porto, em 1941 e, apesar de ter iniciado sua carreira na seção dos Monumentos Nacionais, logo se integrou à vanguarda, chegando a ser nomeado delegado dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) em Portugal a convite de Josep Lluís Sert e Sigfried Giedion. Abrimos o capítulo com trecho do texto que inicia o relatório do oitavo CIAM, realizado em Hoddesdon, Inglaterra, em 1951. Foi este o primeiro dentre os quatro encontros de que Lima participou⁵⁷. Seu tema era o *core*, ou o

⁵⁶ Tópico elaborado com base em KOPPKE, 2015.

⁵⁷ Participou também do IX CIAM, em Aix-em-Provence, França (1953); X CIAM, em Dubrovnik, Croácia (1956); e XI CIAM, em Otterlo, Holanda (1959). (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1996)

“coração da cidade”. A reunião dá início à crítica à arquitetura e ao urbanismo racionalistas, dentro mesmo daquele lugar em que se definira seu bojo conceitual⁵⁸. A ortodoxia dos primeiros tempos afrouxava-se, ganhava novos vieses o discurso. O texto de Le Corbusier é evidência do emergir de questionamento acerca da crença, antes irrefutável, do papel da tecnologia como promotora de condições sociais mais equânimes⁵⁹. Encerrada a Segunda Grande Guerra, atentavam os urbanistas para os valores das cidades tradicionais, incapazes de serem incorporados ou reproduzidos nos aglomerados modernos. Eis aqui a gênese da relação, a partir daí indissociável, entre recuperação de centros antigos e planejamento urbano. Serão portanto as décadas seguintes de amplas transformações no campo das políticas patrimoniais. E, em terras brasileiras, o cenário não será diverso.

O primeiro contato de Lima com o Brasil dá-se quando de sua participação na comissão organizadora das Exposições de Arte e Arquitetura portuguesas, coordenada pelo professor Mario Chicó⁶⁰, em 1965. Tratava-se de parte das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, com mostras organizadas no Museu Nacional de Belas Artes e no Palácio Gustavo Capanema.

Três anos mais tarde, em 1968, estreitam-se suas relações com os modernos brasileiros, ao colaborar com Oscar Niemeyer nos projetos do empreendimento turístico de Pena Furada, no Algarve, e no complexo turístico no Funchal, Ilha da Madeira. Neste mesmo ano, é realizada sua primeira missão em nossas terras, que resultaria no relatório propositivo para a cidade de Ouro Preto. Garantiu sua qualificação como arquiteto especialista no campo da conservação urbana o fato de ter elaborado, em 1961, o plano para a cidade de Bragança, em Trás-os-Montes, plano este que chegou ao conhecimento da DPHAN, de modo que seu nome foi proposto à UNESCO pela própria instituição.

A atuação em Ouro Preto se estenderia até o ano de 1974, dada a sua contratação como consultor pela Fundação João Pinheiro para participar da elaboração do plano diretor de

⁵⁸ Desse processo de autocrítica do movimento moderno, nasceria o grupo Team X, que reuniu os responsáveis pela organização do décimo Congresso. Os sete membros mais ativos do grupo eram Jacob Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods.

⁵⁹ Apesar da revisão do discurso, a prática do urbanista franco-suíço pouco se alterava. É exatamente no ano de 1951 que terá início o paradigmático projeto para a cidade indiana de Chandigarh.

⁶⁰ Mário Tavares Chicó (1905-1966) é figura de referência da História da Arte e da Arquitetura e da Museologia em Portugal. São dele trabalhos pioneiros sobre a urbanização de origem portuguesa, como a obra *A “cidade ideal” do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia* (1956).

Ouro Preto e Mariana. A proposta para a concepção de projeto integrado para as duas cidades foi, inclusive, idealizada pelo próprio arquiteto e está expressa em seu segundo relatório.

Figura 31 Viana de Lima em Ouro Preto, 1972. Autoria desconhecida



Fonte: Repositório institucional da FJP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/327>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

Seu trabalho como planejador especializado no campo ultrapassou porém os limites das cidades mineiras: novos contratos com a UNESCO o levaram, em 1972, a desenvolver planos para as cidades de São Luís e Alcântara, no Maranhão⁶¹, e, em 1977, a estabelecer análises acerca do valor turístico das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, no Sergipe, e de Penedo e Marechal Deodoro, em Alagoas. Segundo Telles, os relatórios elaborados para estas quatro cidades “[...] geraram, entre outras medidas, as inscrições destes núcleos como bens de valor cultural, a adaptação de conventos desativados para museus de arte e a organização

⁶¹ O governador José Sarney escreve carta, a 11 de dezembro de 1969, a Mr. Jean Labbens, chefe da Missão da UNESCO no Brasil, solicitando a colaboração da instituição através da designação do arquiteto Viana de Lima para realizar levantamento arquitetônico e urbanístico nas cidades de São Luís e Alcântara, considerando que o governo do Maranhão criaria instituto de preservação do patrimônio cultural. (Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Assuntos Internacionais, AA01/M066/P05/Cx0059/P0190).

de pousadas e a melhoria de vias de acesso, pavimentadas, a partir das capitais dos estados.” (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1996, p. 17).

Sua última missão realizada no país foi patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Em 1983, Lima desenvolveu propostas de revitalização para o forte Príncipe da Beira, município de Costa Marques, fronteira com a Bolívia, estado de Rondônia. A dificuldade de acesso e hospedagem, apesar do apoio disponibilizado pelo governo estadual e pela DPHAN, tornou a atividade árdua para o arquiteto, à altura em idade avançada. À mesma época e também sob o patrocínio da Fundação, realiza missões na Malásia e Tailândia, com vistas a recuperar o patrimônio de origem lusa.

Para além da atuação como projetista, Lima esteve sempre vinculado de forma estreita à Academia. Em Portugal, foi professor efetivo da Escola Superior de Belas Artes do Porto. No Brasil, foi convidado pela UNESCO a atuar como docente no curso de preservação e revitalização de núcleos históricos, organizado pela Faculdade de Arquitetura de São Paulo, em 1974. Além disso, em 1976, foi novamente convidado pelo órgão a lecionar no curso *Proteção e restauro de imóveis classificados e de cidades históricas*, ofertado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco. Participou também de inúmeros seminários e congressos no país, dentre os quais o *1º Seminário de Estudos sobre o Nordeste Brasileiro* (1974), já no âmbito do PCH, com o trabalho *Considerações sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico*. Nesse texto, enumera sete diretrizes para a renovação de zonas antigas. Na sétima diretriz, retoma o tema do *core*, cunhado no âmbito do oitavo CIAM:

Este **coração físico** ou **núcleo da comunidade humana** é o elemento que faz da **comunidade uma comunidade** e não meramente um agregado de indivíduos, porque a **comunidade de um povo é um organismo consciencioso de si mesmo**. O homem torna-se, pelo continuado frequente das possibilidades que lhe oferece o **centro cívico**, o elemento essencial do lugar, e o **centro** torna-se expressão do pensamento coletivo e do espírito da comunidade, humanizando-a e dando forma e significado ao próprio aglomerado. (Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Personalidades/LIMA, Alfredo Evangelista Viana de: Currículo; Produção Intelectual; Visita Técnica, AA02/M001/P06/Cx0057/P0195.03, p. 10, grifos do autor).

3.2.2 A inserção do Brasil no sistema internacional de patrimônio

Para tratar da atuação de Lima em Ouro Preto, em finais da década de 1960, é necessário abordar panorama mais alargado. Convém compreender que o período se caracterizou por estreitamento das relações entre a DPHAN e a UNESCO. O Brasil passava a fazer parte do sistema internacional de patrimônio, em momento em que, paradoxalmente, se alternam a promoção e a institucionalização de políticas públicas culturais e o cerceamento das plenas possibilidades de expressão nesse campo.

É dessa maneira que, em setembro de 1964, é estabelecida a Representação da UNESCO no Brasil, selando o acordo de cooperação internacional entre a instituição e o governo brasileiro. Naquele mesmo ano, recebemos a visita técnica de Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico em Bruxelas, na Bélgica. O especialista esteve nas cidades do Rio de Janeiro, Sabará, Congonhas e Ouro Preto, produzindo o primeiro trabalho, que concretizava o acordo. Seguiram-se as missões empreendidas por Michel Parent, que visitou mais de trinta e cinco cidades durante suas duas estadas no país (1966 e 1967); Frédéric Limburg de Stirum, responsável pelo plano diretor da cidade de Paraty (1967); Graeme Shankland, que visita Salvador e outras cidades da Bahia (1968); Viana de Lima que, além do trabalho em Ouro Preto (1968 e 1970), como vimos, desenvolve planos para cidades no Maranhão, em Sergipe e em Alagoas (1972 a 1977); e Pierre Habib, cuja tarefa foi investigar, nas cidades de Olinda e Ouro Preto, as necessárias intervenções físicas para garantir a segurança estrutural de seus edifícios (1979).

As atividades relacionadas ao turismo eram compreendidas pela UNESCO e por outros órgãos internacionais como chave para a promoção, desenvolvimento e suporte ao patrimônio cultural⁶². Nas Normas de Quito, de 1967, por exemplo, observadas as dificuldades que assolavam os países latino-americanos, esse patrimônio, seja de caráter histórico, arqueológico ou artístico, é expressamente considerado recurso econômico, a ser

⁶² Leal (2008) cita eventos e documentos referenciais para a compreensão do debate acerca da tríade preservação, turismo e desenvolvimento em nível internacional nos anos de 1960: as *Recomendações de Paris* (1962); a 72^a *Reunião do Conselho Executivo da UNESCO* (Budapeste, 1966); as *Normas de Quito* (1967); a *Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo* (Roma, 1963); a declaração do ano de 1967 como *Ano do Turismo Internacional*, pelo Conselho Econômico e Social; o estudo realizado pela União Internacional de Organizações Oficiais de Turismo; a 4^a *Reunião da Comissão Técnica de Fomento do Turismo* (julho e agosto de 1967); e a *Reunião dos Chefes de Estado* (Punta Del Leste, 1967).

incluído nos planos nacionais de desenvolvimento através da ferramenta chamada turismo cultural. E foi a incorporação, na rotina da DPHAN, desse modo de operar nos núcleos antigos que garantiu o acesso à UNESCO e a seus programas de assistência. Recordemos ainda passar o órgão por fase de transição, com a saída de Rodrigo Mello Franco de Andrade da presidência, em 1967, e a ascensão de Renato Soeiro. A chamada “fase heroica” cedia lugar à “fase moderna” na história da entidade (FONSECA, 2005) e os esforços orientavam-se no sentido da descentralização de suas atividades.

Enquanto na Europa do pós-guerra a tônica da recuperação dos antigos aglomerados ocupava a ação dos urbanistas, no Brasil, eram temas de outra ordem que emergiam. Decorriam, sobretudo, da arrancada industrial em processo, que exigia a transformação das cidades e, conseqüentemente, de suas pretéritas estruturas. A questão deixava de restringir-se apenas ao como preservar e manter intocados os centros antigos, mote para as ações de tombamento nas décadas anteriores, para incluir a estreita relação entre planejamento urbano e conservação dos velhos tecidos (SANT’ANNA, 1995). Problemas antes menos significativos, como a construção de estradas e a especulação imobiliária, deslocavam-se para o centro da cena, a que se somavam a pouca especialização dos técnicos e a escassa disponibilidade de recursos, tanto materiais quanto financeiros⁶³.

Estávamos na origem mesma daquilo que Castriota (2009), em seu sistema classificativo, determina como o modelo da conservação urbana, que começa de fato a se desenhar no pós-guerra. Amplia-se a concepção de patrimônio, que passa a abarcar expressões para além daquelas de excepcionalidade artística e histórica; ganham notoriedade as políticas de conservação pautadas em proposições de zoneamento urbano, de que constitui maior exemplo a sistemática francesa estabelecida pela *Lei Malraux*, de 1961. Mais tarde, seria enfim concretizado o conceito de conservação integrada, cunhado pela Declaração de Amsterdã, de 1975, e introduzido na esfera internacional pela UNESCO através da Declaração de Nairóbi, no ano seguinte⁶⁴.

Apesar de Coremans ter conduzido a primeira missão, foi o trabalho de Michel Parent que estabeleceu, de fato, as bases para os empreendimentos seguintes. Em seu extenso e

⁶³ Sobre o embate entre preservação e progresso no caso específico de Ouro Preto, conferir *Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto* (CASTRIOTA, 2009, p. 150-152).

⁶⁴ Cf. CURY, 2004.

detalhado relatório, *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*, ele elenca o que denomina cidades de arte, que receberiam as visitas técnicas dos peritos contratados pelo organismo internacional, bem como os recursos para as posteriores intervenções⁶⁵ (LEAL, 2008).

Note-se, porém, que sua abordagem do turismo cultural como ferramenta de desenvolvimento econômico é cautelosa, chegando mesmo a apontar os efeitos perversos de se abandonar o patrimônio unicamente ao sabor da rentabilidade turística. Preocupava-se com a preservação da autenticidade, no Brasil estritamente vinculada, segundo o especialista, às culturas tradicionais.

3.2.3 Viana de Lima em Ouro Preto

3.2.3.1 Primeiro relatório: conceitos e diretrizes

O relatório oficialmente publicado pela UNESCO, em 1970, constitui, em realidade, versão resumida do trabalho elaborado pelo técnico. No Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, está disponível para consulta o documento original, em português, com as plantas coloridas, no tamanho em que foram concebidas, e com fotos que guardam os registros das construções e acréscimos que Lima considerava impróprios, perturbadores da unidade estilística do conjunto e que, portanto, deveriam ser suprimidos, transformados ou substituídos. Este documento, não publicado, constitui a base sobre a qual se fundamenta nossa análise⁶⁶.

Duas seções compõem o relatório. Na primeira delas, *Ouro Preto: origens, desenvolvimento e declínio*, o autor procura contextualizar o papel da cidade junto às demais aglomerações mineiras e identificar os principais aspectos que transformaram Ouro Preto no que ela era, à época, e no que ela viria a ser, se implantada a proposta. Na segunda, amparado em vasto material gráfico e fotográfico, Viana de Lima enumera efetivamente as diretrizes propositivas. O título, *Ouro Preto: sugestões para sua valorização e renovação*, indica que os

⁶⁵ Cidades elencadas por Parent como de excepcional valor: Paraty e Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís e Alcântara (MA), Brasília (DF), cidade colonial de Goiás (GO), Sabará, Congonhas do Campo, São João del Rei, Tiradentes, Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Rita Durão, Mariana e Ouro Preto (MG).

⁶⁶ Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969.

trabalhos exigiriam mais que a simples preservação de monumentos caso se dispusessem a solucionar, de fato, os novos conflitos e ameaças iminentes no cenário urbano:

O planejamento não se poderá restringir à previsão de medidas destinadas exclusivamente à proteção e conservação dos bens culturais e das características do sítio. Precisa atender, também, a **necessidades, conveniências e aspirações naturais de conforto e progresso de sua população, porque não seria justificável, impôr-lhe estilos e condições de vida do passado.** (Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto, UNESCO, sem localização, 1969, p. 02, grifo nosso).

Figura 32 Vista do bairro do Pilar, com o Vale dos Contos à direita da imagem. Autoria desconhecida



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969.

É possível já refutar, a partir dessa citação que Lima faz de Rodrigo Mello Franco de Andrade, a ideia corrente de que, em seu relatório, o arquiteto estivesse preocupado, antes do mais, com os aspectos estéticos do núcleo ouro-pretano, distanciando-se da vida real da cidade. É bem verdade que há forte interesse em manter homogêneo o conjunto construído, privilegiando-se as expressões coloniais, representativas do período áureo da região das Minas. Deve-se porém atentar para o fato de que Viana de Lima era urbanista moderno e, como tal, compreendia a ação projetual como operação científica e concretamente embasada em dados sólidos. Esses dados, quando da escrita dos dois relatórios, ainda não existiam ou eram precários. O perito, em oportunidades diversas, reitera o quanto seriam

imprescindíveis e solicita a cooperação de instituições e órgãos diversos, como a Prefeitura e a Escola de Minas⁶⁷.

Em todo o documento, Lima trata a conservação do espaço construído atrelada à paisagem. Nesse sentido, segue os preceitos estabelecidos poucos anos antes através da *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, redigida quando da Conferência Geral da UNESCO, em sua 12ª sessão, de 1962⁶⁸. O perito trata em Ouro Preto da relação necessária entre patrimônio cultural e natural, propondo a conservação dos acidentes naturais do terreno, da vegetação dos domínios público e particular e da moldura panorâmica do sítio. Essas orientações conduzem a uma ênfase, no trabalho de Lima, ao tratamento das áreas verdes da cidade, até então pouco consideradas na atuação da DPHAN.

Conduzem também a que se propusesse a eliminação das ocupações habitacionais periféricas, como nos morros da Queimada e do Gambá, e à criação de novo bairro para onde seriam remanejados os moradores. Apontam-se a instalação do núcleo industrial de Saramenha e o desenvolvimento da Escola de Minas como principais fatores propulsores do acréscimo populacional na cidade. Surgia demanda por novas áreas de moradia e do conjunto de serviços que acompanha essa função. Provocava-a a arrancada industrial da década de 1950, associada à exploração do alumínio. O novo bairro se articulava à Universidade, já em processo de deslocamento, e sua construção seria feita atrás dos morros do Curral e do Cruzeiro, localização que não perturbaria a composição urbana da antiga Ouro Preto.

Diante da insuficiência de dados em que pautar a proposta, Lima a limita ao traçado de sistema viário fundamental, que deslocaria para a zona periférica o trânsito pesado, e à definição de solução de zoneamento. As complicações decorrentes dos desajustes no

⁶⁷ É a partir da solicitação de Viana de Lima, no segundo relatório, de que seja realizado levantamento aerofotogramétrico detalhado da cidade, que Renato Soeiro irá buscar a cooperação do Prefeito de Ouro Preto (carta de 05 dez. 1968), do comandante da Base Aérea da Pampulha (carta de 30 maio 1969) e do diretor do Serviço Geográfico do Exército (carta de 12 dez. 1969), dada a indisponibilidade de recursos, na DPHAN, para a realização dos trabalhos. Notícia veiculada pelo Jornal do Brasil, em 23 de maio de 1969, informa que o levantamento aerofotogramétrico da cidade teria sido exigido pela UNESCO para que a verba disponível fosse liberada. (Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Assuntos Internacionais, AA01/M066/P05/Cx0059/P0190).

⁶⁸ Cf. CURY, 2004.

sistema de trânsito consistiam, aliás, em questão chave no plano do urbanista. Preocupavam-no os efeitos do tráfego de veículos pesados no pavimento original das vias e no sistema estrutural dos edifícios. Propõe esquema de trânsito detalhado para a zona central, prevendo espaços destinados exclusivamente à circulação de pedestres. Centro cívico, cujo sentido teórico-conceitual advém, é provável, das discussões junto ao VIII CIAM, interligaria os núcleos antigo e novo, equilibrando, entre eles, as relações volumétrica e paisagística.

O plano de número 08 interessa-nos por indicar os locais classificados como de expansão caótica ou de construções indisciplinadas, responsáveis por destruir, segundo o autor, o carácter da cidade. Localizavam-se não apenas nas periferias mas também dentro de seu casco antigo (FIGURAS 33 e 34). Complementa-o o plano de número 10, que marca os núcleos a construir, a recuperar e a demolir. Nesse desenho, há também indicações para a construção de edifícios cuja finalidade fosse preencher falhas nos quarteirões, como na zona das Cabeças. A DPHAN ficaria responsável por orientar as novas construções. O loteamento para sua implantação não poderia ser denso, integrando-se às zonas verdes propostas.

Figura 33 Fundos do Cine Vila Rica. Lima indica com destaque em amarelo as construções indisciplinadas, que deveriam ser suprimidas, transformadas ou substituídas



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969.

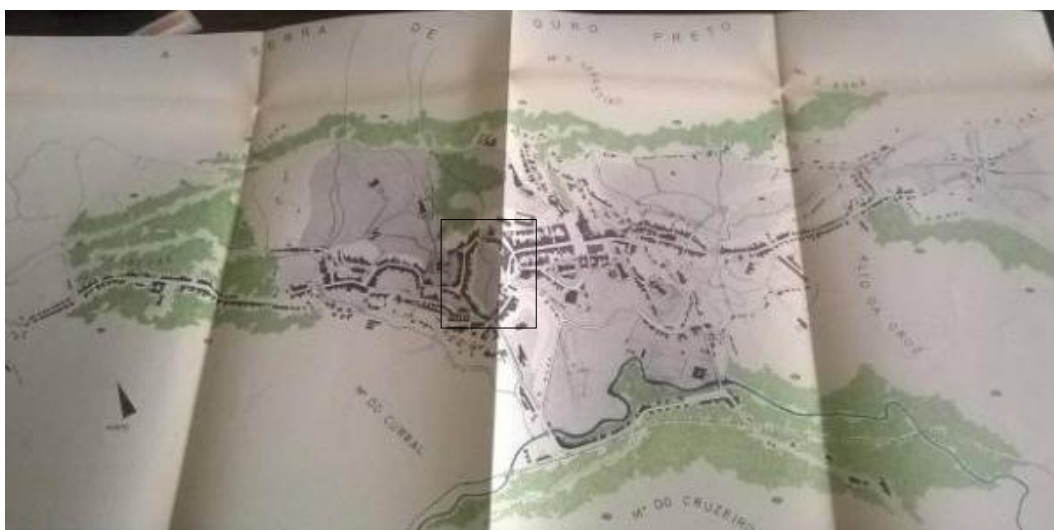
Figura 34 Edificações erguidas no Vale dos Contos. Notar o campo de futebol improvisado, onde se implantou o anfiteatro no projeto de 2008. A casa em primeiro plano não chegou a ser demolida



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969.

E é justamente sobre as zonas verdes e *non aedificandi* de que trata o plano seguinte. E aí temos já a indicação de que a área do Vale dos Contos, conjugada àquela do antigo Horto Botânico, poderia ser transformada em parque público municipal, permanecendo como zona vedada à construção.

Figura 35 Plano de número 11, com a indicação das áreas verdes e *non aedificandi* (em cinza). Destaque para a área do Vale dos Contos



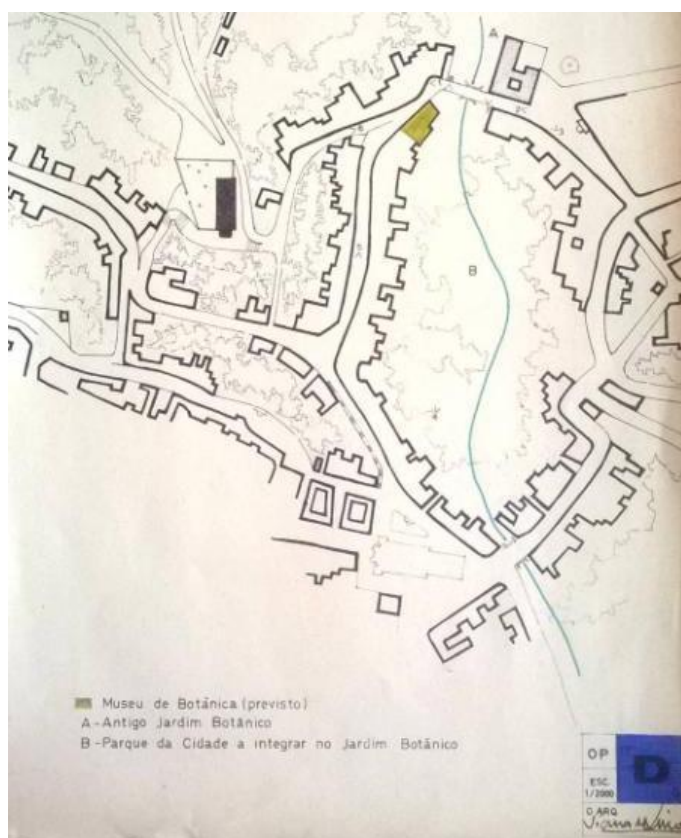
Fonte: Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969. Contorno inserido pela autora.

Na planta 14, encontramos maiores esclarecimentos. Ela indica a localização proposta para os teatros, hotéis e museus. Ao descrever a concepção para o museu de Botânica, registra também novas indicações propositivas para o local:

Para o primeiro [museu de Botânica] propomos a construção existente junto da ponte dos Contos, justamente na zona onde outrora existiu (depois de 1789), talvez o primeiro jardim botânico do Brasil. Seria oportuno voltar a criar ali o novo jardim botânico aproveitando todas as espécies raras que ainda hoje lá se encontram (Ver planta da zona da Igreja de S. José). Para o arranjo do parque e para a sua perfeita integração na composição urbana sugerimos o nome de Burle Marx, sem dúvida alguma um dos maiores paisagistas do mundo. (Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto, UNESCO, sem localização, 1969, p. 12).

Convém registrar que Burle Marx também seria contratado, mais tarde, como consultor pela Fundação João Pinheiro. Abaixo, a Figura 36 registra a planta citada, da zona da igreja de São José.

Figura 36 Planta da zona da igreja de São José. Indicada com a letra B, a atual área do Vale dos Contos é descrita já como *Parque da Cidade a integrar no Jardim Botânico*



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro, série Técnico-Administrativo, material referente a Ouro Preto (UNESCO), sem localização, 1969.

3.2.3.2 Segundo relatório: detalhamento de diretrizes consolidadas

A segunda missão empreendida pelo arquiteto em Ouro Preto, realizada entre os meses de setembro e novembro de 1970, teve por objetivo desenvolver as recomendações iniciais, esclarecer e avaliar suas implicações e classificá-las de acordo com a urgência e facilidade de implementação⁶⁹. Indicava-se a melhor forma de aplicar os recursos administrativos, legislativos e financeiros referentes à execução do programa. Foram abordados os seguintes tópicos, cada um deles constituindo uma seção específica do relatório: coordenação; enquetes; levantamentos; zonas verdes; estrada periférica e panorâmica – estrada central; apresentação, conservação e utilização de edifícios; tráfego urbano; alinhamento das ruas; redes de água, esgoto, eletricidade e telefone; expansão – plano diretor.

Nas três primeiras seções (I, II e III), Lima reconhece a implementação do plano como operação multidisciplinar. Afirma que a DPHAN, que já dispunha de instalações na cidade, deveria permanecer à frente dos trabalhos. Enfatiza o quão necessário seria estimular nos moradores a construção de consciência acerca do valor da cidade, através de amplo e estruturado programa educacional. Insiste na urgência de que se realizassem os levantamentos socioeconômicos, arquitetônicos e aerofotogramétricos, à altura mais adiantados que na missão anterior, mas ainda insuficientes.

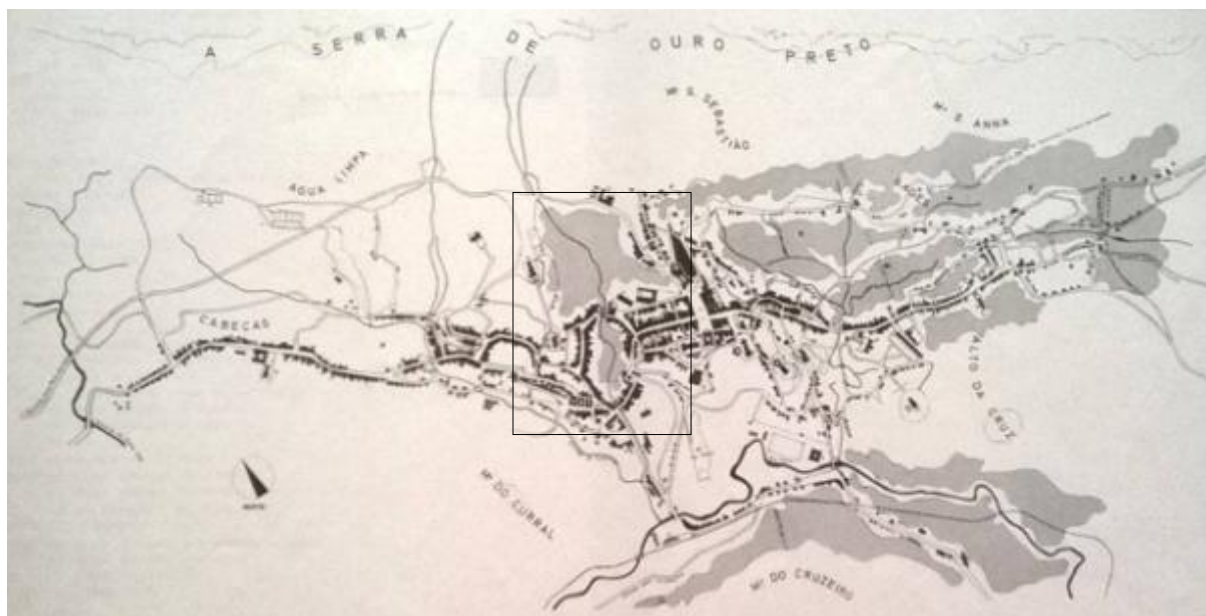
Na quarta seção (IV), sobre as áreas verdes e, portanto, de maior relevância para este trabalho, indica-se a conveniência de ação imediata, dado estarem tais áreas frequentemente vinculadas a espaços urbanos degradados. Exalta-se a qualidade do ambiente natural ouro-pretano, mas denuncia-se a negligência e o desinteresse pelos parques e jardins, o que acabava por depreciar a paisagem urbana.

Como no primeiro relatório, o Vale dos Contos seria incluído em conjunto paisagístico a recuperar, a que estariam integrados a colina junto à igreja de São Francisco de Paula e o antigo Horto, para o qual se propunha reconstrução a partir das reminiscências ainda disponíveis no terreno. O plano de número 04 indica as zonas verdes prioritárias, dentre as quais o Vale, e os espaços livres a que se associaria. Tais áreas estão, segundo o autor, junto

⁶⁹ O segundo relatório foi publicado pela UNESCO em 1972. Não há registro de versão original mais detalhada, como no caso do primeiro.

a centros urbanos deteriorados, conforme atestam as fotografias acrescentadas ao primeiro relatório (FIGURAS 33 e 34).

Figura 37 Plano de número 04, com indicação das áreas verdes prioritárias em cinza. Destaque para a delimitação, já próxima à atual, do Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos



Fonte: LIMA, 1972, plano nº 4. Contorno inserido pela autora.

Fica definida, portanto, a função primeira das áreas verdes: recuperar a integridade de Ouro Preto através da inibição de construções e acréscimos desordenados, sobretudo em trechos do tecido urbano que, por sua configuração, estão menos propensos a ações de fiscalização e controle, como o centro de quadra que constitui o Vale dos Contos (FIGURA 38). Afirmará o perito: “Le plan de rénovation de la ville devra prévoir la destination à donner à ces quartiers. Ils constituent actuellement des éléments profondément négatifs dans l’aspect du paysage urbain et aussi, dans certains cas, leur sous-équipement et les conditions précaires de leur équipement se reflètent dans la vie sociale.”⁷⁰ (LIMA, 1972, p. 10)

Segundo o autor, portanto, as áreas verdes funcionariam como forma de controle de fatores de degradação da paisagem.

⁷⁰ “O plano de renovação da cidade deverá prever a destinação a dar a esses quarteirões. Eles constituem atualmente elementos profundamente negativos na aparência da paisagem urbana e também, em alguns casos, a falta e as condições precárias de seus equipamentos se refletem na vida social”. (Tradução livre nossa)

As seções V, VII e VIII do segundo relatório retomam a temática da reorganização do trânsito, sempre com a preocupação de liberar a zona antiga dos veículos pesados. Propõem-se medidas como a criação de percurso periférico, o estabelecimento de sentido único para determinadas vias e o redesenho de ruas existentes acompanhado da abertura de novos acessos. Essa regulação do tráfego facilitaria, simultaneamente, a concepção de áreas públicas, lugares de descanso e espaços verdes, equipamentos de que a cidade carecia.

Figura 38 Plano para o Parque com zoneamento preliminar



Fonte: LIMA, 1972, plano nº 5.

A seção VI guarda listagem detalhada dos edifícios civis mais significativos, com a respectiva descrição de seu estado de conservação, das ações prementes e das possíveis funções que poderiam abrigar. Os edifícios religiosos haviam já sido objeto de análise no primeiro relatório.

Após breve estudo, na seção IX, da situação em que se encontravam as redes de esgoto, distribuição de água, rede elétrica e telefonia, na subdivisão seguinte, Viana de Lima ressalta a indispensabilidade do plano diretor. É aí que ele afirma o que será posteriormente fundamental para o trabalho desenvolvido pela Fundação João Pinheiro: o programa de

renovação e valorização de Ouro Preto deveria incluir também Mariana e os levantamentos pendentes poderiam ser realizados em simultâneo nas duas cidades, dada sua proximidade geográfica. O material colhido serviria de base a programa integrado de renovação dos dois municípios.

Retoma, por fim, o primeiro relatório, quando propõe considerar Ouro Preto no contexto mais amplo do estado de Minas Gerais. Sugere a reabilitação de antigas estradas coloniais e imperiais e indica circuitos possíveis a partir de Belo Horizonte, com conexões para Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Tais circuitos incluiriam as principais cidades antigas mineiras e de outras localidades.

3.3 O plano da Fundação João Pinheiro e o projeto de Jorge Askar⁷¹

3.3.1 As políticas de preservação do patrimônio no Brasil dos anos de 1970

O crescimento exponencial da indústria nas duas décadas precedentes faz alcançarmos os anos de 1970 mergulhados em processo radical e irreversível de urbanização. Em consequência, contingente populacional de grande monta é atraído para alguns poucos centros urbanos localizados no Centro-Sul do país. Empobrecia-se ainda mais, em decorrência, o já desprivilegiado Nordeste e esvaziavam-se os já parcamente ocupados territórios do Norte e Centro-Oeste.

Com vistas a estabelecer soluções a problemas como a metropolização e a concentração do capital e de seus meios de produção, o governo militar atuará fortemente no sentido de institucionalizar o planejamento urbano e regional no país. Propunha-se, em verdade, reorganizar e profissionalizar todo o mecanismo público gestor sob discurso de viés desenvolvimentista e tecnocrático. De fato, nesse período, elaboram-se o I e II Planos Plurianuais de Desenvolvimento, respectivamente, durante as administrações de Emílio Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). No II Plano, tinha lugar de destaque a temática da redistribuição de renda como estratégia de integração nacional bem como a proposição inédita de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

⁷¹ Tópico elaborado com base em KOPPKE, 2016.

Consolidavam-se iniciativas paralelas àquelas do órgão central de preservação. O processo transitório por que passava a entidade associado às novas demandas em seu campo de atuação exigiam a descentralização de suas atividades. Exemplo fundamental é o Programa de Cidades Históricas (PCH), administrado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan)⁷². O empreendimento terá como premissa exatamente a discussão entre preservação dos bens culturais e desenvolvimento econômico de regiões tradicionalmente marginalizadas. É coerente então a concepção do Programa para implantação exclusiva em cidades nordestinas, restrição mantida entre 1973, ano de seu lançamento, e 1977, quando é expandido para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Dois anos mais tarde, ele será incorporado à estrutura do IPHAN, estendendo-se até 1983 e ampliando sua ênfase primária em meios de geração de renda para abarcar também as lacunas de âmbito social que assolavam as cidades com núcleos antigos⁷³. Reconhecia a instituição a necessidade de revisar o arcabouço operacional e conceitual instituído pelo que Mariza Santos (1996) denominou “Academia SPHAN”. Desmembra-se então o Instituto, no ano de 1979, no sistema Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN/FNpM).

Essa nova configuração contava com a liderança de Aloísio Magalhães. Nomeado presidente da instituição naquele mesmo ano, o designer traz consigo a experiência à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 e vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio⁷⁴. Incluíam-se nas reflexões sobre o modo de operar do órgão matérias como os aspectos simbólicos e identitários do patrimônio cultural e a participação comunitária, a partir do conceito abrangente de “referência cultural”. O sistema SPHAN/FNpM permanecerá até o ano de 1990.

⁷² Em 1974, quando da alçada de Ernesto Geisel ao poder, o Miniplan será transformado em Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), aspecto que confere ao órgão maiores poder e autonomia.

⁷³ O PCH financiou 193 projetos ao longo de seus dez anos de duração. Dez deles consistiam em intervenções em conjuntos urbanos e 15 eram planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. Poucos, no entanto, foram efetivamente implementados, tanto pela má articulação com as instâncias de governo locais quanto pela ausência de legislação que obrigasse à sua execução. (SANT’ANNA, 1998).

⁷⁴ Formalizado em 1976, o programa organizou as seguintes frentes de trabalho: *Mapeamento do artesanato brasileiro*, *Levantamentos socioculturais*, *História da ciência e da tecnologia no Brasil* e *Levantamento de documentação sobre o Brasil*. Foram desenvolvidos 27 projetos ao longo de seus quatro anos de duração. (FONSECA, 2005)

Na década de 1970, proporão também a articulação entre planejamento e patrimônio o 1º *Encontro de governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representações de instituições culturais* (Brasília, 1970) e o *II Encontro dos governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil* (Salvador, 1971), de que resultaram, respectivamente, o *Compromisso de Brasília* e o *Compromisso de Salvador*. Organizados pelo DPHAN e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), nota-se que o espírito desses eventos era conduzido por vontade declarada de descentralização das decisões no campo não apenas da preservação do patrimônio mas da cultura, de modo geral. Autoridades atuantes nos distintos níveis de governo congregaram-se num *tour de force* para discutir e implementar recomendações, como o estabelecimento de órgãos e conselhos para ação supletiva no domínio da cultura em estados e municípios, elaboração de planos diretores para cidades com conjuntos antigos, criação de fundos para ações de proteção de bens naturais e culturais, formação de mão de obra e profissionais especializados, dentre outros. Engendrava-se, portanto, o embrião de um sistema nacional de cultura, o que deflagraria na criação de Ministério específico em 1985.

Dentre as ações derivadas do primeiro Encontro e registradas nos anais do segundo, convém mencionar, dado seu explícito interesse a esta pesquisa, o projeto de criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), concretizado em novembro de 1971. Resulta ainda do evento a conformação do Serviço do Patrimônio Municipal de Ouro Preto, adotadas, em simultâneo, as normas gerais postas pelos relatórios de Viana de Lima (ENCONTRO DE GOVERNADORES..., 1973), através do Decreto nº 18, de 7 de outubro de 1971, editado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) *ad referendum* da Câmara Municipal.

Retomemos, porém, o campo restrito do planejamento urbano e regional: obtiveram protagonismo, nessa conjuntura, órgãos como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), vinculado ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Sua fundação, em 1964, é representativa da incorporação, à máquina pública, dos debates sobre o conjunto de problemas de cidades e regiões. Através desse órgão, institucionaliza-se o planejamento urbano, em nível federal: empreendem-se atividades de assistência técnica aos municípios e esforços de integração entre as distintas esferas de poder; viabilizam-se consultorias, através

de acordos com universidades e centros de pesquisa (RAMALHO, 2015). A racionalidade que tomava o aparelho de Estado traduzia-se na confecção de planos de ambiciosas proporções, de formulação técnica sofisticada e concebidos, via de regra, por empresas de consultoria distanciadas das realidades locais. Trabalhava-se sob a concepção dos chamados planos de desenvolvimento integrados, que propunham a articulação das propostas em diferentes escalas e sua condução sob viés multidisciplinar. Resultavam planos diretores rasos e abstratos, incapazes de dar resposta, a contento, às deficiências das municipalidades e que, por esse motivo, raramente encontraram lugar para sua concretização⁷⁵.

Deriva desse contexto a constituição da Fundação João Pinheiro que, estruturada em princípios dos anos de 1970, vai, paulatinamente, assumir a dianteira nas ações de planejamento urbano em Minas Gerais. Sua atuação transitava, preferencialmente, pelos setores da Administração, Economia, Tecnologia e Urbanismo e alguns de seus profissionais haviam integrado os quadros técnicos do SERFHAU, trazendo consigo a experiência de racionalidade econômica e administrativa como receita para o progresso em tempos de milagre econômico.

Figura 39 Reunião na Fundação João Pinheiro (FJP) para elaboração do *Plano de conservação de valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Da esquerda para direita, Rodrigo Ferreira de Andrade, Marco Aurélio Nunes Ferreira de Queiroz e Teodoro Alves Lamounier, técnicos da FJP, com o arquiteto português Alfredo Viana de Lima



Fonte: Repositório institucional da FJP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/391>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

⁷⁵ Cf. VILLAÇA, 1999.

O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), criado em 1973, é a seção da Fundação dedicada a executar planos urbanos locais e regionais. Apesar da crença ainda irrestrita na excelência técnica como meio de alcance de níveis adequados de desenvolvimento, a metodologia proposta pelo CDU deixa transparecer já crítica ao modelo rígido do planejamento sefhalino⁷⁶. É exatamente a partir do *Plano de valorização, conservação e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana* (1975) que o CDU inaugurará sua vasta atuação em trabalhos de levantamento, catalogação e intervenção no âmbito da conservação urbana para cidades antigas em Minas Gerais. Têm destaque projetos ambiciosos, pela grande quantidade de municípios que envolviam, como o *Circuito do Ouro* e o *Cidades Históricas do Alto Jequitinhonha*, ambos do mesmo ano do Plano. (RAMALHO, 2015)

3.3.2 O Plano para Ouro Preto e Mariana e seus critérios de classificação da paisagem

Em maio de 1973, é celebrado convênio para elaboração de plano diretor para as cidades de Ouro Preto e Mariana. As entidades envolvidas são o IPHAN, o IEPHA-MG e as administrações dos dois municípios. O valor estabelecido é de Cr\$3.2 milhões, contando com suporte da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Os trabalhos foram executados pelo CDU da FJP, entre os meses de dezembro de 1973 e janeiro de 1975. A equipe responsável tinha caráter multidisciplinar, incluindo aproximadamente 130 pessoas, entre técnicos permanentes da Fundação e de participação esporádica, apoio administrativo, estagiários e consultores nacionais e internacionais. Dentre estes, estavam nomes como Ivo Porto de Menezes, o próprio Viana de Lima e Roberto Burle Marx. A coordenação das atividades ficou a cargo do urbanista Rodrigo Andrade, sociólogo e técnico em administração pública, com passagem pelo SERFHAU.

A amplitude do *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana* era então inédita no contexto de cidades antigas no Brasil. Os desafios que à altura vinham à tona, no que concerne a Ouro Preto, eram os já levantados por Lima em seus

⁷⁶ A assertiva é tomada por Ramalho (2015) com base na publicação da FJP *A cidade face ao desenvolvimento*, de 1978, e que reúne ensaios escritos sob supervisão do sociólogo Heraldo dos Santos Dutra, então diretor do CDU, e coordenação geral do arquiteto e urbanista Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

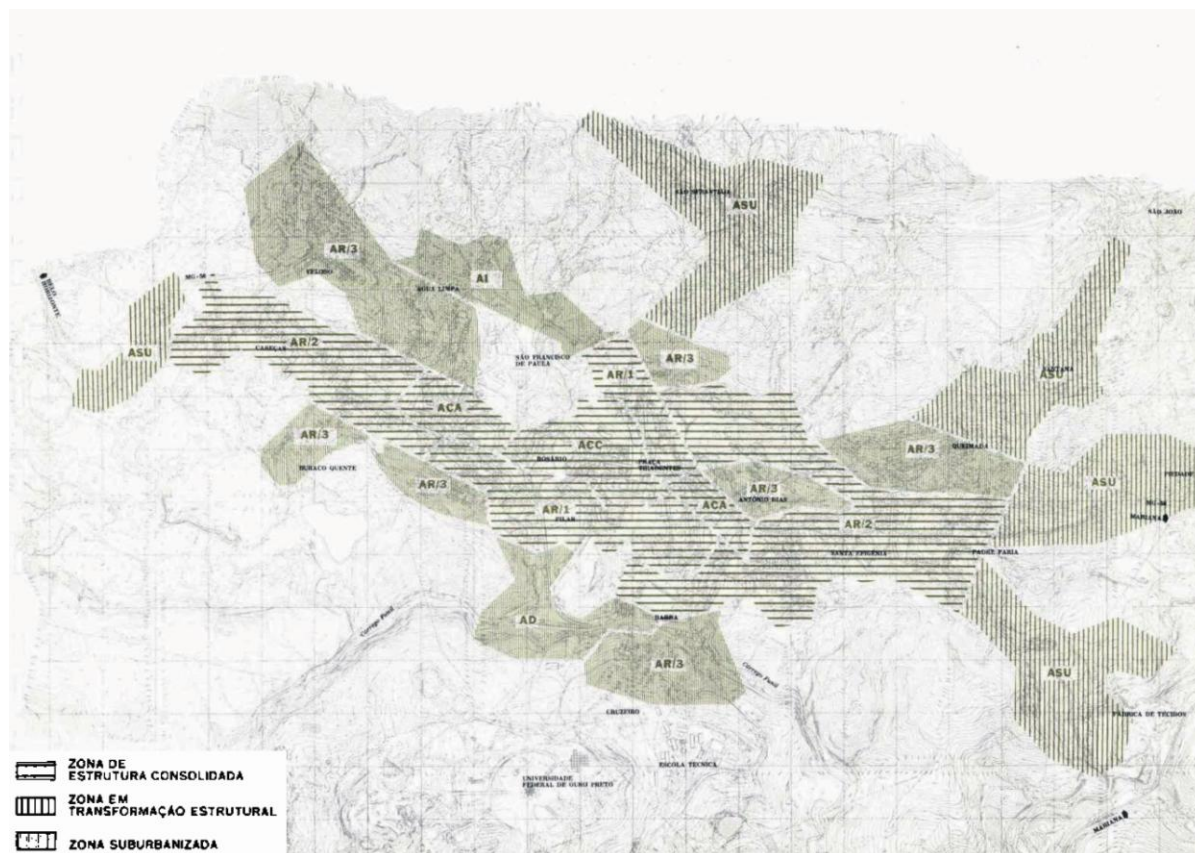
relatórios. Relacionavam-se, como vimos, ao crescimento desordenado das periferias e, ainda mais grave, a intervenções inadequadas no cerne do núcleo colonial. Era capital, portanto, a incorporação de novos valores nos critérios e métodos de operação naquelas cidades. Despontavam elementos de ordem econômica e social, institucional-administrativa e de infraestrutura urbana. É justamente esse hiato no aparato interventivo tanto do IPHAN quanto do IEPHA-MG que os técnicos da FJP vêm preencher.

No âmbito desta pesquisa, tomamos para análise o relatório-síntese do Plano, organizado em duas seções: diagnóstico e proposições. Estudamos ainda a documentação que trata especificamente das características do lazer na região de Ouro Preto e Mariana e, por fim, a Unidade de Proposição nº 19, em que consta o anteprojeto para implantação de parque urbano público na área do Vale dos Contos.

A fase de diagnóstico traduziu-se em levantamento criterioso e pormenorizado dos aspectos histórico-documental, físico-territorial, infraestrutural, econômico, social e institucional-administrativo. Considerados os dados, caminha a interpretação no sentido de tratar Ouro Preto, Saramenha – bairro que acolhe a expansão industrial -, Mariana e Passagem de Mariana – entre os dois núcleos principais - como sistema interurbano, de maneira que usos e funções fossem complementares entre os distintos núcleos. Passagem, artifício maior do projeto, constituiria zona de escape, desenvolvimento e expansão, resposta encontrada às pressões antrópicas ameaçadoras da preservação do legado cultural ouro-pretano e marianense.

De fato, os limites centrais de Ouro Preto, mais ou menos correspondentes à área de concentração dos monumentos tradicionalmente considerados mais relevantes em termos estéticos e históricos, classificavam-se como *Zona de Estrutura Consolidada*. Nela, as transformações funcionais não eram acompanhadas por renovação física, mesmo que ali se estabelecesse a maior parte das novas instalações comerciais. Consta do Plano: “E se, por um lado, a construção de novas residências, com raras exceções, deixa a salvo o centro histórico, o movimento crescente de adaptação de edificações para usos comerciais, se descontrolado, pode contribuir para descaracterizá-lo.” (FJP, 1975b, p. 19)

Figura 40 Zona de estrutura consolidada, zona em transformação estrutural e zona suburbanizada, em Ouro Preto, de acordo com o relatório-síntese do Plano da FJP



Fonte: FJP, 1975b, não paginado.

Para a mencionada Zona e trechos de seu entorno imediato, integrantes da chamada *Zona de Transformação Estrutural*, nenhuma nova edificação seria desejável, estimuladas apenas as atividades ligadas à cultura e ao lazer, além daquelas de suporte ao turismo. Estavam então restritas as proposições para esses locais a ações de restauração e recomposição paisagística. Grande volume de trabalho será dedicado, portanto, a dossiês de restauro e estratégias de intervenção na paisagem⁷⁷.

Concentremo-nos neste segundo tema. Para determinar a prioridade de tratamento dos espaços urbanos tomando por referência sua importância paisagística, o Plano concebe

⁷⁷ Diretrizes para os projetos paisagísticos: “Em cada projeto, procurou-se interferir o mínimo possível com as formas resultantes da evolução histórica da cidade, quer em relação à arquitetura, quer em relação ao traçado urbano; cada projeto teve como objetivo valorizar as características intrínsecas ao local para o qual se destinava, bem como atender às solicitações de uso da população local e turística; em projetos de jardins, parques e similares, procurou-se valorizar a flora local, pela utilização quase exclusiva de espécies de ocorrência espontânea na região; compararam-se, cuidadosamente, em cada caso, as vantagens e dificuldades da substituição, modificação ou eliminação de elementos nitidamente resultantes das técnicas modernas de construção.” (FJP, 1975b, p. 60)

sistema classificativo determinado através de equação matemática simples. Sua estruturação dá-se a partir dos distintos valores, extrínsecos e intrínsecos, relativos aos sítios. Determina-se o valor final (V_a) de relevância paisagística de um espaço urbano como a soma de seu valor de observação (V_o) e seu valor intrínseco (V_i), multiplicada por variável k referente a seu nível de descaracterização.

Nesse sistema, temos que V_o será o valor dado a cada área, considerada como ponto de observação mais ou menos privilegiado em relação às demais. Resultará do somatório das parcelas V_1 , V_2 e V_3 . A primeira variável tem pontuação distribuída entre 5 e 10 e refere-se ao valor que toma cada local quando considerada sua maior ou menor proximidade aos equipamentos de serviços básicos. A referência é, portanto, a população residente. V_2 , em compensação, toma a população visitante como base e, variando entre 6 e 10 pontos, avalia o sítio por localizar-se em percurso indicado ou decorrente de indicações nos guias turísticos à época mais utilizados: *Guia Quatro Rodas do Brasil* e *Guia de Ouro Preto*, de Manoel Bandeira⁷⁸. A terceira variável examina o ponto de observação em relação à hierarquia urbana, atribuindo-lhe valoração entre 3 e 8 pontos.

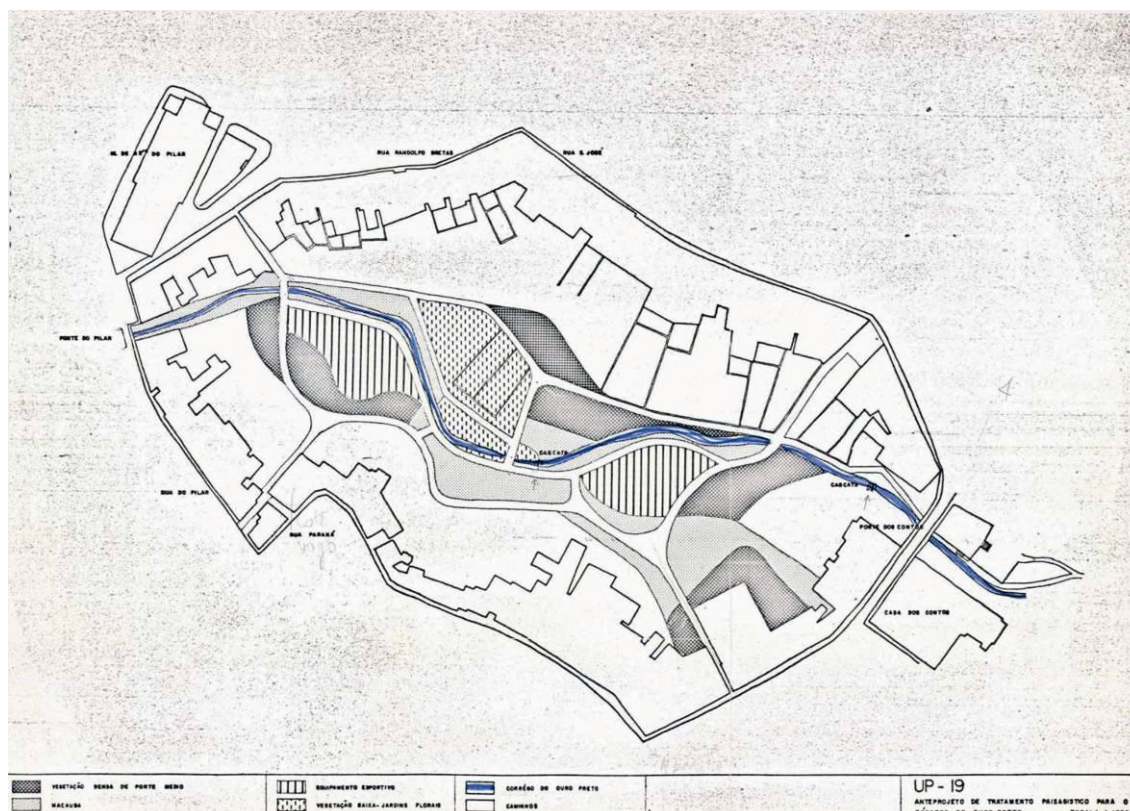
V_i , por sua vez, será o valor atribuído a cada espaço urbano em função de seus elementos físicos, interesse cultural e uso. É composto pelo valor cultural (V_c) somado ao valor de uso (V_u). O primeiro varia entre 2 e 6 pontos e afere justamente o interesse cultural, que pode ser de natureza histórica, artística, botânica, geológica ou topográfica. V_u trata da intensidade de uso do espaço, tanto pela população local quanto turística, podendo variar de 5 a 10 pontos.

Dentre os 135 espaços urbanos considerados, temos que o perímetro do Vale dos Contos ocupará o décimo quinto lugar na lista de prioridades. Seu valor de observação é de 327,2 pontos. Não há valor intrínseco. K equivale a 1,5, dado estar a área sujeita a processo de destruição a médio ou longo prazo. Tomando a fórmula $V_a = (\sum V_o + V_i)k$, temos que $V_a = 490,8$ pontos.

⁷⁸ O Guia Quatro Rodas foi um grupo de guias rodoviários brasileiros publicados pela Editora Abril entre os anos de 1965 e 2015. A referência da primeira edição do segundo título mencionado é: BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1938.

Os diversos largos, ruas e becos são agrupados em conjuntos, a serem tratados como Unidades de Proposição (UPs), que recebem o valor final resultante da soma dos valores correspondentes a suas subdivisões. São assim ordenadas em sequência, de maneira a definirem-se programas de intervenção mais bem organizados e fundamentados. As determinações interventivas para cada UP compõem cadernos independentes, divididos em quatro partes: características gerais; proposições; detalhamento das proposições, incluindo uma ficha para cada rua, onde são anotadas informações como a presença de telhados ou reservatórios em cimento-amianto e pintura em cor desarmônica com o contexto; e anteprojetos, concebidos para áreas cujo potencial paisagístico, ou de uso recreativo, estivesse inexplorado ou subaproveitado. Assim, teremos a Unidade de Proposição nº19 (UP 19), denominada *Córrego de Ouro Preto, abaixo da Ponte dos Contos*.

Figura 41 UP 19 – Anteprojeto de tratamento paisagístico para a área do *Córrego do Ouro Preto, abaixo da Ponte dos Contos*. A legenda indica, de cima para baixo e da esquerda para a direita: vegetação densa de porte médio; macaúba; equipamento esportivo; vegetação baixa – jardins florais; Córrego do Ouro Preto; caminhos



Fonte: FJP, 1975c, não paginado.

Será elaborado anteprojeto para a UP 19, de autoria do arquiteto Reinaldo Guedes Machado. A partir do relatório *O lazer em Ouro Preto e Mariana*, constituinte do Plano, fica patente a carência da população ouro-pretana por equipamentos do gênero. A metodologia

adotada, que abarca entrevistas com pessoas atuantes direta ou indiretamente no setor nos dois municípios, levantamento *in loco* e pesquisa domiciliar socioeconômica por amostragem, revela, consensualmente, a necessidade, em Ouro Preto, de maior oferta de espaços recreacionais, áreas livres, praças e jardins.

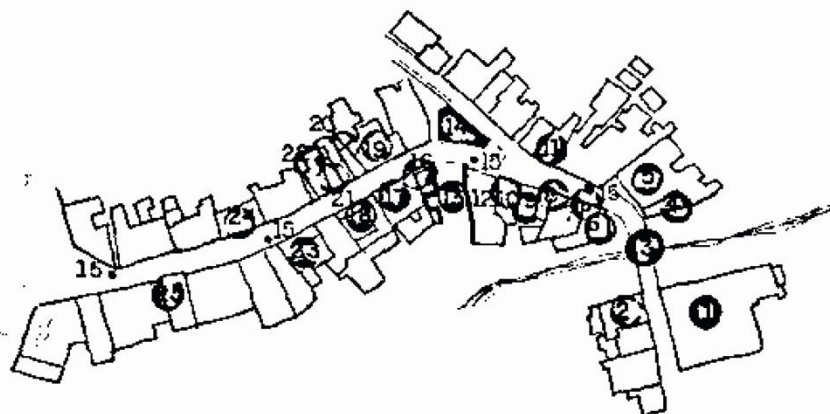
Estava então plenamente justificada a requalificação de trecho subutilizado, em bairros centrais do município e em graves condições ambientais. Como diretriz geral, temos que “A área deve funcionar primordialmente como jardim natural e local de repouso.” (FJP, 1975c, p. 29). São detalhadas intervenções em ruas perimetrais ao Vale: São José, do Pilar e Randolpho Bretas (FIGURA 42). Definem-se operações bastante precisas: no caso da primeira via, por exemplo, determina-se que um lote vago deveria funcionar como acesso à nova zona pública. Para tanto, as fachadas laterais das casas vizinhas receberiam revestimento, dado seu péssimo estado de conservação.

Entende-se que o tratamento da área teria de preservar suas características naturais, aparelhando-a para garantir a apropriação pelos usuários e impedir que se recaísse no estado de degradação diagnosticado. Propõe-se o aproveitamento de campo de futebol improvisado pelo pessoal da vizinhança – o mesmo requalificado no projeto dos anos 2000 - dotando-o de melhores condições físicas, como sistema de iluminação para uso noturno. Em trecho próximo a ruínas, indica-se tratamento de praça, com jardins florais e bancos, tirando-se partido dos muros de pedra, valorizados pelo plantio de trepadeiras.

Seria requalificado o caminho para pedestres à margem do Córrego dos Contos, outrora utilizável como conexão entre os bairros do Centro e Pilar. O antigo trajeto seria revestido com lajeado em pedra e promoveria ligação com encosta acima da Ponte dos Contos, parte da UP 10. O curso d’água seria saneado. A vegetação, de copa densa, esconderia as construções e acréscimos indesejáveis, como o volume de fundos do Cine Vila Rica, já apontado por Viana de Lima (FIGURA 33). São quatro os acessos indicados em planta. Dentre eles, apenas um - beco voltado para a Praça Américo Lopes – foi efetivamente instaurado no âmbito do Programa Monumenta, em 2008.

Figura 42 Diretrizes de intervenção para a Rua São José

RUA SÃO JOSÉ



1. Casa dos Contos.
2. Bar. Vide Dossier de Restauração OP/245.
3. Ponte dos Contos. As margens do córrego do Ouro Preto, que passa sob a ponte, se encontram muito sujas. Promover limpeza regular de lixo no local.
4. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/183.
5. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/182.
6. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/246.
7. Passo. Vide Dossier de Restauração OP/49.
8. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/25.
9. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/1.
10. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/132.
11. Comércio e residência. Vide Dossier de Restauração OP/266.
12. Cine São Salvador. Revestir sua fachada lateral, pintando-a em tom pastel.
13. Lote vago (ruínas). Revestir as fachadas laterais das casas vizinhas, que se encontram em péssimo estado de conservação.


 DOUTOR ARMANDO

Fonte: FJP, 1975c, não paginado.

Não apenas a UP 19 mas o Plano, em sua totalidade, não foi implantado. Teixeira e Moraes (2013) indicam possíveis razões para o caso: falta de vontade política; desinteresse municipal em gerir o uso e a ocupação do solo; rivalidade histórica entre os municípios; falta de recursos financeiros e humanos. Ramalho (2015) acrescenta a ausência de participação popular; o fato de Passagem pertencer à Mariana, município que acabaria por receber tributação predial de crescimento oriundo também de Ouro Preto; e a questão de que a maior parte da área de Passagem constituía propriedade de empresa mineradora.

Em Ouro Preto, apesar do engavetamento das propostas pelo Executivo municipal, suas determinações influenciaram a concepção de leis, como as definidoras da Zona de Proteção do Município, o Plano Rodoviário Municipal e as normas para legalização da ocupação de terrenos. De todo modo, “[o Plano] pode ser encarado como um retrato de sua época [...] também por se tratar de um produto que carrega em seu bojo a concepção de planejamento urbano compreensivo de viés tecnocrático, vigente na década de 1970.” (TEIXEIRA; MORAES, 2013, p. 14)

3.3.3 Parque José Tarquínio Barbosa de Oliveira

As concepções iniciais apontadas para a UP 19 pelo Plano da Fundação João Pinheiro serão retomadas e aperfeiçoadas pelo arquiteto Jorge Abdo Askar em projeto de 1981. Askar era doutor em Restauro de Monumentos e Centros Históricos pela Universidade de Roma La Sapienza⁷⁹ e mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Foi pesquisador em Ciência e Tecnologia pela FJP, desde a década de 1980, e encerrou sua trajetória profissional no IEPHA-MG. (CARDOSO, 2014, p. 7)

Esse trabalho deriva de novo convênio celebrado entre a FJP e o IEPHA-MG, em dezembro de 1978. Objetivava o acordo que a Fundação elaborasse ações de restauração de monumentos históricos no estado. A FJP recebera ainda, para o projeto, apoio do convênio estabelecido entre a SPHAN, a UFOP e a PMOP, o chamado *Projeto Ouro Preto*⁸⁰. Além de

⁷⁹ Sua tese, intitulada *Studio di Restauro e Sistemazione del Palazzo Santa Croce poi Altieri in Oriolo Romano*, foi defendida no ano de 1978 e está disponível para consulta na biblioteca da FJP.

⁸⁰ Convênio vigente entre os anos de 1979 e 1981, assinado após fortes chuvas que assolaram a cidade no início daquele ano. Seu objetivo consistia em preservar, restaurar e revitalizar culturalmente a cidade.

Askar, a equipe compunha-se por vasta lista de colaboradores e tinha como consultores a botânica Maria Aparecida Zurlo e os arquitetos Carlos Fernando de Moura Delphim e Mario Berti.

Foi efetivamente o primeiro projeto concebido para o Vale dos Contos. Constan como suas intenções primordiais o reequilíbrio biofísico da área, através da inserção de elementos paisagísticos complementares às vegetações densa (herbácea e arbórea) e rasteira e arbustiva (jardins florais); a preservação e manutenção do meio ambiente, após seu reequilíbrio; a minimização da carência da população local por equipamentos de lazer e áreas livres gramadas, tomando por base a pesquisa socioeconômica empreendida no âmbito do Plano da FJP; e o controle da progressiva devastação de espécies herbáceas e arbustivas. Sua incumbência fundamental porém era a de promover a recuperação da paisagem urbana ao permitir maior vigilância sobre o sítio e, conseqüentemente, sobre os fundos dos imóveis perimetrais. É patente, no trabalho de Askar, o anseio por conjugar as ações de requalificação do Vale com a ambiência estabelecida a partir dos tradicionais jardins e pomares cultivados nos quintais dos imóveis periféricos.

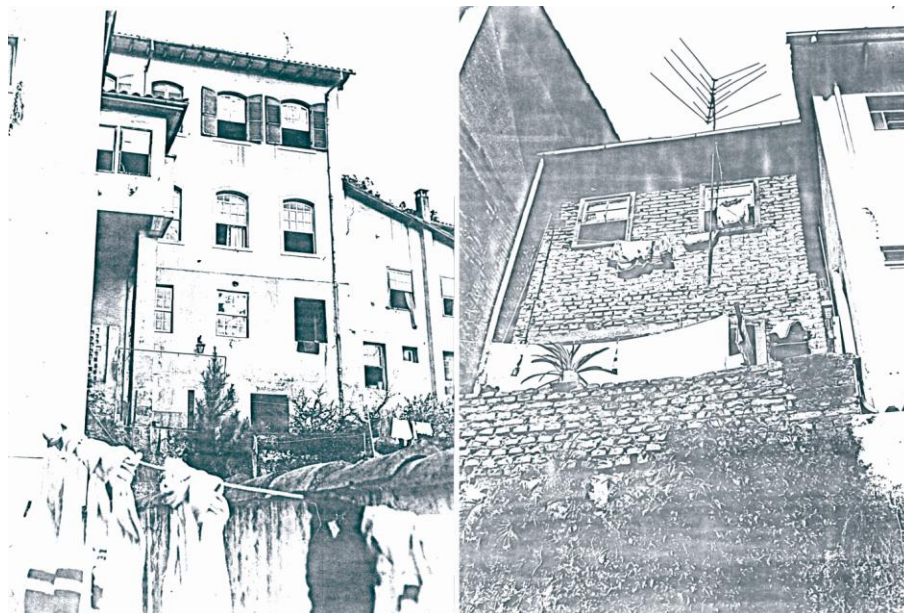
Para conhecer essas edificações em profundidade e definir o perímetro do equipamento público a implantar, foram recuperadas 41 escrituras das 73, correspondentes ao número total de construções no entorno imediato, à época. Em entrevista, o arquiteto Eduardo Tagliaferri (2016), colaborador no plano, relembra que Askar visitava cada edifício, batia à porta e conversava com os proprietários, solicitando a documentação de posse e inspecionando as condições de conservação. Parte das escrituras determinava o Córrego dos Contos como limite de fundos dos lotes, tornando, por consequência, a negociação com a vizinhança uma condicionante à execução da proposta.

Contribuição da maior relevância, nessa empreitada de Jorge Askar, foi exatamente o esforço despendido para compreender a dinâmica do Vale, através do exame atento daqueles imóveis, com ênfase no levantamento do estado de preservação das fachadas posteriores. Além de vasto registro fotográfico e descritivo, o arquiteto determina medidas

(BOLETIM..., 1980). Relembremos a inclusão de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO, em 1980, fato que, necessariamente, a tornava objeto de maiores atenção e cuidado.

interventivas, de menor ou maior grau, estendendo-as às áreas internas sempre que o imóvel estivesse em estado de grande precariedade⁸¹.

Figura 43a e 43b Imagens das fachadas de fundos do Vale dos Contos, constantes do relatório de Jorge Askar



Fonte: FJP, 1981, não paginado.

O procedimento é minucioso. Tomemos por exemplo o que se estabelece para edificação situada à Rua São José, n^{os} 129, 131, 139, 143 e 147:

Trata-se de um dos piores edifícios do conjunto. Embora de construção moderna, encontra-se a fachada posterior em péssimo estado de conservação.

O pavimento inferior ao nível da rua é destinado a depósito e aluguel de dependências que não atendem atualmente aos requisitos mínimos de habitabilidade. O pavimento térreo é utilizado como restaurante e comércio, sendo que o sistema de exaustores da cozinha do bar despeja na fachada grande quantidade de óleos e gorduras.

Na reforma deverão ser colocadas molduras em todas as janelas, divisão vertical com uma peça de madeira naqueles vãos em que predomina a dimensão horizontal, beiral com largura mínima de 1.00m em toda a extensão da fachada posterior (11,00m aproximadamente), chaminé de exaustão para o bar e pintura. (FJP, 1981, não paginado).

O método se repete para as demais edificações, envolvendo, via de regra, elementos arquitetônicos como esquadrias e coberturas ou materiais de acabamento e revestimentos. Em caso específico, no entanto, chega-se mesmo a determinar a redução do número de

⁸¹ Cf. APÊNDICE B.

pavimentos⁸². Quadro resumo organiza os imóveis pelas ruas em que se localizam, determinando-se quantos deles deveriam passar por restauração completa, reformas ou pequenas substituições. Apontam-se ainda aqueles que estavam já em obras, os lotes vagos, as construções em ruínas e as não pesquisadas. Apesar do rigor com que se conduzem as atividades, Askar não menciona como se dariam as negociações com os proprietários, com vistas a viabilizar as intenções projetuais. Também não propõe, como, aliás, nenhum projeto para o Vale, a estruturação do tratamento das fachadas traseiras a partir de trabalhos de Arqueologia, que poderiam melhor direcionar as decisões interventivas.

Essa conduta de atenção ao pormenor estende-se ao diagnóstico do terreno, procedendo-se ao cadastro de toda a flora nativa e subespontânea. Resulta setorização indicativa das possibilidades de aproveitamento do sítio. A área próxima à Ponte dos Contos (S1) caracterizava-se pela presença de afloramento rochoso e escadas. Estas últimas deveriam ser integradas às pedras para evitar sua visibilidade a partir do alto. Nesse trecho, cascata e arco sob a Ponte são os elementos de maior relevância. O segundo setor (S2) compõe-se por vegetação herbácea densa, com possibilidade de alagamento e, portanto, impréstável à implantação de caminhos ou equipamentos. S3 distingue-se como zona pouco acidentada, com presença de vegetação rasteira e arbustiva formada por diferentes espécies de flores, cultivada por moradora local. Sugere-se seu tratamento paisagístico detalhado com intensificação dos elementos florais. Em S4, teremos espécies arbóreas e trepadeiras, concentradas nas encostas mais empinadas. É expressiva, nesse ponto, a função da vegetação como agente de contenção do solo. (FIGURA 44)

Askar formula e testa *in loco* metodologia de intervenção paisagística. Operário da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, sob orientação de arquiteto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, delimita, valendo-se de estacas de bambu unidas por cordas, as zonas a tratar. Especificam-se as espécies a podar e a eliminar. O objetivo consiste na liberação de ruínas de muros de pedra seca e da cachoeira, então encobertos por vegetação invasora. O teste aponta para a imprescindibilidade do acompanhamento permanente de paisagista para solução dos problemas, caso a caso, no próprio sítio. Como premissa comum,

⁸² Edificação situada à Rua São José. Executou-se desaterro, ocasionando a construção de cinco pavimentos, em vez dos quatro aprovados pela SPHAN. Recomenda-se a construção do edifício de acordo com o projeto aprovado pelo órgão de preservação. (FJP, 1981)

compromisso turístico, o equívoco na recuperação do existente, feito hoje para parecer antigo amanhã.” (FJP, 1981, não paginado).

Apresentados os fundamentos conceituais, segue o documento para as treze propostas de ambientação paisagística, que constituem, efetivamente, as estratégias de projeto. Em cada uma das propostas, determinam-se os procedimentos a executar atendendo aos aspectos distributivos e funcionais das distintas zonas do Parque. Registremos aqueles que tratam da temática dimensão pública *versus* dimensão privada.

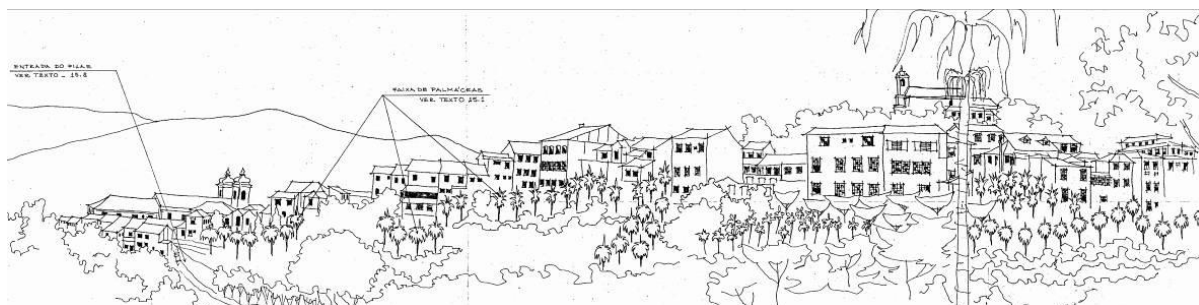
- a) Faixa de palmáceas. A primeira proposição refere-se ao perímetro do Parque, determinado pelas construções lindeiras. Indica-se, nessa extensão, o plantio de palmáceas. Intenta-se a valorização de porões, arrimos, pilotis e muros em alvenaria de pedra seca, bem como o ocultamento de volumes edificadas comprometedores da unidade da paisagem.
- b) Jardim floral. Cultivado com finalidade de ornamentação da Igreja do Pilar e das ruas, quando da procissão do Domingo de Páscoa, determina-se a manutenção das plantas, submetidas porém a regime formal. Seriam acrescentadas espécies, como lírios, palmas, amarílis, antúrios e papoulas, para que houvesse floração ao longo de todo o ano.
- c) Pomar existente. Localiza-se ao lado do campo de futebol, à margem oposta do Córrego do Ouro Preto. Trata-se de massificação arbórea, espaiada até os fundos das casas adjacentes. Conformam-no espécies frutíferas e plantas corriqueiras em pomares antigos, como mangueira, abacateiro, cafeeiro, jaboticabeira, coqueirinho, cedro, jacarandá mimoso. Propõe-se a inserção de árvores de médio e grande porte: ipê, mulungu, cássia, imbaúba, magnólia, pitangueira etc.
- d) Jardim dos aromas. Aos fundos da Casa do Pilar, seriam cultivadas espécies como madressilvas, manacás, lírios e roseiras, para que exalassem distintos aromas. Seriam reparadas ruínas de fonte e pergolado, dispostas no local.⁸³

⁸³ Na década seguinte, mais precisamente no ano de 1995, o arquiteto Eduardo Tagliaferri - colaborador no projeto de Askar - em parceria com Benedito Moreira, conceberá intervenção para requalificar os fundos da Casa do Pilar. Propunha Tagliaferri a adaptação do espaço para lançamentos literários e obras musicais. Os eventos aconteceriam sob cobertura leve, em forma de meia esfera, erguida em alumínio e acrílico. O

- e) Paineiras. Formação de massa arbórea junto a acesso por beco no bairro do Pilar. A intenção é criar anteparo ou barreira visual para impedir o desvendamento total do Parque logo à sua entrada. Seriam empregadas espécies como paineiras e quaresmeiras.
- f) Ingá. Massa arbórea contígua à anterior, porém de menor porte. Seriam utilizados, dentre outros, ingás, marianeiras e espécies do gênero *Datura*.
- g) Entrada do Pilar. Seria realizada aqui correção do aspecto visual negativo proveniente de escadaria de concreto, tubulação de esgoto aparente e muros de arrimo também em concreto. Estes últimos seriam camuflados por hera unha-de-gato e *Cestrum nocturnum*. As escadas seriam revestidas em pedra. Ocultar-se-iam as manilhas, através de muros de pedras com junta seca. O caminho em terra batida passaria por trabalho de nivelamento e recobrimento com pedras irregulares.
- h) Campos polivalentes. Especifica-se a implantação de sebe, com árvores de grande porte, para a criação de barreira sonora com vistas a amenizar a perturbação da vizinhança pelos ruídos vindos dos campos. O primeiro deles, próximo às ruínas, receberia pavimentação em cimento comum. O segundo teria a superfície forrada com grama. Seriam também recuperados seus acessos.
- i) Limites da área. Não seriam erguidos muros que interferissem negativamente na paisagem. A revitalização dos quintais, com hortas e pomares, seria incentivada, de maneira que se comportassem visualmente como zonas de transição entre o Parque e os edifícios do entorno. São especificadas quatro tipologias de cercamentos para os proprietários que desejassem fechar seus quintais: muro de pedra seca, com 1,50m de altura máxima; muro de alvenaria, com revestimento em chapisco camuflado com hera; tela de arame camuflada com espécies trepadeiras; ripas formando gradeamento em madeira, também camufladas com espécies trepadeiras.
- j) Propostas por setores. Retoma-se aqui a subdivisão do terreno em setores, recurso de sistematização das informações coletadas quando das atividades de

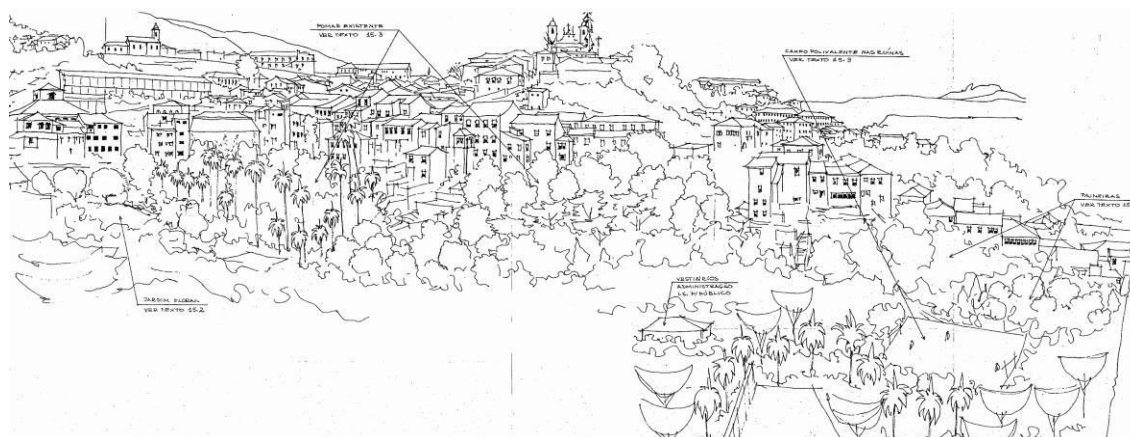
levantamento. Destaca-se o aproveitamento de caminhos existentes improvisados, então escondidos pela vegetação. Seria formada rede de trilhas, permitindo acesso aos fundos das edificações e comunicação com o caminho principal, eixo entre o bairro do Pilar e a Praça Reinaldo Alves de Brito.

Figura 45 Proposições. As linhas de chamada indicam, da esquerda para a direita, “entrada do Pilar” e “faixa de palmáceas”



Fonte: FJP, 1981, não paginado.

Figura 46 Proposições. As linhas de chamada indicam, da esquerda para a direita, “jardim floral”; “pomar existente”; “vestiários, administração, i. s. p/ público”; “campo polivalente nas ruínas”; e “paineiras”



Fonte: FJP, 1981, não paginado.

Complementam o projeto informações de ordens variadas, como a listagem das espécies empregadas; aspectos legislativos; relatórios de inspeção às obras nas construções do entorno; análise da qualidade da água do Córrego dos Contos; projeto de escoamento sanitário e pluvial; fotografias da antiga fonte da Casa do Pilar; quadro de floração das espécies, dentre outras.

Não encontramos registros sobre o porquê de não se ter implantado o projeto de Askar mas, assim como o plano que o precede e origina, supomos não ter encontrado conjuntura política suficientemente articulada para sua execução. Apesar da qualidade do trabalho, sobretudo no que diz respeito à leitura atenta e precisa do entorno edificado do Vale, suas

premissas também não chegaram a ser retomadas pelo projeto que o sucede, já no âmbito do Programa Monumenta.

A percepção mais acertada de Askar é que os antigos jardins e pomares privados teriam necessariamente de ser introduzidos no projeto. Funcionariam como elementos de transição entre a nova área pública e os imóveis adjacentes. Eles seriam, inequivocamente, parte integrante da novidade proposta.

Figura 47 Jorge Abdo Askar, em 1981. Autoria desconhecida



Fonte: Repositório institucional da FJP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/615>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

3.4 A intervenção no Horto da década de 1980

Na data de 2 de junho de 1982, o Jornal O Globo noticiava o retorno de Lucio Costa, após quinze anos, à cidade de Ouro Preto. Intitulada *Ouro Preto ganha um horto botânico: Lucio Costa planeja uma área verde de 80 mil m²*, a reportagem leva a público a proposta de restauração do antigo Horto e requalificação do vale que lhe é contíguo (FIGURA 48). O arquiteto e urbanista visitava a cidade na função de consultor, para a concepção geral do projeto. Teríamos ali, segundo o Jornal, a primeira área de lazer no interior do perímetro urbano do núcleo mineiro. O equipamento funcionaria também como suporte a pesquisas acadêmicas agenciadas pela UFOP.

A empreitada era conduzida pela PMOP, Metalúrgica Abramo Eberle S.A. e Fundação Roberto Marinho. O panorama, em termos de políticas de cultura e patrimônio, é semelhante àquele do trabalho de Askar. Estamos ainda no âmbito do já mencionado Projeto Ouro Preto, estabelecido no ano de 1979, pouco antes de a cidade barroca ser elevada à categoria de patrimônio cultural da humanidade. Os arquitetos Paulo Jobim e Maria Elisa Costa, esta filha de Lúcio, eram os responsáveis pelo projeto paisagístico, através da C&S Planejamento Urbano. Recebiam suporte do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo (IPT) e, especificamente para os aspectos históricos e fundiários, do arquiteto Ivo Porto de Menezes.

Figura 48 Reportagem do jornal O Globo, de 2 de junho de 1982



Fonte: O GLOBO, 1982, p. 29. Fotografado pela autora.

A documentação levantada para esta pesquisa inclui a primeira e segunda versões do projeto, esta última constituída por dois tomos. O material está organizado, em verdade, como fases projetuais consecutivas. A segunda parte é aprofundamento da primeira, compreendendo, ainda que com algumas alterações, o detalhamento das disposições preliminares. Tais disposições encontram-se acessíveis para consulta nos arquivos da

SMPDU/PMOP. O relatório do anteprojeto está arquivado na biblioteca da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.⁸⁴

Introdutoriamente, são indicadas as disfunções corruptoras da qualidade ambiental do trecho a montante da Ponte dos Contos. Praticamente todas elas exigiam acordos com os proprietários particulares para sua resolução. Havia aterros em condições precárias de estabilidade; deslizamentos por falta de drenagem adequada; escoamento não canalizado de águas servidas; livre utilização do espaço como depósito de lixo. O quadro era, portanto, muito semelhante ao encontrado quando da elaboração do diagnóstico do projeto de 2008. É estudada a configuração formal do primitivo Horto, apontando-se a viabilidade de sua recuperação através dos vestígios ainda dispostos no terreno e da documentação relativa ao projeto original. Ao sul da Ponte dos Contos, previa-se a instauração de parque público já projetado, a proposta de Askar, portanto.

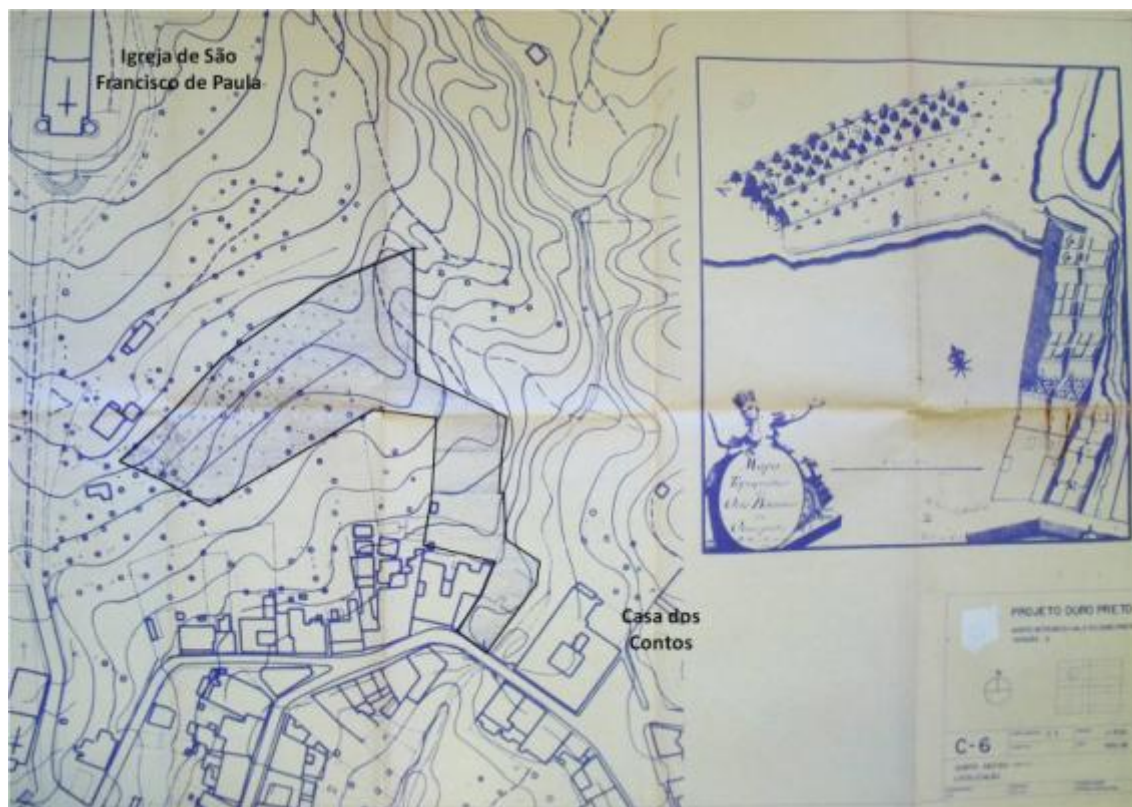
A atuação deveria ser conjunta e integrada, capaz de assimilar as abordagens tecnológica, botânica, paisagística, urbanística e arquitetônica. Seria garantida a estabilidade dos terrenos e a recomposição paisagística do conjunto. Três ações pareciam essenciais: o vale funcionaria como local de passagem de pedestres, recebendo caminhos responsáveis por interligar sítios significativos da cidade; articular-se-iam tais caminhos através de focos de atração; e seria restaurado e reimplantado o primitivo Horto Botânico. Este concentraria atividades como pesquisa botânica, incluindo o plantio de árvores frutíferas, ervas medicinais, essências e chás e plantas ornamentais. Assumiria a função de centro de estudos, prestando ainda serviços à comunidade. O acesso público seria submetido a alguma forma de controle, ainda não determinada.

No fundo de vale, estaria o recinto mais adequado à implantação de um dos mencionados focos de atração. Seria ali inserido anfiteatro, voltado para as torres da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e para o Pico do Itacolomi. A escala seria de praça: a chamada “Praça de Baixo” imaginada como contraponto à secular Praça Tiradentes. De fato, a intenção era integrar paisagisticamente parque e centro antigo. Desejava-se manter o caráter original de

⁸⁴ O relatório disponível nos arquivos da SMPDU/PMOP não está catalogado. A referência daquele correspondente à segunda fase do projeto, armazenado na Superintendência do IPHAN-MG, é Arquivo corrente – Monumentos – Série 1.

zona natural, dispondo massas vegetais e cores com o propósito de enriquecer visualmente o conjunto. “Assim, a intervenção necessária abre a possibilidade para que se crie alguma coisa a mais: partindo do ‘remédio’, se procura o bem estar e o prazer visual, e a cidade ganha um horto atuante e uma nova área de lazer.” (Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, 1982, p. 8)

Figura 49 Inserção da planta original do antigo Horto Botânico na área de intervenção



Fonte: Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, 1982.
Contorno do Horto Botânico e identificação das edificações acrescentados pela autora.

Com vistas a aumentar as condições de viabilidade do projeto, desmembrou-se a área de estudo em sete segmentos, agrupados de acordo com a semelhança de suas características: a) Horto Botânico; b) área em torno da Igreja de São Francisco de Paula; c) “paredão”; d) aterro a ser regularizado; e) vertente leste; f) fundo de vale; g) área próxima à Ponte dos Contos. Dessa forma, o trabalho poderia ser executado em etapas, atendendo a distintos fatores externos, como a estação das chuvas, as questões fundiárias e a disponibilidade de recursos.

Na segunda versão ou fase do projeto, detalham-se proposições, sob a forma de soluções-tipo. Consolidam-se as operações iniciais através de levantamentos e análises mais pormenorizados, nas distintas áreas técnicas que as compõem.

Figura 50 Divisão da área de intervenção em segmentos



Fonte: Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, 1982.

Grande relevância é dada à determinação dos limites físicos da área a intervir, levando-se em consideração o acervo arqueológico e o valor histórico-cultural do Horto Botânico, as ocupações existentes e o potencial recreativo do vale. O terceiro item do relatório propositivo, denominado *Questão fundiária* procede de extensa pesquisa sobre o quesito.

Realiza-se levantamento das divisas demarcadas *in loco*, para posterior confrontação com os registros de propriedade existentes. Dentre as dificuldades com que se deparam os técnicos, ressaltam-se a própria indefinição de tais divisas, a ausência de documentação legal e a imprecisão dos documentos, que não citam, em sua maioria, os limites ou a área da gleba. Especifica-se a situação de propriedade para cada um dos segmentos determinados no relatório da primeira fase. Expõem-se os conflitos, muitos de intrincada solução, justamente pela gênese morfológica e inexistência de amparo legal. Sobre o terceiro fragmento, denominado “paredão”, por exemplo, afirma-se:

Além disso, **era muito comum no século XVII o aforamento de terras com base em indicações de braças a partir da rua até um obstáculo natural nos**

fundos, o que torna duvidosa a pretensão do Sr. Antonio Ribas e viável a propriedade dos terrenos por parte da Viuva José Ribeiro [sic] e da Irmandade de São Francisco de Paula sobre os mencionados terrenos. (Arquivo Superintendência IPHAN-MG, material referente ao Horto Botânico e Vale dos Contos, Arquivo corrente – Monumentos – Série 1, não paginado, grifo nosso)

Além da investigação de posse, indicam-se ainda as construções erguidas em cada segmento, dentro dos limites da futura área pública. Aconselha-se a desocupação de imóveis localizados nos segmentos D (“aterro a ser regularizado”) e E (“vertente leste”). Acrescenta-se que, de acordo com a alternativa projetual adotada, outros imóveis pertencentes a particulares poderiam ser objeto de entendimentos para aquisição e desapropriação pela Fundação Roberto Marinho. Acordos operacionais tratariam de imóveis pertencentes a entidades de direito público, de maneira a permitir sua integração ao parque. Ao final do tópico, os dados colhidos acerca do domínio dos lotes são organizados em tabelas.

Ainda sobre conflitos entre as esferas pública e privada, o item 5, que trata da caracterização geológico-geotécnica, aponta medidas possíveis para deter o uso do sítio para deposição de lixo. O cenário se repetia nas partes altas do aterro e da encosta natural na divisa com a Rua Padre Rolim e, de forma estreita e concentrada, nos fundos das habitações. Era inevitável o investimento em ações preventivas, incluindo esclarecimento junto à comunidade vizinha e implantação de recipientes de coleta. Como soluções corretivas, são indicadas a remoção do material e, em casos específicos, seu aterro.

A intervenção capitaneada pela Fundação Roberto Marinho chegou a ser executada, ainda que parcialmente, conforme atesta ofício encaminhado por Benedito Oliveira a Marco Galvão, então Coordenador Técnico do Monumenta, sobre o qual tratamos em capítulo anterior (ARQ ETIOP, Ofício 743/2006 ETIOP/IPHAN)⁸⁵. Também Alder Catunda (2016), arquiteto autor da proposta encampada pelo Monumenta, informa ter incorporado ao projeto as trilhas implantadas na década de 1980.

Adotando novamente como fonte investigativa veículo de comunicação, convém o registro de nova reportagem do Globo, esta datada de 27 de julho de 1983, que trata da execução

⁸⁵ Nesse documento, Oliveira informa Galvão acerca das trilhas construídas na década de 1980, abandonadas por falta de manutenção. Trata-se de alerta ao Coordenador do Programa para que se tomassem medidas no sentido de evitar destino semelhante à proposta de 2008.

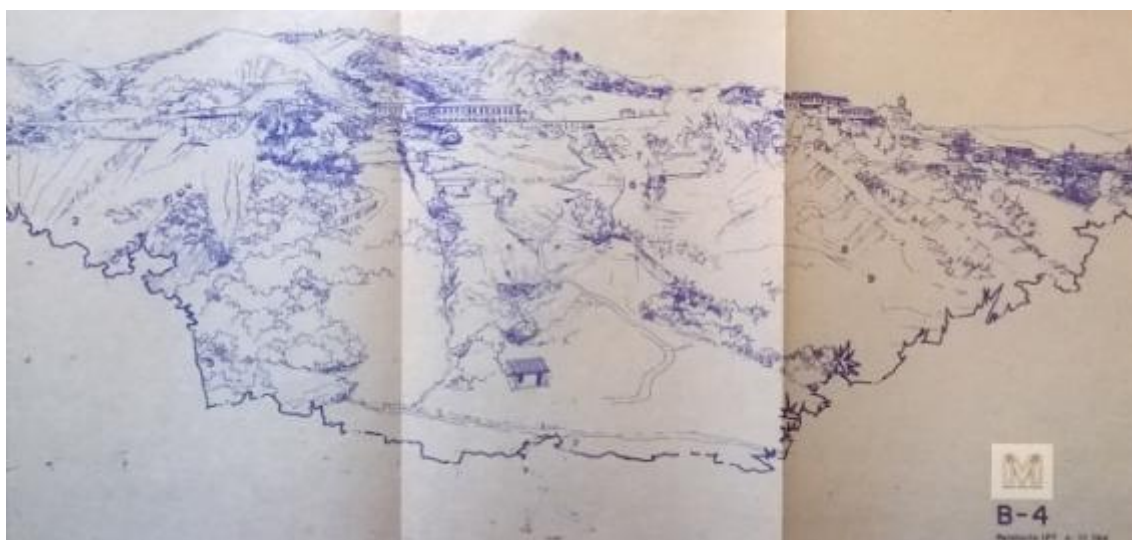
do projeto. O título *Em Ouro Preto, a descoberta de uma boca de mina de ouro* revela o achado arqueológico no canteiro de obras. De fato, o professor Ivo Porto de Menezes, então à frente dos trabalhos, apontava em entrevista as alterações processadas no projeto de Maria Elisa em decorrência da descoberta de trechos de muros e vestígios de antigas estruturas minerárias.

É relevante, nessa reportagem, o depoimento de José Carlos Barboza de Oliveira, diretor do Programa Cultural da Fundação Roberto Marinho:

Estamos procurando mudar um pouco a atuação do Programa Cultural. A princípio, realizamos uma série de restaurações em igrejas e monumentos históricos. Continuaremos a realizar restaurações, sobretudo aquelas que evitem um processo de ruína total, mas procuraremos, principalmente, responder aos anseios da comunidade. E o Horto Botânico e o novo hospital da Santa Casa⁸⁶ são aspirações da comunidade de Ouro Preto. (O GLOBO, 1983, não paginado)

Essa mudança de foco aponta derivar tal Programa, ainda que não tão diretamente quanto o projeto de Askar, daquela nova conjuntura no campo do patrimônio que se articulou ao longo da década de 1970.

Figura 51 Perspectiva geral da proposta de intervenção



Fonte: Arquivo Superintendência IPHAN-MG, material referente ao Horto Botânico e Vale dos Contos, Arquivo corrente – Monumentos – Série 1.

⁸⁶ Prevê-se já, neste momento, a construção de novo edifício para abrigar o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Desde 1895, a instituição ocupava a chamada Chácara do Xavier, situada à Rua Padre Rolim. A mudança efetiva porém deu-se apenas em finais dos anos 2000, quando a entidade transferiu-se para o bairro Bauxita.

Em meados dos anos de 1990, serão realizados esforços no sentido de retomar a restauração do Horto Botânico a partir do projeto iniciado na década anterior. É o que atestam o Comunicado Interno IBPC, de 24 de agosto de 1993 e o Ofício PMOP nº 006/94, de 12 de janeiro de 1994, ambos arquivados na Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. No primeiro, o arquiteto Altino Caldeira escreve a Claudia Lage, Coordenadora Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)⁸⁷, encaminhando roteiro do *Projeto de Recuperação e Revalorização do Jardim Botânico de Ouro Preto*, em que consta o plano de trabalho. A segunda correspondência consiste em solicitação de Deise Lustosa, diretora do Plano Diretor na PMOP, endereçada também a Claudia Lage. Lustosa solicita o empréstimo do projeto da década precedente, dado que não tinha a Prefeitura obtido sucesso em localizá-lo em seus arquivos. O envio do material permitiria o direcionamento das atividades.

Elaborou-se relatório correspondente a estudo preliminar, de autoria da botânica Maria Aparecida Zurlo, da UFOP, e dos arquitetos Carlos Fernando Moura Delphim e Altino Barbosa Caldeira, ambos do IBPC. Apesar de não haver mapas indicativos da delimitação do terreno onde intervir, o registro textual aponta para a restrição da proposta à área do antigo Horto. Não foram encontrados indícios de que as atividades tenham sido continuadas.

3.5 O projeto catalão dos anos 1990

No final de 1997, dois anos após iniciados os entendimentos entre MinC e BID para viabilização do Programa Monumenta⁸⁸, o arquiteto catalão Eduardo Villaescusa e sua equipe eram contratados para elaborar o *Projeto de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos*. Foi a Fundação Gorceix, instituição filantrópica sem fins lucrativos, promotora da pesquisa científica, assistência social, atividades industriais e educação e cultura, a responsável pela contratação⁸⁹. Apesar do título, até a fase em que se

⁸⁷ Extinto o sistema SPHAN/Pró-Memória em 1990, sucedeu-lhe o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), assim mantido até 1994, quando retoma a nomenclatura IPHAN.

⁸⁸ Para maiores dados sobre a formulação do Programa e suas principais diretrizes, verificar o tópico 1.1.1 *O Programa Monumenta*, no primeiro capítulo.

⁸⁹ O contrato, assinado em Ouro Preto, na data de 3 de dezembro de 1997, previa o pagamento de US\$99.000,00 pelo projeto, adotando a equivalência R\$1,00=US\$1,00. A primeira parcela, no valor de US\$12.000,00, seria paga quando da assinatura do contrato; a segunda, de mesmo valor, seria quitada até o dia 15 de dezembro de 1997; e a terceira e última, de US\$75.000,00, seria liquidada quando da liberação do crédito pelo BID à PMOP. O Ofício Superintendência 158/2002, assinado por Antônio Rafael da Silva, Superintendente da Fundação Gorceix, e endereçado a Júlio Ernesto Araújo, Coordenador da UEP de Ouro Preto, atesta o pagamento apenas das duas primeiras quantias, correspondentes às fases de trabalho

desenvolveu, pelo menos, não há referências a ações de recuperação do antigo Horto, restringindo-se os trabalhos ao Vale dos Contos.

Villaescusa participou ativamente do processo de requalificação urbana empreendido na cidade de Barcelona para a organização dos Jogos Olímpicos de 1992. Essa experiência vai habilitá-lo a atuar no campo do Urbanismo não apenas na Espanha mas também internacionalmente, fora dos limites do continente europeu, inclusive. O arquiteto e sua equipe multidisciplinar vão prestar serviços de consultoria a instituições como o BID e o Banco Mundial. Desenvolverão trabalhos em mais de doze países latino-americanos, dentre os quais Equador, México e Peru. No Brasil, além de Ouro Preto, há em seu currículo projetos de desenvolvimento urbano para cidades como Olinda, Salvador e São Paulo⁹⁰.

Se, na década de 1970, consolidava-se o modelo da conservação urbana, alcançávamos agora o princípio da reabilitação/revitalização urbana, de que o projeto catalão fora paradigmático. O campo das políticas de patrimônio, sobretudo em escala urbana, tinha de ser repensado a partir do surgimento de novos instrumentos legislativos, como a transferência do direito de construir e as operações urbanas consorciadas, por exemplo. As parcerias público-privadas ampliavam o leque de possibilidades interventivas e entrava em cena a figura do gestor, para além dos já tradicionais arquitetos, historiadores e planejadores urbanos. (CASTRIOTA, 2009)

É nesses moldes que, encerradas as oportunidades de projeção na capital da Catalunha, os profissionais daquela região dão início a processo de exportação do seu pensamento no campo do Urbanismo⁹¹. De fato, a proposta para Ouro Preto não escapará a tal contexto. O trabalho do grupo de Villaescusa segue de perto o típico modelo catalão daquele período.

efetivamente concluídas. (Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização).

⁹⁰ Nos três primeiros países, os programas tratavam da recuperação dos centros antigos das respectivas capitais. Nas cidades brasileiras, excetuado o caso de São Paulo, as propostas vinculavam-se ao Programa Monumenta. Naquela localidade, era a Prefeitura que empreendia projeto de recuperação da área central. Em todos os casos, a equipe de Villaescusa foi contratada para prestar consultoria ao BID. Informações disponíveis em <<http://www.erv-arquitectes.com/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

⁹¹ Em entrevista, o arquiteto Alder Catunda (2016) relembra que o urbanista português Nuno Portas usa a expressão “catalães voadores” para indicar esse processo de saída daqueles profissionais da Espanha em direção às mais diversas regiões do globo, levando consigo modelo de planejamento urbano característico. Portas entende essa forma de intervir em cidades, de viés neoliberal, como “urbanismo negocial”, tipo em que se viabilizam as propostas consensuais e são minimizados os impactos negativos decorrentes de interesses privados (COMPANS, 1996). No Brasil, exemplo capital é o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, oficialmente lançado no ano de 1995 e de que derivaram programas como o Rio Cidade e o Favela-Bairro.

Nossa análise toma por base o relatório e os desenhos que integram o anteprojeto, disponíveis para consulta nos arquivos da SMPDU/PMOP.

Conforme registrado no capítulo inaugural deste trabalho, um dos critérios fundamentais para a aprovação de um projeto pelo Programa Monumenta era justamente a sua viabilidade financeira. Assim, para além da valorização da área verde central no núcleo barroco, os catalães sugerem a ampliação da zona comercial existente entre as ruas São José e do Paraná e a Praça Reinaldo Alves de Brito. Fazem-no através de conjunto perimetral de plataformas erguidas nos fundos dos lotes, junto às fachadas posteriores. Sua função era a de interligar os andares térreos das edificações, voltados para as vias adjacentes ao Vale dos Contos, ampliando-se, para os fundos, a área de comércio existente. “Este traçado pressupõe a construção de 3.206m² de percurso externo ou terraço para os comércios situados ao redor e, conseqüentemente, esta superfície permitirá aumentar numa proporção a determinar os impostos municipais de ocupação da via pública neste lugar.” (Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, relatório, p. 7)

Figura 52 Plano geral para o Vale dos Contos. Observar a localização das plataformas suspensas



Fonte: Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, relatório, não paginado.

É essa a grande novidade introduzida pelo projeto. Havia entretanto diretrizes interventivas também para o fundo de vale. Concentravam-se no Córrego dos Contos, tratando da despoluição de seu leito e limpeza de suas margens, canalização do esgoto e águas pluviais provenientes dos edifícios do entorno e melhoria do paisagismo e da infraestrutura dos percursos peatonais. Estes últimos seriam organizados a partir de eixo pavimentado com pedra, que promoveria a articulação dos equipamentos existentes, como os campos de futebol improvisados, também a reabilitar. Do eixo, partiriam caminhos secundários que, na extremidade oposta, encontrariam a plataforma.

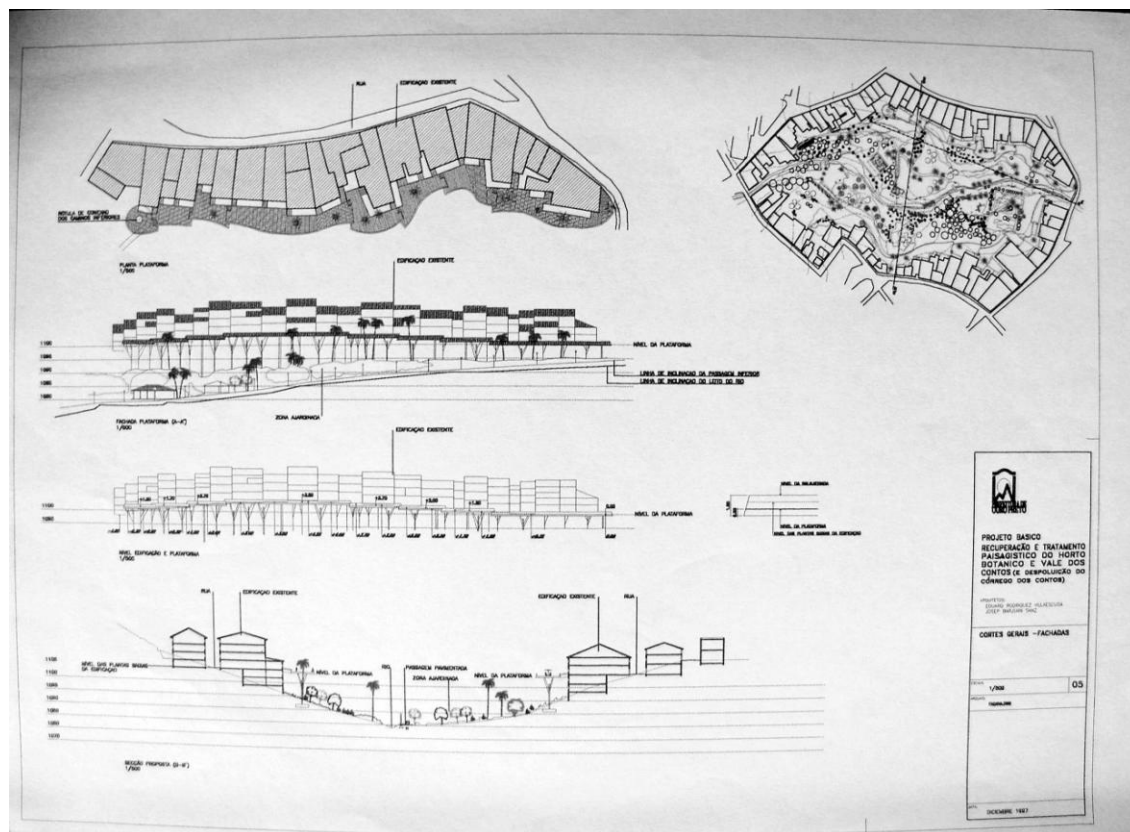
Não se propunha a demolição completa das edificações erguidas no centro da quadra. Uma delas seria aproveitada e, depois de reformada, receberia sanitários públicos, depósito de jardinagem, guarita de vigilância e bar. A sua frente, plataforma de piso em madeira faria a conexão com o curso d'água que, exatamente nesse trecho, seria alargado, como forma de aproveitamento da zona de inundação. O campo de futebol transformado em anfiteatro pelo projeto de 2008 seria adaptado para funcionar como praça, onde pérgula em madeira protegeria o espaço da ação de intempéries.

Para o passeio elevado (FIGURA 53), determinavam-se como requisitos a sua conexão aos andares térreos de forma cômoda e acessível, a manutenção da ventilação e iluminação dos andares inferiores ao nível da rua e a garantia da inviolabilidade das zonas privadas, isto é, das moradias orientadas às plataformas. A resposta formal estabelecida para as condicionantes descritas previa o afastamento do passeio em 2.5 metros em relação aos planos verticais de fachada, configurando-se vazios entre o novo equipamento e as preexistências. Passarelas promoveriam a conexão entre os estabelecimentos comerciais e seus terraços. Escadas e rampas venceriam os desníveis entre as plataformas.

As fachadas de fundos dos imóveis adjacentes são, assim como em situações anteriores, objeto de atenção por parte dos projetistas. A transformação da zona verde deveria vir acompanhada de ação de limpeza e/ou reabilitação das fachadas de fundos dos edifícios. A estratégia prevista pela equipe de Villaescusa para estimular os proprietários a empreenderem tal tarefa seria a permissão de uso gratuito das plataformas por período entre três e cinco anos. “Deste modo, as edificações ficariam mais conservadas e os comerciantes se sentiriam incitados a se abrir para o mundo exterior empenhando-se nas obras que inicialmente supunham somente a melhoria do seu próprio patrimônio.” (Arquivo

SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, relatório, p. 11).

Figura 53 Uma das pranchas integrantes do projeto básico



Fonte: Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, prancha 05.

Tal solução, entretanto, estava restrita às edificações de uso comercial, que dariam fundos às plataformas. Não contemplava as construções da zona baixa do vale, residenciais em sua maioria. Cabe ainda a observação de que o caminho suspenso estendia-se à Rua Paraná, em que praticamente se equipara a quantidade de edificações de uso comercial e residencial⁹². É ali, inclusive, que se concentram as repúblicas de propriedade da UFOP. A inserção das plataformas nesses trechos compostos por edifícios residenciais em sequência não é comentada no trabalho.

⁹² Das quinze edificações da Rua Paraná, oito são residenciais. Informação auferida quando da realização dos trabalhos de campo, entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

Figura 54 Renque de edificações residenciais voltadas para a Rua do Paraná



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Declaradamente desinteressada em seguir os princípios estéticos da cidade colonial mineira, onde se parte da concepção rígida do elemento singular e se alcança resultado afrouxado do conjunto, o percurso projetado teria suportes ou pilares

[...] concebidos com uma linguagem diversa para evitar um ritmo simétrico de estrutura, evitando, deste modo, que se assimilem visualmente às retículas construtivas habituais de superestruturas, aproximando-nos a uma concepção mais orgânica, voluntariamente relacionada com o meio natural onde se localiza. (Arquivo SMPDU/PMOP, material referente ao Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos, sem localização, relatório, p. 12)

O discurso é de que os pilares, concebidos em tipos e formatos diversos – “[...] ramificados, simples, duplos, inclinados etc. [...]”⁹³ – estabeleceriam paralelismo com a arborização do sítio, para o que contribuiria a escolha do material com que seriam confeccionados, o aço corten. A ele, se combinaria a madeira dos pisos de plataformas e elementos de circulação vertical e horizontal. A perfuração de pontos determinados desses pisos de madeira, para que não se eliminasse a vegetação do sítio, completa a vontade de integração do conjunto ao meio natural preexistente.

⁹³ Idem, ibidem.

entorno dele. Pela proposta que ele concebeu lá, a proposta dele lá, das **passarelas suspensas.** (grifos nossos)

De fato, intentava a proposição de Villaescusa ampliar as possibilidades de uso daquele espaço remanescente dos fundos de lotes, aumentar a arrecadação municipal e reverter o caráter de mau tratamento e ausência do poder público que bem o caracterizavam. Mas – e o próximo capítulo nos garantirá instrumentos teóricos para análise apropriada – podemos já registrar que a intervenção corrompia a unidade potencial do bem, ao impor uso público não apenas ao vale, mas também aos fundos de lotes, e de maneira muito pouco sutil. Isso acontece talvez por incompreensão, dada a origem estrangeira do arquiteto, do processo de configuração morfológica daquele trecho de cidade⁹⁶. Ao não compreender ou ignorar tal processo, o profissional não percebe também, evidentemente, o sistema de concepção e interpretação de mundo que está em sua gênese.

⁹⁶ É válido lembrar aqui que, uma década antes da contratação de Villaescusa, havia se iniciado, em Barcelona, movimento de requalificação dos centros de quadra constituintes do Plano proposto por Idelfonso Cerdá. O poder público retomava a propriedade daqueles espaços e ali instalava pontos de lazer e recreação. O contexto é, porém, absolutamente diverso daquele encontrado em Ouro Preto: o urbanista catalão já propunha, em seu plano original, de 1859, que todas as quadras fossem dotadas de pátios internos públicos. Se observarmos o sítio eletrônico do grupo de Villaescusa, temos que, entre 1996 e 1998 – mesmo período em que será elaborado o projeto para a cidade barroca brasileira, portanto – a equipe estará debruçada sobre o *Proyecto de Mejora de las Áreas Verdes del Eixample Cerda*, propondo vias secundárias que conformariam sistema de espaços livres para a localidade. Direção interessante de pesquisa, que infelizmente extrapola os limites deste trabalho, seria justamente estabelecer comparações entre as propostas e verificar em que medida Villaescusa pode ter importado para Ouro Preto, sem as necessárias adaptações, concepção projetual que pouco se encaixa na configuração urbanística e social da cidade (Verificar <<http://www.erv-arquitectes.com/portfolio/proyecto-de-mejora-de-las-areas-verdes-del-eixample-cerda/>>. Acesso em: 19 jul. 2016). Maiores informações sobre o processo de recuperação dos pátios internos no Eixample, conferir <<http://urbanidades.arq.br/2015/04/patios-internos-em-barcelona/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

4

PERMANÊNCIAS SETECENTISTAS?

O VALE DOS CONTOS DOS SÉCULOS XVIII E XXI

Les habitants d'un territoire ne cessent de raturer et de récrire le vieux grimoire des sols.⁹⁷

(André Corboz)

É tarefa corajosa aquela a que se dispõe o historiador da Arte, Arquitetura e Urbanismo André Corboz no ensaio *Le territoire comme palimpseste* (2001). Contribuição capital para o avanço do estado da arte sobre a temática do território no último terço do século XX⁹⁸, o texto tem início a partir da constatação de que o assunto estava, à altura, na moda. Corboz assume para si o encargo de aproximar-se, tanto quanto possível, de um conceito de partida escorregadio. Chega mesmo a afirmar a admissibilidade de tantas definições quantas fossem as disciplinas ao tema relacionadas, de maneira que seria mais plausível falar em horizonte de referência que em conceito, *stricto sensu*.

Da epígrafe deste capítulo, temos que o território não é fato acabado, mas processo. Resulta, antes, do acúmulo de distintos processos, de caráter natural ou humano. Os homens o recriam em seu cotidiano, mais ou menos intensamente, de onde deriva a tal metáfora corboziana do palimpsesto.

Tomamos esses aspectos como premissa e esforçamo-nos por compreender a gênese e as transformações por que passou – e passa – o trecho do Vale dos Contos, em suas dimensões pública e privada. Propomos o estudo desse recorte do território através dos vieses da Morfologia Urbana, com alguma passagem pelo Direito, e da História, Sociologia e Antropologia. Não somos aqui, portanto, pretensiosos: desejamos, assim como fez Corboz, aproximarmo-nos do objeto a partir tão somente da óptica dessas disciplinas, dada a inviabilidade de abarcá-lo por completo. Operamos mesmo dentro daqueles limites do que Corboz definiu como horizonte de referência.

⁹⁷ “Os habitantes de um território não cessam de apagar e reescrever o velho grimório do solo”. (Tradução nossa)

⁹⁸ O ensaio foi publicado originalmente na revista francesa de estudos transdisciplinares oriundos das Ciências Humanas e Sociais, *Diogène*, em 1983.

De fato, constitui o Vale recorte de extenso território. Todos os autores a que recorremos, sem exceção, empreendem suas análises a partir da acepção da Vila Rica colonial como integrante de rede de aldeias, vilas e cidades, seja tal rede mineira, brasileira, luso-brasileira ou, numa extrapolação, luso-imperial, porque inserida em sistema presente em África, Arábia, Índia e Extremo Oriente. Admite-se sempre, entretanto, que cada núcleo urbano integrante da rede guardava em si características singulares, derivadas da adaptação de métodos e temas construtivos às particularidades do sítio.

Recorreremos, conforme mencionado, a campos diversos do saber ansiando que eles nos forneçam indícios factíveis para a identificação, no século XVIII, do que se converteria nas permanências do século XXI. O desafio maior está seguramente em nos aventurarmos por estruturas teóricas que excedem largamente nossos limites epistemológicos, caso da maioria das disciplinas indicadas. Entendemos, porém, ser tal desafio necessário. Nosso objeto é, em gênese, interdisciplinar. A ciência pós-moderna exige do pesquisador a coragem de aproximar-se a áreas científicas que não as suas, mesmo sem que as domine por completo. Damos aqui um passo, ainda que modesto, na direção de uma Academia mais articulada, onde se trabalhe menos isoladamente. Outra vez, cabe o argumento de Santos, que cunhamos já na introdução: a atitude epistemológica pós-moderna rejeita “o cientista como um ignorante especializado” (2003, p. 17).

Nossa inquietação nasce da observação atenta ao sítio, conjugada à leitura de Vasconcellos: “[...] os proprietários esforçavam-se sempre por um melhor tratamento das frentes das construções e das peças de recepção, relegando-se a segundo plano o interior das residências.” (1977, p. 41) e “Enquanto na rua as sinhás transitam ataviadas com o maior requinte e luxo, exibindo fazendas de alto preço, servindo-se de cadeirinhas ou serpentinas decoradas de pinturas finas, carregadas por negros de libré, resume-se por vezes na intimidade, o vestuário, a simples camisolões e o conforto a rústicos tamboretos de couro cru.” (1977, p. 42). Essas afirmações nos despertaram para a possibilidade interpretativa daquilo que espreitamos *in loco* como reprodução de modo de ser, estar e ocupar o território que é secular. As observações de Vasconcellos constituem gênese e sustentáculo de nosso interesse analítico. Identificamo-las no século XVIII e, com o intuito de verificar se eram ainda pertinentes, batemos à porta dos moradores do entorno imediato do Vale e, sempre que autorizados, procuramos investigar e registrar as tais permanências: a

materialidade das construções, a maneira de dispor móveis e objetos, a distribuição dos cômodos e, aquilo que refletem, o comportamento dos habitantes. Notamos haver ainda muito dos Setecentos ali, através dessas manifestações físicas de formas de vida.

Sendo assim, este terceiro e último capítulo da dissertação será composto por primeira seção cujo objetivo é descrever o Vale dos Contos do século XVIII. Seu título é *O Vale dos Contos dos Setecentos: aspectos físicos e sociais*, subdividindo-se nos tópicos *Contribuições dos campos da Morfologia Urbana e do Direito “Urbanístico”* e *Contribuições dos campos da História, da Sociologia e da Antropologia*. A segunda seção – *Permanências setecentistas: o Vale dos Contos do século XXI* – apresentará o trabalho de campo empreendido em nosso recorte espacial, cujo interesse é identificar as permanências dos Setecentos e verificar de que maneira o Parque implantado lida com elas.

Descreveremos então o panorama do Vale no século XVIII pelo viés físico, isto é, como expressão material no território, e pelo caráter social, estudando os grupos que o compõem. A separação dá-se pela grande quantidade de autores a que recorreremos para cada grupo de disciplinas, procurando tornar mais clara e organizada nossa construção descritiva, sem qualquer comprometimento, porém, com uma desnecessária inflexibilidade. Se um autor do campo da História, por exemplo, nos oferece contribuições de ordem físico-morfológica, ele será citado naquela primeira análise, sem hesitação. Para a exposição do trabalho de campo, entretanto, abandonaremos a segmentação, empenhando-nos justamente por transpor a rigidez disciplinar, tão cara à ciência moderna. Buscaremos suporte na metodologia do paradigma indiciário, proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989).

Estamos aqui diante de nossa manobra mais radical: momento metodológico mesmo em que se condensam todos os esforços empreendidos no âmbito da investigação. Através da metodologia descrita, construiremos nossa análise crítica, procurando contribuir, ainda que modestamente, para a progressão do domínio científico em que operamos.

4.1 O Vale dos Contos dos Setecentos: aspectos físicos e sociais

4.1.1 Contribuições dos campos da Morfologia Urbana e do Direito “Urbanístico”

Num primeiro momento, por estratégia analítica, tomemos a cidade tão somente pela perspectiva de sua forma urbana. Estudemos a gênese urbano-morfológica de Vila Rica para

entender o que caracterizou as esferas pública e privada no Vale dos Contos, bem como a transição entre elas, ao longo da formação e consolidação da cidade, no século XVIII.

As obras cardinais que nos indicarão o percurso para abordar a questão posta são as já clássicas *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*, de Nestor Goulart Reis Filho (1968), e *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*, de Sylvio de Vasconcellos (1977), bem como as produções recentes *Sobre a forma das cidades mineiras antigas*, de autoria de Flávio Ferreira (2006), e *A forma da cidade de origem portuguesa*, de Manuel Teixeira (2012). Destaque-se o penúltimo título mencionado como suporte elementar a esta análise, tendo atuado, inclusive, como mote para muitas das indagações que a nortearam.

Reis Filho, em sua tese de livre-docência, trata as formações urbanas brasileiras, tal como descrevemos há pouco, como parte de rede mais ampla. Entende sua estrutura física, de forma alinhada com o que temos argumentado até aqui, como resultado de processo social. Temos, portanto, que decifrar aqueles aglomerados exigiria vasto conhecimento do sistema social da Colônia, bem como da política metropolitana. Sua estratégia investigativa inclui duas escalas distintas: a da própria rede, definida como conjunto ordenado dos elementos espaciais, e do núcleo, unidade desse conjunto. O autor é dos primeiros a contestar o paradigma então vigente de que as formações urbanas brasileiras decorreriam do acaso⁹⁹. Percebe que a regularidade com que determinados elementos se repetem nas vilas e cidades exige o abandono do conceito de fenômeno aleatório para que se aceitem algumas formas de condicionamento.

A primeira parte da obra trata justamente da escala ampliada, envolvendo dados referentes à estrutura social da Colônia e à política urbanizadora reinol. A seguir, o autor se concentra propriamente nos aglomerados, estudando – o que nos interessa sobremaneira – seus

⁹⁹ O paradigma teria sido estabelecido por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*: “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que o escritor Audrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saude’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena’.” (1936, p. 62).

Claudia Fonseca (2011) ocupa-se, porém, em desfazer parcialmente aquela asserção. Segundo a autora, Holanda teria sido mal interpretado porque sua afirmativa fazia referência tão somente às cidades dos primeiros séculos de colonização.

elementos de organização espacial: sítio, traçado (regularidade, ruas e praças, quadras e lotes), bairros, construções (particulares, oficiais, religiosas).

Conclui Reis Filho que havia sim o que se pode chamar de política urbanizadora nos dois primeiros séculos da Colônia. Política essa que evolui rumo a formas cada vez mais racionais e centralizadas. O controle efetivo do processo de urbanização por parte da Coroa terá início em fins do século XVII e princípios do seguinte, ao longo dele se consolidando. Portugal estava diante da queda dos preços do açúcar no mercado internacional, da descoberta de ouro no sertão mineiro e da necessidade de controlar as fronteiras junto ao território espanhol.

Iniciava-se período em que as decisões comerciais e administrativas estariam concentradas em Lisboa e, desse modo, enrijecia-se o planejamento de vilas. A esse argumento, acrescentará Roberta Marx Delson, três décadas depois, o compromisso da metrópole com as ideias absolutistas e iluministas, de forma que o traçado em xadrez experimentado na Baixa lisboeta após o terremoto de 1755 corresponderia à imagem civilizada que se desejava para a Colônia. É o que a brasilianista define como “filosofia completa de planejamento urbano”, sistematizada e amplamente aplicada pela Coroa¹⁰⁰.

O planejamento urbano no Brasil chegou a equivaler à política de controle e absolutismo: a configuração urbana caprichosamente regulamentada que orientou a construção interiorana do século XVIII desenvolveu-se como uma representação simbólica de “bom governo”, uma indicação de que a sociedade estava funcionando dentro de limites predeterminados e disciplinados. Essa fórmula imbuiu o pensamento dos administradores coloniais em toda a década de 1780, e na realidade as preferências estilísticas pela simetria barroca predominaram até uma época bem avançada no século seguinte.¹⁰¹ (DELSON, 1997, p. XII)

¹⁰⁰ Recordemos a implantação do Horto Botânico de Ouro Preto como decorrência direta desse conjunto de ideias, conforme explicitado em capítulo anterior. Sobre a expressão “planejamento urbano”, Delson, apesar de adotá-la, entende ser mais adequado utilizar “planejamento de vilas”, diante do panorama colonial.

¹⁰¹ Nessa linha, Delson rebate a teoria defendida por Paulo Santos em *Formação de cidades no Brasil colonial* (2008). O autor atribui o surto de cidades planejadas erguidas no século XVIII no interior do solo brasileiro ao estreitamento das relações entre Portugal e Espanha a partir da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o que teria contribuído para a adoção dos princípios compilados nas Leis das Índias (1573).

Também enfraquece esse argumento, desejamos acrescentar, o fato de ter sido Portugal dominado por Espanha ao longo de 60 anos consecutivos (1580-1640). As Leis das Índias foram compiladas em 1573, sob o governo de Filipe I (Filipe II, na Espanha). Trinta anos mais tarde, em 1603, promulgava-se o Código Filipino, já sob a égide de Filipe II (Filipe III, na Espanha), sobre o qual teceremos considerações adiante. O fato é que as Ordenações do Reino, ou Leis Gerais do Reino, passaram por processo de revisão nesse período. Ora, é portanto provável que os portugueses conhecessem - porque desenvolvimento técnico para sua aplicação já

A gênese de Ouro Preto, porém, é antecessora a esse novo círculo de ideias instaladas no ambiente da Corte. Ainda que, no século XVIII, Vila Rica tenha sido alvo de reformas urbanas dele derivadas¹⁰², sua origem está alinhada àquela relação anterior, mais afrouxada, entre Metrópole e Colônia, quando a similitude física dos núcleos de ocupação decorria mais de unidade de conceitos que da efetiva imposição da letra da lei. A corrida pelo ouro conduzia ao desbravamento do sertão brasileiro, atraindo aventureiros, inclusive, de além-mar. Dos acampamentos primitivos, surgiam “agrupamentos lineares de casas dispersas” (DELSON, 1997, p. 29).

Sylvio de Vasconcellos explica que Vila Rica estava organizada praticamente em torno de atalhos e bifurcações de trecho de estrada “[...] que, do litoral, passando pelos *campos* (Cachoeira, Itabira, Congonhas etc) atinge o *Mato Dentro* (Santa Bárbara, Catas Altas, Conceição etc) em busca do interior.” (1977, p. 69, *itálicos no original*). Era esse mesmo trecho o chamado caminho tronco, mais transitado e relevante, e que interligava toda a Vila, desde a zona das Cabeças até o Vira e Sai, já no caminho para Vila do Carmo, atual Mariana. Para além de fornecer dados essenciais ao entendimento do regime de constituição urbana em Ouro Preto, o livro de Vasconcellos é, para nós, basilar – coisa que ficou já explícita na abertura deste capítulo – também quando trata das soluções de loteamento, dos sistemas técnico-construtivos, dos partidos de planta, dos interiores e fachadas. Nossa próxima subseção ocupar-se-á detidamente desses temas.

Na tese de doutoramento de Ferreira (2006), a novidade, um pouco tomando dos argumentos de Nestor Goulart, consiste no lançamento da hipótese de que as cidades mineiras coloniais e mesmo do início do Império teriam sim sido projetadas e construídas de acordo com tais projetos. Isso sendo considerada a concepção contemporânea acerca de um

possuíam - a legislação espanhola para construção de cidades em territórios coloniais. Se não acrescentaram seus princípios à sua própria legislação, é crível que tenha sido mais pelo pouco interesse que por desconhecimento.

¹⁰² A mais expressiva é a ampliação da Praça Tiradentes, já em finais do referido século (1798), com vistas a desafogar a Casa de Câmara e Cadeia. A ocupação desse ponto da vila, no alto do Morro de Santa Quitéria, dá-se tardiamente, por volta de 1740. Esse movimento, classificado como centrípeto por Vasconcellos (1977), promove a união entre os arraiais do Pilar e de Antônio Dias. Como discorreremos adiante, as vias que conduzem ao novo centro administrativo da vila têm já seu traçado derivado do formato em quadrícula.

projeto de cidade¹⁰³. Segundo o autor, o modo de apropriação da terra é mais ou menos constante nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, de maneira que os principais elementos que constituem essas cidades repetem-se no modo como se organizam no território: o desenho das ruas, o desenvolvimento dos arraiais a partir das capelas, a proximidade das primeiras ocupações aos cursos d'água. Haveria, é claro, variações, oriundas de conformações geográficas particulares ou de aspectos socioculturais específicos do grupo que ali se instala, conduzindo a resultados singulares¹⁰⁴.

Apesar dessas variações, Ferreira propõe modelo científico, constituído por dezenove padrões urbanísticos baseados no conceito de *pattern* de Christopher Alexander¹⁰⁵, que demonstra haver lógica comum no processo de ocupação do território nessas cidades. Interessa-nos aqui, sobretudo, o fato de ter o estudioso aplicado seu esquema teórico a Ouro Preto, afirmando obedecer também esta última aos mesmos padrões, apesar de afigurar como a mais complexa dentre todas, porque conformada a partir da união de diferentes arraiais. Mais uma vez, os elementos de arranjo morfológico dos aglomerados urbanos são individualmente estudados, sempre tomando por base as condições naturais do sítio e as possibilidades técnico-construtivas. É assim que o quinto capítulo da tese, *A evolução da forma urbana* (p. 126-153), será dedicado à descrição de como se organizavam componentes da urbe como ruas, casas, luminosidade e cores, lotes, quintais, igrejas etc.

¹⁰³ Ferreira defende a ideia de que, ainda que não houvesse profissional diplomado especializado (engenheiro ou arquiteto) e um plano traçado no papel, se os “habitantes-construtores” comungavam dos mesmos princípios para a edificação dos arraiais, então havia sim projeto. Havia a concepção prévia coletiva do que seria executado no território. “O projeto, feito à maneira atemporal, é definido a partir de padrões (*patterns*) compartilhados pela comunidade, tanto pelos construtores como pelos usuários, e não precisam ser desenhados, mas apenas marcados diretamente no chão.” (2006, p. 10)

É conveniente citarmos aqui também a contribuição de Paulo Santos: “A cidade não obedecia rigidamente a um plano prévio, mas nem por isso se pode dizer que tudo seguisse a esmo. Não seguia o método *dedutivo* comum nas cidades planificadas, mas o *indutivo*, partindo do particular para o geral. Cada casa ligava-se à anterior por alguma coisa em comum.” (2008, p. 24, itálicos no original)

¹⁰⁴ “As cidades mineiras antigas são todas diferentes entre si. Entretanto têm uma semelhança em comum: as posições relativas de seus elementos urbanísticos importantes, como igreja, rua, casa, linha d'água, encosta, são sempre iguais, ou pelo menos muito semelhantes. Essa característica é estudada por um ramo da matemática denominado *situ analysis* ou *topologia*, cujos conceitos usamos no nosso trabalho.

Se uma cidade mineira fosse flexível como borracha e se pudéssemos encurtá-la por um lado, esticá-la por outro ou curvar um de seus trechos, ou fazer ao mesmo tempo essas três operações, ao sobrepô-la a um trecho de outra cidade mineira haveria coincidência de seus elementos principais (linhas d'água, ruas, praças, igrejas). Este estica-encurta-curva é uma operação topológica.” (FERREIRA, 2006, p. 6-7, negritos do autor)

¹⁰⁵ ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray; JACOBSON, Max; FIKSDAHL-KING, Ingrid e ANGEL, Shlomo. *A Pattern Language*. Nova York: Oxford University Press, 1977.

Manuel Teixeira, em sua investigação acerca da *forma urbana da cidade de origem portuguesa* (2012), partilha da concepção de Ferreira:

Apesar dessa dualidade, não é correto estabelecer a dicotomia entre traçados urbanos planejados e não planejados nem associar a uns a componente erudita e a outros a componente vernácula. Enquanto os primeiros resultam de um plano prévio, a maior parte das vezes geometrizado, preconcebido e imposto no território, os segundos resultam de um acúmulo de pequenas e sucessivas intervenções, concretizadas ao longo de anos ou de gerações, não se verificando, neste caso, a existência de um plano global, geometrizado. De fato, tanto uns como outros são o resultado de ações planejadas.¹⁰⁶ (p. 13-14)

Há aqui, porém, sutil divergência: enquanto Ferreira trata a construção dos núcleos urbanos como empresa conduzida pelos locais, sem a efetiva orientação de profissional habilitado, Teixeira acredita haver sempre conceitos, a que denomina eruditos, por trás da implantação dessas aglomerações. Tais conceitos seriam herdeiros da cultura urbana romana, reformulada no Renascimento e traduzida na regularidade do traçado. Em simultâneo, se as cidades de origem portuguesa não apresentam caráter geométrico rígido, isso seria resultado de concepção urbana que pensa a cidade no sítio e com o sítio, atendendo de perto às características físicas do território. Seria esta a acepção vernácula, em contraposição àquela outra, derivada da civilização mediterrânica e que viria a ser reforçada com a presença muçulmana. Também ele vai compartilhar então da noção de topologia e *situ analysis* de Ferreira, ao mencionar certa “plasticidade dos traçados urbanos portugueses” (p. 14), que se concretiza em cidades adaptáveis e maleáveis.

É a partir dessas contribuições que analisaremos, na subseção seguinte, os principais elementos produtores e integrantes da forma urbana ouro-pretana: i) escolha do sítio; ii)

¹⁰⁶ A leitura de Brenna (1996) conduz-nos ao ensaio de Elemire Zolla, *La nube del telaio: ragione e irrazionalità tra Oriente e Occidente* (1996). Segundo o intelectual italiano, estaria exatamente nessa oposição entre racional e irracional o dualismo responsável pelo envenenamento da cultura ocidental desde Aristóteles até Hegel, continuada ainda nos dias atuais. Os que dizem racional para louvar e irracional para condenar enveredam, segundo o autor, necessariamente, pelo caminho da dominação e da violência. Todos os dualismos: racional e irracional, bem e mal, luz e escuridão, desembocariam, ao fim e ao cabo, no campo de batalha ou no campo de extermínio.

Parece-nos haver aí pistas para a compreensão do motivo por que a historiografia relegou a segundo plano, pelo menos até a década de 1960, o estudo da urbanização portuguesa nas Américas, preterida em favor da espanhola.

ruas; iii) praças e igrejas; iv) lotes e quadras; v) casas e quintais, com ênfase para este último item. Esse exame nos fornecerá indícios para a compreensão, logo a seguir, do processo de formação do arraial do Pilar, tomando por base o modelo proposto por Ferreira (2006).

Sobre questões fundiárias, mormente no que concerne às soluções de loteamento, seguiremos as trilhas do Direito “Urbanístico” setecentista¹⁰⁷. Recorreremos aos trabalhos de Maria Borrego, *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)* (2004) e Cláudia Fonseca, *Arraiais e vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* (2011). As autoras permitem-nos melhor entendimento acerca do sistema de parcelamento do solo nos recém-estabelecidos arraiais mineradores.

De grande préstimo foi ainda a leitura de Murilo Marx, em *Nosso chão: do sagrado ao profano* (1988), que introduziu-nos às *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, compiladas em 1707. Regiam estas constituições a vida da Igreja na Colônia em seus mais variados aspectos. Sua vigência só se extingue quando da realização do Concílio Plenário Latino-Americano, em 1899. Em tal carta, determinavam-se critérios referentes ao ordenamento do aparato religioso no território, mas que acabavam por orientar a configuração urbano-morfológica de vilas e cidades.

Por fim, o artigo *A urbanização das “Ordenações do Reino”* (2014a), assinado por Danilo Macedo, introduziu-nos e guiou nossa consulta ao *Código Filipino*. As Ordenações consistiam no aparato legislativo corrente na Metrópole e estendido aos domínios coloniais. Assumiram designações diversas ao longo dos séculos: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Estas últimas foram promulgadas em 1603 e, no Brasil, vigoraram em parte até a decretação do Código Civil, em 1916. Tratavam de matérias as mais distintas, dentre as quais a regulação urbana. Sobre o argumento, seu conteúdo era, porém, incipiente, o que a diferenciava sobremaneira das Leis das Índias.

4.1.1.1 Elementos essenciais da forma urbana

i) escolha do sítio

¹⁰⁷ Esperamos não cometer aqui nenhum tipo de anacronismo. Temos ciência da impossibilidade de aplicar o termo Direito Urbanístico à legislação vigente no século XVIII. Optamos porém por tal referência por suscitar compreensão imediata daqueles princípios que regem a matéria no presente. Princípios esses que nortearam nosso estudo das deliberações correntes naquele século.

É sabido que os acampamentos mineiros erguiam-se sempre junto às catas auríferas. Mas, determinada a região onde implantá-los, como se fazia a escolha do sítio?

Foi o ouro explorado por vários sistemas, todos mais ou menos precários, ajustados às possibilidades técnicas da época. Vasconcellos (1977) registra que os trabalhos tinham início com a lavagem das faisqueiras, depósitos localizados às margens dos cursos d'água. Atacavam-se também seus leitos: as areias eram removidas por meio de enxadões, as águas, desviadas através de canais paralelos ou esgotadas, manualmente ou com o auxílio de rodas e rosários, em trechos previamente estancados com paliçadas. Esgotado o ouro de aluvião, avançava-se morro acima, nas grupiarias e tabuleiros, em busca de matrizes de onde proviesse o metal.

Figura 56 Lavagem do ouro de aluvião no Itacolomi.
Gravura de Johann Moritz Rugendas, *Mineradores*, c. 1835



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.
Ferreira (2006) ressalta a insalubridade das margens dos rios, além da susceptibilidade a constantes inundações nos períodos de chuva. A terra, arenosa nessas áreas, poderia erodir facilmente. Construir uma estrada nessa localização significava correr o risco de que ela se

destruísse diante de temporais. Traçavam-se então as estradas, sempre que houvesse possibilidade, na cumeada dos morros. De fato, Vasconcellos identifica as moradias primitivas de Vila Rica - os chamados ranchos - justamente nesses pontos elevados. Seriam porém essas ocupações abrigos provisórios, pouco interessados que estavam os primeiros aventureiros em se fixar nas Minas.

Se fossem, entretanto, os topos de morros excessivamente rochosos e acidentados, optava-se pela meia encosta, seguindo-se as curvas de nível para que resultassem planas as estradas. É consenso que apenas como última solução é que elas se implantariam nos fundos de vale, junto à linha d'água.

Para a formação dos arraiais, porém, preferia-se a meia encosta às elevações, fosse pela necessidade de abastecer as residências com a água retirada dos ribeirões, fosse pelo aproveitamento dos terrenos férteis para a prática agrícola. Nesses locais, era também maior a facilidade para se escavarem poços, se comparados às áreas altas, onde o lençol freático se aprofunda. Ferreira defende portanto a tese de que a formação dos aglomerados tinha início nos vales, galgando gradualmente, tal qual a busca pelo ouro, a serra. Fonseca (2011) inclui outro dado relevante: “Em alguns documentos, os moradores justificam o fato de morarem em suas lavras devido à necessidade de supervisionar o trabalho dos escravos e de proteger seus filões da cobiça alheia.” (p. 456)¹⁰⁸

É justamente com vistas a controlar as divergências pela posse da terra¹⁰⁹, diante da corrida de milhares à região, que a Coroa promulga, a 19 de abril de 1702, o que se converteria na primeira legislação mineradora efetivamente aplicada à localidade: o *Regimento dos superintendentes, guarda-mores e oficiais deputados nas minas de ouro*. Organizava-se, desse modo, a distribuição e doação de datas aos exploradores.

¹⁰⁸ Teixeira (2012), por sua vez, entende a escolha do sítio mais como decorrência da tradicional articulação entre a cidade portuguesa e o território em que era construída. Comumente, observavam-se as condições físicas mais adequadas, incluindo-se a topografia, a exposição solar, o regime de ventos, o abastecimento de água, a qualidade do solo e as possibilidades defensivas. Entendemos que essa asserção seja talvez pouco aplicável às cidades do ciclo do ouro, dado que sua função primeva exigia a localização junto aos depósitos minerários, antes que se observassem quaisquer outros quesitos.

¹⁰⁹ Recordemos o violento conflito entre paulistas e emboabas eclodido logo após a descoberta das catas, em 1707, e encerrado somente dois anos depois.

Fonseca recorre ao engenheiro francês Paul Ferrand, em *L'or à Minas Gerais*¹¹⁰, para explicar o parcelamento territorial estabelecido pela Metrópole. Ao se descobrir um ribeiro, o guarda-mor determinava seu comprimento em braças. A seguir, repartia-o em datas quadradas de 30 braças (66 metros) de lado ou 900 braças quadradas (4.356 metros quadrados). Estabelecia-se a posse: o descobridor receberia uma primeira data no local que escolhesse. A segunda data pertenceria à Coroa, em local por ela selecionado. Ainda a terceira ficaria sob domínio do descobridor, agora, na qualidade de minerador, em ponto também por ele designado. As demais seriam distribuídas, por sorteio, entre mineradores que possuísem pelo menos doze escravos. Aqueles com menor número de cativos teriam direito a superfícies de 2,5 braças (5,5 metros) de lado, por serviçal. Cabia ainda ao guarda-mor o registro dessas informações: anotava-as em livro próprio em que constavam a localização do córrego aurífero, a data de sua descoberta, a divisão das terras, os nomes dos proprietários, os limites e marcos físicos. Elaborava-se então a respectiva ata, que receberia a assinatura do guarda-mor e dos novos possesores.

Como se observa, o quantitativo da força de trabalho passava a ser agora crucial para a determinação da extensão das datas, bastante reduzida, se comparada aos sistemas predecessores: de capitanias hereditárias, inicialmente, e de sesmarias, a seguir. (BORREGO, 2004)

ii) ruas

O modelo proposto por Ferreira (2006) contempla, dentre outros temas, a localização das primeiras ruas nas cidades mineiras antigas. Segundo o autor, a primeira rua seguirá aproximadamente uma curva de nível e será aberta nos trechos mais baixos da encosta, onde o lençol freático ainda é raso, mas distante o suficiente da linha d'água para haver espaço para longos quintais, acima das cotas cheias dos córregos. Simultaneamente à sua construção, teremos, também à meia encosta, a primeira praça e, no ponto mais alto desta, a primeira igreja. Esses elementos urbanos estarão todos conectados entre si.

¹¹⁰ FERRAND, Paul. *L'or à Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894. Ferrand chega ao Brasil em 1882 para lecionar na Escola de Minas de Ouro Preto. Foi profícuo pesquisador sobre temas relacionados à mineração do ouro e à indústria do ferro.

Nova rua seria aberta apenas quando a primeira tivesse todos ou quase todos os seus lotes edificadas e quando a caminhada para alcançar o centro da aglomeração, isto é, a praça com a igreja, fosse muito longa. Essa segunda rua estaria localizada na colina do outro lado da linha d'água, o mais próxima possível à primeira praça e à primeira igreja (modelo II, que utilizaremos neste trabalho). Apenas quando a topografia não fosse ideal, porque muito íngreme ou muito plana e, logo, sujeita a inundações, é que teríamos a segunda rua acima e quase paralela à primeira, na mesma encosta, resultando em quintais com terrenos menos férteis e poços mais profundos (modelo I). (FIGURA 58)

Interligar-se-iam essas vias primitivas através de vielas, travessias e becos, desaparecidos, em diversos casos, por conta do crescimento dessas cidades. Sua inclinação acentuada derivava dessa posição transversal às vias principais, adaptadas às curvas de nível. Em consequência, sua construção seria custosa, ao exigir pavimentação pesada, de pedra, resistente a erosões. Seriam, por isso, pouco frequentes e estreitos.

O Código Filipino determinava que, para os becos, não poderiam estar voltadas janelas e portas, salvo raras exceções. Era restrito, portanto, o acesso a edifícios por essas vielas. Estabelecerão os seguintes artigos do Título LXVIII (“Dos Almotacés”¹¹¹):

26. Em bêco não poderá alguém fazer janella, nem portal, sem licença dos Almotacés e Officiaes da Camera, a qual lhe darão, se virem que tem necessidade, e não faz muito prejuizo.

27 E quando alguma pessoa tiver janella aberta em sua parede sobre azinhaga tão estreita, que não passe de quatro palmos, na qual não haja portas, somente sirva de per ella correrem as agoas dos telhados, não se poderá outro visinho alçar tanto, que lhe tolha o lume da dita janella, mas poder-se-ha alçar até direito della, em modo que lhe não tolha o lume, e mais não. (ALMEIDA, 1870, v. 1, p. 160-161)

Apenas na última fase de implantação da cidade, quando seu crescimento já não era possível ou, por algum motivo específico, indesejável, voltavam-se as casas para os becos, reduzindo-se o tamanho de seus quintais.

¹¹¹ Eram os almotacés peças fundamentais para que se fizessem cumprir as determinações das posturas urbanas. Sua atuação transcorria, sobretudo, no sentido de fiscalizar as medidas determinadas pelo código oficial. A presença desses profissionais em Ouro Preto dá-se apenas quando da elevação do arraial à categoria de vila, com a decorrente instalação da Câmara Municipal, em 1711.

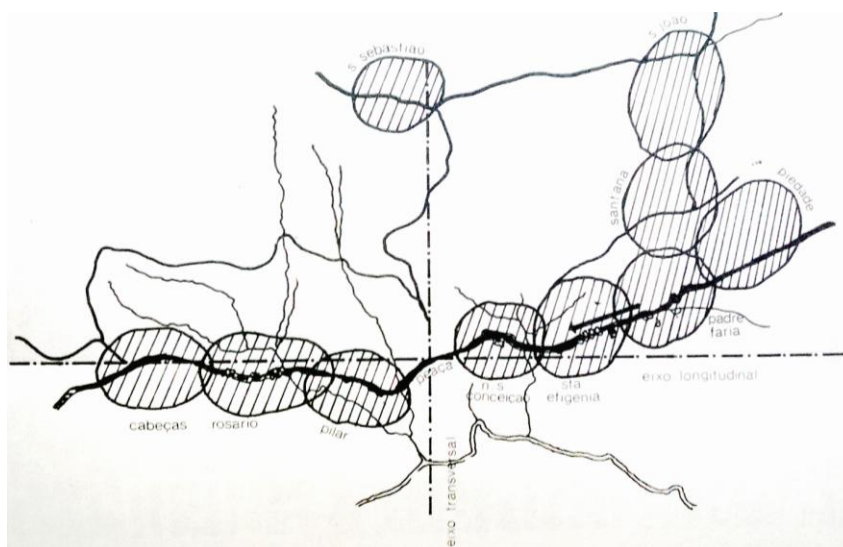
Naquela tese de Ferreira, vimos que a abertura de nova rua depende da integral ocupação da anterior, desde que a construção da cidade é evento coletivo e processual. Nestor Goulart corrobora com esse ponto, ao entender que as ruas só seriam assim reconhecidas quando margeadas por edificações, ou seja, quando completadas:

Numa época na qual as ruas, com raras exceções, ainda não tinham calçamento, nem eram conhecidos passeios – recursos desenvolvidos já em épocas mais recentes, como meio de seleção e aperfeiçoamento do tráfego – não seria possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações, definidas por cercas, eram as estradas. **A rua existia sempre como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente.** (REIS FILHO, 1968, p.22-23, grifo nosso).

Teixeira (2012) propõe parâmetros diversos para a formação das ruas. O autor português entende que haverá proposital coincidência entre as linhas marcantes do território, de vale e de cumeada, e as vias principais da nova cidade. Os edifícios notáveis estariam localizados nas posições dominantes, por ele definidas como os sítios mais altos, ou nos pontos de confluência daquelas vias principais, influenciando o caráter dos espaços envolventes.

No caso específico de Ouro Preto, Vasconcellos (1977) defende ocupação sempre derivada do caminho tronco, ao qual estariam agregados os primeiros arraiais (FIGURA 57). A solução contrapõe, em alguns aspectos, as teses de Ferreira e Teixeira, sobretudo no que diz respeito à relação integrada entre ruas e curvas de nível. Afirma o autor, porém, que esse primeiro percurso vai sendo gradualmente corrigido por trechos de melhor traçado.

Figura 57 O caminho tronco de Ouro Preto, segundo Sylvio de Vasconcellos



Fonte: VASCONCELLOS, 1977, p. 78.

iii) praças e igrejas

Pelo menos até metade do século XVIII, quando ecos iluministas começam a penetrar na Colônia, poder temporal e espiritual estiveram lado a lado no empreendimento civilizatório levado a cabo em terras brasileiras. É sabido que, às Ordens Primeiras, fora proibida sua instalação nas Minas Gerais, fazendo com que ali se fixassem as Irmandades leigas ou Ordens Terceiras. Estes grupos tinham autoridade para ceder terras junto a seus templos, agregando interessados em responsabilizar-se pelos trabalhos de manutenção. É crível, porém, que o proceder, em Vila Rica, se tenha dado de modo inverso. Provavelmente, os mineradores em seus acampamentos, erguiam uma capela tão logo os recursos permitissem e era em torno dela que a aglomeração primitiva progredia, organizando-se, mais tarde, as Ordens Terceiras.

Sobre a edificação de capelas, determinarão as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu Livro quarto, Título XVII:

687 Conforme o direito Canonico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não sómente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior numero dos freguezes. E quando se houver de fazer, será com licença nossa: e feita vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no lugar, aonde houver de estar a Capella maior, e demarcará o âmbito da Igreja, e adro della.

688 As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão Pias Baptismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Oleos, pias de agoa benta, um púlpito, confessionários, sinos, e casa de Sacristia; e haverá no âmbito, e circunferencia della adros, e cemiterios capazes para nelles se enterrarem os defuntos; os quaes adros serão demarcados por nosso Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos desta demarcação se guardarão no nosso Cartorio, e o traslado no Cartorio de cada uma das Igrejas. (VIDE, 1853, p. 252 e 253)

Duas asserções, entretanto, levam-nos a crer que não se observaram as Constituições no processo de formação de Vila Rica: a que indica a necessidade de que se erguessem os templos em sítios elevados e a que estabelece que o sacerdote deve ter seu rosto voltado para o Oriente, quando posto sobre o altar. Em primeiro lugar, as duas matrizes, situadas nos dois arraiais mais povoados da Vila – Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar – foram construídas em terras baixas. Em segundo, temos que este último templo nunca teve seu altar voltado para o Oriente. Sabe-se, inclusive, que, em sua versão primitiva, a igreja voltava-se para o Sul, na direção do Pico do Itacolomi, tendo sido posteriormente alterada sua posição por conta dos fortes ventos, que, repetidas vezes, fizeram apagar as velas dispostas sobre o altar. Procede porém a determinação de que houvesse largos junto às igrejas, para acomodar as festas e procissões. A coincidência deriva provavelmente mais daquele repertório acumulado que fez surgir rede de cidades semelhantes que da aplicação efetiva do que regia o Direito Eclesiástico.

Manuel Teixeira (2012), por sua vez, acerta o passo com as Constituições quando entende que os templos se dispunham em posições elevadas e, portanto, dominantes. Naquela relação estreita entre estrutura territorial e estrutura urbana defendida pelo autor, temos que as praças, por sua vez, estariam localizadas nos cruzamentos entre as vias principais, correspondentes às linhas de cumeada e de vale do território.

Poderiam as praças, segundo o autor, ter origens a partir de funções diversas: antigos mercados incorporados à malha urbana, largos com funções religiosas, espaços com atribuições militares ou ainda político-administrativas, caso em que abrigavam Casa de Câmara, pelourinho e/ou o palácio do Governador. Sua gênese poderia provir também de configurações morfológicas distintas: a confluência ou alargamento de vias, a articulação de malhas heterogêneas, espaços residuais ou ainda relações entre traçado urbano e arquitetura, junto a igrejas, conventos ou edifícios administrativos.

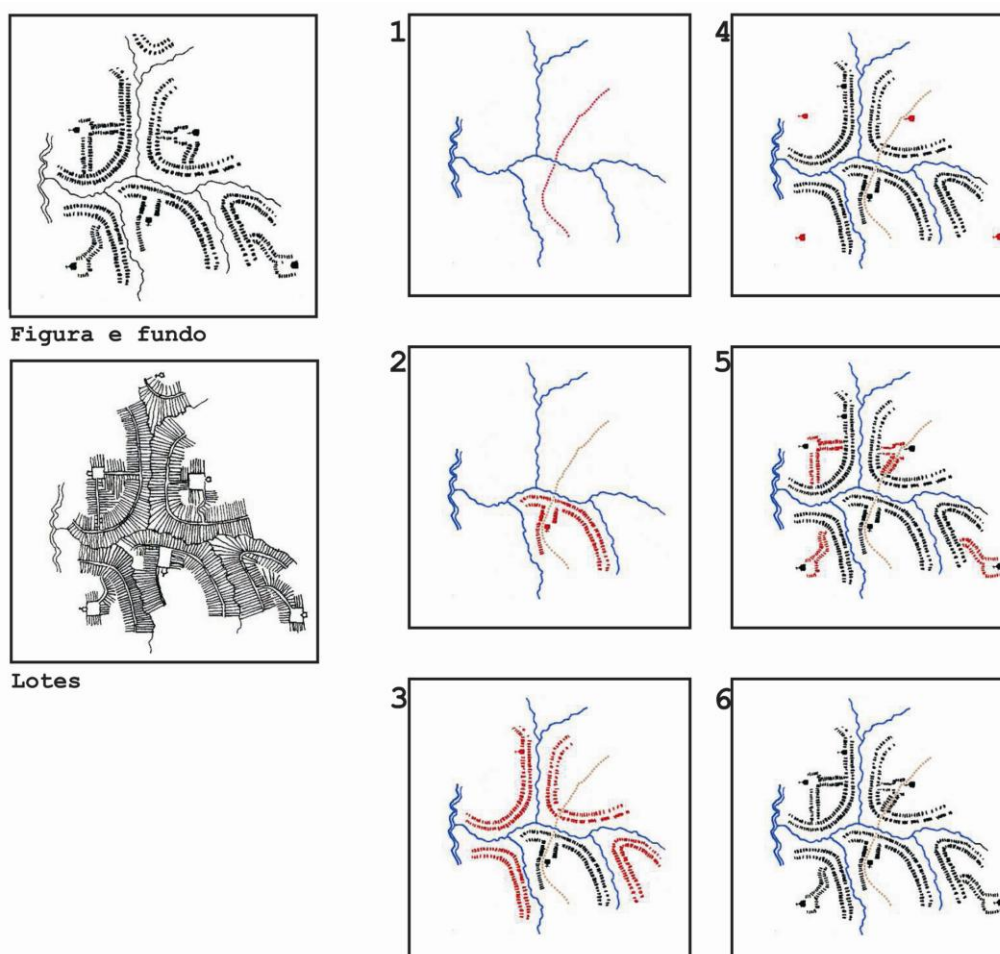
Também Reis Filho (1968) sublinha esse cuidado na concepção do espaço urbano junto aos edifícios de maior significatividade:

Casas de Câmara, igrejas ou conventos provocavam a preservação de um espaço livre destinado à aglomeração de população, decorrente das próprias finalidades desses edifícios. Tal solução exigia uma atitude especial para ocupação do solo, junto a esses locais, à qual necessariamente deveria

corresponder um esforço de controle, inexistente em se tratando de outros aspectos do traçado. (p. 130)

Explicam-se aqui, de fato, os adros contíguos a Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar. Permanece, porém, sem esclarecimento sua implantação em sítios de menor cota. É, mais uma vez, o modelo de Ferreira (2006) que nos ajuda a entender essa preferência: primeira rua, igreja e praça formariam um só conjunto, que surgiria, como já expusemos, em simultâneo, à meia encosta. Novos templos, com seus respectivos largos, seriam erguidos apenas quando a cidade assim o demandasse, já no topo dos morros e ainda maiores que o conjunto original. Com ele não se confundiriam, dada sua posição mais distante do núcleo primitivo da cidade.

Figura 58 Modelo de ocupação do território para cidades mineiras antigas, proposto por Ferreira (2006). 1 – caminhos; 2 – primeira rua, primeira praça, primeira igreja; 3 – outras ruas à meia encosta; 4 – igrejas nos topos dos morros; 5 – ocupações dos acessos aos topos dos morros; 6 – configuração final



Fonte: FERREIRA, 2006, p. 210.

iv) lotes e quadras

A constância nas dimensões das frentes de lotes, variando entre os 25 e 30 palmos, isto é, entre 5.5m e 6.6m, em diversas situações históricas e geográficas, decorre, segundo Manuel Teixeira, de razão técnico-construtiva: trata-se da dimensão máxima possível de ser vencida com vigas em madeira apoiadas nas paredes externas do lote.

Em 1499, no Regime dos Carpinteiros, Pedreiros e Aprendizes, eram indicadas as medidas padronizadas de diversas peças de madeira para a construção. As vigas maiores tinham a dimensão de 24 palmos (aproximadamente 5,3 metros) e de 30 palmos (6,6 metros), o que correspondia à medida habitual dos lotes urbanos das cidades portuguesas. (TEIXEIRA, 2012, p.90)

Resulta disso e do franco preenchimento das testadas desses lotes a uniformidade no caráter das ruas, compostas, de modo geral, por fachadas estreitas, conformadas por três vãos em cada piso.

Apesar dessa rígida e intrincada delimitação das testadas, em zonas urbanas, permaneciam indeterminadas as profundidades dos lotes. Ao recuperar termos de aforamento da Câmara Municipal de Ouro Preto, no Arquivo Público Mineiro, Fonseca percebe que essa dimensão é quase sempre vaga. Indicam os documentos: “duas braças de terra de testada com os fundos necessários”; “três braças com os fundos na forma do estilo que houver mister”; ou “seis braças de terra [...] fazendo frente à rua com seus fundos convenientes” (2011, p. 483-484). Utilizavam-se tais fundos para a criação de hortas e pomares ou outros fins, desde que não houvesse prejuízo a vizinhos ou vias públicas. Podemos localizar aqui a origem do conflito fundiário intrínseco ao Vale dos Contos, trazidos à tona desde os primeiros movimentos em direção à execução do projeto do Parque.

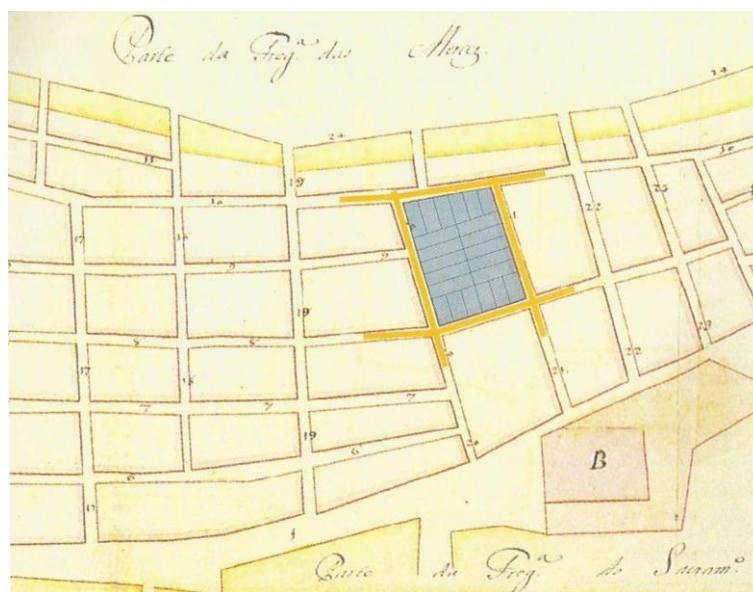
Desde a criação da Vila, em 1711, a Casa de Câmara passa a ser detentora de um termo. O órgão se responsabiliza então por repartir os chãos urbanos de acordo com solicitação dos habitantes, não mais gratuitamente, como no princípio da ocupação¹¹², mas mediante o

¹¹² Recordemos que, até o estabelecimento da Câmara Municipal, repartiam-se os chãos através da concessão de datas auríferas, de acordo com o Regimento de 1702; da doação de terras adjacentes a templos católicos; e por meio do sistema de sesmarias, determinadas pelo Governador Geral, apenas para zonas rurais. Sobre este último sistema, Fonseca (2011) também levanta divergências quanto à delimitação dos terrenos. Para a definição de uma sesmaria de “meia légua em quadra”, por exemplo, faziam-se quatro medidas de um quarto

pagamento de foros anuais. Os recursos provenientes desses impostos constituíam aporte fundamental para a manutenção das Câmaras, motivo pelo qual seus oficiais demonstravam constante preocupação com a regularização das propriedades.

Quanto aos quarteirões, são três os tipos fundamentais identificados por Teixeira (2012) em cidades de origem portuguesa. O primeiro deles, estreito e comprido, seria recorrente em conjuntos urbanos medievais planejados, dos séculos XIII e XIV. Nesse caso, os lotes dispõem-se paralelamente e se estendem de um lado a outro da quadra. O segundo tipo comporta duas fileiras de lotes, com suas frentes voltadas para os dois lados opostos maiores do quarteirão. Esse modelo aparece no século XVI e, com ele, já se estabelece o conceito de interior de quadra. O terceiro e último tipo, que nos parece aquele a que mais se assemelha o Vale dos Contos, encerra lotes voltados para seus quatro lados. Sua origem também remonta ao século XVI e se associa a uma maior densidade de ocupação, bem como à consolidação do caráter urbano de determinado trecho do território¹¹³.

Figura 59 Bairro Alto, em Lisboa. Desenho moderno de quarteirão, com lotes voltados para as quatro ruas. Trata-se, nesse caso, de desenho urbano projetado por profissional habilitado



Fonte: TEIXEIRA, 2012, p. 89.

de légua, seguindo-se os pontos cardeais. As quatro balizas resultantes poderiam indicar um quadrado cujos vértices com ela coincidisse ou outro quadrado, maior, cujos centros das arestas sobre elas se dispusessem. Esse hábito de demarcar terrenos a partir de seu centro geométrico ocasionava então superposição de áreas, motivo de conflitos, não poucas vezes violentos. Acrescenta Saint-Hilaire: “Pode-se bem calcular que terras medidas por homens alheios à geometria sejam-no geralmente muito mal; daí nascem, frequentemente, intermináveis demandas entre vizinhos.” (1975, p. 109)

¹¹³ De fato, a quadra que aqui investigamos está localizada em pleno centro ouro-pretano, zona portanto de maior densidade da urbe.

Consubstancia-se aquele primário conceito de interior de quarteirão: “Se, no modelo anterior, o interior de quarteirão, apesar de privado, era ainda visível da rua, agora ele passa a ficar completamente encerrado.” (TEIXEIRA, 2012, p. 88). Nesse caso, se complexifica a hierarquia de ruas, dependente agora do caráter de sua arquitetura e das funções que abriga, bem como da sua relação com outros espaços urbanos e elementos significativos da cidade.

Reis Filho (1968) ressalta o contraste entre esses centros de quadra, que constituíam, em determinados casos, “vazios surpreendentes”, com a aparência de concentração das vias públicas. Já Ferreira (2006) entende essa exagerada profundidade dos lotes coloniais mineiros como estratégia de conciliação entre a necessidade de grandes lotes, diante da indispensável prática agrícola de subsistência, e a organização da cidade a partir de pequenas distâncias, que pudessem ser percorridas principalmente a pé.

Figura 60 Vale dos Contos como “vazio surpreendente”, em área em que as ruas aparentam densa concentração urbana



Fonte: Archi 5 Arquitetos Associados, sem data.

v) casas e quintais¹¹⁴

¹¹⁴ Poderíamos recorrer aqui à Fenomenologia, como método de investigação filosófica, para o estudo da casa do século XVIII e, mais precisamente, do sentido do habitar. Seriam fundamentais, caso seguissemos por essa linha, trabalhos de autores como Heidegger e Bachelard. Entendemos, porém, que esse aprofundamento,

Ocupavam as casas toda a largura do lote, erguendo-se sobre as testadas, sem apresentar recuos. Os cômodos de recepção dispunham-se nas zonas fronteiriças, junto à rua. Aos fundos, cozinhas e outras dependências, interligadas ao terreiro e, em sequência, ao quintal. Configurava-se assim transição, gradual mas muito nítida, entre os espaços públicos e privados na moradia setecentista. Se a construção fosse composta por dois andares, o pavimento térreo abrigava os compartimentos com funções comerciais ou de serviços e as salas da frente do piso superior assumiam a função de receber. O acesso a estes cômodos se dava através de escada, construída entre paredes e integrada ao volume da edificação. Mais tarde, consolidada a classe burguesa e apartadas as funções de habitação e trabalho, a loja no pavimento térreo seria substituída por vestíbulo ou garagem para o coche.

Mendes, Veríssimo e Bittar (2007) recorrem a descrições de visitantes das residências urbanas do Brasil Colônia, como o engenheiro francês Louis Léger Vauthier, para registrar que, na sala da frente, estariam dispostos os melhores mobiliários e os utensílios mais aparatosos. Complementava-se a decoração com um oratório, cujo acabamento e dimensões variavam de acordo com as posses e a fé do proprietário. Era este o único espaço em que o estranho seria admitido.

Interligando as seções internas, dispostas em sequência graças ao formato alongado do terreno, havia um corredor. De grande comprimento, estendia-se desde o acesso junto à via pública até os quintais. Vasconcellos interpreta-o como

[...] a espinha dorsal das moradias, furando-as de fora a fora e servindo-as por inteiro. [...] É quase um beco particular que supre a falta de área livre nas laterais. Por isso mesmo, esse corredor muitas vezes é tratado com certa rusticidade, quase como via aberta, com seu piso de terra batida, de pedra ou de ladrilhos cerâmicos. Funciona como vestíbulo nobre mas, ao mesmo tempo, como simples abrigo, até de animais. **É peça de recepção, ante-sala por vezes, tornando-se, a seguir, íntima e, afinal, passagem de serviço.** (1977, p. 133, grifo nosso)

Casas de maior largura têm esses corredores dispostos no centro da planta, em vez da solução lateral mais recorrente. Encaixa-se a peça entre as salas e os dormitórios, o primeiro

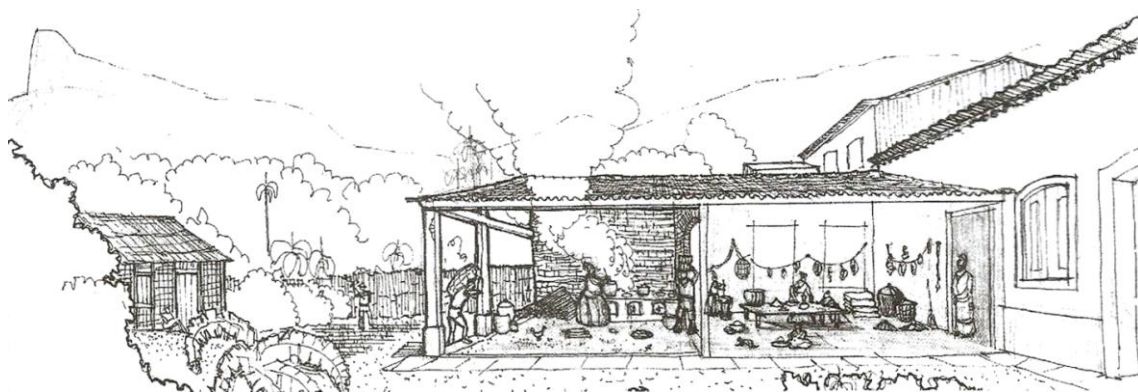
ainda que tentador, acabaria por desvirtuar-nos de nossa tarefa principal, qual seja, a de investigar as dimensões pública e privada na Ouro Preto setecentista sob os vieses da materialidade e da sociabilidade.

deles transformado em escritório ou saleta. Vasconcellos levanta hipótese intrigante acerca das alcovas, atribuídas sempre à tradição das famílias de se resguardarem as moças. Nota o autor que aqueles ranchos primitivos construídos morro acima, em Vila Rica, não dispunham de tais compartimentos. São duas as razões possíveis: ou não havia famílias formadas no período a que essas residências correspondem ou seriam aqueles espaços confinados antes imposições de limites laterais dos lotes fechados que resultado do imperativo de reclusão da família.

Contavam essas alcovas com escasso e tosco mobiliário. Ao longo do século XVIII, porém, dado o enriquecimento provocado pela exploração aurífera, o hábito de se dormir em redes é gradativamente abandonado, substituídas estas por camas de fino acabamento, ornadas com dosséis.

Na cozinha, localizada aos fundos do lote, o tratamento divergia daquele destinado aos cômodos fronteiriços: não havia forro, as telhas permaneciam à vista para facilitar a saída da fumaça e o chão era, não raro, em terra batida. De início, resumiam-se os fogões a braseiros dispostos diretamente no solo ou em mesas de alvenaria, sofisticando-se, mais tarde, sua técnica de construção. Dividia-se o cômodo em dois setores: a cozinha suja, onde se dava o abatimento e limpeza dos animais, e a cozinha limpa, destinada ao preparo dos alimentos.

Figura 61 Reconstituição de cozinha colonial, com as áreas limpa e suja. Constituem-se esses compartimentos como um anexo à edificação principal



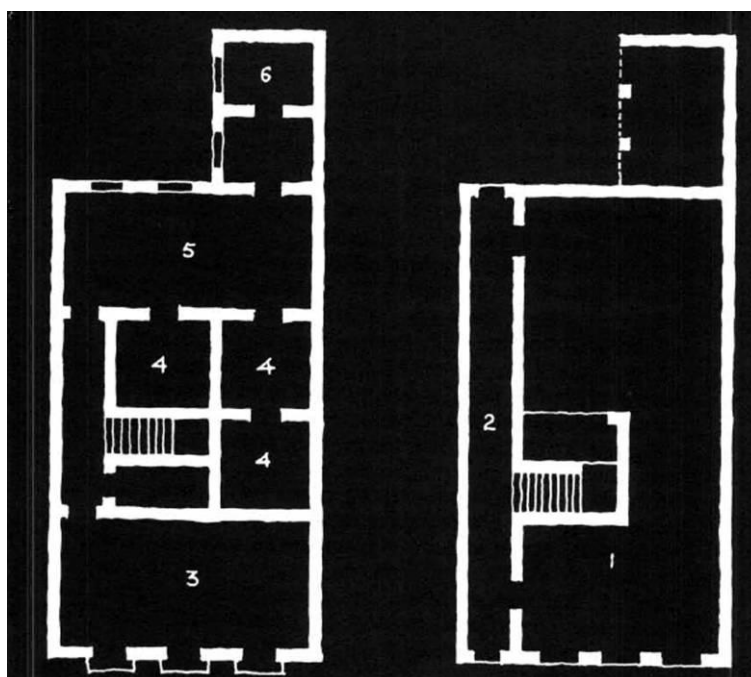
Fonte: Mendes *et al*, 2007, p. 147.

Banheiros não havia. Móveis, gamelas e urinóis ou, mais tarde, bacias de folha, louça ou prata, associadas a jarros, eram usados para a higiene pessoal. Retretes de madeira, postos sobre fossas, seriam as primeiras peças sanitárias fixas, colocadas, de início, nos fundos dos quintais e incorporadas, mais tarde, ao interior das habitações (FIGURA 62).

Regras empíricas compiladas no Renascimento ordenavam a composição arquitetônica das fachadas. Ainda que se manifestassem mais nitidamente em edifícios de maior vulto, deixavam-se entrever, mesmo que apenas por reflexo, na casa do homem comum. Havia preocupação em estabelecer um caráter horizontal ao conjunto, pelo emparelhamento das vergas, que ultrapassavam as ombreiras. Esse desenho regular das fachadas principais contrastava com a organicidade daquelas de fundos. Não podemos fazer melhor que transcrever as palavras de Vasconcellos acerca dessa contraposição:

E enquanto as frentes das casas que cordeiam as vias públicas, de certo modo se aprumam, se formalizam, arrumadas, para o interior, os fundos se esparramam num à vontade típico, ajeitando-se como podem à difícil topografia local, resolvendo com franqueza e naturalidade os seus programas, orgânicos e funcionais. Varandas, puxados, escadas, cozinhas, o forno, o chiqueiro, pousam em qualquer lugar disponível, despreocupadamente, agarradas as construções umas às outras, ajudando-se mutuamente, como se só desta cooperação dependesse a sobrevivência. (VASCONCELLOS, 1977, p. 173)

Figura 62 Plantas típicas de sobrado colonial. Primeiro pavimento e térreo, respectivamente. 1. loja; 2. corredor; 3. salão; 4. alcovas; 5. sala de viver ou varanda; 6. cozinha e serviços



Fonte: REIS FILHO, 2000b, p. 28

Também os materiais empregados, sobretudo nos acabamentos, passavam por nítida simplificação quando comparadas as frentes e os fundos das habitações. Forros de esteiras em varas de taquaras trançadas, tabuados simples, abas e cimbalhas, muitas vezes compostas por singelos cordões, caracterizavam as áreas internas. Alcançavam-se, nessa gradação, as

salas de viver, antecessoras de nossas atuais copas e local de uso praticamente feminino. A seguir, dispunham-se as cozinhas e os quintais, governados por outra lógica, mais atenta às necessidades utilitárias que a imposições estéticas.

O indispensável abastecimento de água para esse setor de fundos da casa ratifica a origem das ocupações à meia encosta, possibilitando-se a expansão para os sítios mais elevados apenas quando construídas as fontes e chafarizes¹¹⁵. Carlos Lemos (1978), em seu estudo sobre as cozinhas das casas paulistas¹¹⁶, dirá que foram as moradas de nossos antepassados enxutas, dada a incomum utilização de água encanada. Perto da porta da cozinha, se dispunha um terreiro para lavagens. Peça isolada que vai se encostar, mais tarde, à parede posterior, transformando-se em alpendre que, quando do fornecimento de água encanada, passa a abrigar o tanque ainda hoje presente.

John Luccock, ao percorrer a estrada de acesso à Vila Rica, descreve-nos a má impressão que lhe deixaram as cativas lavando roupas à beira do córrego:

A estrada entra na cidade pela sua extremidade ocidental, transpondo um riacho que lhe corre ao pé. Nas águas límpidas desse córrego, umas mulheres quase de todo nuas estavam a lavar roupas. Como primeira impressão, davam elas péssima de seu povo, pois sua atitude e aparência revelavam o abandono da pobreza e sua linguagem e maneiras, a depravação e licenciosidade. (1975, p. 331)

Dispersavam-se pelos quintais as atividades higiênicas domiciliares, em locais de construção pouco sólida e que, justamente por esse motivo, passaram por profundas modificações ao longo dos séculos. Agregavam-se num mesmo complexo, francamente integrado às áreas externas, fogão, tanque, bica, cisterna, paiol, despensa, curral e pomar. Em terrenos de grande inclinação, configuravam-se os quintais em níveis sobrepostos, executando-se, em casos determinados, socalcos, através de muros de arrimo em pedra. As águas servidas,

¹¹⁵ Foi o abastecimento de água também motivo de conflitos nas antigas aglomerações mineiras. Fonseca (2011) aponta que o uso comum das águas, por que deveriam zelar as Câmaras, não abrangia todas as categorias da população. Aqueles que ocupavam posições prestigiosas, como sargentos e capitães de milícia, influenciavam a construção e transferência de chafarizes. Outros obtinham concessões municipais para desviar parte das águas públicas e abastecer as próprias residências. Os pobres e, principalmente, os negros pobres, eram alvo de vigilância constante, de maneira que seu uso dos chafarizes e espaços públicos era deveras limitado. Eis indícios da inversão das dimensões pública e privada que marcava a vida na Colônia.

¹¹⁶ Apesar de restringir sua pesquisa à casa paulista, Lemos revela-nos muito sobre a habitação brasileira derivada “[...] do modo de viver de serra acima, que se distingue, fortemente, das soluções do litoral”. (1978, p. 23)

quando não se lançavam nas sarjetas das ruas, escoavam para esses fundos de lotes – atitude ainda comum em nossa zona de estudos, conforme anotado no primeiro capítulo.

Figura 63 Ilustração possível para a cena descrita por Luccock.
Johann Moritz Rugendas, *Lavadeiras do Rio de Janeiro*, 1835



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Serviam também de acesso, por vezes, esses quintais. Ferreira (2006) aponta a existência de uma passagem junto às margens dos córregos. Sua função era permitir a chegada de cavaleiros e mulas de carga às residências sem que transitassem pelas vias principais. Pode estar aqui a origem do chamado “passa-um”, junto ao Córrego dos Contos.

O mesmo autor identifica, apesar da aparente desorganização típica desse espaço, sucessão ordenada de usos e atividades de maneira a torná-lo produtivo. Toda a vegetação existente deveria ser retirada, para que se pudessem cultivar plantas e criar animais exóticos, oriundos de Europa e Ásia. Havia, junto à casa, terreno em terra batida, a que se denominava eira ou terreiro. A seguir, a horta-de-couve, onde se plantavam também outros vegetais. Mais ao fundo, árvores frutíferas, cujo porte crescia quanto maior a distância da edificação, para que nela pudessem penetrar os raios solares. Junto à horta, estariam, por exemplo, os pessegueiros, mais adiante, as laranjeiras e, a seguir, as mangueiras. As galinhas criavam-se soltas, alimentando-se de insetos e contribuindo para o asseio do quintal. Seu esterco fertilizava a terra. Gatos ocupavam-se do extermínio dos ratos. Cães defendiam as criações de raposas, lobos, gambás e mãos peladas. Devido ao mau cheiro, o chiqueiro, se existisse, estaria localizado na área mais distante da casa, perto da linha d’água. Se houvesse cavalos,

uma pequena cobertura e um cocho serviria para alimentá-los, nesses mesmos fundos de lote. Ainda ali, poderia se dispor um pequeno alojamento para escravos.

Um portão permitiria acesso à beira da linha d'água, de maneira que seria possível ir a pé ou a cavalo de um quintal para o outro ou sair para o campo circundante, sem cruzar a cidade. Concluírá Ferreira: "Os quintais produzem sons: os cachorros latindo à noite, uma vez ou outra, o canto do passaredo e depois dos galos ao amanhecer, logo antes que a orquestra dos sinos das igrejas comece a chamar para a missa; as cigarras no início do verão." (2006, p. 191). Sons estes, desejamos acrescentar, muito distintos daqueles oriundos das ruas.

No século XIX, o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fornecer-nos-á descrição dos quintais de Vila Rica, ressaltando sua função como elementos conformadores de paisagem urbana singular:

A maioria [das casas] tem um pequeno jardim longo e estreito muito mal cuidado. Esses jardins são sustentados por uma muralha pouco elevada, quase sempre coberta por imensa quantidade de fetos, gramíneas, musgos, e na mais das vezes formam uns por cima dos outros uma série de terraços cujo conjunto apresenta uma vez ou outra uma massa de verdura, tal como jamais se vê nos nossos climas temperados. Dessas casas, assim entremeadas de cumes áridos e tufos condensados de vegetais, resultam pontos de vista tão variados como pitorescos; a cor enegrecida do solo, a dos tetos, que não é menos escura, o verde carregado das laranjeiras e cafeeiros muitos multiplicados nos jardins, um céu quase sempre nevoento, a esterilidade dos morros não edificadas, dão, porém, ao panorama um aspecto sombrio e melancólico. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.70).

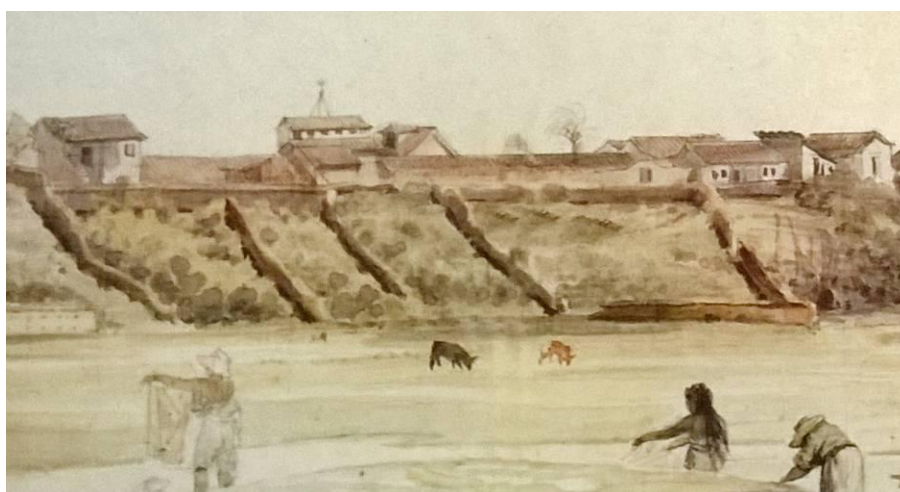
Impressão diversa terá John Mawe, que destacará o bom tratamento dispensado aos fundos de terreno na cidade:

Os jardins, plantados com muito gosto, apresentam em sua disposição, espetáculo curioso. Como é difícil encontrar em todo o flanco da montanha espaço plano de trinta pés quadrados, remediaram essa falta, aplainando espaços uns sobre os outros, a distâncias iguais e sustentando-os por muros pouco elevados; escadas conduzem de uns a outros. Êsses terraços me pareceram o verdadeiro Império da Flora, porque jamais vira tal profusão de belas flôres. Há também excelentes hortaliças de tôda espécie, tais como alcachofras, aspargos, espinafres, repolhos, feijão e batatas. Existem frutos indígenas, que se aperfeiçoariam sem dúvida, com melhor sistema de cultivo. O pessegueiro parece ser a única árvore de fruto exótico aqui

introduzida até agora¹¹⁷; floresce de maneira surpreendente. Víamos de tal modo carregados que havia necessidade de serem escorados. (MAWE, 1944, p. 167)

A prática agrícola e a criação de animais de pequeno porte eram, de fato, condição *sine qua non* para a sobrevivência das populações mineiras, diante da acentuada distância desse território em relação às zonas produtoras. A oferta de alimentação era escassa e, quando disponível, de valor elevado, o que levava a gente do lugar a empenhar-se em produzir para consumo próprio. Surtos de fome, entre 1697-1698 e 1700-1701, fizeram grande quantidade de vítimas na região.

Figura 64 Arnaud Pallière, *Vista da Cidade de São Paulo – parte norte (trecho)*, 1821. Linha d'água como complementação às peças traseiras das casas.



Fonte: REIS FILHO, 2000a, p. 191.

4.1.1.2 Arraial do Pilar: origem e configuração urbana

O arraial de Nossa Senhora do Pilar constituiu, junto ao de Antônio Dias, a zona de maior centralidade de Vila Rica, sobretudo por conta das atividades de comércio ali desenvolvidas. Vasconcellos (1977) indica o caminho tronco como sendo aquele ao longo do qual o agrupamento se desenvolveu, em movimentos centrípetos, com a consolidação da Praça Tiradentes como núcleo político-administrativo, e centrífugos, com a abertura de vias paralelas à principal, a ela interligadas por becos e vielas. Ferreira (2006) aponta em seu modelo que as atuais ruas São José e Randolfo Bretas teriam sido as primeiras derivadas

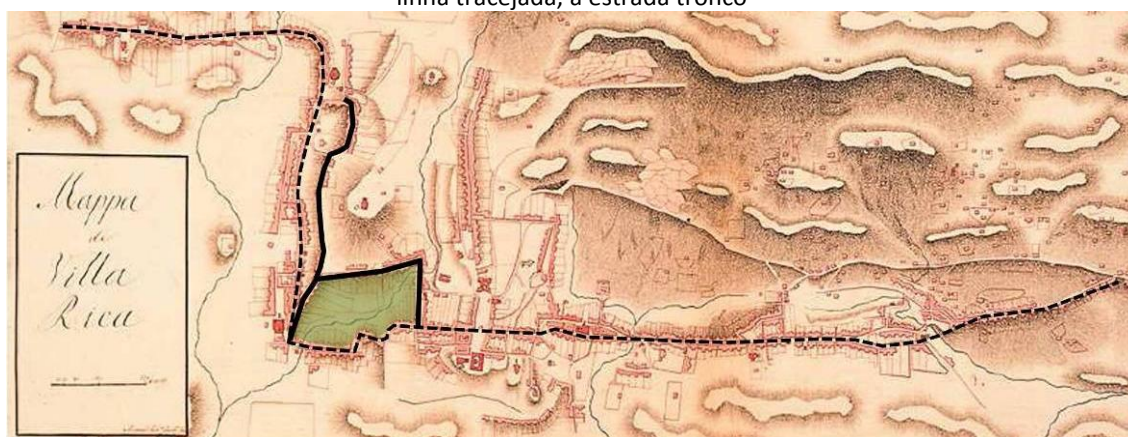
¹¹⁷ Contrariando o que afirma Ferreira (2006), conforme descrito há pouco.

dessa estrada, a ela perpendiculares, associadas à Matriz de Nossa Senhora do Pilar e ao largo em que ela está implantada. Teríamos assim, a determinação daquele conjunto constituído pela primeira rua, primeira igreja e primeira praça no arraial do Pilar. Esse grupo de elementos urbanos se implantará à meia encosta, junto a curso d'água, neste caso, o Córrego dos Contos. Para aquele primeiro autor, porém, a abertura da Rua Randolpho Bretas teria sido, por questões técnicas, empreendida tardiamente:

Posteriormente [à consolidação do caminho tronco], com tecnicismos mal compreendidos, são os arruamentos abertos em retas, por vezes de tal modo íngremes que quase impossibilitam o trânsito, obrigando soluções pouco satisfatórias, como sejam os degraus que vão batizar a **Rua das Escadinhas** (atual **Randolfo Bretas**, antiga Ladeira Simão da Rocha). (VASCONCELLOS, 1977, p.79-81, grifos nossos).

A observação de mapa de Ouro Preto datado de cerca de 1775-1800 permite constatar que a Rua Randolpho Bretas estava, àquela altura, mais bem consolidada que a primeira rua paralela ao caminho tronco aberta entre os arraiais do Rosário e do Pilar. A abertura desta via, aliás, tem grande representatividade na história da Vila, associada que está ao Triunfo Eucarístico, de 1733, a chamada grande festa do ouro. O evento decorre da transladação do Santíssimo Sacramento desde a Capela do Rosário, em reformas, para a Matriz do Pilar, através de procissão. Exigiu que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos talhasse no território a atual Rua Getúlio Vargas. Muro de arrimo, em alvenaria de pedra, teve de ser erguido para conter o solo nos terrenos mais altos, ao longo de toda a extensão da rua.

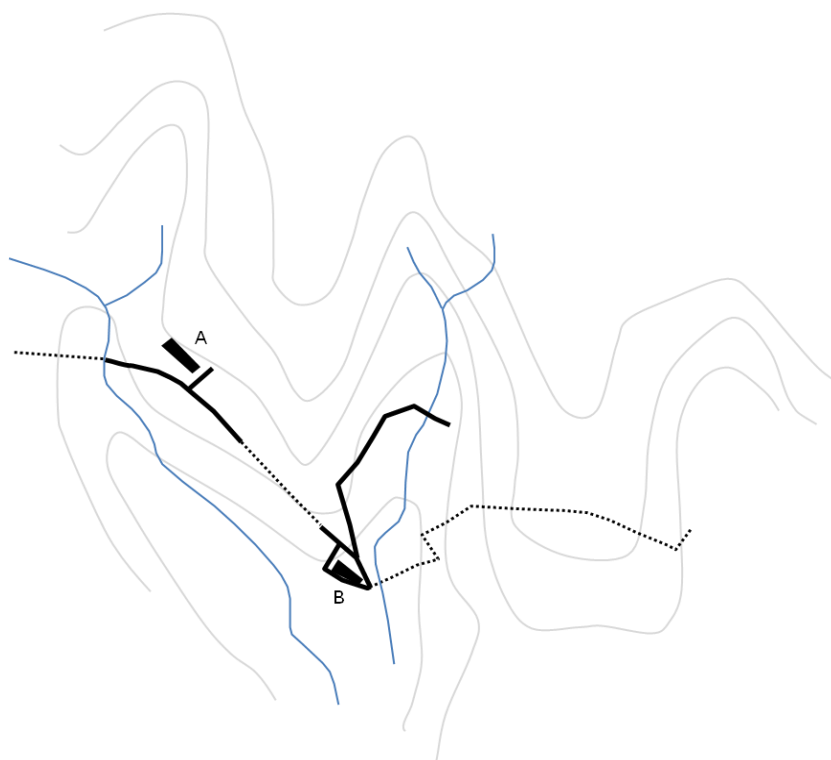
Figura 65 *Mappa de Vila Rica* (trecho). Cerca de 1775-1800. A mancha verde indica o Vale dos Contos. Em linha preta contínua as atuais ruas Getúlio Vargas (curva) e Randolpho Bretas e São José (no perímetro do Vale). Em linha tracejada, a estrada tronco



Fonte: REIS FILHO, 2000a, p. 215. Adaptado pela autora.

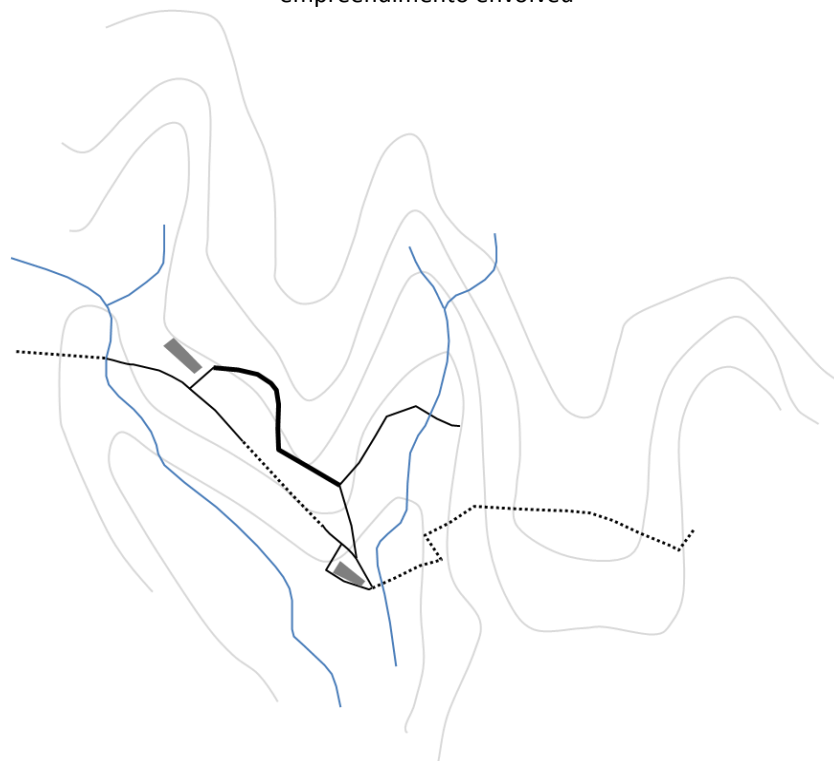
Por estar localizada mais próxima ao fundo de Vale, o destaque da Matriz de Nossa Senhora do Pilar em relação ao conjunto urbano edificado ocorrerá mais pela solução de implantação no sítio, associada à intenção estética, que pelo seu posicionamento em ponto notável do território, como defende a análise de Teixeira (2012). Notamos aqui, de fato, aquele esforço de controle da forma urbana defendido por Reis Filho (1968), inexistente em pontos menos nobres do traçado. É assim que, junto ao templo, o tecido se esgarça, configurando uma praça para receber o povo que se agrega durante as procissões e celebrações, consoante ao que impunham as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Seria tal expediente de fato prescrição do Direito Eclesiástico ou apenas resultado do modo coletivo português de edificar cidades? Eis aqui questionamento que merece investigação particular, que escapa, entretanto, ao intento deste trabalho.

Figura 66 Ocupação da região do Pilar, em Ouro Preto. Em linha azul, os cursos d'água, em linha tracejada, o caminho tronco. Igrejas e monumentos: A=Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1715); B=Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (1720). A primeira rua do arraial do Pilar, atuais São José e Randolfo Bretas, era transversal ao caminho tronco



Fonte: Elaborado pela autora com base em FERREIRA, 2006.

Figura 67 A segunda rua do arraial do Pilar, atual Getúlio Vargas, é paralela ao caminho tronco e foi aberta quando da realização do chamado Triunfo Eucarístico, em 1733. É provável que sua abertura se tenha efetuado antes da consolidação do caminho tronco como via urbana, considerando-se as dificuldades técnicas que o empreendimento envolveu



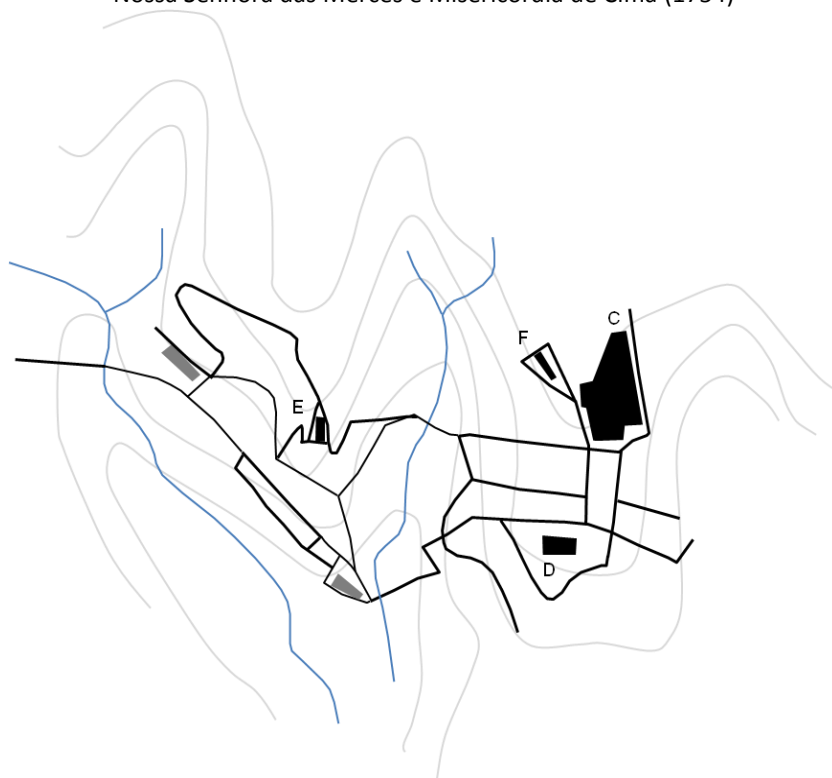
Fonte: Elaborado pela autora com base em FERREIRA, 2006.

Simultaneamente a esses primeiros processos, consolidam-se as atuais ruas do Pilar e Paraná, na meia encosta oposta a São José e Randolfo Bretas. Os fundos de lotes, com seus respectivos quintais, voltam-se para o Córrego dos Contos, configurando o enorme centro de quarteirão em que seria implantado, em finais dos anos 2000, o Parque. Eis o terceiro modelo de quadra a que Teixeira (2012) faz referência, conforme adiantamos na subseção anterior¹¹⁸.

¹¹⁸ Outra interpretação possível para o centro de quadra em estudo é apontada na obra *Fundamentos de morfologia urbana*, de Staël Costa e Maria Netto (2015). Nela, as autoras descrevem os princípios de análise da paisagem das duas mais tradicionais escolas de Morfologia Urbana, quais sejam, a inglesa e a italiana, e os aplicam também à cidade de Ouro Preto. Dentre os conceitos introduzidos pela primeira escola, tem destaque aquele denominado *fringe belt*, traduzido para o português como faixa de hiato urbano. Trata-se de “[...] forma de ocupação associada ao crescimento externo das cidades. Estes [os fringe belts] apresentam baixa densidade e são estruturados de forma dispersa em zonas de uso do solo misto, intercaladas por zonas residenciais. Segundo o autor [Conzen], os fringe belts são definidos como elementos morfológicos que têm sua origem relacionada, principalmente, à oscilação da dinâmica econômica e à demanda de usos institucionais por uma extensa gleba urbana implantada nas bordas da ocupação formal. A sua formação ocorre de forma espontânea e, inicialmente, na periferia da área urbana, induzida por uma linha de fixação, rodoviária ou ferroviária. Com a pressão do crescimento urbano, as grandes glebas ocupadas são anexadas ao contexto urbano, originando um fringe belt interno.” (Costa e Netto, 2015, p.101, grifos nossos).

A partir daí, temos a abertura de novas vias paralelas à estrada tronco, entre o Pilar e a Praça Tiradentes, sempre no sentido morro acima. Invoquemos mais uma vez Teixeira (2012), que propõe a implantação dos edifícios significativos em pontos notáveis do sítio, localizados nos topos dos morros. Seguem esse padrão as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia de Cima e São Francisco de Paula, além da própria Praça Tiradentes, demarcada como centro político-administrativo durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, entre 1735 e 1763. As novas ruas, que conduzem a essas construções, adaptam-se pouco à topografia local e encontram-se já distantes dos cursos d'água. Localizam-se mesmo nas linhas naturais do sítio.

Figura 68 Consolidação do caminho tronco como via urbana e abertura de caminhos a ele paralelos, conduzindo aos pontos de cota mais elevada do sítio, onde se implantam os edifícios notáveis. C=Palácio dos Governadores (1735); D= Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1751); E= Igreja de São José (1752); F=Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia de Cima (1754)



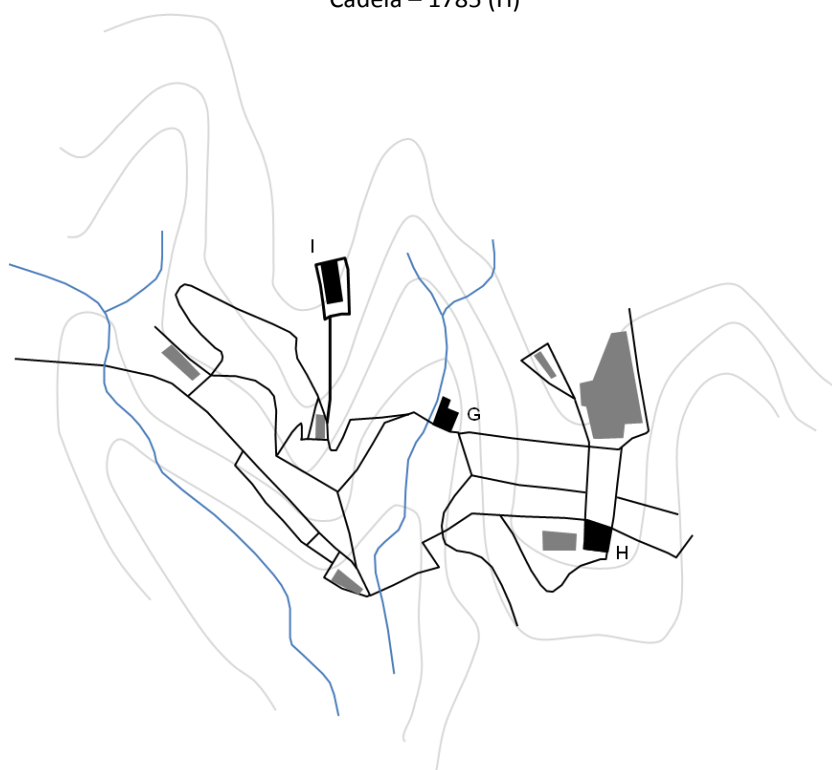
Fonte: Elaborado pela autora com base em FERREIRA, 2006.

Trazia o século XVIII espírito de regularidade àquele conjunto que marcara a gênese da ocupação do arraial no século precedente. É notável a relação de ortogonalidade que se

A área do Vale dos Contos, dentre outros vazios urbanos no casco antigo da cidade de Ouro Preto, é identificada pelas autoras como faixa de hiato urbano interna (p.101 e 102). Não é apresentada, no entanto, justificativa específica para tal classificação. De fato, trata-se de hiato, isto é, vazio, no tecido da cidade. Sua conformação, no entanto, não está relacionada a demanda por usos institucionais e, ao que tudo indica, também não foi induzida por linha de fixação, rodoviária ou ferroviária. Optamos então por não aplicar esse conceito em nossa análise acerca da composição urbana do Vale.

estabelece entre esses novos caminhos, ainda que a geografia seja respeitada e não se identifique postura exageradamente rígida. Não há dúvidas, entretanto, de que sua abertura e pavimentação, bem como a edificação das construções lindeiras, será mais custosa.

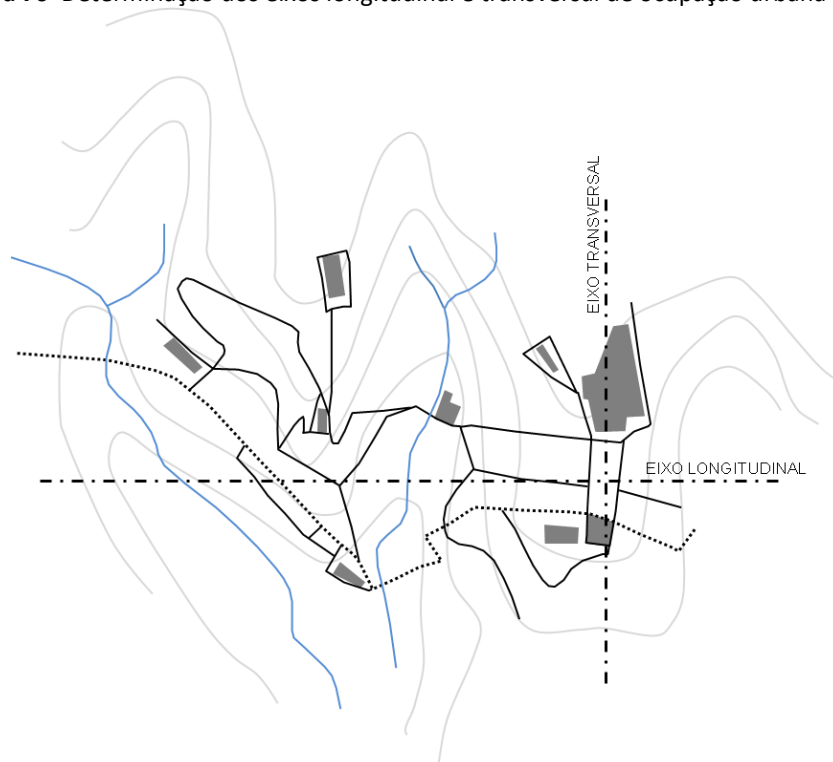
Figura 69 Ocupação das áreas de cota mais elevada, com a edificação da Igreja de São Francisco de Paula – 1804 (I), e abertura da rua que a ela conduz. Construção da Casa dos Contos - 1782 (G) e da Casa de Câmara e Cadeia – 1785 (H)



Fonte: Elaborado pela autora com base em FERREIRA, 2006.

Apesar de mais nítida em trecho junto à Praça Tiradentes, a tendência à ortogonalidade é defendida por Vasconcellos (1977) para a ocupação do sítio como um todo. Ele percebe dois eixos que orientam a formação da Vila: um é longitudinal, determinado pelo caminho tronco, como já assinalamos, o outro é transversal, constituído pelo espigão do Morro de Santa Quitéria, onde se construiu a Praça Tiradentes. Há, de fato, tendência à definição do traçado do Pilar nesses dois sentidos. É, porém, como enfatizam os autores que estudamos, muito mais um conceito que se adapta às especificidades do sítio e às preexistências que uma aplicação direta de plano pré-concebido ao território.

Figura 70 Determinação dos eixos longitudinal e transversal de ocupação urbana da Vila



Fonte: Elaborado pela autora com base em FERREIRA, 2006 e VASCONCELLOS, 1977.

Figura 71 - Gráfico indicativo do ano de construção de edificações próximas ou localizadas no arraial do Pilar



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.2 Contribuições dos campos da História, Sociologia e Antropologia

Depois de abordarmos a Ouro Preto do século XVIII pela perspectiva da expressão material no sítio, propomos agora estudo pelo viés dos grupos sociais. Quais comportamentos desses grupos, nessa mesma vila dos Setecentos, indicavam as limitações e sobreposições entre as esferas do comum e do particular?

Para lidar com essa indagação, dividiremos a seção em dois subtópicos. No primeiro, *Esferas pública e privada como categorias de análise social*, reuniremos contribuições que tratem da temática do público x privado no âmbito das Ciências Sociais, sob a justificativa de penetrarmos, nesse momento, em território alheio ao ofício do arquiteto e urbanista. Nesse processo, serão capitais os trabalhos de DaMatta (1991) e Sennett (1988). A seguir, em *O público e o privado no Brasil do século XVIII*, estaremos concentrados na maneira como essa dupla de conceitos estabelece categorias interpretativas do Brasil colonial¹¹⁹, buscando direcionar o esforço analítico para Vila Rica e, mais especificamente, para o Vale dos Contos. Para tanto, estaremos debruçados sobre o primeiro volume da coleção *História da vida privada no Brasil* (2012), coordenada por Fernando Novais e organizada por Luiz Alencastro, e sobre os relatos de viajantes europeus da primeira metade do século XIX, quais sejam, Mawe (1944), Luccock (1975), Saint-Hilaire (1975) e Pohl (1976).

Em relação aos viajantes, como procuramos anotar desde nosso texto introdutório, ainda que não atuassem como cientistas sociais, fazendo uso das relativas metodologias e práticas, entendemos serem suas descrições basilares para esta pesquisa. Isso porque, mesmo desempenhando, em sua maioria, o papel de naturalistas, dispensaram estes homens acurada atenção ao comportamento dos habitantes das terras brasileiras. De fato, tratava-se de cidadãos europeus, provindos, portanto, de cenário moderno, reestruturado diante das revoluções processadas em finais do século XVIII. Ao penetrarem pelos ainda selvagens e pouco povoados sertões brasileiros dos princípios do século XIX, os comportamentos e modos de vida lhes traziam surpresa, acompanhada de horror ou encantamento. Apesar de terem empreendido suas viagens na primeira metade deste século, dada a proibição anterior¹²⁰, as novidades vindas da Europa e que alcançavam a capital do agora Reino Unido

¹¹⁹ Fernando Novais, um dos autores que tomaremos por suporte nesse desenho investigativo, repudia veementemente expressões como “Brasil Colônia” e “período colonial da história do Brasil”, por considerá-las anacrônicas. Entende o estudioso não ser possível fazer a História desse período como se os que o viveram tivessem ciência de que a Colônia iria se constituir, no século XIX, em Estado nacional. Estamos a par de suas considerações. Se, porém, insistimos no uso de tais locuções é unicamente pelo hábito e pela compreensão imediata que suscita, nos leitores, o seu emprego.

¹²⁰ Desde o ano de 1591, ficara proibida a presença de estrangeiros no Brasil, através de determinação estabelecida durante o governo de Felipe I, no âmbito da União Ibérica. Deixava, entretanto, essa legislação brechas que permitiam o acesso de forasteiros em casos específicos. Enrijeceu-se a lei a partir de alvará expedido no ano de 1605, já durante o comando de Felipe II. Através desse documento, ficara determinado o completo fechamento não apenas do Brasil mas das demais concessões portuguesas à presença de

de Portugal e Algarves praticamente não penetravam nas Minas. Vivia tal região em estado de grave decadência, desdobramento do decréscimo na exploração aurífera. Os quatro diários de viagem que consultamos deixam notar o cenário de pobreza que se instalara na outrora próspera capitania. Ratifica nossa posição passagem do prefácio ao diário de John Mawe (1944), em que se afirma ter a empresa dos viajantes encontrado ainda o patriarcalismo brasileiro primitivo, não deturpado pela influência das ideias liberais e do cosmopolitismo absorvente do século XIX.

Passemos agora a uma breve descrição das obras que nos servirão de guia nessa empreitada. No trabalho de Roberto DaMatta, *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1991), encontraremos não apenas a descrição de formas de comportamento mas, a indicação de que temos “[...] a casa e a rua como duas ‘categorias sociológicas’ fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada.” (p.14). Não há dúvidas, pelo que fica evidente ao longo do texto do antropólogo, de que podemos operar a transposição da categoria casa para a de esfera privada e, da mesma maneira, da categoria rua para a de esfera pública. Tais elementos, mais que simples aspectos mensuráveis, isto é, mais que representação física, constituem, para o autor, entidades morais, esferas de ação social.

DaMatta atribui acepção negativa à esfera pública no Brasil, o que pode ser bem ilustrado através de alguns dentre os ensaios e crônicas escritos por José Murilo de Carvalho e compilados na publicação *Pontos e bordados: escritos de história e política* (2005), sobretudo aqueles que tratam do estudo da cidadania. Nessa obra, a descoberta, pelo autor, de dois trabalhos de bordado elaborados pelo marinheiro João Cândido, protagonista da Revolta da Chibata de 1910, em um pequeno museu da cidade mineira de São João del Rey, desencadeia uma série de leituras da sociedade brasileira, de seu cotidiano e suas esferas de representação política. Os pontos são textos curtos, publicados, em sua maior parte, na grande imprensa. Em muitos deles, Carvalho faz uso de fina ironia para tratar de nossos códigos e práticas sociais. Os bordados são reflexões de maior extensão, em que os argumentos e as análises se desenvolvem extensivamente. Interessa-nos aqui o fato de

tratar o autor da esfera pública no Brasil e de como ela tem sido associada àquela aura de negativismo levantada por DaMatta.

Mas essa aura será estendida, temporal e geograficamente, através da leitura de Richard Sennett. O sociólogo, em cuja obra demonstra forte interesse pelas questões da cidade, sustenta, em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1988), a tese de que, a partir do século XIX, o ato de atribuir pesos à vida pública e à vida privada, anteriormente tão equiparado, foi, aos poucos, se desequilibrando. Resulta daí a erosão da esfera pública e sua substituição pelo que chama de “reinado da intimidade”. Para o autor, se vamos à escola, trabalhamos, entramos em greve ou participamos de assembleias é tão somente por obrigação. Em nossos tempos, supervaloriza-se o eu, o que resulta na descrença da vida pública e na incapacidade dos homens de atuar em sociedade. Usando a tradição clássica do *theatrum mundi*, que correlaciona a sociedade com o teatro e a ação cotidiana com a atuação¹²¹, Sennett percorre os séculos XVIII, XIX e XX, a partir dos contextos londrino e parisiense, para mostrar a decadência da esfera pública que caracteriza a sociedade pós-moderna.

Em verdade, esses três autores tratam, grosso modo, do mesmo tema, isto é, do caráter negativo ou, mais radicalmente, no caso de Sennett, da supressão da esfera pública. Temos indícios aqui da dificuldade de integração entre a administração municipal e os moradores do entorno do Vale que, conforme registramos no primeiro capítulo, praticamente não participaram do processo que se desencadeava nos fundos de suas residências, fosse por insciência ou impossibilidade de engajamento.

Retomando o século XVIII, temos em *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (2012) coletânea de escritos de historiadores proeminentes no cenário nacional. Fernando Novais, coordenador dos trabalhos, alerta ainda no prefácio que, em rigor, só se poderia estudar a vida privada em contraposição à vida pública, que

¹²¹ O *theatrum mundi*, ou “Teatro do Mundo”, é conceito metafórico que perpassa a literatura e o pensamento ocidentais. Platão, Horácio, Cícero, Clemente de Alexandria e Agostinho são alguns dos pensadores que o abordam. É a partir da publicação *Policraticus* (1159), de João de Salisbury, que a metáfora ganha repercussão, difundindo-se amplamente entre os séculos XVI e XVII. Há porém autores que defendem ter-se dado a grande dispersão do tema através da obra de Erasmo de Roterdã. Maiores informações, conferir o artigo de Macedo, 2014b.

pressupõe o Estado moderno como critério de delimitação. Portanto, só haveria possibilidade de uma história da vida privada no Brasil a partir do século XIX. Porém, no rastro dos debates da nova historiografia, alarga-se a abordagem. O que se pretende explorar na publicação são manifestações da intimidade, ainda que em contexto onde o espaço de tais manifestações não estivesse ainda plenamente definido. A tarefa seria então a de recompor uma pré-história da vida privada no Brasil. Para nós, além do próprio capítulo escrito por Novais, *As condições da vida privada na Colônia*, serão também seminais as considerações de Leila Algranti, em *Famílias e vida doméstica*, e de Mary del Priore, em *Ritos da vida privada*.

Por fim, os viajantes. Foi John Mawe (1764-1829) um mineralogista inglês. Chegou ao Brasil ainda em 1807, vindo da região do Rio da Prata. Na capital, é recebido por D. João VI, que lhe concede, pela primeira vez em se tratando de um estrangeiro, permissão para visitar as jazidas das Minas Gerais e outras regiões do interior. Percorre esses locais entre os anos de 1809 e 1810. Consultaremos o relato de sua experiência de campo, *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes* (1944).

John Luccock (1770 – 1820), diferentemente dos demais, era comerciante, também inglês, mais precisamente de Yorkshire. Chegou ao Brasil em 1808, poucos meses após a abertura de nossos portos ao comércio estrangeiro. Aqui permaneceu por dez anos, até 1818 portanto, em busca de mercados onde comercializar seus produtos. Em *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1975), o negociante constrói a paisagem social de um país àquela altura ainda desconhecido nas grandes cidades europeias.

No francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), temos um botânico e naturalista, que permanece em terras brasileiras entre 1816 e 1822. Viaja por localidades do Sul e Sudeste, com o objetivo de recolher material para estudo da flora. Os escritos por ele deixados, entretanto, extrapolam seu campo restrito de atuação, através da produção de observações úteis aos campos da Geografia, da História e da Etnografia. Dentre as muitas obras que nos legou este viajante, estudaremos a *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1975).

Johann Pohl (1782-1834) foi um médico, geólogo, botânico e desenhista austríaco. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil, entre 1817 e 1822, de que também participaram os cientistas

Johann von Spix e Carl von Martius e o pintor Thomas Ender. Sua viagem tinha por intento explorar assuntos mineralógicos e botânicos. Dela resultou a obra *Viagem no interior do Brasil* (1976), por nós consultada.

4.1.2.1 Esferas pública e privada como categorias de análise social

Casa e rua são, para DaMatta (1991), categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. Alerta-nos o teórico que manipula esses conceitos no sentido preciso da Sociologia francesa clássica, o que significa percebê-los como capazes de abarcar o que determinada sociedade pensa e como detentores de um código de ideias, encerrando a cosmologia e o sistema classificatório daquela mesma sociedade. Esses conceitos traduzem ainda o que o corpo social vive e faz concretamente, isto é, o sistema de ação referido e embebido em seus valores.

Temos então que casa e rua ou, adaptando aos termos de nosso trabalho, as dimensões privada e pública, constituem binário básico na gramática social brasileira. Par estrutural, que permite a leitura de nossa sociedade. A ele, DaMatta acrescenta ainda a categoria do sobrenatural, isto é, do outro mundo¹²². Esta porém deixaremos de lado nos limites de nossa investigação, por entendermos não ser útil à construção da análise crítica do panorama do Vale dos Contos.

A leitura pelo ângulo da casa enfatiza a pessoa. A carga emocional aqui é alta. Ainda que haja divergências, somos irmãos na esfera privada, porque pertencentes a mesma prática ou instituição social. Leituras pelo viés da rua, ao contrário, são discursos rígidos, instauradores de processos sociais. A expressão aqui está sustentada no decreto, na letra dura da lei, na emoção disciplinada. Dela resultam a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação. Para DaMatta, a dimensão pública brasileira não é oriunda das práticas sociais. Visa, antes, corrigi-las. Isso significa que, na esfera da casa, se constrói teia de relações cuja função é a de amaciar um sistema duro, proveniente da rua, organizado a partir de lógica que lhe é divergente e antagônica e que se concretiza no discurso oficial, do Estado. Desse modo, quando a casa é englobada pela rua, vivenciam-se situações críticas e autoritárias.

¹²² Sobre a óptica do outro mundo, entende o autor estar ela vinculada a falas inteiramente relativizadoras e muito mais inclusivas que nos outros dois casos. Nela, se apontam criticamente as misérias terrenas. Seu mote é que existem outro lugar e lógica que nos fazem todos iguais diante de forças a nós superiores.

O autor defende então que os brasileiros somos detentores de dois tipos de cidadania. Em casa, somos **supercidadãos**. Podemos exigir atenção para nossa presença e opinião. Rogamos posto determinado e permanente em nossa hierarquia familiar e entendemos que nosso direito a tal colocação é inalienável e perpétuo. Na rua, por antagonismo, somos **subcidadãos**. Indivíduos anônimos e desgarrados, maltratados pelas autoridades, privados de paz e voz. Estamos ali sujeitos aos deveres e obrigações, ao “não pode” e ao “não deve”. Por reflexo, comportamo-nos negativamente na esfera pública.

Estamos então diante de corpo social que atua por meio de códigos opostos e complementares: o código da casa (organizado a partir de componentes como a família, a amizade, a lealdade, a pessoa e o compadrio) e o código da rua (estruturado sobre leis universais, burocracia ultrapassada e esqueleto jurídico-formal exagerado). As dimensões pública e privada têm a capacidade de conciliar, no Brasil, estrutura social tradicional (associada à casa) com modelo moderno de organização coletiva (associado à rua).

Para além dessa caracterização das esferas do comum e do particular, é de suma relevância a nosso estudo, no trabalho de DaMatta, a descrição do Brasil como sociedade relacional: “Para mim, é básico estudar aquele ‘&’ que liga a casa-grande com a senzala e aquele suposto espaço vazio, terrível e medonho que relaciona dominantes e dominados.” (p. 25). Logo, mais significativa que a definição clara daqueles conceitos é justamente a sua conexão, a sua relação, os elos que os conjugam.

Somos, por consequência, um tipo de sociedade em que as relações construídas pelo grupo são mais importantes que os indivíduos isoladamente. A chave para bem compreender-nos estaria não na esfera pública ou privada, por si só, mas justamente no espaço de transição entre elas. Constituiríamos assim sociedade situada em

[...] suposto espaço vazio, terrível e medonho que relaciona dominantes e dominados. [...] Digo, então, que o segredo de uma interpretação correta do Brasil jaz na possibilidade de estudar aquilo que está entre as coisas. [...] Afirmo, visto ser isso um ensinamento básico da antropologia social que pratico, que **o estilo brasileiro se define a partir de um &**, um elo que permite balizar duas entidades e que, simultaneamente, inventa seu próprio espaço. (1991, p.28, grifos nossos)

É justamente nesse espaço inventado que se localiza o Vale dos Contos. Apesar de ser a área do Parque originalmente pública, em termos legais, sua apropriação nem era efetivamente coletiva, dadas as restrições de acesso impostas por sua própria configuração urbana, nem exatamente particular, como denunciam os elementos físicos de delimitação de fundos dos lotes localizados em suas bordas, mesmo antes da implantação do Parque. O “&” que anuncia DaMatta aparece ainda mais evidente, para nós, naquelas bordas constituídas pelos quintais, a fronteira entre a casa e a nova rua. Esse pano de fundo da área pública agora consolidada é, temos de concordar, bem definido nas certidões fundiárias. Mas, em termos de uso e apropriação, há, hoje, situações de completo abandono. Cabe lembrarmos aqui a fala do Gestor do Núcleo de Projetos da ADOP, Vandeir Gonçalves (2016), a que recorremos no primeiro capítulo, ao tratarmos dos desafios de gestão: “[...] é algo que Ouro Preto não deu conta ainda, que os quintais, é quintal pra ele, mas pro visitante e pra outro vizinho, é frente. Pro Parque, os quintais, porta de frente.” E esse discurso representa perfeitamente o arcabouço teórico construído por DaMatta em sua obra: “Por tudo isso, não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma grave de confusão ou até mesmo de conflito.” (1991, p. 50) e ainda “Não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa impunemente. Há regras para isso.” (1991, p. 54). Precisamos entender justamente quais são essas regras.

Através de expressões populares como “vá para o olho da rua!” e “estou (ou fiquei) na rua da amargura”, DaMatta procura demonstrar como é dramática essa ligação entre as esferas pública e privada no contexto brasileiro. Ao romper com grupo social que se organiza através de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia, o indivíduo permanece isolado. Veja-se o conjunto de recomendações, associado à aflição desencadeada, quando uma criança vai sozinha à rua, pela primeira vez. Ou ainda o elaborado ritual de recepção da visita na casa brasileira¹²³.

¹²³ Johann Pohl descreve bem esse ritual, em 1817, quando de sua estada no Rio de Janeiro: “Para entrar numa casa, o visitante anuncia-se batendo palma duas vezes, ao que perguntam: ‘Quem é?’ Depois de dar o nome, o visitante é admitido com um ‘Pode entrar’. A recepção é feita com muitas mesuras e frases gentis; a pessoa é obrigada a sentar-se e convidada a considerar a casa como sua. Ordena o costume que, se o estranho demonstra agrado por qualquer coisa, esta lhe seja oferecida de presente, rogando-se-lhe que leve tal insignificância. Esse uso recorda o Oriente, onde tal costume predomina. O estranho não deixa a casa sem ser convidado para o próximo encontro.” (1976, p. 46)

Figura 72 A autora experimentando o ritual de recepção da visita em residência situada no perímetro do Vale dos Contos



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Mas, apesar dessa cisão violenta entre casa e rua - e isso já vimos anunciando desde a seção anterior -, ao analisar os interiores da habitação tradicional brasileira, DaMatta entende ter ela seus espaços “arruados”: as janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entradas de serviço, dependências de empregados e, em sua acepção, os quintais. Nessa apreciação, portanto, o antropólogo oferece-nos perspectiva distinta daquela consolidada pela maioria dos estudiosos da casa brasileira, que entende o quintal como o ápice do privado.

A pior situação a ser enfrentada por um indivíduo, no Brasil, segundo DaMatta, é justamente não estar relacionado a alguém ou a alguma coisa, momento em que se torna incapaz de dar resposta à pergunta “afinal de contas, de quem se trata?”. Relembremos ainda o uso, corrente no Brasil, do famoso “sabe com quem está falando?”. Nesse universo relacional, a cidadania, que pressupõe o individualismo e um sistema de leis que valha para todos equanimemente, fica comprometida. Ela sofre como que um desvio, para baixo ou para cima, de acordo com quem dela fizer uso. Torna-se assim incapaz de assumir, com plenitude, seu papel nivelador.

DaMatta compara essa nossa cidadania “maleável” a situações em que ela tende à estabilidade, como em França, Inglaterra ou Estados Unidos. Entende o autor que aqui o individualismo é recriado com esforço, contra as leis que definem e emanam da totalidade.

Tivemos combinações “ocas e estranhas”, de escravismo e patronagem com liberalismo individualista, de mercado livre com capitalismo autoritário, controlado pelo Estado. Nas condições norte-americanas, por exemplo, a comunidade é igualitária justamente por não encontrar em famílias, parentelas e facções sua unidade básica. Esta é constituída pelos indivíduos, pelos cidadãos. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (2005) vai contrapor o nosso “sabe com quem está falando?” ao “quem você pensa que é?” norte-americano.

DaMatta relembra o quão sintomático é, aliás, que a palavra cidadão seja sempre utilizada em situações desfavoráveis neste país, para marcar a posição desvantajosa ou inferior de alguém. É forma de tratamento que universaliza e despersonaliza o vínculo, empregada para dificultar a resolução de um problema. Por aqui, convivem éticas diferenciadas. Obedecer às leis indica condição de pleno anonimato e inferioridade. Significa que o sujeito não construiu relações, que está à parte dos benefícios da amizade e do compadrio. “Bem... eu por mim até que poderia aceitar suas explicações, mas a *lei determina* este tipo de procedimento e eu não tenho escolha senão prendê-lo (ou multá-lo).” (DAMATTA, 1991, p. 81, *italico no original*). É o prestígio social o que garante que as instituições públicas, tantas vezes morosas e ineficazes, tornem-se, de súbito, eficientes.

Na obra do historiador José Murilo de Carvalho, *Pontos e bordados: escritos de história e política* (2005), encontraremos ilustrações para a reflexão teórica proposta por DaMatta, principalmente naqueles ensaios e crônicas que tratam do estudo da cidadania na sociedade brasileira, sempre tomada, também aqui, em acepção negativa. Carvalho, ao procurar compreender o que é a esfera pública em nosso país, revela, através de textos como *Brasileiro: cidadão?* (p. 275-288), *Cidadania a porrete* (p. 307-309) e *A bilheteira e o presidente* (p. 321-323), a ausência de cultura cívica em nosso país, que se desdobra em precariedade do desenvolvimento dos direitos civis, base em que deveriam estar assentados os direitos políticos, por nós conquistados sem grande mobilização popular. Dissolvida a Assembleia Constituinte por Dom Pedro I e promulgada a Constituição Outorgada de 1824, defenderam-se, de um só golpe, os direitos civis e políticos, à maneira das constituições liberais europeias da época¹²⁴. Praticamente não houve luta e deu-se de modo passivo a

¹²⁴ No bordado *Brasil: outra América?*, Carvalho relembra que Saint-Hilaire afirmara, em sua visita ao Brasil no primeiro quarto do século XIX, “dans ce pays, la société n’existe point”. (CARVALHO, 2005, p. 272)

transição entre regime colonial e vida independente. Aquela sequência clássica de conquista dos direitos civis (século XVIII, quando a justiça do rei se consolida sobre a justiça privada dos barões feudais), direitos políticos (Cartismo na Inglaterra por volta de 1840) e direitos sociais (século XX, por ação do próprio Estado), estabelecida nos países do ocidente europeu e nos Estados Unidos, fora por nós atropelada. Lá, a cidadania teria sido construção lenta, levada a cabo pela própria população, experiência vivida, pela qual valia a pena lutar.

Resulta dessa conformação dos direitos políticos anteriormente ao pleno desenvolvimento e consolidação dos direitos civis o exercício falho da cidadania política. O voto, por exemplo, é tudo menos a afirmação da vontade cívica de participação no governo do país. “Ele [o voto] é o penhor de lealdade pessoal, de retribuição de favores, de barganha fisiológica, quando não simples mercadoria a ser vendida no mercado eleitoral.” (CARVALHO, 2005, p. 281)

Temos então um desencanto, um descontentamento com as instituições democráticas, o que desencadeia, na população, baixa estima pelo sistema político e, em última instância, pelo próprio país. Adentrar, ainda que a contragosto, a esfera pública, significa estar sozinho, sujeito às duras regras oficiais. Aprende-se aqui a ser cidadão “debaixo de porrete”, para usar a expressão de Carvalho.¹²⁵ A esfera privada lhe contrapõe e complementa, encerrando as compensações pelo tratamento severo despendido no âmbito público.

Mas será assim tão sólida a esfera pública naquelas sociedades que DaMatta toma por referência, isto é, a francesa, inglesa e norte-americana?

Os argumentos de Richard Sennett em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1988) indicam que não. O sociólogo e historiador norte-americano aponta estado de decadência dos canais de conformação da vida pública, em todo o mundo

¹²⁵ “Naturalmente, nada disto impede que sejamos um povo pacífico, extrovertido, amigo, cordial. Pelo contrário, a função do cacete é exatamente dissuadir os que tentam fugir do espírito nacional de camaradagem, de cooperação, de patriotismo. O cacete é a paternal admoestação para o operário que faz greves, para a empregada doméstica que responde à patroa, para o aluno rebelde, para a mulher que não quer cuidar da casa, para o crioulo que não sabe o seu lugar, para o malandro que desrespeita a ‘otoridade’, para qualquer um de nós que não saiba com quem está falando. O porrete é para quebrar o gênio rebelde e trazer de volta ao rebanho todos os extraviados. Como diziam os bons padres da colônia, o castigo é para o próprio bem dos castigados. É um cacete brasileiro, muito cordial. É pau-brasil.” (CARVALHO, 2005, p. 309).

Impressionante é a citação, por Carvalho, de entrevista publicada no Jornal do Brasil, a 8 de dezembro de 1988, com o ex-marinheiro Adolfo Bezerra dos Santos, contemporâneo e admirador de João Cândido, protagonista da Revolta da Chibata. Sobre as chibatadas que levava na Marinha, afirma: “Mas as chicotadas e lambadas que levei quebraram meu gênio e fizeram com que **eu entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro.**” (CARVALHO, 2005, p. 307, grifo nosso)

ocidental, na pós-modernidade. A exacerbação do eu fez predominar a personalidade sobre a tradicional atuação em público. Origina-se daí certa confusão entre vida comum e vida íntima, de modo a tratarem-se em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que deveriam ser encarados através de códigos de significação impessoal. Observemos, muito brevemente, como se deu tal processo.

Erodiu-se a vida pública. É esse o fato constatado por Sennett. E a tese proposta em sua obra é a de que os primeiros indícios desse fenômeno encontram-se em finais do século XVIII, quando da queda do Antigo Regime. Fenômeno esse que se desenvolveu plenamente no século seguinte, através da formação de nova cultura urbana, secular e capitalista. Segundo o autor, no que concerne ao tema, o século XIX ainda não terminou.

Nas capitais europeias dos Setecentos, a linha divisória entre vida pública e privada constituía terreno em que se confrontavam as condições de civilidade – o comportamento público, cosmopolita – e as exigências da natureza – associadas à família. Não havia sobreposição entre as esferas. Pelo contrário, permaneciam ambas em estado de equilíbrio. O comportamento com estranhos deveria ser emocionalmente satisfatório e, em simultâneo, convinha permanecer à parte deles. O domínio público seria então definido como o lugar da criação humana, enquanto o domínio privado, a própria condição humana. “[...] enquanto o homem *se fazia* em público, *realizava* sua natureza no domínio privado, sobretudo em suas experiências dentro da família.” (SENNETT, 1988, p. 30).

Interpretação semelhante nos oferecerá Hannah Arendt¹²⁶. A filósofa, em sua obra de Antropologia Filosófica *A condição humana* (2007), estuda as esferas pública e privada desde a Grécia clássica, entendendo que o quadro permaneceu mais ou menos linear até a efetiva ruptura provocada pela ascensão do Estado moderno. Ela as organiza a partir do paradoxo liberdade x necessidade. A casa é o lugar onde são atendidas as necessidades primitivas do homem, fundamentais à permanência da vida (alimentação, procriação etc). A parte corporal da existência humana, tudo o que se relaciona ao processo vital, deveria permanecer escondido. Por isso, os escravos – que se ocupavam das demandas físicas do viver – e as mulheres – que garantem, com seu corpo, a continuidade da espécie –

¹²⁶ Cabe anotar que Sennett foi aluno de Arendt. Ela lecionou na Universidade de Chicago entre os anos de 1963 e 1967. Ele graduou-se pela mesma universidade em 1964.

mantinham-se à parte da dimensão pública. A *polis*, pelo contrário, é o campo dos iguais e, por conseguinte, dos livres. Para integrar a vida pública, o homem teria de ter suprido todas as suas necessidades primitivas, de sobrevivência, na vida em família. Afirmará a filósofa: “O desaparecimento do abismo que os antigos tinham que transpor diariamente a fim de transcender a estreita esfera da família e ‘ascender’ à esfera política é fenômeno essencialmente moderno.” (p. 43)

Justamente no século XIX, começa a arrefecer essa distinção clara entre as ordens pública e privada, pelo esfacelamento da primeira. Nesse momento, o viver na cidade alcança dimensão inédita no mundo ocidental. Os amplos deslocamentos populacionais, sobretudo de grupos vindos do interior, a livre exploração no mundo do trabalho, a vida em condições insalubres: tudo isso fez surgir sentimento de desgosto e negação do domínio público na grande cidade. Paris, como a Nova Iorque de nossos dias, provocava, ao mesmo tempo, fascínio e horror. Vivia-se o instantâneo, o passageiro¹²⁷. Enquanto isso, a família parecia ser o único lugar onde estava garantida a estabilidade.

Torna-se homogênea a aparência. É a época das lojas de departamentos, possíveis graças ao entusiasmo decorrente das novas condições materiais alcançadas via capitalismo industrial. E nelas, a experiência da compra em tudo diferia daquela das feiras e mercados. Os preços eram fixos. Não se barganhava. O comprar agora era também ação solitária. O aumento vertiginoso das populações urbanas fazia do estranho alguém intratável e misterioso. Transformavam-se os homens em pontos de interrogação uns para os outros. As pessoas não tinham mais interesse em distinguir-se. Ao contrário, desejavam parecer-se todas umas com as outras, para que pudessem absorver-se em si mesmas sem qualquer incômodo, em atitude de defesa. Eis aqui a origem da atual obsessão com o eu, com a própria intimidade. Esse momento em que nasce a modernidade se configura como era de subjetividade radical, diferentemente do século anterior.

¹²⁷ Cabe aqui lembrarmos a análise de Baudelaire acerca desses tempos, em *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna* (2011): “Assim ele vai, corre, procura. O quê? Certamente esse homem, tal como o descrevi, esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do *grande deserto de homens*, tem um objetivo mais elevado do que o de um simples *flâneur*, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância. Ele busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de Modernidade; pois não me ocorre melhor palavra para exprimir a ideia em questão.” (p. 25, itálicos no original). E, mais adiante: “A Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável.” (p. 26)

Sennett afirma que, no século XVIII, o homem era ator, artista que representava. Seu corpo se havia transformado em brinquedo. Compara-o mesmo a um manequim. O rosto, tanto de homens quanto de mulheres, fazia-se pano de fundo para a maquiagem (FIGURA 73). Andavam todos “bem rotulados”. Tanto em França quanto em Inglaterra, havia legislação que definia os trajes adequados a cada estrato da hierarquia social. Proibia-se o uso de roupas próprias a posições sociais distintas. Sobre o papel do vestir nos Setecentos afirmará o autor:

No lar do século XVIII, roupas folgadas e simples ganhavam a preferência de todas as classes.

[...]

Na rua, por contraste, eram usados trajes que marcavam de modo reconhecível o lugar de quem os vestia – e as roupas tinham de ser imagens corporais conhecidas e habituais, para que a demarcação fosse bem-sucedida. (SENNETT, 1988, p. 91)

Por volta de 1730, surgem já os primeiros parques públicos em Paris e Londres, espaços de fuga da cidade suja e perigosa, onde as pessoas demonstravam prazer em observar e serem observadas em ambiente de estranhos. No século seguinte, seriam multiplicados os clubes particulares, em Londres, e os cafés, em Paris (FIGURA 74), como lugares onde se tinha direito ao silêncio.

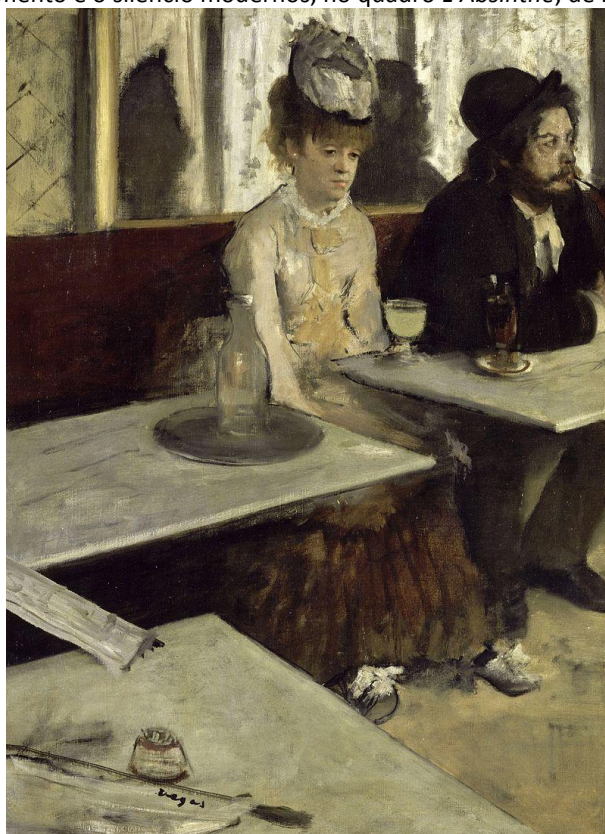
Figura 73 Glenn Close em cena do filme *Ligações Perigosas*, de 1988. Obra dirigida por Stephen Frears e baseada em romance francês de mesmo nome, publicado em 1782, por Chordelos de Laclos. O ritual da maquiagem como máscara para a atuação social, no século XVIII



Fonte: <<https://iheartingrid.wordpress.com/tag/christopher-hampton/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

O papel da atuação em sociedade seria agora reservado exclusivamente aos artistas, sujeitos de personalidade vigorosa e, portanto, oposta ao estilo de vida burguês. De acordo com tal estilo, evitava-se, a todo custo, expressar sentimentos e ser lido como pessoa. Surgia a cidade do espetáculo passivo. Aquela representação teatral encerrada, até então, nas boas maneiras, nas convenções e gestos rituais, ou seja, na própria substância de que são formadas as relações públicas, era, gradativamente, abandonada. Tornaram-se as pessoas menos expressivas em seus modos de vestir, como bem revelam as transformações na moda - imagem do corpo em público - entre os séculos XVIII e XIX. Nota Sennett que ela foi se tornando cada vez mais sóbria até atingir o ápice da pudicidade, na era vitoriana. O vestir já não era mais fantasia ou máscara. Encerrava, em realidade, pistas para o sentimento privado. E a esfera pública transformava-se, aos poucos, em coleção de personalidades.

Figura 74 O entorpecimento e o silêncio modernos, no quadro *L’Absinthe*, de Edgar Degas, 1875-1876



Fonte: <http://www.musee-orsay.fr/en/collections/works-in-focus/painting.html?no_cache=1&zoom=1&tx_damzoom_pi1%5BshowUid%5D=2286>.

Acesso em: 23 dez. 2016.

Dessa maneira, foi preparada a base para a sociedade intimista, que está fundamentada, para o autor, em dois princípios: o do narcisismo e o da comunidade destrutiva. Nesse sentido, o interesse desmedido pelo eu, associado ao medo da impessoalidade, diminui a

vida em comunidade a escala cada vez mais restrita. Excluem-se os que são diferentes em termos de classe, política ou estilo. “Elas [as estruturas de uma cultura construída sobre as crises do passado] organizam a família, a escola, a vizinhança; elas desorganizam a cidade e o Estado.” (SENNETT, 1988, p. 322).

Vinte anos antes de Sennett, Hanna Arendt (2007) havia denunciado o descompasso entre as esferas privada e pública, com nítida preponderância da primeira. A autora atribui a situação à ascensão da esfera social em detrimento da esfera política. Estava perdida a clara delimitação entre as dimensões da *polis* e da família. A instabilidade dessa linha divisória se materializa, por exemplo, na compreensão do corpo de povos e comunidades políticas como família, cujos negócios diários seriam atendidos por administração doméstica nacional e gigantesca.

A solução possível, segundo Sennett, é a reconstrução da vida social como vida estética, isto é, como teatro, onde a atuação do homem comum serve de véu protetor à sua intimidade. Teríamos aqui a retomada da civilidade - sem qualquer intenção esnobe ou reacionária - e das máscaras de que ela depende. Para o sociólogo, o encontro do homem com o desconhecido é necessário. O terreno não familiar tem função positiva na vida do ser humano. O oposto, isto é, a incivilidade, estaria na sobrecarga do outro com o eu: a pessoa se torna um fardo para as demais. Para Arendt, a esfera pública reúne-nos na companhia uns dos outros e, ao mesmo tempo, impede que colidamos uns com os outros. A erosão dessa dimensão da vida seria o homem-animal como que libertado de suas rédeas, do verniz que molda e limita suas ações. Aproxima-se de seu estado de natureza, associado à vida na intimidade. “A cidade deveria ser [...] o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas.” (SENNETT, 1988, p. 414)

4.1.2.2 O público e o privado no Brasil do século XVIII

Fernando Novais abre *As condições da privacidade na colônia*¹²⁸ com a seguinte epígrafe, de Frei Vicente do Salvador:

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas

¹²⁸ In: NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 13-39.

particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa. (SALVADOR, 1954, p. 42-43 *apud* NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 14)

Nessa consulta aos escritos daquele tido como o primeiro historiador brasileiro¹²⁹, Novais levanta possibilidades de interpretação do público e do privado na vida da Colônia. O autor identifica, nesse período anterior à formação de classe burguesa consistente no Brasil, ausência de clara definição entre as duas esferas, ainda que fossem distinguíveis. Estavam essas duas dimensões da vida então imbricadas. Para além da imbricação, a inversão das duas esferas era também recorrente e característica¹³⁰.

A tríade mobilidade, dispersão e instabilidade marcou nossa vida social, no século XVIII. Estruturava-se a organização coletiva da Colônia por oposição àquela da Metrópole. Enquanto aqui, a população era mutante, rarefeita e instável, no Velho Mundo, tudo era permanência e fixidez. Certamente, essas condições eram mais evidentes na sociedade paulista das bandeiras, se comparada, por exemplo, à sociedade do açúcar no Nordeste. Esse traço de inconstância, em terras brasileiras, tornava difícil o estabelecimento de relações íntimas que, diante do panorama de intensa fluidez, não conseguiam se sedimentar.

Ainda que a escravidão se estabelecesse como relação social dominante, Novais reconhece o paradoxo clivagem x movimentação como estrutura da sociedade brasileira colonial. Isso significa que, mesmo sendo permanente aquela cisão básica entre senhores e escravos, havia espaço para que, no domínio do cotidiano e da intimidade, as pessoas se aproximassem e se distanciassem umas das outras, independentemente da posição ocupada na hierarquia fundamental.

Para o historiador, as tensões metropolitanas tomavam no Brasil novas proporções, graças à precariedade e provisoriedade que caracterizava o viver na Colônia. O papel da Igreja como

¹²⁹ Frei Vicente do Salvador (1564 – c. 1636) foi um religioso franciscano, considerado o precursor da historiografia brasileira. Cf. SALVADOR, 1954.

¹³⁰ Se, como vimos, nos Estados modernos europeus, a fronteira entre o público e o privado permaneceu bem determinada até o século XVIII, indo dissipar-se apenas no século seguinte, aqui, seu embaçamento é patente desde o processo primitivo de conformação da sociedade.

instituição encarregada de determinar regras e controlar a vida, cotidiana e extraordinária, associado à constante ameaça da Santa Inquisição, constitui um dentre os inúmeros motivos para o máximo resguardo dos assuntos privados. Associado a ele, havia o perigo derivado das próprias condições naturais, as relações políticas pouco transparentes, a descoberta de fontes de recursos, como no caso das Minas do século XVIII. Tudo engendrava, nos homens, sentimentos de insegurança, apreensão e temor, origem daquela acepção negativa atribuída ao universo público, descrita por DaMatta na subseção anterior.

Leila Algranti, em *Famílias e vida doméstica*¹³¹, faz uso de metodologia semelhante àquela que adotaremos quando de nossa visita às edificações do Vale: entra nas casas – nesse caso, através de relatos e descrições – e busca fragmentos da intimidade dos indivíduos através de resquícios materiais. Ao descrever os quintais, indica seu papel como contraponto às áreas de frente:

Sempre cercados, os quintais eram parte integrante e fundamental das casas. Seus muros baixos não impediam, porém, os olhares dos vizinhos. Apesar da aparente contradição, como geralmente se encontravam nos fundos do terreno, conseguiam manter, em parte, a privacidade de seus ocupantes, separando-os do visitante desconhecido que chegava de repente, a quem não era possível negar hospitalidade por causa da falta de locais para pouso. As grandes distâncias e o parco povoamento transformaram a hospitalidade numa característica e necessidade do mundo colonial brasileiro. O viajante, contudo, não passava com facilidade do alpendre, espécie de varanda. Era aí que, nas moradias mais pobres, ele se abrigava da chuva e armava sua rede. Quando ao lado do alpendre dianteiro havia um quarto de hóspede [caso das chamadas casas bandeiristas], era nele que guardava seus pertences. (NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 93-94)

De fato, a imagem do viajante apartado da família moradora é recorrente nos diários de viagem que consultamos. Saint-Hilaire (1975), por exemplo, fornece-nos descrições dos usos atribuídos às peças residenciais. Indica que, nas salas, voltadas sempre para o exterior, se recebiam os estranhos e se faziam as refeições. As varandas, comuns nas moradias da gente mais abastada, serviam ao abrigo da chuva e do ardor solar. O interior da habitação era reservado às mulheres, tratava-se de “[...] santuário em que o estranho nunca penetra, e

¹³¹ In: NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 83-154.

peessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre.” (p. 96). Segue o autor afirmando serem os jardins dos fundos “fraca compensação” ao cativo a que eram submetidas as mulheres e, como as cozinhas, estavam interditados à presença estrangeira.

Tal qual Novais, Algranti também dissertará acerca da impossibilidade da privacidade plena na vida colonial. Nas cenas cotidianas das residências, senhoras tecendo com suas mucamas, mulheres amamentando à vista de outros, crianças e crias da casa esparramadas pelo chão à hora das refeições (FIGURA 75). Acentuava tal painel a tipologia construtiva dessas habitações, compartilhando parede-meia com os vizinhos, com cômodos servindo a funções distintas e divisórias pouco robustas. Além disso, integravam os escravos a vida privada da família colonial e, ao encontrarem outros cativos nos ribeirões e chafarizes, onde iam obter água, devassavam a intimidade de seus senhores¹³².

O mobiliário era escasso e, assim como os cômodos, útil a distintas funções. Despendia-se grande esforço, quando da recepção de hóspedes, para impressioná-los com luxo e suntuosidade, ainda que no cotidiano as condições fossem precárias. O mesmo acontecia quando se ia à rua, sobretudo aos domingos e dias santificados, quando se vestia o que houvesse de melhor. Johann Pohl observou tal comportamento na capital da província de Goiás. Prontamente, entretanto, o Governador-Geral advertiu-lhe que, quando ocupava o mesmo posto na Paraíba, “[...] muitas vezes se lhe apresentaram homens com fivelas e espadas de ouro que, com esses ornatos, ele considerava gente rica e distinta, mas logo se tornara a sua habitual convicção que aquela era toda a riqueza dos visitantes, os quais, chegando em casa, tiravam os ornatos e os guardavam cuidadosamente, vivendo na maior indigência.” (1976, p. 145)

¹³² Relembremos Gregório de Matos: “Em cada porta um frequentado olheiro / que a vida do vizinho e da vizinha / pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha / para levar à Praça e ao Terreiro.” (BARBOSA, 1997, p. 24-25). Apesar da pouca privacidade que marcou, no geral, a vida na Colônia, Jancsó, em *A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII* (In: NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 387-437) relembra que os locais privilegiados de conspiração nas Minas Gerais foram justamente as casas, o que significa que os conspiradores tinham esses recintos como capazes de assegurar a privacidade necessária à sua empreitada.

Figura 75 A presença dos escravos no cotidiano dos senhores. Jean Baptiste Debret, *Uma senhora de algumas posses em sua casa* (*Une Dame d'une Fortune Ordinaire dans son Intérieur au Milieu de ses Habitudes Journalières*), 1823



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

O modo de vestir, tal como vimos em Sennett (1988), fornece-nos, efetivamente, indicações das distintas lógicas morais a que estavam submetidas casa e rua. Mawe traz-nos relato acerca das vestimentas de homens pertencentes à milícia. Dirá o inglês, com espanto:

Não é possível que duas coisas divirjam tanto entre si como um oficial de milícia à paisana e de uniforme: quando em casa, veste raramente mais da metade das roupas, sôbre as quais enverga um velho casacão e assim, de manhã à noite, **oferece verdadeira imagem do relaxamento**. Nos domingos ou nos feriados, depois de ter empregado algumas horas na *toilette*, resplandece de galões de ouro e, diante da multidão, sua beleza se ostenta em um cavalo todo ajaezado; portanto, **nada de meio termo: ou está num desalinho mesquinho ou numa vestimenta brilhante**. (1944, p. 193, grifos nossos)

O mesmo observará Johann Pohl (1976), ao registrar que viviam os senhores muito à vontade em suas residências, trajando chinelos, calças leves e jaqueta de chita. A rua se transformava, aos poucos, no lugar para onde o colono se voltava solenemente, oferecendo o melhor de suas casas e roupas e dela ocultando as fraquezas. Para Reis Filho (1968), a rua

passa a ser o local de cerimônia onde os mais abastados se realizam como brancos e senhores sem, no entanto, sobre ela se derramar com plenitude¹³³.

Podemos inferir que, no Vale dos Contos do século XVIII, esse comportamento era provavelmente mais intenso que em qualquer outro ponto de Vila Rica, haja vista o cuidado dispensado ao desenho das fachadas nesse trecho da ocupação urbana. O arraial do Pilar fora, após a derrota dos bandeirantes paulistas na Guerra dos Emboabas, em 1709, ocupado por elite portuguesa, orgulhosa de sua condição. Foram os vencidos assentar-se em Antônio Dias, motivo de rixa que ainda hoje deixa ver seus efeitos e que encontra na Praça Tiradentes o território mediador. Em nota de rodapé, Villaschi (2014, p. 64) conjectura acerca da origem das alcunhas, associadas à contenda histórica, Mocotós (portugueses e seus descendentes moradores do arraial do Pilar) e Jacubas (habitantes do Antônio Dias).

São também fartas as descrições, pelos viajantes, do comportamento feminino. Viviam as mulheres em constante reclusão, restritas aos aposentos de trás da casa, vestindo camisas simples e saias curtas, semidespidas, em ditoso *far niente*, sentadas sobre esteiras de pernas cruzadas, durante todo o dia (POHL, 1976). É comum a descrição de que, à chegada do visitante estrangeiro, fugissem as mulheres para os interiores das residências. Freyre relata com detalhes tal proceder:

A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruje-ruje das saias de mulher, fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. **O que se dava tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos. [...] Do mesmo modo que no interior de Minas**, as mulheres da cidade de São Paulo desapareciam, ao se anunciar visita de homem, nas sombras da camarinha ou entre as plantas e as palmas dos jardins – **os jardins por detrás das salas ou no centro das casas, que eram também lugares tabus, lugares da maior intimidade, onde as mulheres podiam tomar fresco sem ser vistas da rua ou por estranhos.** (1977, p. 38, grifos nossos)

¹³³ Dirá Flávio Ferreira, em nota de rodapé: “Meu pai (1902-1987) sempre caçoava de minha tia-avó (1888-1989): a senhora faz pequenos ‘sorrisos de visita’ na sala, mas na cozinha dá boas gargalhadas.” (2006, p. 133)

Figura 76 Modo de vestir das mulheres à rua. Ocultava-se ao máximo o corpo feminino quando no espaço público. Adrien Taunay, *Costume de S. Paul*, 1825



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

A rua era o lugar das negras e mulatas. Recebia as sinhás apenas nas festividades da Igreja ou aos domingos, para a missa. Ainda assim, quando caminhavam por vias públicas – dado que eram, por vezes, conduzidas em cadeiras de arruar¹³⁴ ou em liteiras, encerradas sempre por cortinas – seguiam as senhoras e senhoritas com os olhos voltados para o chão, mal respondendo a quem lhes cumprimentasse. (FIGURA 77)

Pohl (1976) relembra em seus escritos que, quando em Barbacena, se uma jovem senhora passasse por sua morada e lhe avistasse à janela, virava rapidamente o rosto para o lado de seu companheiro e segurava fortemente seu braço até que terminasse de passar. Quando em Vila Rica, entretanto, esse mesmo viajante relata ter participado de uma das reuniões que se faziam à noite, nas casas das famílias de posses. Afirma o estrangeiro que, apenas

¹³⁴ Isto é, cadeiras de ir à rua.

após a chegada do Governador-Geral¹³⁵, as senhoras passaram a ser admitidas nessas sociedades.

Saint-Hilaire (1975) descreve uma dessas mesmas festas, em casa do Governador, e se espanta com as boas maneiras das senhoras, que em nada divergiam daquelas das europeias. Surpreende-se o francês com o fato de ter dançado uma mulata sua dança típica – sem maior precisão - durante a cerimônia, e não se terem escandalizado as damas presentes. Imaginava o viajante que, durante sua estada em Vila Rica, tornaria a ver as senhoras que haviam participado do sarau. Não foi o que ocorreu, apesar das incontáveis visitas realizadas a seus maridos¹³⁶.

Transferira-se, portanto, o patriarcalismo do engenho para o sobrado. E era justamente a mulher o alvo maior da luta que se travava agora entre casa e rua. Temia-se que a senhora distinta se transformasse em “mulher pública”. O menino que deixasse o quintal para brincar na rua se transformaria em moleque. Até os escravos, segundo Freyre (1977), eram alvo da distinção: o que trabalhava em casa, “de portas adentro”, e o que se destinava à rua, a “vender na rua”. Aquele que permanecia em contato com os brancos dos sobrados era tido quase como membro da família. O outro era apenas indivíduo exposto aos contatos degradantes das zonas públicas. Relembremos Hannah Arendt (2007), que entende a distinção entre as esferas pública e privada como equivalente à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado, entre civilização e natureza¹³⁷.

Em Freyre (1977), temos ainda o registro de que o sistema patriarcal de família desejava manter seus membros bem resguardados “[...] do sol, que dava febre e fazia mal; do sereno; do ar encanado; das correntes de ar; do vento; da chuva; dos maus cheiros da rua; dos cães danados; dos cavalos desembestados; dos marinheiros bêbados; dos ladrões; dos ciganos.” (p. 199). Enclausurava-se a família e bloqueava-se o interior das habitações, por medo dos miasmas pestíferos oriundos do clima, bem de acordo com os conceitos médicos da época.

¹³⁵ Manuel de Portugal e Castro, Governador-Geral da capitania de Minas Gerais entre 1814 e 1821.

¹³⁶ O papel da festa na articulação e inversão entre casa e rua, na sociedade brasileira, constitui estudo à parte. Sobre o tema, consulte-se DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis* (1997), e os escritos do historiador Luiz Antônio Simas, em *Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros* (2013), acerca do papel da festa como festa, isto é, como oportunidade de resistência.

¹³⁷ De fato, ressalta a autora que era o lar o local destinado ao nascimento e à morte, fenômenos ocultos aos olhos e ao entendimento humano que deveriam, portanto, ser escondidos das vistas públicas.

Havia superstições associadas à casa de esquina, pelo seu maior contato com a rua: “casa de esquina / morte ou ruína”, “casa de esquina / triste sina”. Dentro do sobrado urbano, vivia-se como que num interior de igreja. A luz entrava apenas pelos vãos frontais e de fundos e um pouco pela telha-vã dos quartos. Havia medo do sol e do ar fresco. Apenas os mascates levavam a esses “quase conventos” o ruído da rua e as novidades da praça.

Figura 77 A rua é o lugar dos cativos e dela se resguardam ao máximo as mulheres brancas. Jean Baptiste Debret, *Caffé torrado*, 1826



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Em *Ritos da vida privada*¹³⁸, Mary del Priore compara o processo em curso nos séculos XVII e XVIII, na Europa e na América portuguesa. Enquanto lá, a formação do Estado Moderno aguçava e apurava os projetos individuais - como vimos em Sennett (1988) - aqui, a ordem pública portuguesa se estruturava sem considerar o povo, tudo controlando e provendo através de seu conjunto de leis. Derivam desse cenário, por um lado, a intensificação daquela inversão entre as duas esferas, denunciada por Novais (2012) e, por outro, a conformação dos direitos políticos antes dos civis e sociais, conforme Carvalho (2005). À exceção das cidades em que se concentrava a administração judiciária, o mandonismo local e as formas de justiça privada prevaleciam. A rua é o lugar das transações econômicas e dos conflitos que lhe são inerentes, espaço da perdição e do desvio.

¹³⁸ In: NOVAIS; ALENCASTRO, 2012, p. 275-330.

O inglês Luccock (1975), por exemplo, denuncia os excessos das unidades de cavalaria responsáveis por impedir o contrabando nas vias. Em sua passagem pelo Caminho Novo, no registro localizado à altura do Sertão da Parahyba¹³⁹, afirma o viajante dispor a entidade de poderes quase que ilimitados, exercendo-o da maneira mais arbitrária e desabrida. Já em São João del Rey, ele relata o caso de juiz cujo caráter havia sido posto a prova pelo aparecimento, no tribunal, de réu que até então havia gozado de sua estima e a quem a comunidade desejava a absolvição. Não consentiu o magistrado porém “[...] que o amigo usurpasse o lugar do juiz” (p. 305), proferindo sentença estrita. Fora, por isso, considerado pelos locais exageradamente severo. Ainda sobre o modo de aplicar a lei em terras brasileiras e a inversão entre público e privado, dirá o estrangeiro:

Na realidade parece ser de regra que no Brasil todo a justiça seja comprada. Esse sentimento se acha por tal forma arraigado nos costumes e na maneira geral de pensar que talvez ninguém o considere torto; por outro lado, protestar contra a prática de semelhante máxima pareceria não somente ridículo, como serviria apenas para atirar o queixoso em completa ruína. (p. 321)

4.2 Permanências setecentistas: o Vale dos Contos do século XXI

A partir do que expusemos neste capítulo, até aqui, cremos ter compreendido o que foi o Vale dos Contos dos Setecentos, no que concerne às relações entre o público e o privado, em suas dimensões física e social. Temos agora o intento de observar quais dentre as características expostas resistiram à passagem do tempo e vieram manifestar-se hoje, em pleno século XXI, e entender de que maneira o projeto do Parque as tem considerado (ou desconsiderado).

Nossa estratégia metodológica é assumidamente qualitativa. Encontramos apoio na sistemática estruturada por Ginzburg, em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*¹⁴⁰. O italiano, pioneiro no campo da Micro-História, propõe que se reconheçam historicamente fenômenos aparentemente negligenciáveis. O que se afigura, *a priori*, como residual e marginal nos será útil para compreender que herança deixou, nessa periferia imediata do

¹³⁹ Região do atual município fluminense de Paraíba do Sul.

¹⁴⁰ In: GINZBURG, 1989, p. 143-179. Atentamos para a possibilidade da aplicação do método de Ginzburg em nosso trabalho a partir da leitura de Loureiro (2008). Trata-se, em rigor, de método historiográfico mas entendemos ser válida sua adoção em nossa empreitada que flerta com a Antropologia.

Vale dos Contos, o século XVIII. O esforço parece-nos relevante na medida em que constitui condição para ação conservativa mais genuína, que não se restrinja às fachadas dianteiras, já tão bem fiscalizadas pelo órgão federal de preservação. Entendemos que a abertura do Parque é sim um começo. Mas essa ação por si só não foi suficiente.

Ginzburg revela que o paradigma indiciário, que concebe o percurso investigativo do particular para o geral, foi solução pensada pela primeira vez ainda no século XIX, para o campo da História da Arte, pelo estudioso Giovanni Morelli, também italiano. Para validar a autoria de um trabalho de pintura, por exemplo, detia-se Morelli sobre as menores insignificâncias, entendendo ser ali, no detalhe dos lóbulos das orelhas, das unhas ou nas formas de mãos e pés, que o pintor tomava o lugar do copista. Seriam esses pormenores menos influenciados pela escola de pintura a que o verdadeiro autor pertencia. Morelli foi aviltado por seus pares, que entendiam desconsiderar seu método a tal aura da obra de arte – para empregar aqui a expressão de Walter Benjamin¹⁴¹ – para se deter sobre irrelevâncias. Mas seu artifício de exame dos signos pictóricos será empregado, em finais do século, por Sigmund Freud, para o estudo dos sintomas, na Psicanálise então nascente, e por Sir Arthur Conan Doyle, para a abordagem dos indícios, em seus romances policiais protagonizados por Sherlock Holmes.

Em nossa pesquisa, propomos ação que vá além do quantitativo. A nós, interessaria pouco distribuir, por exemplo, questionários pré-concebidos aos moradores do entorno do Vale. Queríamos mesmo entrar em suas casas, conhecê-los, entender que tipo de vida levam e como se organizam as dimensões pública e privada a partir desse modo de viver¹⁴². Preferimos conscientemente apegar-nos ao detalhe confiando que ele nos fornecerá

¹⁴¹ Cf. BENJAMIN, 2012.

¹⁴² Cabe aqui mencionar o Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), trabalho executado em princípios dos anos 2000, também no âmbito do Programa Monumenta. Nas cidades de Ouro Preto e Mariana, as atividades foram desenvolvidas a partir de convênio firmado entre a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAFMG) - contando com a coordenação do Prof. Dr. Frederico de Paula Tofani -, o IPHAN e o MinC. Nos dois sítios tombados, levantaram-se e sistematizaram-se informações acerca de 1650 imóveis, aí incluídos aqueles localizados no entorno imediato do Vale dos Contos. Apesar de termos ciência desse trabalho, entendemos que o perfil de nossa investigação exigia outro tipo de abordagem, que partisse do contato direto entre o pesquisador, destituído de um aparato já sistematizado, e os sujeitos, para daí se determinar o que seria, de fato, passível de registro.

interpretação segura do panorama geral. E, em Ginzburg (1989), encontramos o suporte necessário a tal proceder:

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância.

[...]

Mas vem a dúvida de que *este tipo de rigor* é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. [...] Em situações como essa, o **rigor flexível** (se nos for permitido o oxímoro) **do paradigma indiciário mostra-se ineliminável**. Trata-se de formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. **Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.** (GINZBURG, 1989, p. 178-179, grifos nossos, *itálico no original*)

Dentro dos limites de recursos envolvidos na concepção de uma dissertação, optamos por selecionar número restrito de edificações, dentre as 75 situadas no perímetro imediato do Vale dos Contos. Durante os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, visitamos 31 dessas construções. O registro fotográfico não nos foi, porém, autorizado em todos os casos. Vale anotar que encontramos resistência por parte dos proprietários ou locatários dos imóveis à nossa proposta. Resistência àquele que vem da rua, ao desconhecido.¹⁴³ Dentre esses 31 imóveis visitados, selecionamos 12, representativos das distintas tipologias e usos da periferia do Vale, a que nos deteremos em nosso diagnóstico.

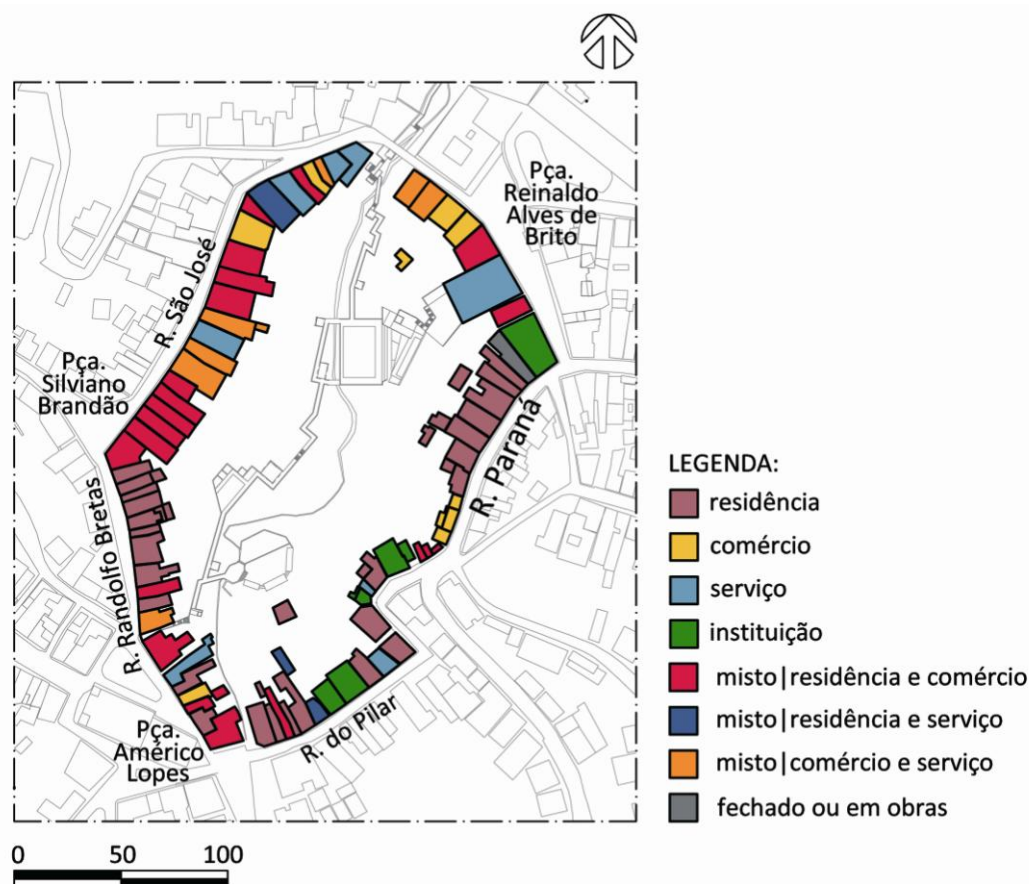
Esse entorno do Vale dos Contos tem perfis bem distintos em suas áreas alta e baixa. A primeira, que abrange desde a Praça Silviano Brandão até a Praça Reinaldo Alves de Brito, passando pela Rua São José, tem edifícios de maior porte, de função predominantemente comercial e de serviços, alcançando seis ou sete andares, nas zonas posteriores dos lotes. A zona baixa, que inclui as Ruas Paraná, do Pilar e Randolpho Bretas, além da Praça Américo

¹⁴³ Sennet (1988) havia-nos já alertado que, se vamos à escola, trabalhamos, entramos em greve ou participamos de assembleias é tão somente por obrigação. Adentrar a esfera pública é obrigação. Por que então receberiam esses habitantes a esfera pública em suas casas espontaneamente?

Lopes, junto à Matriz de Nossa Senhora do Pilar, é conformada por edificações de menor escala, residenciais, em sua maioria, ou mistas, ocupadas as zonas frontais por comércios de pequena escala (FIGURA 78).

Muitos dos proprietários desses imóveis descendem daquela antiga elite portuguesa, os Mocotós, a que nos referimos em seção anterior. Pertencem a famílias tradicionais do lugar e receberam os bens por herança de seus antepassados abastados. Os que residem são, em sua maioria, idosos, alguns dos quais ali estabelecidos há mais de meio século. Foram esses os que nos atenderam com maior gentileza e conosco compartilharam suas histórias.

Figura 78 Mapa indicativo dos usos dos imóveis localizados no entorno imediato do Vale dos Contos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base gráfica fornecida pela SMPDU/PMOP.

Procuramos, nas visitas, registrar a distribuição dos cômodos nessas edificações através de croquis e fotografar o tratamento a eles dispensados, com ênfase nos antagonismos entre as áreas de frente e de fundos. Perseguimos, com olhos de ver, as tais permanências setecentistas, munidos menos do saber científico e mais inclinados em assumir aquele

estado de natureza associado à vida na intimidade de que nos fala Arendt (2007), bem como arrimados na leitura do historiador italiano.

Essa “intuição baixa” está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. [...] Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais. (GINZBURG, 1989, p. 178-179)

Empenhemo-nos então por colocar em prática essa tal “intuição baixa”.

À Praça Américo Lopes, visitamos duas edificações. Antes delas, porém, conversamos com Dona A., que, à altura, promovia reformas nos fundos de seu imóvel – inclusive com a construção de lance de escada em concreto junto ao acesso do Pilar - com vistas a transformá-lo em restaurante. Tem a senhora esperanças de que seu negócio se beneficie com a presença do equipamento público. Assim que lhe fornecemos informações sobre nossa pesquisa, questiona-nos: “Mas isso não é para acabar com o Horto não, é?”. Dona A. aprova a intervenção de 2008, mas lamenta a falta de manutenção e o caráter perigoso que tem tomado o lugar desde que se interromperam as atividades.

Figura 79 À esquerda, imóvel em reformas, com o lance de escadas construído pela moradora em segundo plano. Nesse trecho, ainda há lançamento de esgoto no Córrego dos Contos



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

A edificação I funciona como escritório imobiliário. É claro ter ela sido concebida como residência e posteriormente adaptada para abrigar o novo uso. A área frontal tem um pavimento apenas e contempla sala para atendimento, escritório, dois compartimentos que funcionam como depósito, copa e sanitário. A fachada posterior revela mais dois pavimentos, subutilizados, abaixo do descrito. Traço constante no Vale dos Contos, há forte diferença de tratamento entre as fachadas. Na posterior, ergue-se escada em concreto, cujo pilar se apoia sobre antiga alvenaria de pedra. Cobertura metálica protege da chuva esse elemento de circulação vertical. O quintal está destituído de qualquer função. Há restos de tijolos, telhas e peças de madeira deixados na base da escada. Frágil cerca faz a delimitação entre o quintal e a margem do Córrego. Na sala da frente, ao contrário, as paredes recebem quadros com molduras ornamentadas e um oratório, bem como nos haviam descrito Mendes, Veríssimo e Bittar (2007). Nesse compartimento, os móveis têm melhor qualidade e estão bem dispostos.

Figura 80 Aspecto do quintal da edificação I, que perdeu suas funções originais



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Na edificação II, tem lugar um ateliê de obras artísticas. O proprietário, Senhor C., recebe-nos muito bem, conversa conosco por longo tempo e interessa-se por nossa pesquisa. Faz graves críticas ao fato de estar o Parque fechado. Desaprova a ausência de manutenção e a vulnerabilidade nos fundos de seu imóvel após o hiato no funcionamento. Desacreditado da

capacidade de gestão do poder administrativo municipal, afirma que “Em Ouro Preto, nada vai pra frente.”

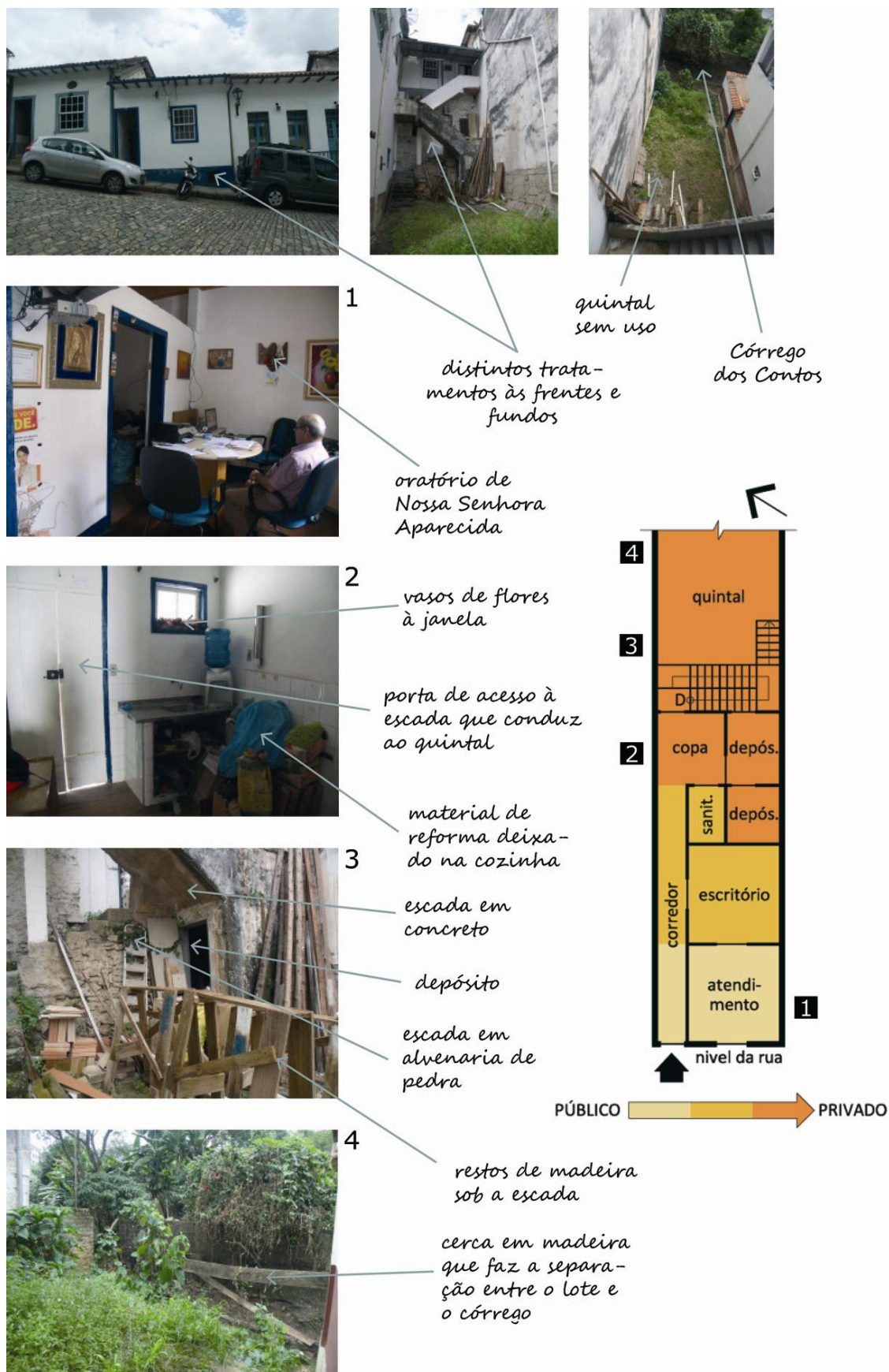
Essa é a primeira edificação em que constatamos que a gradual transição entre zonas públicas e privadas no Vale acontece não apenas horizontal, como identificado pelos estudiosos das casas dos Setecentos, mas também verticalmente. Os espaços destinados ao visitante concentram-se no pavimento térreo. Abaixo dele, estão cozinha e depósito, além de terraço, onde há material utilizado para a produção dos trabalhos artísticos – artigos em ferro, na grande maioria – além de peças de roupa estendidas em varais. Esse espaço de fundos é de construção precária. Trata-se de cobertura em telha metálica apoiada sobre peças rústicas de madeira. Também aqui o quintal perdeu sua função primitiva. Muro em alvenaria de pedra, em que resiste ao tempo singela fonte, faz a separação entre o privado e o público.

Figura 81 Muro em alvenaria de pedra que faz a delimitação do lote



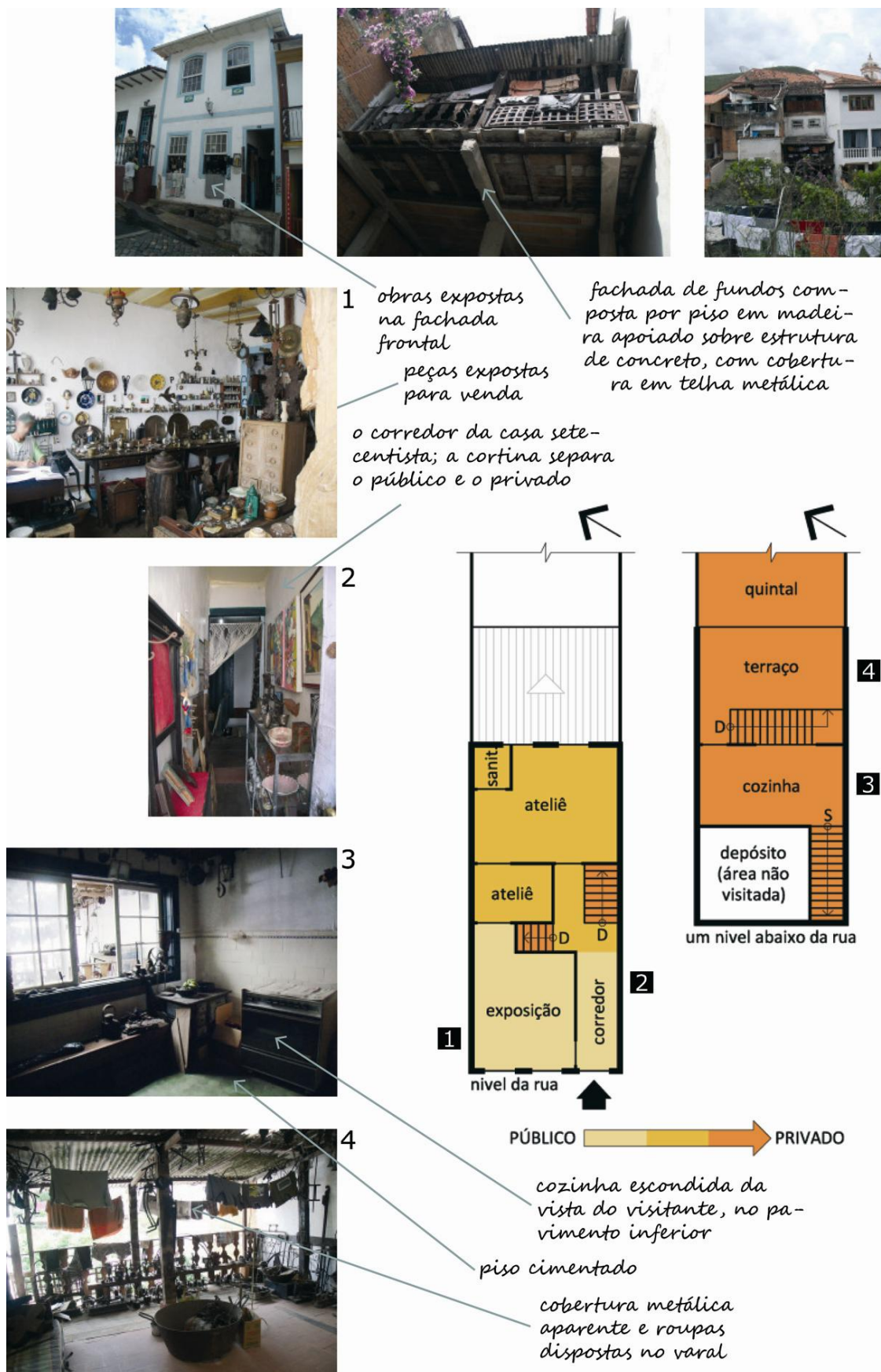
Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Figura 82 Ficha da edificação I, à Praça Américo Lopes. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Figura 83 Ficha da edificação II, à Praça Américo Lopes. Croquis sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

À Rua Randolpho Bretas, ou Rua das Escadinhas, são também dois os imóveis visitados. Na edificação III, recebe-nos o proprietário, Senhor C., que, sob a afirmativa “Isso aqui é muito simples.”, desenha ele próprio o croqui da planta baixa do edifício, evitando que o façamos. Essa construção abriga residência de dois pavimentos com pequeno porão, que funciona como ateliê: Senhor C. é desenhista e pintor. A distribuição dos cômodos é a tradicional da casa dos Setecentos, à exceção de um dos quartos, voltado diretamente para a rua.

As casas à Rua Randolpho Bretas têm quintais íngremes, praticamente inutilizados, por tal motivo, nos dias de hoje. Os deslizamentos de terras nesses fundos de lotes são constantes, sobretudo nos meses de chuva, justamente por conta das dificuldades de acesso e manutenção. Quando das obras para implantação do Parque, que exigiram a construção de muros de arrimo delimitando os terrenos, tal condição veio à tona e estabeleceu-se o impasse já descrito no primeiro capítulo. Não por acaso, o deslizamento ocorrido em dezembro de 2015, motivo oficial para a interdição do Vale dos Contos, ocorreu em lote vizinho ao visitado.

Na edificação III, o quintal divide-se em dois níveis, interligados por escadas: o primeiro coincide com a cota da casa; o outro, com a cota do Parque. No trecho do terreno contíguo à cozinha, plano, dispõem-se dois telheiros, bem ao modo do século XVIII, onde funcionam lavanderia, guarda de inservíveis e depósito de utilitários. Há ainda plantações bem cuidadas distribuídas por essa espécie de terreiro. Na cota baixa do quintal, criam-se galinhas.

Senhor C. recorda o portão de pedestres que dava acesso aos campos de futebol, pela Praça Américo Lopes. Frequentava o Vale para participar dos jogos de “ranca”, que considera menos formais que os de hoje, e seguia pelo “passa-um” para colher bananas, chuchus e taiobas. Sentiu sua casa menos vulnerável quando o Parque foi implantado e gostava de acompanhar os ensaios dos estudantes de Artes Cênicas da Universidade, que costumavam ter lugar no anfiteatro.

Figura 84 Parte baixa do quintal da edificação III, na cota do Parque



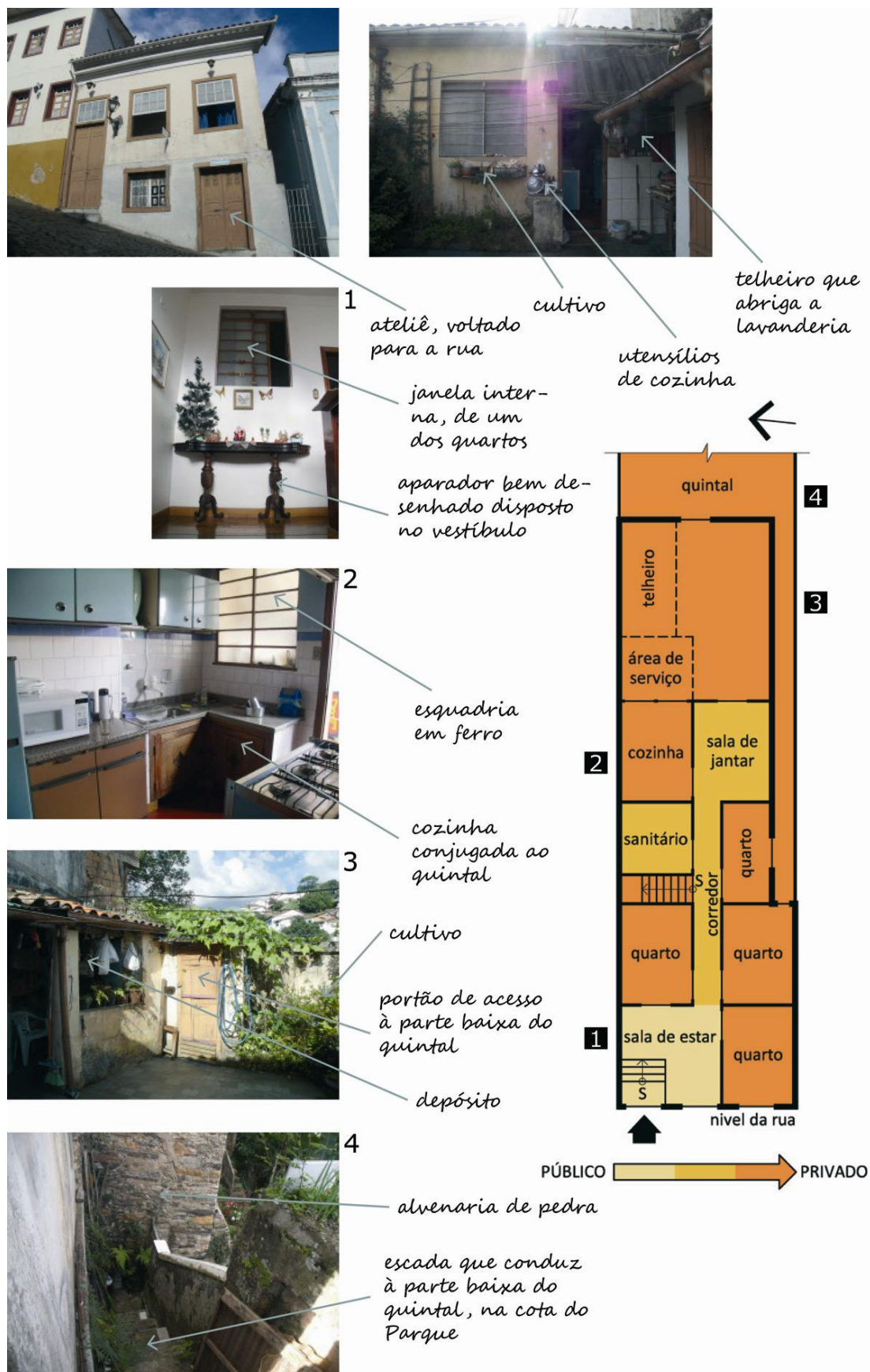
Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Na edificação IV, somos recebidos por R., neto da proprietária. Esse imóvel é estritamente residencial. Voltados para a rua, estão dois pavimentos e um porão. A fachada de fundos, porém, revela a existência de seis andares. A fachada frontal resulta de projeto: espaçam-se regularmente as fenestrações e o frontão é ornamentado. A posterior não exhibe o mesmo padrão: nota-se tubulação aparente e acabamento em pintura em tons distintos, nos diferentes pisos.

Ouvimos elogios ao projeto do Parque, pelo fato de ter atribuído novo uso a área antes em estado de precariedade. Para o morador, enquanto esteve aberto, melhoraram as condições de segurança. Havia algum incômodo à sua avó, pelo barulho que provocavam os eventos, mas nada de maior gravidade. Foi esse um dos poucos residentes do entorno do equipamento que relatou-nos utilizá-lo com frequência.

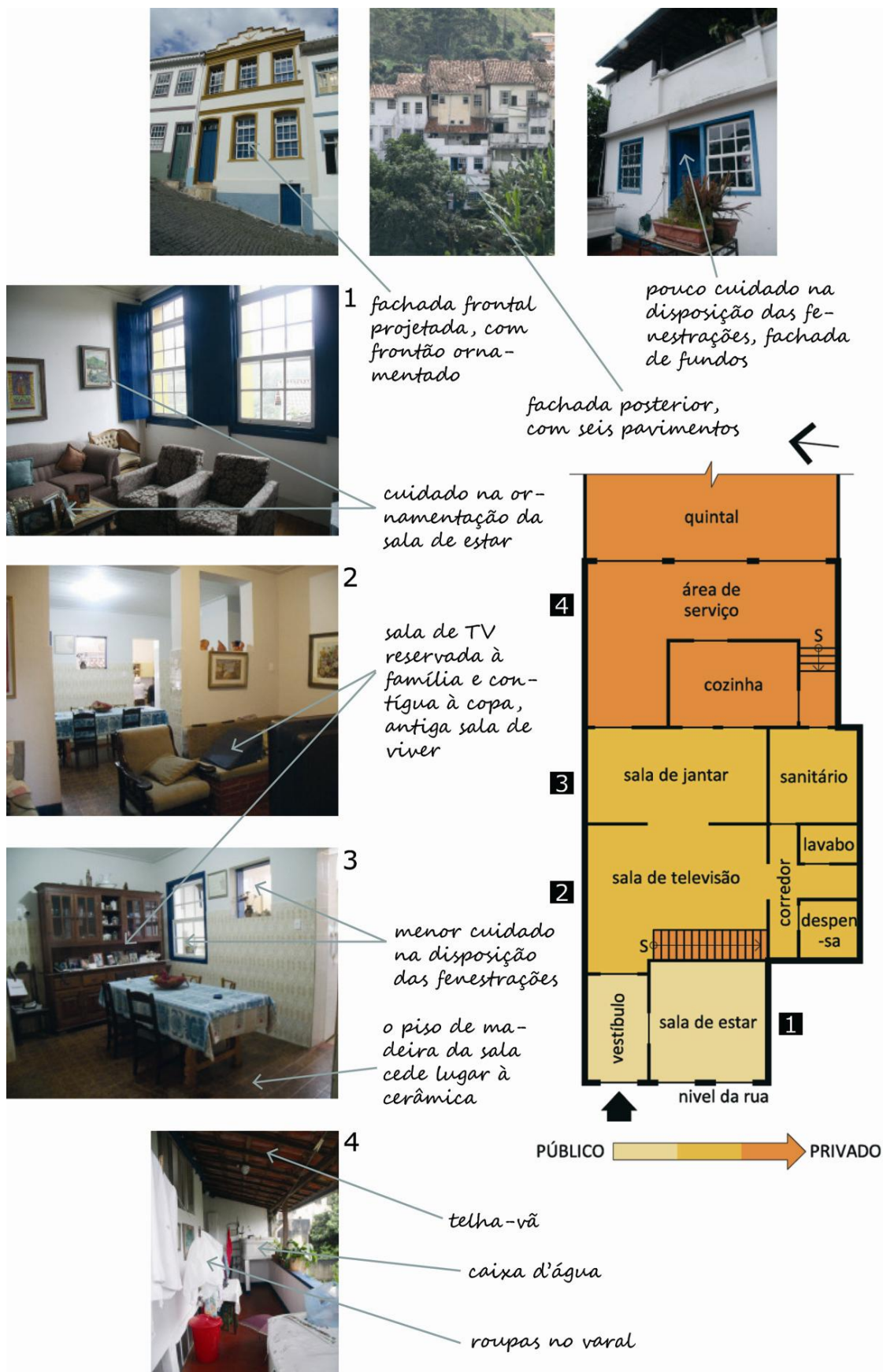
Os compartimentos da casa seguem padrão de distribuição semelhante ao do imóvel anterior, à exceção de que, aqui, os quartos localizam-se no segundo pavimento. Há duas salas: uma de estar e outra de TV, junto à cozinha. É notável a maior atenção dispensada à ornamentação da primeira, se comparada à segunda, de uso preferencial da família. As circunstâncias de acesso ao quintal são mais restritas que no caso da outra edificação visitada nesta mesma rua.

Figura 85 Ficha da edificação III, à Rua Randolpho Bretas. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Figura 86 Ficha da edificação IV, à Rua Randolpho Bretas. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

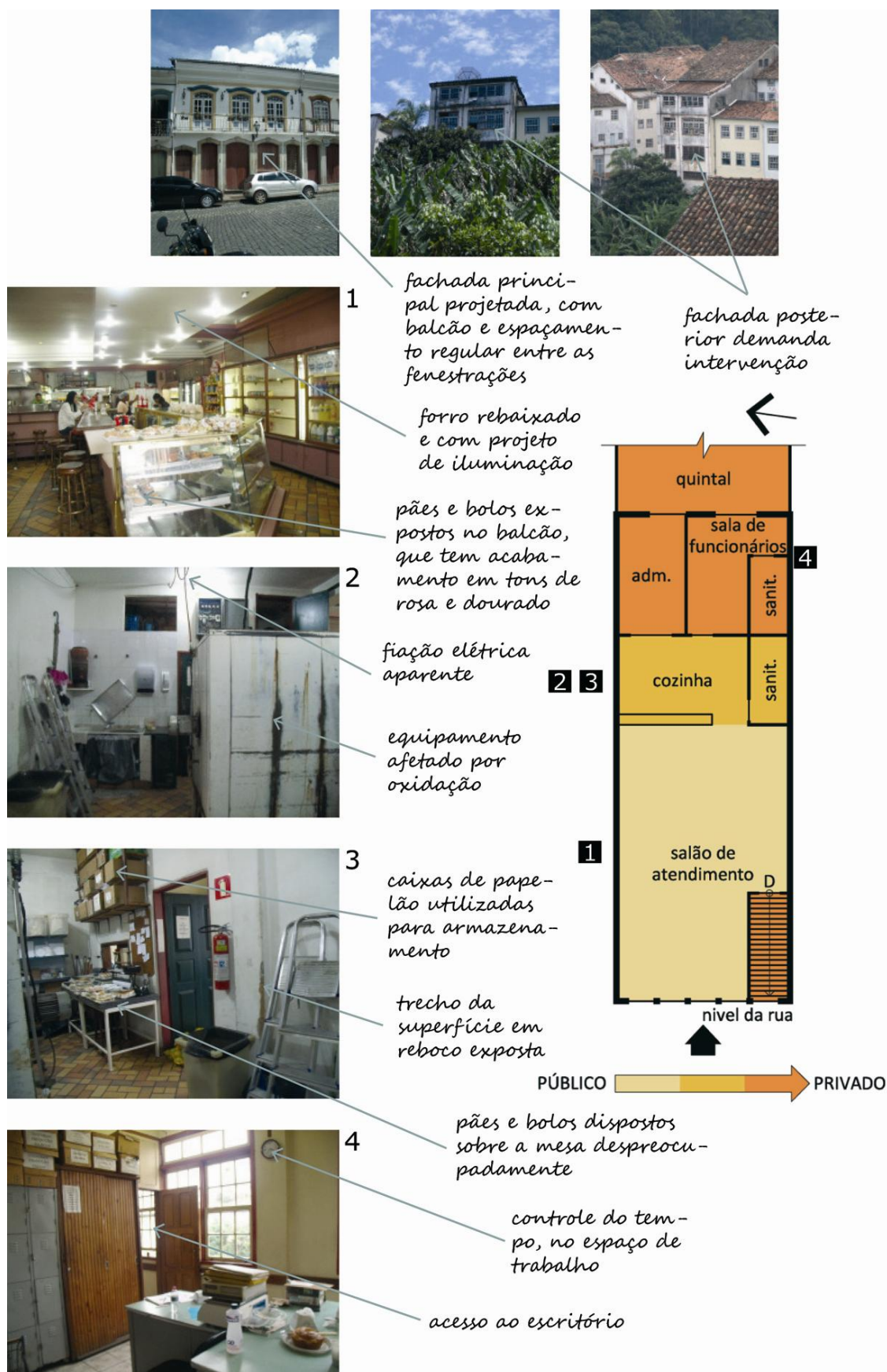
À Praça Silviano Brandão, chegamos à edificação V, em cujo pavimento térreo funciona uma padaria. Os outros andares têm uso residencial. Como nas construções da Rua Randolpho Bretas, o número de pavimentos diverge radicalmente entre frente, com dois andares apenas, e fundos, formado por sete, no total. Como registramos no capítulo de abertura, houve cessão de parte do terreno, às margens do Córrego, à Administração Municipal, com vistas à implantação dos equipamentos infantis do Parque. Fez-se o procedimento sem maiores conflitos dado que, por conta da elevada inclinação para alcançá-lo, esse trecho do lote praticamente não tinha uso. Além disso, não há ali possibilidade de qualquer construção, por tratar-se de margem de curso d'água¹⁴⁴.

Os responsáveis pela edificação, Senhores C. e M., com quem conversamos, levantam o fato de que, graças ao cercamento do Parque, apenas os moradores das repúblicas da UFOP detêm ainda o direito de acessar o Vale pelos fundos de suas casas, o que consideram injusto, porque antes a passagem era livre em todos os imóveis. Foram esses os únicos entrevistados que tomaram parte nas audiências antecessoras à implantação do projeto. Afirmam que, em uma dessas reuniões, sugeriu-se a inserção de dois cadeados em cada portão de fundos de terreno: um pertencente ao proprietário e outro, à administração do Parque. Durante o dia, o pessoal responsável pela segurança do equipamento abria esta última tranca, de maneira que o morador poderia entrar e sair sempre que quisesse. Eis aí mais uma evidência da dificuldade de definição dos limites entre as esferas pública e privada no Vale dos Contos.

Temos acesso somente ao espaço comercial, que segue aquele padrão de transição gradual entre frentes voltadas para o exterior e fundos resguardados. O salão da padaria, por onde se distribui uma série de balcões expositores, em que estão disponíveis os pães, bolos e biscoitos, vai cedendo espaço à cozinha, que ainda pode ser vista pelos clientes, à sala dos funcionários, já oculta, e, por fim, ao escritório, o mais reservado dentre os compartimentos. Como nos demais casos, é notável a diferença de concepção e tratamento entre as fachadas frontal e posterior.

¹⁴⁴ Conforme determinação do Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Figura 87 Ficha da edificação V, à Praça Silviano Brandão. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Seguimos pela Rua São José. Antes de passarmos às edificações, convém registrar a ocupação dos antigos terraços do Horto Botânico por restaurante. Cabe aqui o estudo de Novais¹⁴⁵, que trata daquela inversão entre as esferas pública e privada típica da sociedade brasileira colonial. A decisão do poder público pela não desapropriação das reminiscências do antigo Horto Botânico, tornando condição para o funcionamento do Parque a passagem pelo saguão da Casa dos Contos, deixa ver que nesse caso prevaleceram de fato os interesses particulares sobre os comuns, sem maiores contestações. Pouco mudou, também nesse aspecto, desde o século XVIII.

A edificação de número VI abriga restaurante nos pavimentos térreo e inferior e *hostel*, no superior. Há aqui, a oportunidade de registro dos dois andares que abrigam o restaurante. Também nesse caso, cedeu-se parte do terreno à PMOP, às margens do Córrego dos Contos. O Senhor P., assim como os outros proprietários, relata melhores condições de segurança, após implantado o Parque. Fornece-nos ainda alguns dados sobre o edifício: fora ele reconstruído no ano de 1962 mantendo, entretanto a mesma feição colonial na fachada dianteira. Onde hoje está a escada, havia passagem que conduzia desde a Rua São José até o Vale dos Contos, utilizada pelos antigos moradores para a passagem de animais de carga (FIGURA 19b).

O panorama se repete: no pavimento térreo, tudo é pensado para atender aos clientes. O pavimento inferior destina-se a receber os sanitários, os depósitos e espaço administrativo. Nota-se a presença de um cachorro, animal doméstico tão comum nos quintais dos Setecentos e extraordinário em se tratando de um restaurante. Aquela divisão entre duas cozinhas, que relatamos na seção anterior, aqui também acontece, de forma ligeiramente diversa: no nível do restaurante, está a cozinha destinada às tarefas de finalização enquanto que, no piso inferior, há outra cozinha, de porte industrial, própria à efetiva preparação dos alimentos. Alcança-se o quintal, pouco utilizado e situado em cota bem mais baixa, através de escadas.

¹⁴⁵ In: NOVAIS; ALENCASTRO, 2012.

Figura 88 A cozinha onde se desempenham as tarefas laboriosas está no pavimento inferior, junto ao quintal



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

A edificação VII é o Cine Vila Rica, situado à Praça Reinado Alves de Brito e alvo de contenda entre a Administração Municipal e a UFOP, como registrado no primeiro capítulo. Nesse caso, temos a mais radical contradição entre as fachadas de frente e fundos. A primeira, alvo de ação do SPHAN em seu anseio por tornar homogênea a cidade de Ouro Preto, passou por reforma em 1958, que lhe supriu o caráter eclético. A segunda, prisma em concreto de dimensões consideráveis, aguarda ainda por melhor solução. O primeiro a deixar registrada a conveniência de que nela se interviesse foi Viana de Lima, em seu relatório inaugural, como anotamos no capítulo anterior.

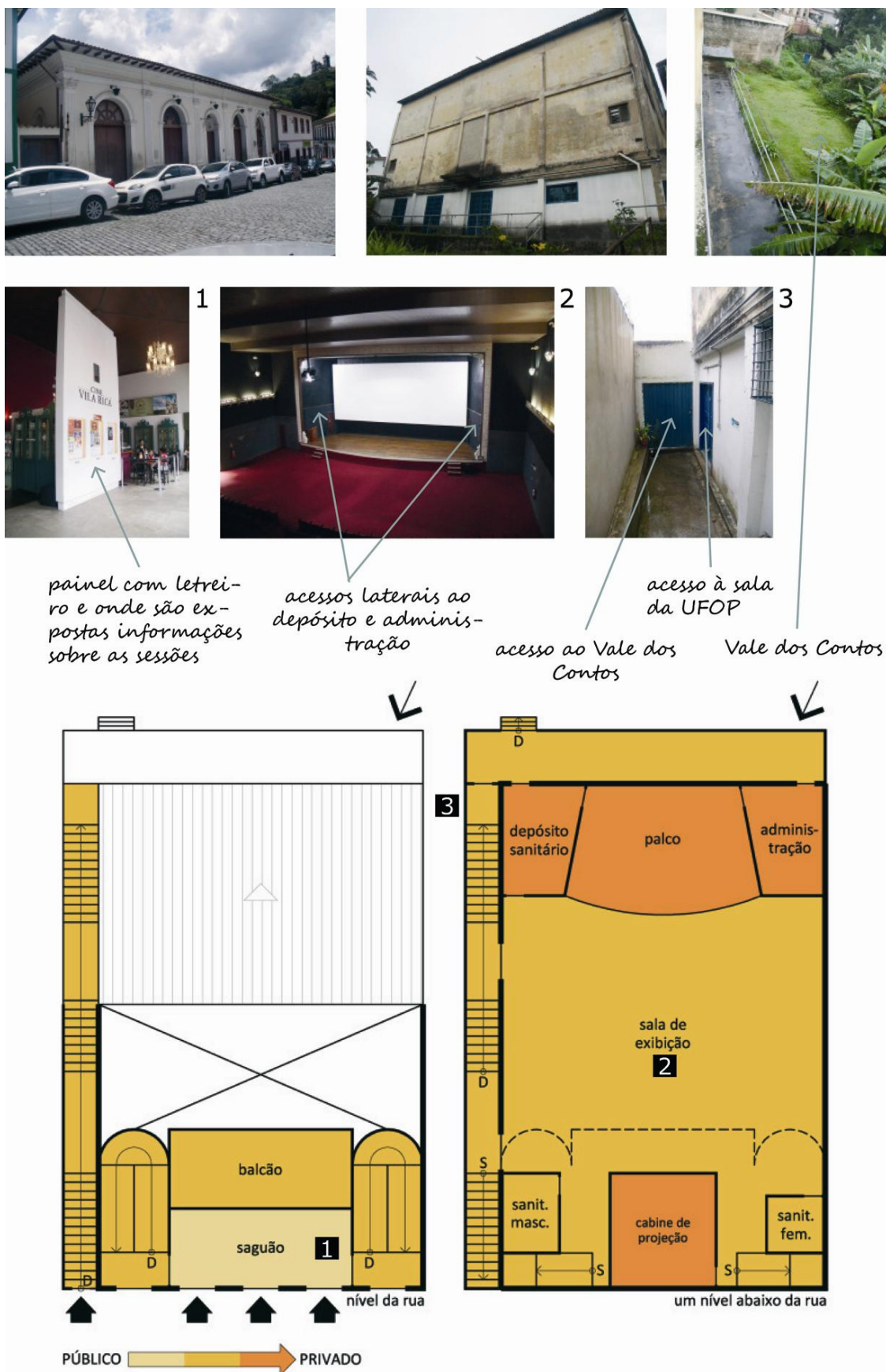
Também aqui temos solução interna de distribuição que valoriza a frente do lote: café, loja e balcão nobre encontram-se no mesmo nível da rua. O público menos favorecido é obrigado a descer mais um lance de rampas, para assistir à sessão. Depósitos e administração ficam nos fundos, junto ao palco. Sob este, há sala ocupada por usos os mais diversos, associados sempre ao atendimento à comunidade acadêmica da UFOP. Impediu a Universidade que para esses fundos se expandisse o Parque, iniciativa que poderia ter garantido maior dinamismo e melhor tratamento às zonas posteriores do cinema. Permanece, entretanto, a intenção de adaptá-las para receber o centro de produção audiovisual da instituição.

Figura 89 Ficha da edificação VI, à Rua São José. Croquis sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Figura 90 Ficha da edificação VII, à Praça Reinaldo Alves de Brito. Croquis sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

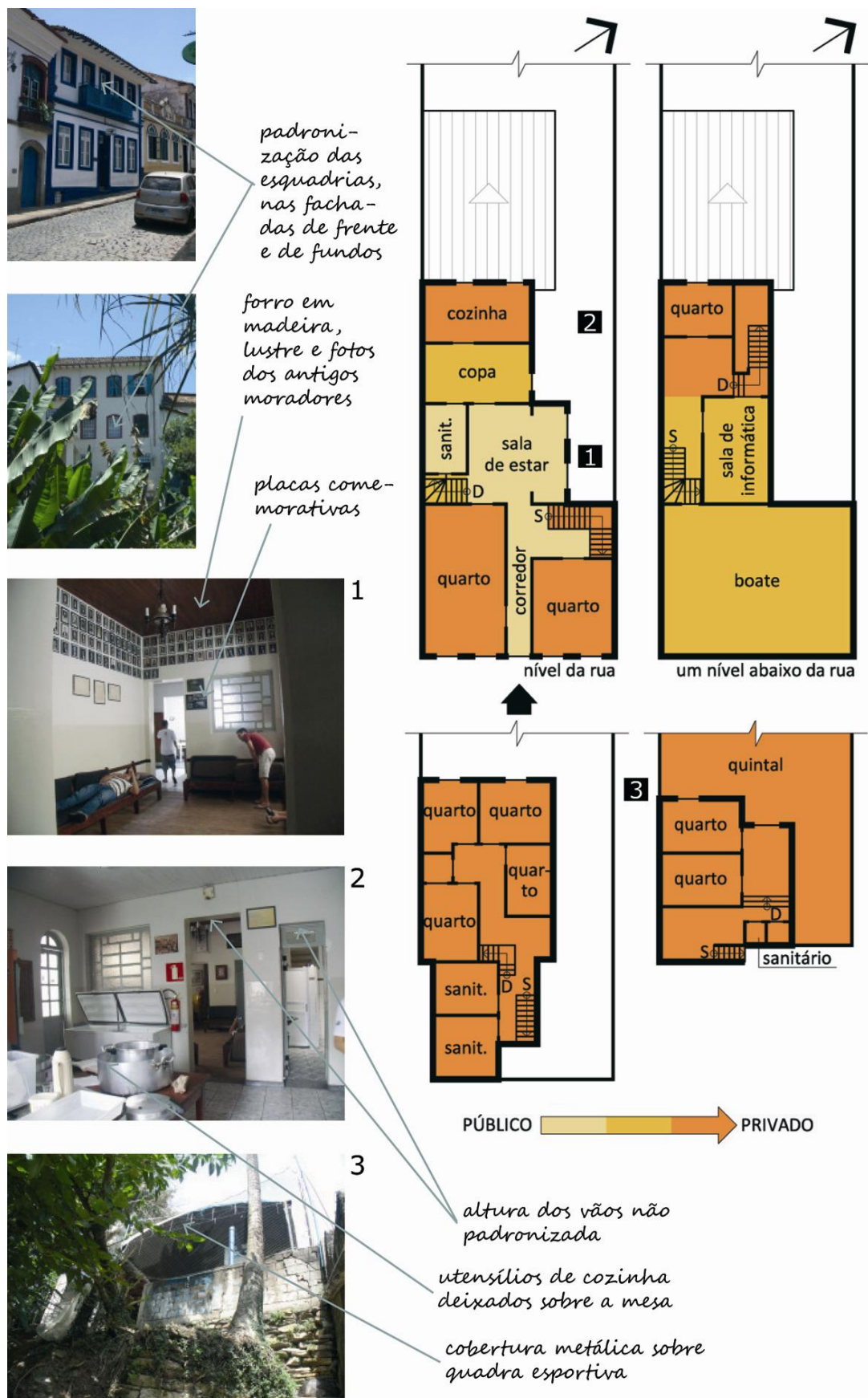
À Rua Paraná, estivemos na edificação VIII, república de estudantes da UFOP. Nota-se aqui inversão em relação à planta baixa tradicional da edificação setecentista: enquanto os quartos ocupam a frente do lote, a sala de estar deslocou-se para os fundos. Por ser necessária elevada quantidade de quartos, distribuem-se esses compartimentos pelos dois pisos. Permanece porém a diferença de tratamento entre os andares. No inferior, há paredes em alvenaria com o substrato exposto, sem revestimento em reboco e acabamento em pintura. As tábuas do piso de madeira do pavimento de cima e os barrotes em que elas estão apoiadas aparecem expostos porque não há forro. No andar térreo, o forro é em madeira, do tipo saia e camisa.

As fotografias dos antigos moradores, de terno e gravata, emolduradas e cuidadosamente alinhadas, expõem-se na sala de estar. No andar de baixo, estão as roupas penduradas no varal, protegidas por cobertura de telha metálica. Alcança-se o quintal, em cota inferior, através de escadas e, assim como nas outras propriedades visitadas, dele não se faz uso. Ali se deposita o que já não serve, como sobras de peças de madeira e engradados com garrafas vazias.

A edificação IX também funciona como república e é por ela que se tinha acesso direto ao “beira bosta” e, depois da intervenção, à quadra poliesportiva. Um dos estudantes com quem conversamos critica o fato de ter tido o equipamento seu tamanho drasticamente reduzido, se comparado à sua formatação original. Há queixas também sobre a impossibilidade de livre apropriação do espaço, tendo seu uso ficado condicionado ao consentimento da equipe gestora, enquanto o Vale esteve aberto.

A construção tem cinco pavimentos. Tivemos acesso a quatro deles. No térreo, a inversão descrita no imóvel anterior se repete, de maneira que os quartos estão junto à rua e a sala de estar aparece no centro da planta. Copa e cozinha seguem nos fundos. Também aqui, as fotos bem perfiladas dos ex-alunos estão dispostas na sala de estar. Quanto mais descemos, menos nobres são os materiais de acabamento e revestimento. Há colchões, caixas de som, engradados e cadeiras plásticas pelos corredores. Encontramos o mesmo apêndice em cobertura metálica já registrado em situações anteriores. Há pouco ou nenhum tratamento do quintal. Pela primeira vez, a fachada posterior está bem acabada, apesar de seu desenho não expressar a mesma rigidez com que se concebeu a fachada frontal.

Figura 92 Ficha da edificação IX, à Rua Paraná. Croquis sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

O maior número de edificações por nós visitado está na Rua do Pilar. Apresentaremos aqui três delas. Antes, porém, vale o registro de nossa tentativa de visita a imóvel de uso misto, comercial e residencial, nessa mesma rua. A impossibilidade da vistoria dá-se diante de forte resistência por parte do proprietário. Ele permite nossa entrada no pavimento térreo, onde mantém sua loja, mas, a certa altura, ao solicitarmos permissão para fotografar o espaço, responde-nos: “Nunca vi esse tipo de coisa, querer entrar e fotografar a casa da gente...”. “A casa da gente”, ainda que se trate de espaço comercial. Mesmo devidamente identificados, a aversão ao estranho, àquele que vem da rua sem conhecimentos e conexões, com outro sotaque, não foi incomum em nossas atividades de campo.

De modo geral, na Rua do Pilar, estão concentradas edificações residenciais ou mistas, ocupadas por habitação e comércio de pequeno porte. Muitas das casas pertencem a idosos, que nelas residem há longos anos. Não foi difícil abordar esses moradores que, em sua quase totalidade, aprovam o projeto, tal como nos outros pontos estudados, mas não a falta de manutenção que conduziu a seu fechamento. Há casos em que os quintais são ainda utilizados para o cultivo ou criação de animais. Isso acontece graças à relação mais imediata entre casa e quintal proporcionada pelos terrenos, menos inclinados aqui que em todas as outras situações.

Figura 93 Sistema de socalcos em quintal ainda em uso na Rua do Pilar



Fonte: Foto da autora, jan. 2016.

Encontramos a edificação X, à Rua do Pilar, enfeitada para a festa de Natal. Concentram-se os muitos ornamentos na sala de estar, onde nos recebe a proprietária, Dona L., senhora idosa que ali reside há trinta e dois anos. Quadros, imagens religiosas, bonecos de pelúcia, vasos de planta: elementos que deixam transparecer o acurado trabalho de composição do cômodo para receber os visitantes. Chegamos em dia de faxina e pede-nos Dona L. que retornemos no dia seguinte, o que fazemos.

Figura 94 Os muitos enfeites da sala de Dona L.



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

O edifício é residencial multifamiliar, de forma que o pavimento térreo abriga uma residência e o superior, que visitamos, outra. Não há diferença, no que toca à quantidade de níveis, entre as fachadas frontal e posterior. Há algum cultivo no quintal. A distribuição dos cômodos segue o padrão já observado na Rua Randolpho Bretas. Nos compartimentos dianteiros, o piso é em madeira, assim como o forro, com encaixe do tipo saia e camisa. Há duas alcovas, hoje transformadas em saletas. Aos fundos, estão sala de jantar – outrora, sala de viver - ainda com móveis bem trabalhados mas com forro original já substituído por outro, em PVC, e cozinha, interligada a área de serviço, sob telheiro, externa à edificação. A proprietária nos conta que nunca esteve no Parque, mas que a intervenção não lhe provocou nenhum incômodo, tendo inclusive diminuído o mau cheiro proveniente do Córrego.

Nessa mesma rua, conhecemos a edificação XI. Na residência unifamiliar de dois pavimentos, temos a discrepância mais radical entre frente e fundos, depois do Cine Vila Rica. Também ali vive senhora idosa, Dona H., que recebe, eventualmente, a companhia de filhos e netos. Quanto mais entramos, mais ela nos pede desculpas pelo que considera estar em desordem, dizendo que não havia tido tempo de fazer a arrumação. Ia à frente, procurando reconduzir objetos aos seus devidos lugares.

Para a via urbana, volta-se loja de roupas femininas, recém-inaugurada. Tudo está novo e bem ajambrado, com o intento de atrair a clientela. No interior, uma surpresa: não há sala de visitas no imóvel. Provavelmente, o cômodo que cumpria essa função fora transformado no espaço comercial, voltado para fora. O primeiro compartimento interno é um quarto. Em uma de suas paredes, executou-se pintura vibrante. Há um pátio interno e, a seguir, cozinha e sanitário. As construções externas ergueram-se com tecnologia e materiais contemporâneos. Sua configuração é, porém, provavelmente tão precária quanto a dos anexos que se erguiam nos quintais do século XVIII. Este é o caso em que a comparação das fachadas frontal e posterior mais deixa ver as distintas lógicas que ainda insistem em estruturar a vida da casa e a vida da rua. Não se cultivam plantas mas criam-se, soltos no terreiro, os animais domésticos: cães e gatos. Uma sucata de máquina de lavar roupas parece ter sido esquecida junto à cerca.

Figura 95 Quintal da casa de Dona H



Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

A edificação XII está estruturada de maneira semelhante à primeira visitada nessa rua, isto é, há dois pavimentos e cada um encerra uma residência. Temos a oportunidade de conhecer apenas o pavimento superior, onde reside Dona M. Ela permite de pronto que visitemos o imóvel, ainda que repita o ritual da visita, desculpando-se pelo que considera em desordem. Diz-nos que, fosse um rapaz a visitá-la, talvez não o deixasse entrar.

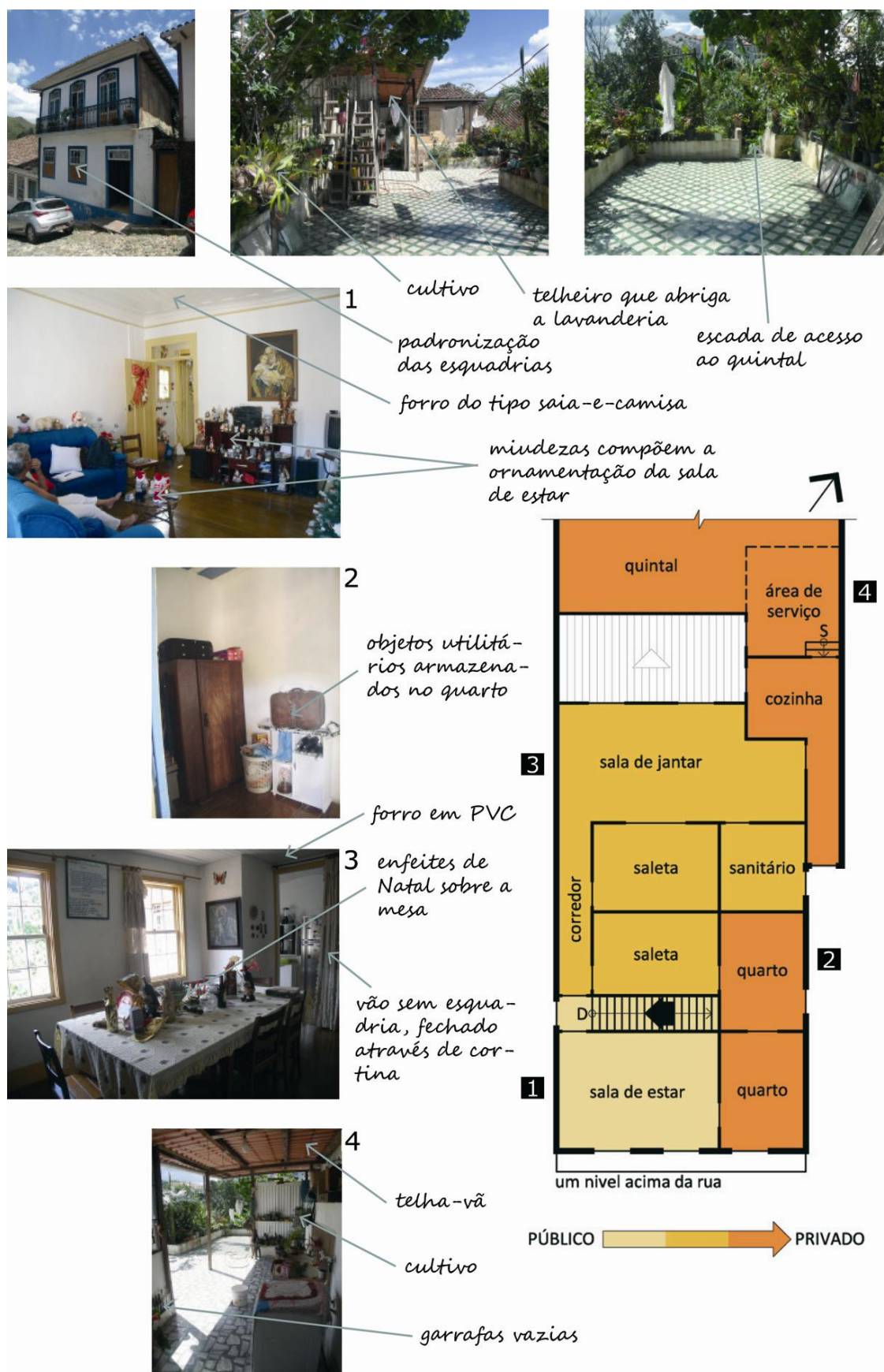
Estrutura-se a planta de modo semelhante às demais. Alcança-se o piso através de lance de escadas voltado diretamente para a rua. A casa é de esquina e, portanto, há maiores possibilidades de abertura de janelas. Ainda assim, persiste a solução da alcova. O conjunto sala de jantar, cozinha e área de serviço exteriorizada localiza-se, como nos demais casos, no fundo do imóvel. Sala de estar bem cuidada, com quadros ornando as paredes, piso e forro em madeira. A fachada de fundos já nada guarda do século XVIII, a não ser o exclusivo comprometimento com a funcionalidade. Também o quintal se alcança através de lance de escada. Aqui se cultiva, mas não se criam animais. Dona M. diz não ter frequentado o Parque, mas se recorda das apresentações musicais, cujo som penetrava por sua casa e lhe trazia satisfação. Sua filha lamenta: “Nada vai adiante aqui em Ouro Preto.” Dona M. oferece-nos um quitute, mas, educadamente, recusamos, pelo tanto de trabalho ainda a realizar.

Figura 96 A costura interrompida sobre a máquina, para atender gentilmente à pesquisadora



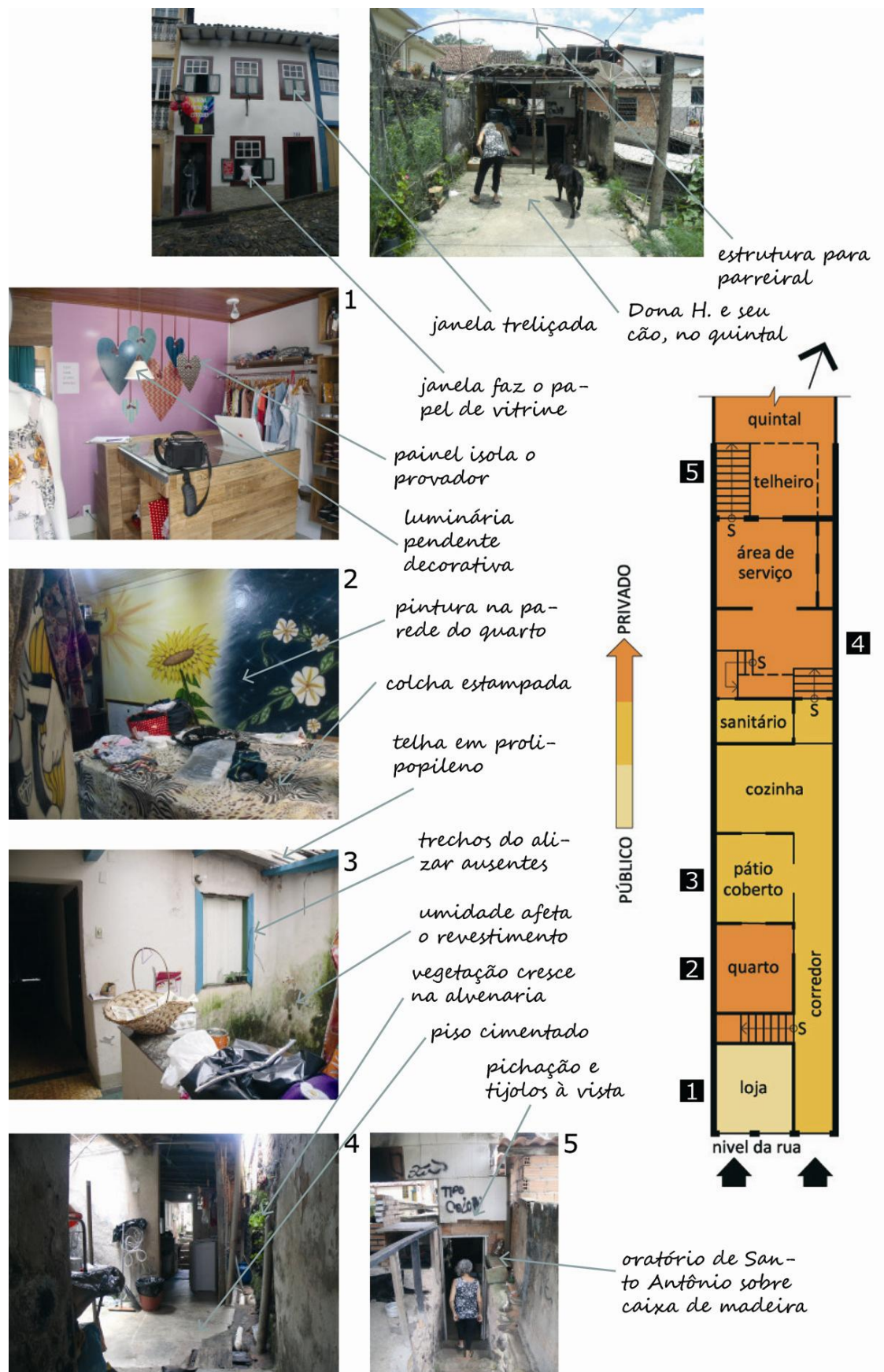
Fonte: Foto da autora, dez. 2015.

Figura 97 Ficha da Edificação X, à Rua do Pilar. Croqui sem escala



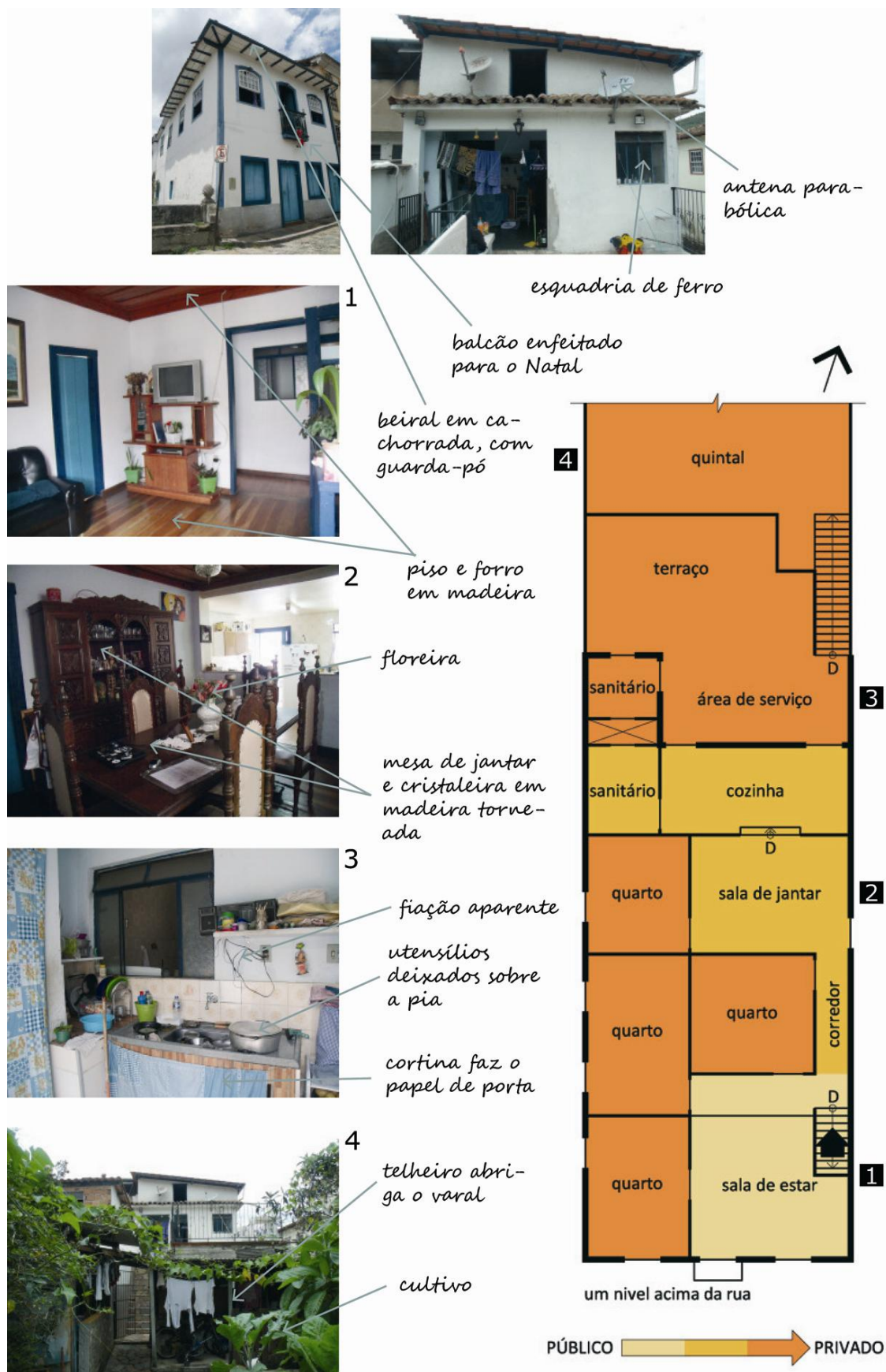
Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Figura 98 Ficha da edificação XI, à Rua do Pilar. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

Figura 99 Ficha da edificação XII, à Rua do Pilar. Croqui sem escala



Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de ti ouço passar
O queixume dum quissange
Uma guitarra que tange
Uma cuíca que ri.
Escuto o alegre pulsar
De Lisboa, Rio, Luanda
O murmúrio da Kianda
O cantar do bem-te-vi.

(José Eduardo Agualuza e Ricardo Cruz)

Pelo tanto de trabalho ainda a realizar... De fato, o que mais nos sensibilizou, nessa inserção pelas edificações do Vale dos Contos, alcançando aquilo que pode ser considerado o avesso da cidade exaustivamente fotografada e fiscalizada, há oitenta anos, pelo órgão oficial de preservação, foi justamente o abandono dos quintais. Muito da relação típica do século XVIII entre os habitantes e suas moradas, isto é, as tais permanências setecentistas, se mantiveram, como procuramos demonstrar. Deixaram porém os quintais de ser essenciais à sobrevivência, como o foram naquele tempo de construção da cidade no sítio, ainda que possam definir-se, já não restam dúvidas, como o ápice da vida privada.

Voltam-se ainda as zonas posteriores das edificações para dentro de si próprias; persiste o ritual da visita, tal qual o descrevera Johann Pohl (1976) há dois séculos; os cômodos dianteiros se arranjam cuidadosamente para receber a rua, e isso mesmo em edifícios que servem hoje a outras funções que não a do habitar. Mas, sobretudo nestes, o quintal tem sido abandonado à falta de manutenção e tratamento, descaso que se estendia ao fundo de vale até transformar-se em parque público, ainda que nem todas as demandas ambientais tenham sido plenamente contempladas. A intervenção dos anos 2000 ficou restrita a esse espaço, recuperou-o e garantiu-lhe melhores condições de uso. No entanto, revelou-nos nossa pesquisa, isso não foi suficiente.

É preciso, como propunha Jorge Askar, ainda em princípios dos anos de 1980, estendê-la a esses fundos de lote. Torná-los novamente úteis e produtivos, cuidar para que cessem os deslizamentos de terra. As encostas, sobretudo à altura da Rua Randolpho Bretas, precisam

ser tratadas, sob pena de que o Parque não possa nunca funcionar a contento. Ainda que se tenham instalado cercas delimitando a nova área pública, não há sentido em apartá-la desse conjunto que lhe é contíguo. Ele é mais que panorama de fundo, é parte e condição indispensável para a manutenção do Vale dos Contos como parque público municipal.

Essa solução só pode ser construída a partir de acordo entre as esferas pública e privada. Deve haver esforço para que se mobilizem o Escritório Técnico local do IPHAN, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, através da SMPDU e da SMMA, a UFOP e, sobretudo, os proprietários dos imóveis perimetrais, com vistas a estabelecerem-se diretrizes interventivas para os fundos de lotes. É preciso reconstruir os socacos, nos trechos em que estiverem fragilizados; classificar as espécies vegetais compatíveis com categoria de solo que tende ao desmoronamento, composta por rochas do tipo filito; resolver o problema do lançamento de esgoto *in natura* no Córrego dos Contos, que ainda persiste, sobretudo junto à Ponte do Pilar; desenvolver programa de educação patrimonial que opere no sentido de demonstrar o papel crucial dos quintais para a manutenção da qualidade da paisagem ouro-pretana. Mas isso só será possível se houver, de fato, interesse mútuo. Recordemos o que nos revela Sennett (1988) acerca da dificuldade em se abandonar a esfera íntima para participar da vida pública, no terceiro capítulo. Erodio-se a esfera do comum no mundo pós-moderno. Esfera essa que sempre foi frágil entre nós, conforme nos indicaram Carvalho (2005) e DaMatta (1991). Entretanto, a única saída possível para os conflitos que têm minado o sucesso desse projeto - todos de mesma raiz, qual seja, a incapacidade de conciliação entre os interesses particulares e coletivos - é justamente a superação dessa dicotomia em favor do que pertence e interessa a todos.

Conforme anunciamos ainda no primeiro capítulo, o terceiro setor desempenha papel crítico no preenchimento das lacunas deixadas pela Administração Pública e na construção de possibilidades de diálogo entre as esferas do comum e do particular¹⁴⁶. De fato, em janeiro de 2015, quando se encerra o prazo para a captação de recursos via Lei Rouanet e a ADOP interrompe suas atividades junto ao Parque, fica patente a incapacidade da PMOP de gerenciar, de maneira independente, o Horto dos Contos. Cenário que, associado a

¹⁴⁶ Cf. MASON, 1998.

programa político que não punha a preservação do patrimônio em primeiro plano, culmina no fechamento do Parque, apenas sete anos passados desde sua inauguração. Nota-se por aí o quão difícil é alcançar aquela meta de sustentabilidade econômica, definida pelo Programa Monumenta, em sua primeira fase, como a de maior relevância. É tema que não pode estar apartado das demais políticas públicas e tampouco do debate nos campos social, cultural e ambiental.

Entendemos, porém, que a articulação entre o público e o privado é tarefa viável, mesmo que árdua. Haja vista o que se fez ali mesmo, no Allegro Piano Bar. Resguardado o fato de que as alterações impostas pelo IPHAN tenham deturpado o projeto original, o acordo resultou em solução concreta, viável e benéfica, tanto para o Grande Hotel de Ouro Preto quanto para o Parque. Nesse caso, como vimos, não havia diretrizes pré-estabelecidas. Elas tiveram de ser pensadas coletivamente, num esforço de atuação do IPHAN, da PMOP e do arquiteto Sylvio de Podestá. É imperativo que seja assim também na parte baixa do Parque.

Houve ações nesse sentido, é bem verdade. Conforme anotamos na primeira parte deste trabalho, imóveis foram selecionados para recuperação através de financiamento previsto pelo Monumenta. Apesar dos dois editais lançados, nos anos de 2005 e 2008, a adesão dos moradores do entorno foi baixa. Aqueles com quem conversamos afirmaram desconhecimento da proposta, ainda que a Administração municipal declare ter enviado informativos a todos os imóveis integrantes da Área de Proteção Especial¹⁴⁷. O fato é que apenas três edificações, das 75 localizadas no entorno imediato do Vale, aderiram à proposta e pouco houve, em termos de reflexão, para que se definissem parâmetros interventivos para suas fachadas posteriores. Cada projeto adotou critérios próprios e o empenho, como vem acontecendo sistematicamente, permaneceu concentrado nas frentes de lote. (FIGURAS 100a E 100b)

Temos, portanto, que a solução não está pronta. Ela depende do interesse coletivo em se construir esfera pública sólida, consistente e participativa, bem de acordo com o espírito da Carta de 1988, nestes tempos tão ultrajado. Se, na era heroica do antigo SPHAN, Ouro Preto foi laboratório para o exercício da preservação - o que nem sempre resultou bem, mas fez

¹⁴⁷ Informação concedida em entrevista pelo Superintendente da SMPDU/PMOP, Wanderson Gomes (2016).

pensar – que o seja novamente, agora com os olhos voltados não mais exclusivamente para as frentes, mas também, e sobremaneira, para esses fundos. Os quintais, que dentro em pouco se perdem, pelos acréscimos, pelas construções irregulares, pelo mau tratamento e pelo descaso. Ouro Preto tem-se corrompido pelas ocupações periféricas sim, mas o tem também pelo seu cerne, pelo que lhe consome dentro do casco antigo e, sobretudo, pela letargia de uma comunidade, e aí incluímos o público e o privado, que não tem sabido se organizar. Já havia denunciado tal corrupção Viana de Lima, mas, em sua postura típica de urbanista moderno, entendia como equivalentes preservação e vigilância, salvaguarda e controle. Nosso argumento é por um processo horizontal e participativo.

Figuras 100a 100b Fachadas posteriores de duas das três edificações que participaram do programa de requalificação de imóveis privados, no âmbito do Monumenta



Fonte: Fotos da autora, dez. 2015 e jan. 2016, respectivamente.

O projeto do Parque alcançou bons resultados, conforme a crítica de Bonduki (2010)¹⁴⁸. Foi, de fato, a única ação do Programa Monumenta em Ouro Preto capaz de intervir de forma estrutural no tecido antigo da cidade. Trabalhou-se em escala urbana, com solução projetual que ultrapassa a restauração de edificações monumentais e a requalificação dos espaços que lhes são contíguos. Ofereceu-se infraestrutura de lazer aos ouro-pretanos, ampliando-se-lhes os recursos capazes de proporcionar melhor qualidade de vida, recursos de oferta

¹⁴⁸ Estamos aqui mais interessados em estabelecer considerações acerca de como o projeto implantado pensou as suas bordas e, portanto, o contato entre as categorias do público e do privado, que em tecer críticas sobre o projeto em si. Essa tarefa foi desempenhada com propriedade por Bonduki (2010).

escassa na zona central da cidade. Ainda assim, a intervenção, tal como foi feita, não basta. É precípuo dar aos quintais destinação socialmente útil, partindo do reconhecimento de sua função como instrumento estruturador da vida social e indutor da forma de ocupação do território.

Seria ainda de grande valia a elaboração de projeto arqueológico mais amplo e robusto. As escavações estiveram concentradas na área do antigo Horto e, diante da sua manutenção como solo privado, não puderam, nem mesmo ali, se desenvolver a contento. A realização de um trabalho sólido nesse campo, não apenas para o Horto Botânico, mas também para a zona do Vale, incluídos aí os quintais, seria determinante. A partir dele, haveria possibilidade de avanço do conhecimento acerca do papel desses espaços posteriores como instâncias de produção e reprodução de um sistema social que ainda guarda traços do século XVIII. Um trabalho do gênero poderia, inclusive, auxiliar no estabelecimento de diretrizes de recuperação para as fachadas traseiras, a partir da compreensão - ainda que não seja possível o aprofundamento individual - das intervenções por elas sofridas ao longo dos séculos.

O que previra Alder Catunda (2016) acerca da possibilidade, a partir da ocupação do miolo de quadra, de que os imóveis abrissem seus fundos a uso público, através da implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, não aconteceu. Ainda bem. Preservou-se aquela lógica setecentista que tanto insistimos ser essencial que se mantenha, sob pena de incorreremos em modelo de preservação oco e superficial. Mais adequada seria, por exemplo, a introdução de programa coletivo de agricultura urbana, que promoveria o trato dos quintais e, em simultâneo, geraria recursos que lhe garantiriam a continuidade. Esse tipo de atividade tem sido experimentado com sucesso em inúmeras cidades brasileiras. Belo Horizonte, tão próxima, assumiu papel de liderança no cenário nacional, atingindo a posição de primeira cidade, capital e centro metropolitano a ter estruturada política municipal do gênero¹⁴⁹.

É oportuno aqui invocar a metodologia de determinação de valores e resolução de conflitos no campo do patrimônio cultural desenvolvida pelo *Getty Conservation Institute*, através do seu *Agora Project*, conforme referenciado no primeiro capítulo. Entende-se, nesse caso,

¹⁴⁹ Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011.

conservação como atividade social antes que técnica, mais como processo que como fim em si mesma, processo esse criativo e motivado por valores que interessam a indivíduos, instituições e comunidades.

Heritage is valued in a myriad and sometimes conflicting ways. These different means of valuing influence negotiations among various stakeholders and thus shape conservation decision making. Conservation, as a field and as a practice, must integrate the assessment of these values (or cultural significance) in its work and more effectively facilitate such negotiations in order for cultural heritage conservation to play a productive role in civil society.¹⁵⁰ (GETTY..., 2000, p. 11)

Reforça a validade do debate, conforme defendemos ainda no texto introdutório desta pesquisa, o fato de não se restringir o tema ao Vale dos Contos. Ele alcança outras zonas da cidade de Ouro Preto. Alcança, por exemplo, as áreas sob a Ponte do Caquende ou junto à Ponte Seca, ainda expectantes por melhores condições de uso e apropriação.

Figuras 101a e 101b Áreas sob a Ponte do Caquende e junto à Ponte Seca, em Ouro Preto



¹⁵⁰ O patrimônio tem seus valores atribuídos de muitas e, às vezes, conflituosas formas. Esses diferentes meios de atribuir valor influenciam as negociações entre as várias partes interessadas e, portanto, moldam a tomada de decisão no campo da conservação. A conservação, como campo e como prática, deve integrar a avaliação desses valores (ou significação cultural) em seu trabalho e facilitar de maneira mais eficaz tais negociações para que a conservação do patrimônio cultural desempenhe um papel produtivo na sociedade civil. (Tradução nossa)



Fonte: Fotos da autora, fev. 2016.

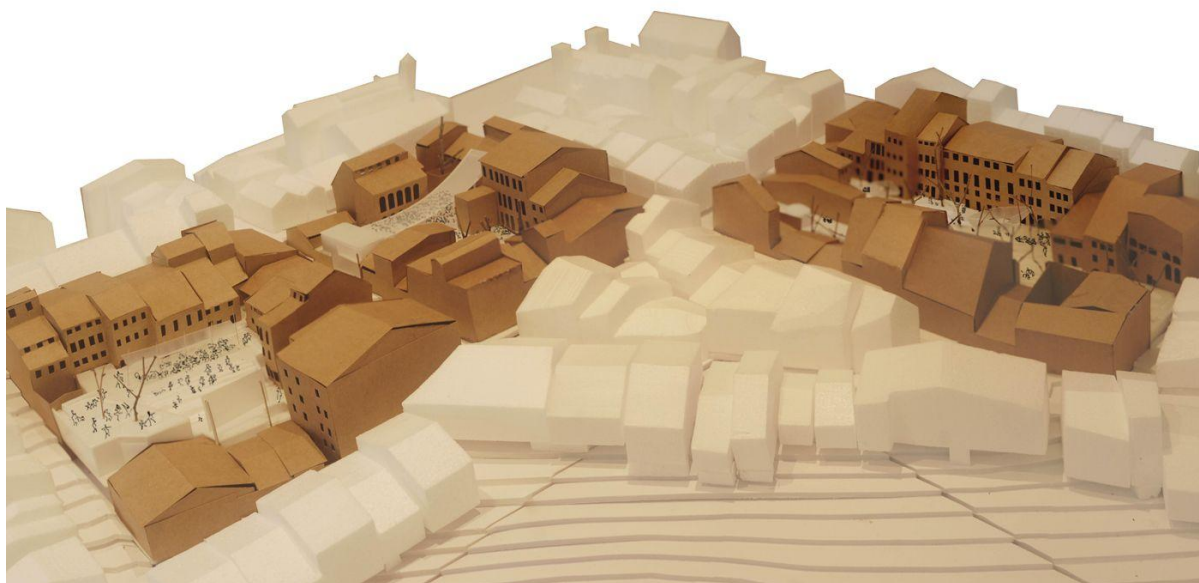
Ultrapassa também os limites da cidade mineira. Vai manifestar-se, por exemplo, em Salvador, na criticada proposta engendrada pela *Operação Pelourinho*, de princípios dos anos 1990. Destituíu-se ali o antigo centro baiano de sua cotidianidade. A intervenção inseriu nos centros de quadra do velho conjunto usos interessados exclusivamente no incremento do turismo. Ocuparam-se os imóveis com bares e restaurantes, que se abriam também para os fundos de lotes. Demoliram-se edificações nos miolos de quarteirão e mesmo nas bordas, para garantir melhores condições de acesso. Alterava-se assim a trama da cidade colonial e o tecido social a ela associado¹⁵¹.

Retomou-se, há pouco, essa discussão. Em 2012, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB/BA) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA) promoveram o *Concurso nacional de ideias para a requalificação de largos no Pelourinho*. Seu objetivo era reunir soluções para a requalificação dos largos Tereza Baptista, Pedro Archanjo e Quincas Berro d'Água. O discurso do arquiteto titular do escritório vencedor, Arthur Casas, é justamente o de recuperar o lugar da moradia num bairro esvaziado de sua essência, porque desabitado e convertido em imagem¹⁵².

¹⁵¹ Cf. BONDUKI, 2010.

¹⁵² Maiores informações sobre o projeto em <<http://www.arthurcasas.com>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Figura 102 Proposta do Studio Arthur Casas para os largos no Pelourinho: Pedro Archanjo, Teresa Batista e Quincas Berro d'Água, da esquerda para a direita



Fonte: <<http://www.arthurcasas.com/#/projects/urbanismo/largos-do-pelourinho/galeria/6>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Apresenta-se ainda, em menor escala, no chamado Beco da Carioca, na cidade setecentista catarinense de São José. A área verde, que abriga antigo lavadouro público, se estabelece como continuidade aos fundos das casas do entorno. O sítio foi também objeto de concurso público, de *Revitalização do Centro Histórico de São José*, organizado em 2014, pelo IAB - Departamento de Santa Catarina (IAB/SC), em parceria com a Prefeitura do município.

Figura 103 Antigo lavadouro público, no Beco da Carioca, em São José, Santa Catarina



Fonte: <<http://www.saojose.sc.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Está, afinal, nos incontáveis centros de quadra de cidades de matriz portuguesa, cuja formação estudamos, ainda que transversalmente, no terceiro capítulo. Mesmo que não seja sempre factível a plena apropriação pública desses espaços, que eles possam ser úteis, pelo menos, aos que vivem em seu entorno imediato, aprimorando-lhes a qualidade de vida e, em simultâneo, resguardando o caráter dessa herança urbanística. A discussão do tema é incontornável, para que não se permitam requalificações como a empreendida no chamado Quarteirão das Cardosas, na Baixa do Porto, de cariz mercadológico e gentrificador¹⁵³.

Figura 104a e 104b Quarteirão das Cardosas, na Baixa do Porto, antes e após a intervenção



Fonte: <<http://www.portopatrimoniomundial.com/quarteiratildeo-das-cardosas.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

¹⁵³ Essa intervenção, realizada pela empresa de capital público Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – SRU (e a superficialidade do nome nos faz recordar outro Porto problemático, o Maravilha), com inauguração no ano de 2013, tem sido duramente criticada por organizações como o ICOMOS Portugal, pelo bota abaixo que promoveu nesse interior de quarteirão, eliminando qualquer relação entre a matéria e seu suporte humano. Sobre o assunto, vale conferir a declaração do órgão em <<http://www.icomos.pt/images/pdfs/E%20pur%20si%20muove.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Pensemos então na validade de um plano diretor para o tratamento dos quintais e fachadas do Vale dos Contos, à inspiração do que se fez, por exemplo, para os quintais do Serro, em trabalho proposto em 2007 e realizado através de financiamento do mesmo Programa Monumenta¹⁵⁴. Se bem sucedida no Vale, essa experiência poderia servir à fatura de projetos semelhantes em cidades herdeiras do urbanismo tradicional português, onde problemas do mesmo gênero se apresentem. Mas proponhamos um tal tratamento que tenha por diretiva a abordagem desses quintais e fachadas em sua inteireza, isto é, não apenas no plano físico-morfológico mas também no das significações e afetividades. São essas zonas de trás patrimônio da lusofonia, representações do modo de ser e estar no mundo de povos que souberam construir, ainda que forçosamente, uma cultura comum. É o que nos faz lembrar o escritor angolano José Eduardo Agualusa¹⁵⁵, em cuja companhia encerramos nossa pesquisa, cientes, entretanto, do muito de trabalho ainda por realizar.

Em Luanda, no Dundo, na Chibia, os quintais foram desde sempre espaços amáveis de convívio e de permuta. Organizavam-se longos e alegres almoços de sábado à sombra refrescante de mangueiras e mulembeiras.

[...]

Nos quintais, em Luanda, o quimbundo misturava-se com o português. Também no Brasil o quintal foi durante séculos o lugar onde a África repousava do esforço escravo. Ali se contavam histórias, cultuavam ancestrais e orixás, e se festejava a vida. Em Salvador, no Recife, São Luis do Maranhão, Ouro Preto ou no Rio de Janeiro a nossa língua convivía com os idiomas indígenas e africanos, e era por eles muito namorada e ampliada.

Gosto de entrar por esses quintalões antigos, em Olinda ou em Benguela, afagando os cansados muros de adobe, afastando as pesadas folhas de bananeira e a humidade ofegante, para finalmente me sentar no chão, a cabeça encostada ao tronco rugoso de alguma árvore centenária. Um abacateiro. Uma mangueira. Uma figueira. Um pau de fruta pão. Fecho os olhos e logo um vago rumor de vozes ascende da terra negra.

Os quintais estão cheios de vozes. Para as escutar exige-se disponibilidade de espírito, ou seja, tempo e inteligência, soma de qualidades que nos dias que correm poucas pessoas possuem. (2010, p. 158-159)

¹⁵⁴ Cf. CASTRIOTA, 2009.

¹⁵⁵ Esta obra de Agualusa nos foi introduzida através da conferência *Dos jardins que um jardim contém*, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Aurora Carapinha, da Universidade de Évora, na Fundação Casa de Rui Barbosa, a 30 de novembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE OURO PRETO. 2012: relatório de prestação de contas anual Parque Vale dos Contos. Ouro Preto: Ministério da Cultura: Vale, 2012. Relatório.
- AGUALUSA, José. *Milagrário pessoal: apologia das varandas, dos quintais e da língua portuguesa, seguida de uma breve refutação da morte*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- ALMEIDA, Candido (Org.). *Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philipphe I. 14 ed.* Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. 5 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- ARCHI 5 ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Programa Monumenta: recuperação do Horto e Vale dos Contos: Ouro Preto*. [2003?]. Apresentação do diagnóstico com 39 slides.
- ARCHI 5 ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Projeto Monumenta: recuperação do Horto e Vale dos Contos: Ouro Preto*. [2003?]. Apresentação dos estudos preliminares com 22 slides.
- ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. cap 2, p. 31-88.
- ARGAN, Giulio. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter: the Australia Icomos Charter for places of cultural significance*. Burwood: Australia Icomos Incorporated, 2013. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/publications/charters/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- AVELAR, Danilo. Ouro Preto, 25 set. 2015. Arquivo em formato .doc. Entrevista concedida a Ana Maria Rezende, Guanaeli Matias e Karolyna Koppke.
- AVRAMI, Erica; RASON, Randall; TORRE, Marta de la (Ed.). *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Research Report. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- BARBOSA, Frederico (Sel. e Org.). *Clássicos da poesia brasileira*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- BARONE, Ana. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Zouk, 2012.
- BERNARDO, Sirlene. Ouro Preto, 11 jan. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (35 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.
- BOLETIM DO SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Brasília: Fundação Nacional Pró Memória: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Ministério da Educação e Cultura, n. 8, set./out. 1980. 24 p. Disponível em:

<

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: IPHAN: Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperaçao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

BORREGO, Maria. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em vila rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

BRAIDE, Vanessa. Belo Horizonte, 18 mar. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (69 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

BRENNA, Giovanna. Modelo alternativo ou variante? Reflexões sobre a “regularidade relativa” de algumas cidades de fundação portuguesa. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996. *Anais...* São Paulo: ANPUR, 1996. v. 4, n. 2, p. 415-419. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/464/440>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CARDOSO, Leandro. IEPHA/MG lança 2ª edição do Guia de Bens Tombados de Minas Gerais. *Jornal bem informado*, Belo Horizonte, p. 6-7, dez. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/iephamg/docs/bi_83_dezembro_de_2014>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CARVALHO, José. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CATUNDA, Alder. Rio de Janeiro, 2 mar. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (49 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

COMAS, Carlos. O passado mora ao lado: Lúcio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto, 1938/40. *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 122.00, Vitruvius, jul. 2010. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3486>>. Acesso em: 24 out. 2015.

COMPANS, Rose. A emergência de um novo modelo de urbanismo no Rio de Janeiro: o “urbanismo de resultados”. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Proureb-FAU/UFRJ, 1996. p. 215-223.

CORBOZ, André. Le territoire comme palimpseste. In: CORBOZ, André. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Editions de L’Imprimeur, 2001. p. 209-229.

CORRÊA, Sandra. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. 2012. 253 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12372>>. Acesso em: 3 maio 2016.

COSTA, Staël; NETTO, Maria. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COUTO, Beatriz. O mal-estar na universidade: a coletivização do trabalho intelectual. *Caminhos*, Belo Horizonte, n. 22, p. 16-23, fev. 2003.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/Ministério da Cultura, 2004.

DAMATTA, Roberto. *A casa & e rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991.

DELSON, Roberta. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIIORD, 1997.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 2., 1971, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. 381 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FERREIRA, Flávio. *Sobre a forma das cidades mineiras antigas*. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/21/teses/702168.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

FONSECA, Cláudia. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Maria. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1977.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Viana de Lima: arquitecto 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Árvore – Centro de Actividades Artísticas - C.R.L., 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *O Lazer em Ouro Preto e Mariana: Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: FJP, 1975a. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=48685&codUsuario=0>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana: relatório síntese*. Belo Horizonte: FJP, 1975b. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaResultadoBasica.php?busca=relat%F3rio%20s%EDntese>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Proposta para área de lazer: Parque Urbano – Ouro Preto – MG: Unidade de Proposição 19 do PCVD de Ouro*

Preto e Mariana. Belo Horizonte: FJP, 1981. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=54505&codUsuario=0>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Unidade de proposição nº 19*: Ouro Preto: Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: FJP, 1975c. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=48823&codUsuario=0>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

GESTEIRA, Heloisa. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./jul. 2004. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=20>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE. *Values and Heritage Conservation*: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOMES, Wanderson. Ouro Preto, 26 jan. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (48 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

GONÇALVES, Vandeir. Ouro Preto, 26 fev. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (63 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 122*, de 2 de abril de 2004. Dispõe sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas em área do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, tombada em nível federal. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=3789>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 312*, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2016.

JORNAL DO BRASIL. UNESCO exige levantamento aerofotogramétrico de Ouro Preto para dar-lhe verba. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, não paginado, 23 maio 1969.

KOPPKE, Karolyna. Vale dos Contos em Ouro Preto: a proposta de Jorge Ascar em 1981. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas (Orgs.). *Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 86-103. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/comunicacoes_JardinsHistoricos_2016.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

KOPPKE, Karolyna. Viana de Lima em Ouro Preto: um parque urbano para uma cidade-monumento. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2015, Belo Horizonte. [Anais eletrônicos...]. Belo Horizonte: MACPS: IEDS, 2015. 1 DVD-ROM.

LEAL, Cláudia (Org.). *As Missões da Unesco no Brasil*: Michel Parente. Rio de Janeiro: IPHAN: COPEDOC, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3_MichelParent_m.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

LE CORBUSIER. What are you? In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, Josep; ROGERS, Ernesto (Ed.). *The heart of the city: towards the humanization of urban life*. London: Lund Humphries, 1952. p. 11-12.

LE MOS, Carlos. *Cozinhas, etc*: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, Alfredo. *Brésil: Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto*: Octobre-décembre 1968. Paris: UNESCO, 1970.

LIMA, Alfredo. *Brésil: Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto*: Second rapport: setembro-novembre 1970. Paris: UNESCO, 1972.

LOPES, Leonardo. Ouro Preto, 12 jan. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (32 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

LOUREIRO, Juliana. *Pelas entranhas de Olinda*: um estudo sobre a formação dos quintais. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MACEDO, Danilo. A urbanização das “Ordenações do Reino”. *Paranoá Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Brasília, n. 13, p. 17-26, 2014a. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/12043/8428>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MACEDO, Gil. Theatrum Mundi: Antônio Vieira e a comédia de Deus. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 7, n. 1, p. 239-267, 2014b. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v7n1/Espacialidades_v7n1_12.pdf>. Acesso em 1 fev. 2017.

MAIA, Moacir. Histórias reconectadas: o Horto Botânico de Vila Rica e os jardins do antigo Palácio dos Bispos de Mariana. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens (Orgs). *Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 96-113. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/jardins_Historicos_Cultura_Praticas_Instrumentos_Salvaguarda_Espacos_Paisagisticos.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MAIA, Moacir. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out./dez. 2009, p. 881-902. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702009000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1988.

MASON, Randall (Ed.). *Economics and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1998. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/econrpt.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA; PROGRAMA MONUMENTA. *Regulamento operativo do Monumenta: Programa de preservação do patrimônio histórico urbano*. Brasília: Programa Monumenta, 2006.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=8015&Pesq=LIA%20MOTTA>>. Acesso em: 7 fev. 2015.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 5, 1944. Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MYERS, David; STACIE, Nicole; OSTERGREN, Gail (Ed.). *Consensus building, negotiation and Conflict resolution for heritage place management*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2009. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/consensus_building_opt.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O GLOBO. Em Ouro Preto, a descoberta de uma boca de mina de ouro. *O Globo*, Rio de Janeiro, não paginado, 27 jul. 1983.

O GLOBO. Ouro Preto ganha um horto botânico: Lucio Costa planeja uma área verde de 80 mil m². *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 29, 2 jun. 1982.

OLIVEIRA, Benedito. Belo Horizonte, 9 mar. 2016a. Arquivo de som em formato .mp3 (50 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

OLIVEIRA, Benedito. Revitalisation of Horto Botânico and Vale dos Contos in Ouro Preto – MG, Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON STRUCTURAL ANALYSIS OF HISTORICAL STRUCTURES, 10., 2016, Leuven. *Structural analysis of historical constructions: anamnesis, diagnosis, therapy, controls: Proceedings of the 10th International Conference on Structural Analysis of Historical Constructions*. Boca Raton: CRC Press, 2016b. p. 433-439.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean ; SAMUELS, Ivor. *Urban forms: the death and life of the urban blocks*. Oxford: Architectural Press, 2004.

PEREIRA, Márcio. Horto Botânico de Vila Rica: algumas considerações sobre um espaço das ciências nos sertões do ouro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES EM HISTÓRIA MODERNA, 4., 2015, Porto. *Anais...* Porto: [?], 2015. não paginado. Disponível em:

<http://ejihm2015.weebly.com/uploads/3/8/9/1/38911797/ejihm_2015_pereira,_marcio_mota.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PODESTÁ, Sylvio de. Belo Horizonte, 22 out. 2015. Arquivo em formato .doc. Entrevista concedida a Guanaeli Matias e Maíra Araújo.

POHL, Johann. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Decreto nº 1.109*, de 29 de abril de 2008. Declara a utilidade pública e autoriza a instituição de faixa de servidão administrativa para passagem de rede de drenagem e esgoto. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(8410\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(8410).pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Lei Complementar nº 29*, de 28 de dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ouopreto.mg.gov.br/uploads/prefeitura_ouro_preto_2015/arquivos_veja_tambem/lc-29-2006-plano-diretor.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Lei Complementar nº 93*, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ouopreto.mg.gov.br/uploads/prefeitura_ouro_preto_2015/arquivos_veja_tambem/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

RAMALHO, Arthur. *Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. 2015. 213 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

RAMOS, Tânia; MATOS, Madalena. Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO N-NE, 2., 2008, Salvador. p. 1-12. Disponível em: <http://www.docomomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

REIS FILHO, Nestor. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

REIS FILHO, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000a.

REIS FILHO, Nestor. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000b.

REZENDE, Leonardo. Ouro Preto, 12 jan. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (23 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

RIBEIRO, Cecília. Viana de Lima em Missão da UNESCO no Brasil. *URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 5, n. 6, 2013. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1141>>. Acesso em: 16 out. 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SANT'ANNA, Márcia. A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990). In: SITIO INTERNACIONAL SOBRE LA REVITALIZACION DE CENTROS HISTÓRICOS DE CIUDADES DE AMERICA LATINA Y DEL CARIBE (SIRCHAL), 2., 1998, Quito. não paginado. Disponível em: <<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*. 1995. 268 f. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Carlos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. p. 37-57. Disponível em: <<http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2011/03/qdo-e-como-o-arq-vira-antropologo-carlos-nelson-ferreira-dos-santos1.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

SANTOS, Mariza. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Brasília, n. 24, 1996, p. 77-88. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_N\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pesq=academia%20span>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SECCHI, Bernardo. *Primeiras Lições de Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Lorena; SOUZA, Bárbara; ROCHA, Adriano. A exibição cinematográfica no tradicional Cine Vila Rica. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17, 2012, Ouro Preto. [Anais eletrônicos...]. São Paulo: Intercom, 2012. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0929-1.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016

TAGLIAFERRI, Eduardo. Belo Horizonte, 27 jun. 2016. Arquivo de som em formato .mp3 (57 min). Entrevista concedida a Karolyna Koppke.

TAGLIAFERRI, Eduardo. *Eduardo Tagliaferri: projetos e obras*. Belo Horizonte: Ap Cultural, 2003.

TEIXEIRA, Manuel. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Ricardo; MORAES, Fernanda. O plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-do-xv-ena>>. Acesso em: 10 maio 2016.

TORRE, Marta de la (Ed.). *Assessing the values of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Research Report. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/assessing.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

TSIOMIS, Yannis. O projeto urbano hoje: entre situações e tensões. In: PINHEIRO, Denise; PEREIRA, Margareth; COUTINHO, Rachel (Orgs.). *Urbanismo em Questão*. Rio de Janeiro: Editora PROURB, 2003. p. 279-294.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*: Formação e desenvolvimento: Residências. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VIDE, Sebastião (Org.). *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide*: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

VILLASCHI, João. *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG*. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07112014-184004/pt-br.php>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

ZOLLA, Elemire. *La nube del telaio*: ragione e irrazionalità tra Oriente e Occidente. Milano: Mondadori, 1996.

APÊNDICE A

Documentos citados pertencentes aos arquivos do ETIOP/IPHAN, SMMA/PMOP e SMPDU/PMOP

ARQUIVO ETIOP/IPHAN (ARQ ETIOP)				
LOCAL E DATA	IDENTIFICAÇÃO	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Ouro Preto, 25 out. 2006	Ofício 743/2006 ETIOP/IPHAN	Benedito Tadeu de Oliveira (Chefe – ETIOP/IPHAN)	Marco Antônio Galvão (Coordenador Técnico Nacional – Programa Monumenta)	Relatório Mensal de Avaliação de Obras, correspondente aos meses de agosto e setembro. Aponta que, no Córrego dos Contos, eram lançados esgotos e lixo provenientes dos hotéis e casas próximas, produzindo no local intenso mau cheiro. Informa ainda sobre a existência de trilhas construídas na década de 1980, que ficaram abandonadas por falta de manutenção.
Ouro Preto, 13 jun. 2007	Ofício 021/2007	Ana Guimarães (Arquiteta – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda.)	Equipe da UEP	Afirma ter havido duas tentativas de início das obras na área do Vale, mas a vizinhança impedira a empresa de dar qualquer continuidade aos trabalhos. Os funcionários teriam sido proibidos de transitar na área pelos moradores. Trata também da escada de ligação entre Horto e Vale, que não teria sido instalada, apesar de pronta, por interligar-se a passarela àquela altura ainda não projetada.
Ouro Preto, 12 set. 2007	Ata de Reunião – Projeto Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos	Ana Guimarães (Arquiteta – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda), Vanessa Braide (Consultora – IPHAN/ETIOP), Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador		Registra autorização, pela fiscalização, da limpeza e capina do trecho de trilha contígua ao muro do Museu Casa dos Contos.

– UEP), Raquel Alves (UEP) e Inaiana Guerra (UEP)						
Ouro Preto, 18 mar. 2008	Ofício ETIOP/IPHAN	299/2008	Benedito Oliveira ETIOP/IPHAN)	Tadeu (Chefe	de – (Coordenadora – UEP)	Vanessa Braide Informa estar de acordo com pequena alteração de percurso na rede de drenagem de águas pluviais no Vale dos Contos, dada sua necessária retirada, sempre que possível, de terrenos de propriedade privada.
Ouro Preto, 10 nov. 2008	Termo de Recebimento Definitivo		Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	-	Certifica o recebimento definitivo da obra de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos, relativo ao contrato firmado a 23 de agosto de 2006.
-	Relatório técnico descritivo e propositivo para o Córrego dos Contos		-		-	O objetivo do trabalho é estudar o Córrego dos Contos, seus lançamentos e sua rede de esgotos, apresentando estudos e levantamentos para suporte à elaboração de Projeto Executivo de Saneamento do Córrego dos Contos, como parte do Programa Monumenta – BID.

ARQUIVO SMMA/PMOP (ARQ SMMA)						
LOCAL E DATA	IDENTIFICAÇÃO		REMETENTE		DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Ouro Preto, 2 out. 2014	Ofício	IG-2014-DEC-E-LT01-00	Michel Fontes (Presidente – Instituto Geotécnico)		Charles Murta (Engenheiro Geólogo – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil)	Contempla os resultados da vistoria realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2014, no Parque. Encaminha Laudo Técnico do IGEO nº IG-1412-DEC-E-TT01-00, que avaliara, em outubro de 2014, a estabilidade da vertente direita e propusera soluções para sua estabilização.
Ouro Preto, 15 dez. 2015	Ofício	222/2015	José	Mauro	Barsante	Cláudia Araújo (Secretária
						Encaminha Ofício nº 171/2015/COMDEC a

PMOP/SMDS/DEFIS	Júnior (Diretor do Departamento de Fiscalização – Secretaria Municipal de Defesa Social)	Municipal de Meio Ambiente – PMOP), com cópia para Sirlene Catarina Bernardo (Diretora da SMMA – PMOP), Júlio César dos Reis (Secretário Municipal de Obras – PMOP), Elisângela Mazzoni (Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio – PMOP) e Kleyton Pereira (Procurador Geral do Município - PMOP)	respeito do deslizamento ocorrido próximo ao portão de acesso ao Parque Vale dos Contos, bem como Laudo Técnico do IGEO nº IG-1412-DEC-E-LT01-00.
-----------------	--	--	---

ARQUIVO SMPDU/PMOP (ARQ SMPDU)				
LOCAL E DATA	IDENTIFICAÇÃO	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Belo Horizonte, 3 out. 2002	Memorando 165/02 DT/13ª SR/IPHAN	Vanessa Braide (Chefe - Divisão Técnica da 13ª SR/IPHAN)	Sérgio Abrahão (Superintendente Regional - 13ª SR /IPHAN)	Expõe considerações após análise do Termo de Referência para contratação de projeto para o Horto Botânico e Vale dos Contos.
Ouro Preto, 21 mar. 2003	Contrato celebrado entre a PMOP e a Archi 5 Arquitetos Associados	Marisa Sans (Prefeita Municipal de Ouro Preto)	Pedro Moreira (Arquiteto - Archi 5 Arquitetos Associados)	Contrato para elaboração de projeto paisagístico,arquitetônico e urbanístico do Horto Botânico e Vale dos Contos.
Ouro Preto, 6 nov. 2003	Ofício 277/2003 PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	Camila Ribeiro (Coordenadora - UEP)	Lúcio de Sena (Secretário Municipal de Obras - PMOP)	Solicita que a Comissão de Avaliação Técnica elabore laudo a respeito das invasões na área do Horto Botânico e Vale dos Contos. Pede à mesma Comissão avaliação do valor da casa situada à Rua São José, nº 52.
Ouro Preto, 10 nov. 2003	Primeiro Termo Aditivo ao	Marisa Sans (Prefeita	Pedro Moreira (Arquiteto -	Adita por 120 dias os prazos de execução e

	Contrato celebrado entre a PMOP e a Archi 5 Arquitetos Associados	Municipal de Ouro Preto)	Archi 5 Arquitetos Associados)	vigência do contrato firmado a 21 de março de 2003.
Ouro Preto, 11 mar. 2004	Segundo Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre a PMOP e a Archi 5 Arquitetos Associados	Marisa Sans (Prefeita Municipal de Ouro Preto)	Pedro Moreira (Arquiteto - Archi 5 Arquitetos Associados)	Adita até 30 de junho de 2004 os prazos de execução e vigência do contrato firmado a 21 de março de 2003.
Ouro Preto, 1 jan. 2005	Terceiro Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre a PMOP e a Archi 5 Arquitetos Associados	Ângelo Oswaldo Santos (Prefeito Municipal de Ouro Preto)	Alder Catunda (Arquiteto - Archi 5 Arquitetos Associados)	Prorroga o prazo do contrato firmado a 21 de março de 2003 em 180 dias, a contar do dia 1 de janeiro de 2005 ou, antes desse prazo, até a execução total do valor indicado pelo contrato.
Rio de Janeiro, 31 maio 2005	-	Alder Catunda (Arquiteto - Archi 5 Arquitetos Associados)	Gabriel Gobbi (Coordenador – UEP)	Faz referência às alterações de projeto propostas pelo GAT. Em relação à complementação do projeto de esgotamento sanitário, tratando do saneamento do Córrego dos Contos, salienta a necessidade do levantamento, pela Prefeitura, das contribuições existentes.
Ouro Preto, 15 dez. 2005	Ofício 174/2005 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID	Gabriel Gobbi (Coordenador – UEP) e Paulo Hermínio Guimarães (Especialista em Patrimônio – UEP)	Benedito Tadeu de Oliveira (Diretor – 13ª SR/IPHAN)	Informa ser escopo do projeto que todas as áreas que interferissem na limpeza e tratamento paisagístico a serem feitos no local, invadidas ou edificadas irregularmente, deveriam ser eliminadas ou demolidas.
Ouro Preto, 6 abr. 2006	Certidão Negativa de Registro – Horto Botânico	Alexandre Silva (Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Preto)	-	Certidão de inexistência de imóvel registrado na área do Horto Botânico, de aproximadamente, 60.984m².
Ouro Preto, 6 abr. 2006	Certidão Negativa de Registro – Vale dos Contos	Alexandre Silva (Oficial do Registro de Imóveis da	-	Certidão de inexistência de imóvel registrado na área do Vale dos Contos, de

			Comarca de Ouro Preto)			aproximadamente, 9.602m².
Ouro Preto, 24 jul. 2006	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	134/2006	Gabriel (Coordenador – UEP)	Gobbi Edgar Jacobs (Procurador Geral do Município – PMOP)	Solicita providenciar desocupação e desapropriação dos imóveis e terrenos dentro da área de projeto, conforme demarcação em planta anexada (não consta o anexo).	
Ouro Preto, 27 jul. 2006	-		Márcio Abdo de Freitas (Rua São José, nº 1)	Gabriel (Coordenador – UEP)	Encaminha documentação referente aos imóveis situados à Rua São José, nºs 1, 3, 9, 15 (outrora 17), 21 e 23, quais sejam, escritura original de aquisição de 1946, planta topográfica e títulos de domínio conferidos pela PMOP, de 1977. Constata haver superposição entre a área de projeto e aquela dos imóveis em questão, sem que tenha havido qualquer comunicação ou esclarecimento prévio aos proprietários.	
Ouro Preto, 28 jul. 2006	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	140/2006	Gabriel (Coordenador – UEP)	Gobbi Márcio Abdo de Freitas (Rua São José, nº 1)	Acusa recebimento do ofício anterior e informa que a documentação seria encaminhada à Procuradoria Jurídica do Município para análise. Relembra a realização de duas audiências públicas, nas datas de 21 de outubro e 18 de novembro de 2003, com o objetivo de apresentar aos moradores as diretrizes projetuais.	
Ouro Preto, 24 ago. 2006	Ordem de Serviço nº 003/2006		Gabriel (Coordenador – UEP)	Gobbi Total Engenharia e Empreendimentos Ltda.	Ordem para execução do serviço de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos, no valor de R\$3.482.821,92 e com prazo de execução de 15 meses.	

Ouro Preto, 30 ago. 2006	Ofício 001/2006	Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)	Equipe da UEP	Solicita liberação de acesso ao Vale dos Contos através de garagem em frente à Igreja do Pilar, bem como acesso ao local onde seria edificada quadra poliesportiva, por questões de logística de execução dos serviços e cumprimento do cronograma.
Ouro Preto, 30 out. 2006	Ofício 004/2006	Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)	Equipe da UEP	Solicita o maior empenho possível no sentido de manter a Total Engenharia informada quanto à previsão de liberação das frentes de trabalho no Vale dos Contos, na área do anfiteatro do Horto Botânico e na área de fundos do Grande Hotel.
Ouro Preto, 1 dez. 2006	-	Benedito Tadeu de Oliveira (Chefe – ETIOP/IPHAN) e Vanessa Braide (Coordenadora – UEP)	Jarbas Eustáquio Avelar (Proprietário – Grande Hotel de Ouro Preto)	Informa ter ficado estabelecido acordo em reunião entre a SMPDU/PMOP, o ETIOP/IPHAN e o proprietário do Grande Hotel de Ouro Preto para a requalificação do anexo àquele edifício, voltado para o Horto Botânico. A nova construção deveria ser erguida no mesmo local e utilizar as mesmas áreas de projeção e altimetria. Tratava-se de acordo compensatório pela incorporação de área do terreno do Grande Hotel ao projeto de tratamento do Vale dos Contos e Horto Botânico.
Ouro Preto, 10 dez. 2006	Ofício 003/2006	República Aquarius e República Poleiro dos Anjos	Maria Cristina Silva (Coordenadora – UEP)	Solicita confirmação de uso do campo localizado no Vale dos Contos, nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 2007, para ensaio geral e concentração do Bloco 69, gerido pelas Repúblicas Aquarius e Poleiro dos Anjos.

Ouro Preto, 6 fev. 2007	Ofício 008/2007	Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)	Equipe da UEP, com cópia para Ângelo Oswaldo Santos (Prefeito Municipal de Ouro Preto), Júlio Pimenta (Secretário Municipal de Obras - PMOP) e Benedito Tadeu de Oliveira (Chefe – ETIOP/IPHAN)	Relembra que o assunto das desapropriações já havia sido tratado nos ofícios 001/2006 e 004/2006, bem como nas atas de reunião de 27 de novembro e 4 de dezembro de 2006 e 8 de janeiro, 22 de janeiro e 30 de janeiro de 2007. Dá ciência de que o cronograma executivo só permitiria continuar a execução da obra até o mês de abril/maio 2007, posto que não haveria mais frentes de trabalho disponíveis. Afirma que, para evitar a situação, seria condição obrigatória ter as áreas liberadas até meados do mês de março de 2007 e, em última instância, até o final do referido mês.
Ouro Preto, 26 mar. 2007	Ofício 040/2007	Maria Cristina Silva (Coordenadora – UEP)	Administrador da Casa dos Contos	Solicita autorização para saída da equipe de fiscalização da obra pelo saguão da Casa dos Contos. Informa que a saída de funcionários estava terminantemente proibida, diante do incidente causado. Consulta a administração do Museu sobre a necessidade de instalação de grade de proteção sobre o muro de fundos do imóvel, dado que, diante da abertura do Parque, o acesso ficaria sem possibilidade de controle.
Ouro Preto, 26 mar. 2007	Ofício 270/2007	Benedito Tadeu de Oliveira (Chefe – ETIOP/IPHAN)	Maria Cristina Silva (Coordenadora – UEP)	Afirma haver registro, em atas de reunião do projeto, da preocupação da ETIOP/IPHAN com a forte erosão na encosta da Igreja de São Francisco de Paula. Apesar da ciência de não estar previsto no contrato de trabalho

					com a referida empresa a estabilização da área, entende que a conclusão dos trabalhos no Horto não poderia acontecer sem que se tomasse providência em relação à questão.
Ouro Preto, 29 mar. 2007	Ofício 016/2007	Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)	Equipe da UEP		Informa que a empresa foi impedida pelos moradores de prosseguir com qualquer atividade no Vale dos Contos, após realização de terraplenagem na área do anfiteatro e levantamento de campo. A empresa estava, pela segunda vez, paralisando todas as atividades na área do Vale, assumindo que o reinício só deveria acontecer após solução das demandas e liberação da área.
Ouro Preto, 2 abr. 2007	Ofício 022/2007/DRL/GRA/MF/MG	José Joaquim Leones (Gerente da Divisão de Recursos Logísticos – GRA MF/MG) e Eugênio Ferraz (Gerente Regional)	Maria Cristina Silva (Coordenadora – UEP)		Responde ao Ofício 040/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/BID, de 26 de março de 2007. Autoriza a saída da equipe de fiscalização da obra pelo saguão da Casa dos Contos. Afirma não ter restrições quanto à execução de grade nos fundos do imóvel, dado ter ficado desprotegida e sem possibilidade de controle de acesso a área do pátio posterior.
Ouro Preto, 2 abr. 2007	Ofício 302/2007	Benedito Tadeu de Oliveira (Chefe – ETIOP/IPHAN)	Marco Antonio Galvão (Coordenador Técnico Nacional – Programa Monumenta), com cópia para Luiz Fernando de Almeida (Presidente – IPHAN)		Solicita contato da UCG com a PMOP, para solucionar a questão das desapropriações, a fim de evitar paralisação que comprometeria seriamente andamento e conclusão da obra.

Ouro Preto, 19 jun. 2007	Ofício SMPDU/PMOP/MONUMEN TA/BID	101/2007	Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP)	Lídice Costa (Procuradora Geral do Município – PMOP)	Afirma que o projeto contratado e desenvolvido pela Archi 5 Arquitetos Associados seguiu instruções para considerar a área do Parque livre, sem as construções irregulares, representadas por quatro casas. Informa que aquela localizada na zona do Horto havia sido recentemente demolida. Solicita remoção, em caráter de urgência, dos demais imóveis.
Ouro Preto, 6 jul. 2007	-		Alder Catunda (Arquiteto - Archi 5 Arquitetos Associados)	Gabriel Gobbi (Coordenador – UEP)	Trata de alterações de projeto, dentre as quais a passarela de interligação entre as duas áreas do Parque e a relocação de escada junto ao Banco Real. Ao mencionar o caso da passarela, concorda com sua estruturação sobre o rio, solução menos interferente e mais elegante, que permitiria, no futuro, acesso pelo antigo Horto histórico. Este deveria ser incorporado ao Parque em sua área global, permitindo os trabalhos de prospecção e restauração, bem como a visitação pública.
Ouro Preto, 23 ago. 2007	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	151/2007	Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP) e Gabriel Simões Gobbi (Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano - PMOP)	Administrador da Casa dos Contos	Inicia o documento explicando o projeto. Afirma que, na área de transição entre Horto e Vale, estava prevista a implantação de trecho de trilha ao lado do muro da propriedade da família Ribas, que faz frente à lateral da Casa dos Contos. Entretanto, o traçado do leito do Córrego não conferia com a posição em projeto, inviabilizando a

					implantação do trecho da trilha de forma adequada. Solicita ao Museu Casa dos Contos autorização para implantar a passagem junto à calçada lateral do equipamento.
Ouro Preto, 29 ago. 2007	-		Ana Guimarães (Arquiteta – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda.)	Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP)	Apresenta pendências e indefinições que precisavam de solução urgente, dentre as quais a captação de esgoto lançado no Córrego dos Contos, para evitar a contaminação da barragem, recém executada, e a viabilização do acesso ao Parque através da Rua São José.
Ouro Preto, 12 set. 2007	Ofício 022/2007		Total Engenharia e Empreendimentos Ltda.	Equipe da UEP, com cópia para PMOP, ETIOP/IPHAN, 13ª SR/IPHAN, Secretaria Municipal de Obras de Ouro Preto e Secretaria Municipal de Patrimônio de Ouro Preto	Apresenta considerações acerca do andamento dos serviços. Informa sobre as tentativas de início dos trabalhos no Vale dos Contos, com mobilização e criação de infraestrutura para estocagem de materiais. Por três vezes fora empreendida a limpeza do terreno. Até aquela data, não havia autorização para início das atividades. Comunica que, a partir daquele dia, qualquer trabalho na área do Vale só teria início após autorização por escrito da fiscalização. Em função dos problemas, era impossível estabelecer, à altura, qualquer tipo de planejamento e cronograma.
Ouro Preto, 13 set. 2007	Ofício 173/2007 PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID		Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP)	João Luiz Martins (Reitor – UFOP)	Informa ao Reitor sobre o projeto, com ênfase na reforma do antigo campinho de futebol, tradicionalmente utilizado por estudantes e moradores de Ouro Preto, que

				previa sua transformação em quadra poliesportiva. Trata da introdução de sanitários, vestiários e área tratada com piso em saibro para a prática de <i>tai chi chuan</i> . Afirma que o uso dos novos equipamentos seria facultado ao público, indistintamente.
Ouro Preto, 10 out. 2007	Ofício 314/PRE	Aldo César D'Ângelo (Prefeito – UFOP)	Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP)	Recorda reunião realizada no Gabinete do Reitor, na data de 28 de setembro de 2007, quando fora apresentado, oficialmente, o projeto. Após a apresentação, o Coordenador fora orientado a solicitar à universidade a cessão dos espaços correspondentes. Acertou-se a não execução das obras até a conclusão das negociações. D'Ângelo aponta o não cumprimento de tal acordo e solicita a interrupção imediata dos trabalhos até que se resolvessem os trâmites legais.
Ouro Preto, 11 out. 2007	Ofício 215/2007 GAB	Ângelo Oswaldo Santos (Prefeito Municipal de Ouro Preto), Paulo Hermínio Guimarães (Coordenador – UEP), e Gabriel Gobbi (Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano – PMOP)	João Luiz Martins (Reitor – UFOP)	Reapresenta o projeto e informa que, como contrapartida à cessão, a Prefeitura executaria, através do Programa Monumenta, todas as obras de construção, infraestrutura, paisagismo e saneamento das áreas cedidas, possibilitando, inclusive, acesso aos moradores das propriedades da UFOP livremente ao Parque. Solicita autorização para dar prosseguimento às intervenções. Há croqui anexado.
Ouro Preto, 20 nov. 2007	Resolução CUNI nº 853	João Luiz Martins (Reitor – UFOP)	-	Considerando o parecer da Comissão de Assuntos Patrimoniais, o Conselho resolve,

						em sua 205ª reunião ordinária, autorizar a execução das obras, desde que respeitadas as conclusões daquela Comissão.
Ouro Preto, 10 dez. 2007	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	255/2007	Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Juliana Souza (Assessora Jurídica – Procuradoria do Município de Ouro Preto)	Informa ter sido constatada, durante a obra, possibilidade de acesso ao Parque por jardim e parte da edificação do imóvel sito à Rua São José, nºs 52, 56 e 58. Solicita providências para realização do Termo de Cessão de Passagem Pública entre a PMOP e os proprietários do referido imóvel. Em último caso, poderia ser empreendida desapropriação parcial da área externa. Há plantas e fotos anexadas.
Ouro Preto, 10 dez. 2007	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	256/2007	Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Juliana Souza (Assessora Jurídica – Procuradoria do Município de Ouro Preto)	Solicita providências para desapropriação de parte do imóvel sito à Praça Américo Lopes nº 19, bairro Pilar. Trata-se de garagem de 15.77m² construída no beco de acesso ao Vale dos Contos, prejudicando a visibilidade. Encaminha anexados planta e fotos do local.
Ouro Preto, 14 dez. 2007	Ofício 025/2007		Ana Guimarães (Arquiteta – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)		Equipe da UEP	Encaminha relatório fotográfico justificativo e planilha orçamentária com composição de preços unitários para os serviços fora de escopo, bem como ajustes e melhorias. O item 6 trata da requalificação do espaço próximo à entrada do Pilar.
Ouro Preto, 19 dez. 2007	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	261/2007	Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Ana Guimarães (Arquiteta – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)	Responde ao Ofício 025/2007, referente à execução dos serviços adicionais à obra. A análise informa que a equipe da UEP concluíra que, dentre outros serviços, seria

							essencial a recuperação da área de erosão nas encostas do Parque.
Brasília, 28 jan. 2008	Ofício COTEC/UCG/MONUMENTA/ Minc	155/2008	Robson Almeida Nacional Programa Monumenta)	Antonio de (Coordenador Adjunto –	Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Encaminha Nota Técnica nº 041/2008 – COTEC, que contém análise do material recebido, concernente ao pedido de aditivo, de acréscimo de serviços e valor ao contrato. Sobre os trabalhos de recuperação de área de erosão nas encostas e complementação do paisagismo, deveria ser contratada empresa especializada.
Ouro Preto, 28 jan. 2008	Ofício 023/2008		Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Fernanda (Assessora Jurídica – Procuradoria Geral do Município de Ouro Preto)	Litwinski	Atende ao Ofício nº 063/2008 PJM. Encaminha em anexo o levantamento solicitado e informa que foi demandada avaliação do imóvel situado à Rua São José, nºs 52, 56 e 58 pelo Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Gabriel Gobbi, na data de 16 de janeiro de 2008.
Ouro Preto, 19 fev. 2008	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	038/2007	Vanessa (Coordenadora – UEP)	Braide	Fernanda (Assessora Jurídica – Procuradoria Geral do Município de Ouro Preto)	Litwinski	Encaminha anexados, em atendimento a solicitação constante no Ofício nº 135/2008/PJM, os documentos: projeto, com área de acesso pela Praça Américo Lopes, no Pilar; planta da área a ser desapropriada, com dois pavimentos, 31.54m² e localizada à Praça Américo Lopes, nº 19; justificativa de desapropriação; e laudo de avaliação do imóvel.
Ouro Preto, 22 fev. 2008	Ofício PMOP/UEP/MONUMENTA/ BID	030/2008	Vanessa (Coordenadora – UEP), Maria	Braide - UEP), Ferreira	Marco Antonio (Coordenador Técnico Nacional – Programa	Galvão	Pedido de segundo aditivo ao contrato da obra de Recuperação e Tratamento Paisagístico do Vale dos Contos e Horto

			(Especialista em Monumenta) Patrimônio - UEP), Inaiana Guerra (Especialista em Obras - UEP), Wanderson Rolla (Especialista Financeiro - UEP)	Botânico.
Ouro Preto, 19 mar. 2008	Allegro. Breves Considerações. Características Técnicas.	Marília Dalva Carneiro e - Sylvio de Podestá (Arquitetos responsáveis)		Memorial descritivo da primeira proposta do Allegro Piano Bar.
Ouro Preto, 9 abr. 2008	Ata de Reunião – Projeto Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos	Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda), Vanessa Braide (Coordenadora – UEP), Raquel Alves (UEP) e Inaiana Guerra (UEP)		Informa estar sendo instalada a escada metálica de acesso ao Vale dos Contos em continuidade ao Horto Botânico.
Ouro Preto, 30 abr. 2008	Ata de Reunião – Projeto Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos	Vanessa Braide (Coordenadora – UEP), Inaiana Guerra (UEP), Raquel Alves (UEP) e Leonardo Wagner Rocha (Engenheiro – Total Engenharia e Empreendimentos Ltda)		Fica decidida a instalação de guarda-corpo metálico na extremidade da ponte contígua à Casa dos Contos, que liga o Parque ao quintal de imóvel situado à Rua São José. Ficava assim impedido o acesso ao antigo Horto Botânico.
Ouro Preto, 2009	Allegro Piano Bar. Intenções Projetuais.	Marília Dalva Carneiro e - Sylvio de Podestá (Arquitetos responsáveis)		Memorial descritivo da segunda proposta do Allegro Piano Bar.
Ouro Preto, 3 fev. 2010	Ofício 098/2010 ETIOP/IPHAN	Rafael Arrelaro (Chefe – ETIOP/IPHAN)	Maria Cristina Cairo (Assessora SMPDU/PMOP)	Encaminha cópia do parecer técnico do Escritório e descreve novos documentos para prosseguimento do processo, com base na Portaria nº 122/04 do IPHAN, para obra nova.

APÊNDICE B

Proposições de Jorge Askar para as fachadas posteriores dos imóveis adjacentes ao Vale dos Contos.
Selecionaram-se as intervenções mais relevantes e detalhadas, a partir de FJP, 1981, não paginado.

PRAÇA REINALDO ALVES DE BRITO		
IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
n ^{os} 27 e 31	Sílvia Ferreira Guimarães	“Loja da Bemoreira-Ducal. A Fachada posterior encontra-se em completa desarmonia com as construções vizinhas. As varandas, tubulações de esgoto e janelas de esquadrias metálicas não poderão ser removidas sem estudo completo de reforma. Necessita de projeto de restauração. A atual escada de acesso ao depósito da loja deverá sofrer intervenção (V. proposta n^o.) [não há especificação] visando constituir-se num dos dois ingressos propostos para o parque.”
n ^o 48 – Cine Vila Rica	Vicente Tropia “Her”	“A sua função e volumetria colocam a edificação em confronto com o entorno colonial. Entre as duas opções: ocultar o volume ou enfatizar seu caráter de construção moderna preferimos a primeira. É impossível conseguir a médio ou longo prazo, espécies cujo porte possam alcançar totalmente esse objetivo. Especificamos simplesmente o plantio de trepadeiras e heras no perímetro da edificação. As árvores com grandes copadas terão o plantio obedecendo a um afastamento razoável da fachada posterior. Ver prancha n^o. [não há especificação] Estas espécies deverão funcionar como elementos atenuantes do impacto visual causado pela desproporção volumétrica e formal existente entre o cinema e as construções coloniais.”
n ^{os} 57, 59, 61, 65 e 69	Paulo Sérgio Albergaria	“Dificuldade semelhante à encontrada nos números 27,31. A fachada posterior é desorganizada de tal forma quanto à posição dos vãos que só será possível uma reforma a partir de um levantamento completo da fachada.”
n ^{os} 77, 81	Amantino Firmino Miranda	“No n^o 77 funciona uma revenda de laticínios. No n^o 81 funciona um comércio de gêneros perecíveis (verduras, frutas etc.) de onde é atirada grande quantidade de lixo composto de matéria orgânica, nos fundos do lote. O local apresenta risco à saúde pública, tendo a moradora do nível inferior reclamado

providências.

Deverá ser encaminhada uma intimação pela Prefeitura Municipal exigindo dos proprietários a limpeza da área e sua manutenção em condições de higiene ambiental.”

nº 85	M. Carvalho Dias	“Apesar de ser uma edificação em perfeitas condições, tratando-se de construção nova, a distribuição das janelas de guilhotina na fachada posterior e a volumetria do edifício são incompatíveis com o local. A mera colocação de molduras nas janelas representará muito pouco no aspecto do conjunto, entretanto parece ser a única solução exequível.”
-------	------------------	---

RUA SÃO JOSÉ

IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
nº 93, 95	José Gomes	“Remoção das caixas de fibro-cimento e do telhado do mesmo material. O acréscimo dos fundos deve ser completamente reformado. Substituições: Telhado de 3.00x2.00; Janela 2.00x1.60.”
nº 105 – Cine Salvador	Vicente Tropa “Her”	“A construção necessita prioritariamente de reboco e pintura. A edificação deverá sofrer intervenção análoga à proposta para o Cine Vila Rica.”
nº 129, 131, 139, 143 e 147 – Restaurante Pileque, Zupo Confecções, Açougue	[não consta]	“Trata-se de um dos piores edifícios do conjunto. Embora de construção moderna, encontra-se a fachada posterior em péssimo estado de conservação. O pavimento inferior ao nível da rua é destinado a depósito e aluguel de dependências que não atendem atualmente aos requisitos mínimos de habitabilidade. O pavimento térreo é utilizado como restaurante e comércio, sendo que o sistema de exaustores da cozinha do bar despeja na fachada grande quantidade de óleos e gorduras. Na reforma deverão ser colocadas molduras em todas as janelas, divisão vertical com uma peça de madeira, naqueles vãos em que predomina a dimensão horizontal, beiral com largura mínima de 1.00m em toda a extensão da fachada posterior (11,00m aproximadamente) chaminé de exaustão para o bar e pintura.”

n ^{os} 157, 161 - Lojas	Almiro Alves	“Necessita de pintura inclusive das tubulações de esgoto e remoção do telhado plástico da varanda do pavimento superior. Apresenta duas esquadrias de 1.20m x 1.00m, que devem ser substituídas.”
n ^{os} 171, 181 - BEMGE	Salvador Tropa “Her”	“O segundo pavimento é utilizado como residência que apresenta como único inconveniente uma esquadria metálica de 120x100 na cozinha. O pavimento térreo utilizado pelo banco tem sete esquadrias metálicas que deverão ser substituídas. O piso inferior à mencionada cozinha da residência 171 apresenta-se em péssimas condições.”
n ^{os} 183, 187	Paulo Tropa	“No último pavimento duas janelas corrediças com venezianas de madeira com aproximadamente 120x150 precisam ser substituídas. No térreo as janelas necessitam de molduras. No quintal existe um barracão com uma enorme abertura de aproximadamente 2.00x2.00m fugindo a qualquer integração com o entorno, devendo ser demolido.”
s/n, nº 197?	Antônio de Paula Ribas Junior	“Em obras. Houve desaterro ocasionando cinco pavimentos em vez dos quatro aprovados pela SPHAN.”

PRAÇA SILVIANO BRANDÃO (LARGO DA ALEGRIA)

IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
n ^{os} 3, 5 - CEMIG	Esther Hermine	“O pavimento superior é utilizado como residência onde existe uma composição inadequada com as aberturas logo abaixo. A varanda e aberturas deverão ser alteradas segundo recomendações do Convênio SPHAN/UFOP/PMOP.”
n ^{os} 9, 15 - Padaria	Geraldo Braz de Oliveira	“Construção de um puxado que descaracteriza completamente os fundos da edificação. Necessita reboco aplicado com colher, sem desempenadeira e pintura. A obra não obedeceu à finalização prevista em projeto aprovado pela SPHAN.”

RUA RANDOLFO BRETAS (DA ESCADINHA)

IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
nº 17	Jorge Kassis	“Residência em fase de reforma. A proprietária exigiu que as alterações necessárias fossem propostas imediatamente, já que modificações posteriores provocarão transtornos e perda de material, principalmente azulejos da cozinha. A varanda em construção deve ser demolida.”

nº 23	Major Estevão Pinto Coelho	“Foi constatada obra de um puxado independente de aprovação da SPHAN. Aconselhamos ao proprietário a regularização da situação.”
nº 31	Major Estevão Pinto Coelho	“Casa em bom estado de conservação. Devem-se substituir as esquadrias metálicas com as dimensões de 78x78cm do banheiro do fundo, 98x120cm na cozinha e 77x120cm no depósito anexo à cozinha.”
nº 33	Duilhio Gonçalves Passos	“Fachada posterior bastante desorganizada. Os tubos de PVC devem ser retirados (8m aproximadamente). Existe uma varanda recoberta com plástico translúcido com as dimensões de 7x5m cuja cobertura deverá ser substituída por telhas. No quintal fica uma pequena construção onde o telhado de fibro cimento com 7x3m deverá ser substituído.”

PRAÇA AMÉRICO LOPES (LARGO DO PILAR)		
IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
n ^{os} 17, 19	Sebastião Dias de Souza	“Da garagem, teremos a entrada para a área de lazer. Deverá ser retirado telhado de zinco e executado projeto detalhado. Dos fundos do nº 19 deverão ser retirados: dois basculantes de 80x100cm e dois basculantes de 60x80cm (portão traseiro); caixa Eternit. Remover a empena de zinco pintada. Reformulação da varanda para pavimento superior. Na fachada lateral esquerda paralela à entrada da área de lazer existem tubulações e esquadrias metálicas com as seguintes dimensões: 40x50, 100x80 e duas de 60x80.”

RUA DO PILAR		
IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
n ^{os} 116, 114	Geraldo Monteiro Filho	“Pintura, remoção de pequeno beiral de amianto e sua ampliação com telhas de barro. No segundo pavimento a abertura de iluminação para a área de quartos de aluguel tem dimensão predominante na horizontal, devendo a abertura ser dividida em duas por uma pequena parede de alvenaria. A casa é

		pouco visível da área de lazer proposta.
		Telhado a substituir: 2.00x6.00; ampliação largura: 80; extensão: 6.00; parede divisória da abertura existente: 30.”
nº 86	M. Armenia Motta Peret e outros	“O telhado da água-furtada é de amianto, devendo ser substituído inclusive na fachada frontal onde aparece como elemento descaracterizante.
		Área aproximada telhado: 6.00x4.00.”

RUA DO PARANÁ		
IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	INTERVENÇÕES
nº 148	Rosalina de Freitas Carvalho (sem fundos para a área)	“Reboco, pintura, substituição de tubulação PVC, aumento da largura do beiral. Substituição esquadria da cozinha.
		Tubulação PVC a substituir: 600cm; Aumentar beiral em: 80cm.”
s/nº	Romulo Fonseca	“Construção de madeira com teto de amianto em péssimas condições, servindo de estacionamento. Sua utilização e principalmente o lamentável aspecto não recomendam sua manutenção no local.”
	Utilizado por Pedro Coppoli (garagem)	
nº 12 (INPS)	Luiz Pimenta Neves	“Embora não existam esquadrias metálicas, este edifício tem uma das fachadas posteriores mais em desacordo com a paisagem. Duas varandas foram construídas sobre os tetos primitivos e as muretas de proteção das ditas varandas ampliam de muito a distância usual entre as vergas das janelas superiores e o local dos antigos beirais. O edifício só poderá ser melhor integrado à paisagem mediante projeto completo de reforma.”